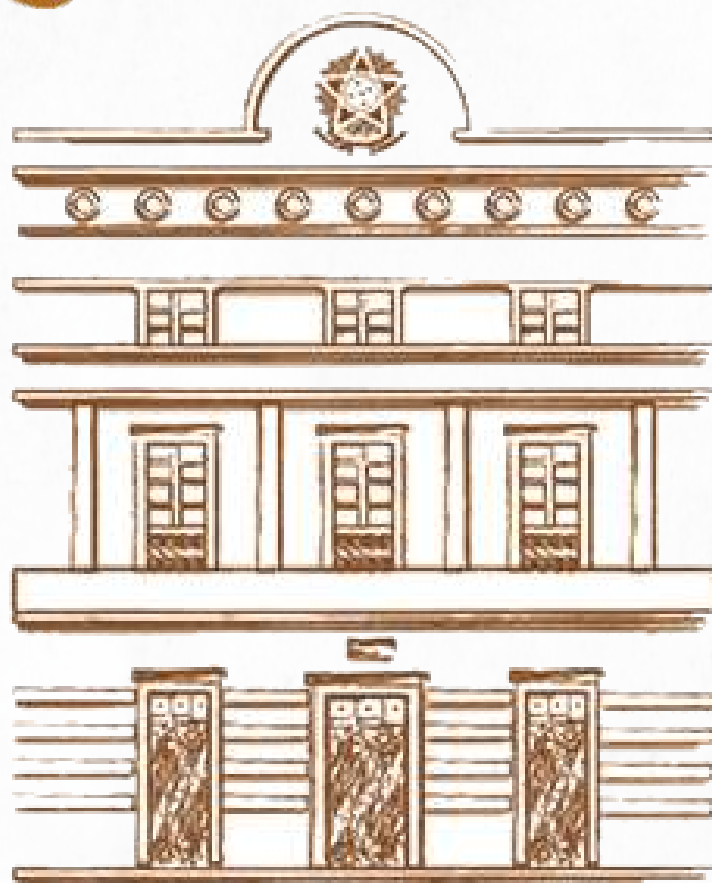


Memórias **LEGISLATIVAS**



2020



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ALAGOAS
A VOZ DO POVO



19ª Legislatura (2019-2023)

Deputado Marcelo Victor - Presidente

Deputado Galba Novaes - 1º Vice- Presidente

Deputado Yvan Beltrão - 2º Vice-Presidente

Deputada Ângela Garrote - 3º Vice-Presidente

Deputado Paulo Dantas - 1º Secretário

Deputado Davi Davino Filho - 2º Secretário

Deputado Marcos Barbosa - 3º Secretário

Deputado Tarcizo Freire - 4º Secretário

Deputado Dudu Ronalsa - 1º Suplente

Deputada Flávia Cavalcante - 2º Suplente

Deputado Antonio Albuquerque

Deputado Breno Albuquerque

Deputado Bruno Toledo

Deputado Cabo Beбето

Deputada Cibele Moura

Deputado Davi Maia

Deputada Fátima Canuto

Deputado Francisco Tenório

Deputado Gilvan Barros Filho

Deputado Inácio Loiola

Deputado Jairzinho Lira

Deputada Jó Pereira

Deputado Léo Loureiro

Deputado Marcelo Beltrão

Deputado Olavo Calheiros

Deputado Ricardo Nezinho

Deputado Silvio Camelo





Mesa Diretora – 19ª Legislatura

Deputado Marcelo Victor - Presidente
Deputado Galba Novaes - 1º Vice- Presidente
Deputado Yvan Beltrão - 2º Vice-Presidente
Deputada Ângela Garrote - 3º Vice-Presidente
Deputado Paulo Dantas - 1º Secretário
Deputado Davi Davino Filho - 2º Secretário
Deputado Marcos Barbosa - 3º Secretário
Deputado Tarcizo Freire - 4º Secretário
Deputado Dudu Ronalsa - 1º Suplente
Deputada Flávia Cavalcante - 2º Suplente

Coordenação Editorial

Diretor de Comunicação

Joaldo Cavalcante

Programação Visual e Editoração Eletrônica

Carlos Eduardo Villa Verde

Capa

Fábio Rocha

Revisão Ortográfica

Professora Cibelle Araújo e Oliveira - Coordenação Geral de Extensão do Cesmac

Autores

Douglas Apratto Tenório (organizador), Andrea Cláudia G. da Silva, Anilda Leão, Antonio Aleixo de Albuquerque, Bráulio Leite Júnior, Dalton Dória, Hélio Rocha C. de Vasconcellos, Heliônia Ceres, Ib Gatto Falcão, Jayme Lustosa de Altavila, João Azevedo, José Maria Tenório Rocha, José Roberto Gomes da Silva, Nádia Fernanda M. de Amorim, Noaldo Dantas, Olavo Machado, Solange L. Chalita e Tobias Medeiros

Colaboradores

Chefe de Gabinete da Presidência

Igor Bitar

Jornalistas

Aurélio Novaes, Cláudia Walkiria, Jorge Souto de Moraes, Plínio Nicácio, Roberto Lopes, Vinícius Firmino e Wendel Palhares

Imagens

Museu da Imagem e do Som de Alagoas - MISA, Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL e site História de Alagoas.

Este acervo biográfico é parte integrante do projeto “Memórias Legislativas”, originalmente lançado em 1997 que resgata a história de personalidades que exerceram mandatos parlamentares no Poder Legislativo do Estado de Alagoas, destacando-se no campo da literatura e do pensamento social.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rede de Bibliotecas CESMAC

H289 Memórias Legislativas/Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas. - Maceió:2020. 270p.

Vários autores.

1. Poder Legislativo – Alagoas. 2. Memória alagoana. 3. História política – Alagoas. 4. História cultural – Alagoas. I. Título.

CDU: 93(813.5)



Sumário

Síntese da Nossa Identidade.....	07
História e Memória: Os grandes vultos da Casa de Tavares Bastos.....	09
Capítulo I - Tavares Bastos.....	11
Capítulo II - Tomás Espíndola.....	19
Capítulo III - Jeová Carotá.....	25
Capítulo IV - Visconde de Sinimbú.....	31
Capítulo V - Jorge de Lima.....	39
Capítulo VI - Lamenha Filho.....	47
Capítulo VII - Guedes de Miranda.....	55
Capítulo VIII - Padre Afonso de Albuquerque Melo.....	63
Capítulo IX - André Papini.....	71
Capítulo X - Selma Bandeira.....	79
Capítulo XI - Tércio Wanderley.....	87
Capítulo XII - Jayme de Altavila.....	95
Capítulo XIII - Manoel Mendes da Fonseca.....	103
Capítulo XIV - Moreno Brandão.....	111
Capítulo XV - Mello Motta.....	117
Capítulo XVI - Freitas Cavalcanti.....	125
Capítulo XVII - Teotônio Vilela.....	131
Capítulo XVIII - Lily Lages.....	137
Capítulo XIX - Joaquim Leão.....	143
Capítulo XX - Sampaio Marques.....	149
Capítulo XXI - Manuel Valente de Lima.....	155
Capítulo XXII - Euclides Vieira Malta.....	163
Capítulo XXIII - Fernandes Lima.....	169
Capítulo XXIV - Freitas Melro.....	177
Capítulo XXV - Aurélio Vianna.....	183
Capítulo XXVI - Povina Cavalcanti.....	191
Capítulo XXVII - Ezechias da Rocha.....	199
Capítulo XXVIII - Ladislau Netto.....	207
Capítulo XXIX - Balthazar de Mendonça.....	215
Capítulo XXX- Afrânio Lages.....	221
Capítulo XXXI - Demócrito Gracindo.....	229
Capítulo XXXII - Rubens Canuto.....	235
Capítulo XXXIII - Rodrigues de Melo.....	243
Capítulo XXXIV - Theobaldo Barbosa.....	251
Capítulo XXXV - Gustavo Paiva.....	257
Capítulo XXXVI - Antonio Gomes de Barros.....	263



Síntese da nossa identidade



Em 2019, a Mesa Diretora do Poder Legislativo de Alagoas decidiu reeditar a obra biográfica “Tavares Bastos, um Titã das Alagoas”, de autoria do saudoso advogado e jornalista Paulo de Castro Silveira, cujo conteúdo original é datado de 1976.

Com a reedição, celebramos o transcurso dos 180 anos do nascimento do Patrono da nossa Casa, Aureliano Cândido Tavares Bastos, presente no primeiro capítulo deste novo projeto “Memórias Legislativas”, lançado pioneiramente como fascículos em 1997. Registre-se a decisão do presidente João Neto, que oportunamente acolheu a ideia do professor Douglas Apratto Tenório.

Agora, as trinta e seis biografias de personalidades políticas e intelectuais, que exerceram mandatos parlamentares no Legislativo alagoano, e sintetizam os grandes vultos da trajetória histórica do nosso Estado, estão disponíveis para as gerações presentes e futuras.

Pelo site oficial do Poder Legislativo de Alagoas, é possível acessar a versão digital do “Memórias Legislativas”, enquanto que o conteúdo físico pode ser encontrado em bibliotecas e no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, convertendo-se em fonte permanente de consulta.

É um acervo valioso, porque se trata de momentos da própria formação histórica de Alagoas e da identidade dos alagoanos. A 19ª legislatura, ao fazer acontecer este relançamento, organizando imagens, documentos e relatos, tem consciência de que contribui para compreensão do passado, o entendimento do presente e a construção do futuro.

DEPUTADO MARCELO VICTOR
Presidente do Poder Legislativo de Alagoas



História e Memória: Os grandes vultos da Casa de Tavares Bastos



Não existe povo sem história e sem esperança. Nestas memórias não existe silêncio.

Este livro é um esforço para compendiar em uma só edição, uma seleção de trabalhos de vários autores sobre as grandes figuras que passaram pelo Legislativo alagoano. Uma reedição preciosa, graças à determinação do Presidente Marcelo Victor, que entendeu a necessidade de relembrar a comunidade alagoana os vultos luminares que passaram pela Casa de Tavares Bastos.

Em 1997, lancei a ideia deste projeto, que foi abraçado na gestão do deputado João Neto, que tinha como seu coordenador de comunicação o jornalista Stefani Lins. O projeto alcançou sucesso extraordinário. Passados vinte e três anos, o deputado Marcelo Victor, tendo o jornalista Joaldo Cavalcante na Diretoria de Comunicação, decide atender aos sucessivos pedidos da comunidade e faz acontecer esta nova edição. Determinação e compromisso público do seu presidente. E aí está!

Vejo como uma grande contribuição para o estudo da política e da cultura da nossa sociedade, tendo como objetivo a trajetória do Poder Legislativo. Alagoas deve ser, para nós, um ato de convicção e consciência. Em nosso arcabouço institucional, o Poder Legislativo, às vezes tão mal compreendido, não pode ficar à margem da rica história Caeté.

Nossa identidade política cultural está sempre para ser estudada e desvendada com novas contribuições. Diminuta em seu território, o país dos alagoanos conseguiu ao longo do tempo forjar uma identidade singular no panorama da história do Brasil desde as chegadas das caravelas lusitanas à nossa Pindorama Caeté, adquirimos grande visibilidade na história.

Um protagonismo político impar no cenário nacional que poucos estados brasileiros conseguem rivalizar. Da era colonial a era republicana nossos vultos literários, científicos, militares, artísticos e principalmente políticos se sobressaíram e se fizeram presentes em momentos relevantes da nacionalidade brasileira. Poderemos perceber ao longo dessa obra a confirmação dessas palavras.

Em apreço à memória alagoana e sua história política e cultural, este trabalho é uma bela mostra da ação e do pensamento que se fizeram presentes na Casa de Tavares Bastos. Vocês se surpreenderão com a vitalidade, a coragem e o legado desses personagens aqui abordados. Uma boa contribuição à difusão do nosso patrimônio cultural.

DOUGLAS APRATTO TENÓRIO
Historiador



Tavares Bastos

O patrono do Legislativo alagoano

José Maria Tenório Rocha

Se a História é, como afirmavam os antigos, a mestra da vida, estudar a História através das biografias de personalidades que deram uma verdadeira contribuição para a melhoria da nação, constitui uma das maneiras eficientes de buscar inspiração para corrigir imperfeições, ou ainda para espelhar-se buscando acertar e evitar dar continuidade a fatos e práticas que a nada conduzem, a não ser dar vazão a instintos marcados por ódios, desavenças, busca, de derrubar o adversário, para sobressair-se e ser tido como modelar empreendedor, o magnânimo, o correto.

Ao redigir o nariz de cera, estamos nos inspirando no exemplo de um alagoano, que saído da terra Caeté, soube se impor, demonstrar suas habilidades políticas e ser considerado em seu Estado, em seu país e em países altamente desenvol-

vidos, como um pensador modelar, que soube mais que ninguém pensar a Nação e ter dela uma visão adiantada de nada menos de cem anos; constituía-se, pois, um genial pensador político cuja ação e obra, fizeram com que importantes veículos de comunicação como o Times, de Londres, reconhecessem a importância de seu pensamento avançado.

Será que os alagoanos conhecem esse notável contrerrâneo reverenciado por exemplo, através das páginas do jornal alemão Humburger Nachrichten quando, em 20 de janeiro de 1863, a seu respeito assim asseverou: “São estas cartas (Cartas do Solitário) uma das produções mais notáveis da imprensa brasileira e garantem um lugar proeminente na história das tendências reformistas na economia do Império”.



CAPÍTULO I Tavares Bastos



O garoto Aureliano cresceu observando as disputas de grupos pelo poder em Alagoas

Em um enorme e abastado solar, casarão assobradado de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (antiga Alagoas, atual Marechal Deodoro), no dia 20 de abril de 1839, nasce aquele que, ao ser batizado, tomaria o nome de Aureliano Cândido Tavares Bastos. Aureliano era o filho primogênito do Dr. José Tavares Bastos, que fora Juiz de Direito em várias comarcas como Atalaia e Penedo, tendo sido Deputado Provincial (o atual Deputado Estadual), Juiz de Direito na Província de São Paulo e também em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. José Tavares chegou a ser Desembargador e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e ainda Presidente da Província de São Paulo (o atual cargo de Governador do Estado). De inteligência privilegiada, o Dr. José Tavares era polêmico e inquieto por natureza, esse fato psicológico pode explicar, em parte, a condição de ter comandado as lutas contra a transferência da capital de Alagoas (atual Marechal Deodoro) para Maceió. A re-



Convento de Santa Maria Madalena, da antiga povoação de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, atual cidade de Marechal Deodoro, cuja construção foi terminada em 1793.

volta foi liderada por ele e pelo Major Mendes da Fonseca (pai de Deodoro da Fonseca) e teve como consequência a fuga e a clandestinidade. Na revolta que durou oito dias, José Tavares assumiu o governo de Alagoas, de 29 de outubro a 5 de novembro de 1839, depondo Agostinho da Silva Neves e enfrentando com firmeza o vice-presidente da Província, Cansação de Sinimbu. Sufocado o movimento, Mendes da Fonseca foi preso na Fortaleza de Santa Cruz no Rio de Janeiro e Tavares evadiu-se e só voltou à cidade no ano de 1843, para no dia 15 de novembro fundar o jornal O Alagoano, que combateria Sinimbu. Tem início então, uma disputa que se denominou de "Lisos e Cabeludos", sendo o chefe dos Lisos, Dr. José Tavares Bastos. Dona Rosa Cândido de Araújo Tavares Bastos era a esposa do intrépido e combativo José Tavares Bastos. O casal teve os seguintes filhos: Aureliano Cândido, Américo, Edméa, Theonila, Maria e Cassiano. Apenas Aureliano, o primeiro filho, e Cassiano tive-

ram interesse pela política.

O garoto Aureliano cresceu assistindo às lutas dos grupos políticos, que constantemente se encontravam disputando as rédeas do poder. Intrigas sérias de um lado, política de outro, marcaram a vida do garoto, a ponto de depois de crescido, defender acerbamente as liberdades, assumindo inclusive as hostes do Partido Liberal, o mais avançado de então, que seria uma espécie de esquerda da atualidade.

Aos oito anos de idade, em 1847, Aureliano já estudava o curso secundário e, ao terminar, teve que esperar para completar quinze anos e ingressar no curso superior.

Os estudos iniciais foram realizados na Província das Alagoas, sob a vigilância do pai, que além de exercer atividades políticas, também se dedicava aos estudos do latim e da filosofia.

Completando quinze anos de idade em 1854, o jovem, de estatura pequena, ma-

gro e doentio, segue para Olinda, em Pernambuco, onde faz os exames preparatórios e ingressa na tradicional Faculdade de Direito, fazendo um brilhante curso.

Ao ser arguido pelos professores, todos os colegas se espantavam por sua extraordinária eloquência. Nessa época, não apenas se dedicava aos estudos das ciências jurídicas e sociais, também cultivava com fascinação os estudos de literatura, a ponto de afirmar sempre que não se poderia temer a morte, desde quando se deixasse uma obra literária que traria para si a imortalidade.

Transferido para São Paulo, junto com o pai, continuou os estudos na famosa Escola de Direito do Largo de São Francisco, onde trava conhecimento e convive com figuras como: Ferreira Viana, Paulino de Souza, Carlos Silveira Martins, Andrade Figueira, Afonso Celso, Macedo Soares, Pedro Luiz Couto de Magalhães, Betencourt Sampaio, Francisco Belizário, Tomás Coelho, além de outros. Era a eli-



CAPÍTULO I Tavares Bastos



José Tavares Bastos e Rosa Cândido Tavares Bastos, pais do patrono da Assembleia Legislativa.

te intelectual da época.

Essa juventude estudiosa pensava de si, como, por exemplo, o classificou Macedo Soares: um “gênio minucioso e indagador”.

Na época de escola, publicava artigos em revistas e jornais estudantis, cujas ideias avançadas eram admiradas. Aos dezoito anos de idade, ensinava francês e filosofia em colégios particulares.

Onde o estudante alagoano era visto, notava-se a sobriedade com que se trajava, normalmente roupas de cor preta; andava muito rápido e, invariavelmente, estava carregado de livros. Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins, seu colega de curso, conta que passando férias escolares na casa de Aureliano, notou que ele nunca estava descansado; devorava livros que trouxera e, quando estava cansado, lia “Dona Branca”, de Almeida Garret, um de seus livros preferidos.

Ao se formar no curso de Direito, contava vinte anos de idade. Resolveu seguir para o Rio de Janeiro, a capital do Império, e na corte, assumiu o cargo de primeiro oficial da Secretaria da Marinha, ofício que exerceria, tempos depois, paralelo ao de deputado. Na Secretaria, inteirava-se de tudo o que se fazia na Marinha, analisando cada aspecto administrativo, social, militar e de defesa.

Em 1861 candidata-se por Alagoas ao cargo de deputado, o que seria hoje, o de Deputado Federal, recebendo uma quantidade significativa de votos, verdadeira consagração, mesmo sabendo que haviam sufragado o seu nome inimigos acirrados de seu pai, como o Visconde de Sinimbu (João Lins Vieira Cansação de Sinimbu) que a partir daí, passa a ser seu admirador e amigo fiel. Dele, Aureliano afirmou:

“A constância com que Sinimbu me apoia não é só honrosa para mim, ainda mais para ele próprio, porque o tem feito desinteressada e nobremente, sem nunca exigir de mim um sacrifício qualquer de devoção pessoal a ele ou aos seus, sem nunca tentar arrastar-me, nem influir em meu parecer, nem mesmo afligir-se com as evoluções que eu fazia com a maior liberdade de espírito e de ação.”

A legislatura de 1861 foi iniciada tendo à frente do governo parlamentar o gabinete chefiado por Luiz Alves de Lima e Silva, que mais tarde teria destaque na Guerra do Paraguai e receberia o título de Duque de Caxias.

O Partido Liberal, ao qual se engajava, fazia severas críticas a Caxias, acusando-o de não possuir programa de governo. Félix da Cunha, José Bonifácio e José de Alencar eram do mesmo grupo do deputado alagoano, que contava na época vinte e dois anos de idade, o mais jovem entre os seus pares.

Nessa época Aureliano redige o panfleto “Os males do presente e as esperanças do futuro”, dividido em três partes: realidade, ilusão e solução; no texto faz exacerbada crítica aos problemas brasileiros, comparando o país com outras nações do mundo.

Com os dados conseguidos na Secretaria da Marinha, pronuncia um notável discurso que foi assistido pelo almirante Joaquim José Inácio, Ministro da Marinha. No pronunciamento chama atenção para o desaparecimento e a desatualização dos instrumentos de trabalho; condena a desorganização econômica, a desarticulação e o desmembramento da frota; além da falta de estímulos à oficialidade.

O discurso foi tão eloquente que o romancista Joaquim Manoel de Macedo avaliou: “A palavra refletia bem a saúde da inteligência; o período saía-lhe límpido, a frase, precisa, sem excessos verbais que prejudicam quase sempre o alcance das ideias”.

E não apenas Macedo; a imprensa de New York e Hamburgo, chegou a publicar vários de seus discursos. Na verdade, seus inflamados pronunciamentos possuíam extraordinária eloquência, dado os gestos característicos que eletrizavam a Assembleia.

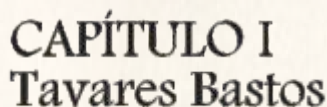
O Ministro ouviu o discurso e, embora todos entendessem que Bastos estava refletindo uma realidade insofismável, tomou como uma impertinência de um subordinado e silenciou.

A 17 de agosto, novamente com a presença do Ministro, volta ao tema da desorganizada Marinha. O discurso inflama a autoridade, que passa a hostilizá-lo e, tempos depois, Aureliano é demitido do cargo de Secretário da Marinha. A partir daí, começam as trocas de inflamados artigos de jornais onde os dois se acusavam.

Em sua fala, vai de encontro ao recrutamento forçado; pede serviço militar obrigatório, sem distinção entre ricos e pobres; sugere taxas pesadas para quem quiser burlar a lei; solicita a criação de milícias provinciais e



Tavares Bastos, no ano em que colou grau pela Faculdade de Direito de São Paulo.



O ALACOANO.

Celui qui prie, qui pleure, comme un ange,
celui qui se tait, est le plus grand d'un monde.

J. P. Puyg.

22-O Cidadão que abra e falla pelos interesses e honra do seu país, exerce um direito indispensavel; aquelle que se absteve de occupal-o, é infiel ao engrandecimento do seu deger.

O ALAGOANO — tem por objecto principal a educação e a politica interna de Provincia das Alagoas e por fim a politica dos Estados e do Imperio do Brasil. Gratos e nobres artigos sobre os diversos aspectos da vida, politica, educacional, e social que se estao dando a trefe, industria, commercio etc. e sobre os acontecimentos e ocllosos da Provincia. Publica-se duas vezes cada semana em 12 exemplares de Luis Carlos de Menezes Jr., rua do Comercio N. 135, onde se encontram os 25000 rs. por subscrição — paga adiantada, e vende-se a 100 rs. Os assinantes e quem quer correspondencia e artigos de interesse particular, podem em termos e conditions ao caso de continuação, escrevem para: **ALAGOANO**, N. 135, rua do Comercio.

1844. DOMINGO 4 DE FEVEREIRO. N. 11.

O ALAGOANO

....¹⁰ Quando os Autoritários me não administrarem aquella Justiça imparcial, que d'elles deve ser incorporada, representei-me, que Eu Provisoriamente... Sei que quando trata da causa publica, não tenho amigos e subilo em occupação alguma" (Palavras memoráveis e Patrióticas do Augusto Agache da Intendência da Bahia, em 4 de Setembro de 1822, desconfianças dos Paulistas.)

O₄ solutions de 1811.

O plan combinado de vingança, de
sangue e de juras.

Remarque: à la construction des effets, de même de
quelque sorte, publiés au Bureau national.

Fallando das outras notícias feitas na pessoa do subleite Tenente Comendador Luciano Peres de Lira, dizem-nos — que não é um facto ordinario, leve e indifferente, particularmente considerada, nem um acontecimento isolado, destacando, sem importância na significação para os negocios publicos da provincia. Fallando das apprehensões e da conservação dos Alagados co-existencia dos factos emprehendidos

baridos, d'como — que no geral sentie de todos o horroroso facto do melancolico das 12 de Dezembro representava uma victima tam forte e tam boa — opinio politica, a brutal intolerancia das adversarias, e que outros variados antecedentes de igual natureza, assim como o mais que se regula ao influxo inconsciente, apontava ao plano terribel de desespero, de vinganca e de vicio. Fallou e se desregou, e se havia desordenado de uma especie tan horroscopica e premeditada, bem firmes a Providencia e lauramos a glorioza do Procelo, que transpuz « ultimos deconservismos » e exerceo de uma especie que tinha de continuar os golpes do assassinio nas victimas «rendidas», dando mais violencia a varios cila «ta», mais prestantes e influentes a «negativa».

N'estas municipalidades em qualquer das propozições na pensamentos que deixamos emoldada, idéas elevas e nobres se cantam, e nemham outra demonstração por certo se faz precisa, no lugar dos acceitamentos, mostra da que os povos mais sedicidos fizeram e do mais que fôr a nobreza a bravar de fazer. Em presença das factas e devida, e não recorre, como lha de se daravir, a memoria dos Alzoum, e treva na vista a irradiação que callava nos animos de todos. Instando esta, entre Pa. para influenciar a população contra os principaes cabeceas, e a população

Um dos primeiros números de “O Alagoano”, impresso em Maceió, órgão da facção política dos Lisos, em oposição aos chamados Cabeludos, surtido no dia 15 de novembro de 1843.

guardas municipais; entendia que a permanência de um exército equipado em tempos de paz consumia verbas enormes, causando instabilidade econômica, propõe um exército pequeno, mais ágil e bem treinado.

Caxias julgou suas ideias interessantes, embora discordasse de algumas delas.

Ao terminar, em 15 de novembro a sessão legislativa, o Ministro da Marinha apressou-se para no dia seguinte assinar o decreto demitindo Aureliano.

A demissão da Secretaria abalou-o profundamente a ponto de pretender revidar, e o fez através das páginas do jornal carioca *Correio Mercantil*, publicando suas famosas “Cartas do Solitário”, onde demonstrava que a incompetência alegada pelo Ministro, para justificar a demissão era falsa; passa agora em suas cartas, a tratar de grandes questões como: escravidão, Amazônia, navegação, comunicações telegráficas e desburocratização.

Escrevendo sobre o conteúdo das cartas, diz Salvador Mendonça, um dos cultores das letras e das ciências da época:

"Essas cartas prendiam a atenção geral; corria

por elas uma aura nova, às vezes transformadas em lufadas rijas capazes de derrotar velhas instituições. Guardava-se o maior sigilo com relação ao nome do autor. Todos, porém, liberais e conservadores, políticos e homens de letras, liam-nas e admiravam-nas.”

Apenas três pessoas sabiam quem era o autor das cartas: os proprietários do jornal, Francisco Otaviano e Muniz Barreto, e o Conselheiro Saraiva. Na data de 3 de abril de 1862, o jornal revela aos leitores o nome do autor das cartas: Tavares Bastos.

Em maio daquele ano, sai a primeira edição das Cartas que se esgotou rapidamente; do livro falava a imprensa que era o acontecimento literário do ano. Comentava o jornal:

"O livro do senhor Tavares Bastos é um desafio amigável e nobre lançado aos espíritos que ainda têm coragem. É uma luta fraternal que deve exercitar uma polêmica patriótica. Discuta-se, fale-se, escreva-se. Vamos ver se assim podemos acordar essa gente lá de cima que dorme hoje o sono da digestão."

Para aumentar a aceitação da obra e torná-la conhecida internacionalmente, o periódico Times, de Londres, na edição de 16 de julho de 1862, fazia sérios elogios às propostas expendidas.

Ao tempo em que publicava as Cartas, Tavares edita uma série de artigos na revista *Atualidade*, fazendo profunda análise da situação sócio-política do Império. Esses artigos, como os primeiros, receberam uma repercussão nacional muito grande e, mais uma vez, Joaquim Inácio, tomando a carapuça para si, publica no *Correio da Tarde*, um fulminante ataque ao político alagoano, chamando-o de “Tom Ponce brasileiro”, procurando alfinetá-lo através de sua pequena estatura, pois Ponce, era então um anão muito popular.

Acontece que a imprensa fez um desagravo tão grande que o Almirante recuou. O baixo nível dos escritos do Almirante chegavam a ponto de afirmar coisas do tipo: “Os escritos dessa diferencial criatura humana nada mais são do que a imagem ridícula de um sagui, domesticado pela mais devassa meretriz das ruas de Maceió”.

Embora menos cáustico que o Ministro, Tavares Bastos, nas colunas da Atualidade e do Diário do Rio de Janeiro, lembra que “quando participou da Campanha do Rio da Prata, o Almirante voltou para casa tachado de covarde pelos seus superiores, fato que comprometeria seriamente sua honra militar”. Observando a que nível chegava o debate, o Imperador fez a intermediação e propôs uma trégua, o que aconteceu em março de 1862, terminando assim o episódio.

O Conselheiro Saraiva (José Antônio Saraiva) polí-



CAPÍTULO I Tavares Bastos



tico baiano, sagaz, várias vezes eleito senador e chefe do Partido Liberal, soube apreciar o valor de Tavares Bastos. Embora de menos inteligência, o Conselheiro conseguia ser influente perante seus pares e quando era criticado por adversários, procurava não tomar conhecimento, tentava ser superior aos políticos matreiros.

Saraiva incentivou bastante Bastos tendo-o na condição de verdadeiro amigo. Essa amizade não passou despercebida da imprensa, especialmente dos caricaturistas.

Outra polêmica instaurada por Tavares surgiu quando numa interpelação ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, tratando de questões relativas aos limites entre Brasil e Paraguai e da situação do Brasil no Rio da Prata, quando tece comentários muito sérios sobre os meios de defesa nas províncias de Mato Grosso, São Paulo e Paraná, o que poderia se constituir em um ataque de uma das partes envolvidas, o que realmente ocorreria tempos depois com a invasão do Paraguai ao Mato Grosso, iniciando a sangrenta Guerra do Paraguai (1864-1870).

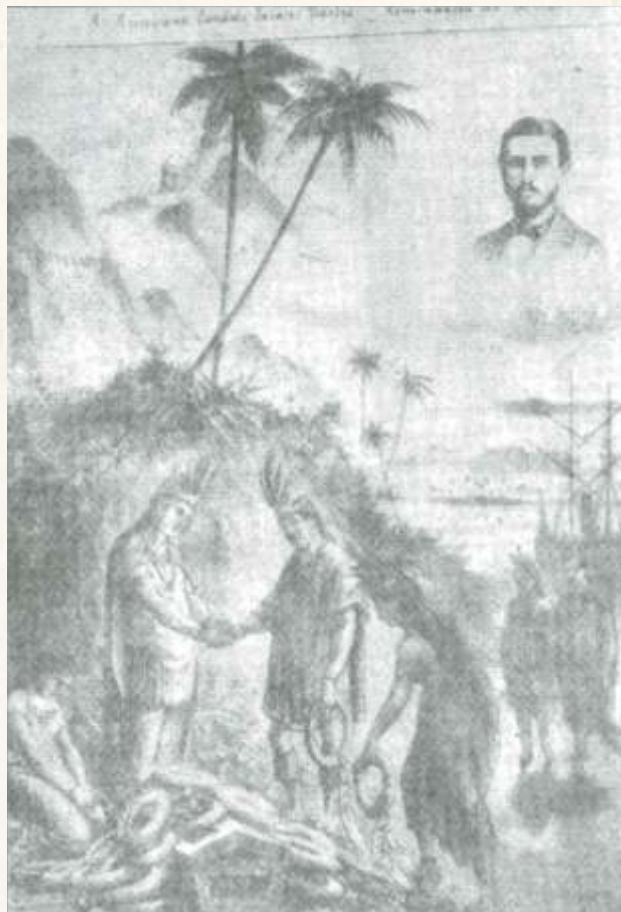
A 30 de maio de 1862, o Marquês de Olinda, do Partido Liberal assume o poder, derrotando Caxias. Araújo Lima e Cansação de Sinimbu, amigos de Aureliano são nomeados ministros, mas Aureliano continua a lutar pela liberalização dos portos e pela navegação internacional das relações comerciais, possibilitando o estreitamento com países que estavam em pleno desenvolvimento.

Segundo Bastos, o Brasil poderia sair da miséria e da ignorância com o comércio com os países estrangeiros, antevendo a tão decantada globalização. Seu interesse por esse comércio internacional era assim justificado:

“Sou um entusiasta da Inglaterra, mas só compreendo bem a grandeza desse povo quando contemplo a da República que ela fundou na América do Norte. Querem chegar à Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais próximo dessa linha curva.”

Na reeleição para a Câmara, instalada em 1864, Bastos teve como companheiros de chapa Arestides Lobo, José Ângelo Márcio da Silva, Esperidião Elóy de Barros Pimentel e Ambrósia Machado da Cunha Cavalcante.

Continua Bastos a lutar intransigentemente em defesa de suas ideias e convicções: luta pela instalação de linhas telegráficas “única forma de preservarmos a unidade nacional imediata. Sem comunicação, seremos um amontoado de ilhas isoladas”. No entanto, somente em 1874, foi inaugurado o telégrafo submarino, fato só possível graças ao trabalho de Tavares, que interveio em 1864, lutando para beneficiar a navegação a vapor no rio São Francisco, principalmente dos trechos alagoanos entre Penedo e Piranhas. Propôs a criação de serviços topográficos e para isso era necessário que fossem conseguidos operários hábeis para a execução de tais serviços e também a abertura de ca-



Alegoria das Repúblicas ribeirinhas do Amazonas, homenageando Aureliano Cândido Tavares Bastos.

nais e limpeza dos rios.

O gabinete Olinda entrou no descrédito da imprensa, caindo em 15 de janeiro, sendo entregue o poder a Zacarias de Góes. A partir daí, Bastos aproxima-se cada vez mais de José Antônio Saraiva, na ocasião, Ministro do Estrangeiro; segue com o amigo em missão diplomática no ano de 1865 aos países do Prata.

No início de setembro, segue para a Amazônia, onde percorre milhares de quilômetros, colhendo dados para escrever o seu destacado trabalho ensaístico *O Vale do Amazonas*, livro que conseguiu repercussão internacional. Em virtude de seus projetos, em sua previsão, supunha que o Amazonas deveria ser o centro comercial do mundo antes do ano 2000. A abertura do Amazonas à navegação estrangeira, que tanto queria, foi decretada em 7 de dezembro de 1866.

Ao voltar do Amazonas, casa-se com Maria Teodora Alves Barbosa, filha do capitão da Guarda Nacional Antônio Alves Barbosa e D. Constança Teodoro Alves Barbosa. À sua esposa chamava efetivamente de “Mariquinha”. Do matrimônio nasce Elisa, única filha, que futuramente casaria com Ubaldo Tavares Bastos, seu primo, filho de Américo.

Desde os treze anos de idade, Tavares sentia a ne-



CAPÍTULO I Tavares Bastos



Charge publicada pela revista "Bazar Volante", em outubro de 1864, em que o conselheiro Saraiva é representado tendo Tavares Bastos nos braços, ao retornar da Missão do Prata.

cessidade da liberação gradual da escravatura no Brasil. Do negro afirmava que seu papel era de fundamental importância na miscigenação brasileira, criando um povo de "maravilhosa fusão". A união dos grupos étnicos variados traria benefícios ao povo brasileiro. Enquanto Castro Alves empolgava as massas em favor da libertação dos escravos, Aureliano, incisivo, afirmava que não era com poesia que se iria resolver o problema, mas com leis concretas. No regresso da Amazônia liberta, de pronto, os escravos que recebeu por herança.

Tavares Bastos segue com a esposa à Europa, e nessa viagem são acometidos de tifo. Com dois meses de tratamento intensivo, recuperam-se, voltando ao Brasil no mês de maio seguinte.

No ano de 1868 porém, um golpe de Estado coloca no poder o Visconde de Itaboraí. Os políticos liberais protestam em vão, mas entendem que é hora de capitular. Bastos e a maioria se afastam do poder, recusando-se a participar das eleições.

A saída de Aureliano da política coloca-o no jornalismo; vai dirigir com Lafaiete Pereira o Diário do Povo, que se transforma verdadeiramente em uma tribuna popular, tendo a figura de Caxias como alvo central dos ataques. Devido à saída de colaboradores, o jornal fecha suas portas.

Buscando solução para seu partido, os liberais fundam o Clube da Reforma, tendo a primeira reunião feita na Rua do Rocio, 77, Rio de Janeiro, residência de Tavares Bastos. O Clube da Reforma cria um veículo noticioso de nome A Reforma; nele um jovem estudante escreveria seu nome: Joaquim Nabuco. Devido a desavenças internas, o jornal também fecha suas portas. Sem atividades parlamentares ou jornalísticas, Tavares aproveita esse tempo para aprender violino, sem contudo abandonar as

letras, nem a política. É nesse período que lança A Província (1870) tratando a respeito de problemas de reformas administrativas.

A 3 de novembro é fundado o Clube Republicano, com manifesto que teve inspiração no novo livro lançado.

Dando por terminada a carreira política, Aureliano dedicou-se ao jornalismo e aos assuntos ligados à política, mas, dada sua complexão débil, as noites passadas em claro, junto aos livros, e os desgastes políticos, provindos das lutas, tudo isso contribuiu para vitimar o batalhador alagoano com a doença que mais assombrava os homens no século XIX - a tuberculose.

Abatido pela doença, em abril de 1874 viajou à Europa pela segunda vez, acompanhado da mulher e da filha. Chega a Londres, consulta especialistas, vai a Paris, onde faz exames complementares. Os médicos aconselharam que fizesse "estação" em Carlsbad.

Aproveitando o tempo, estuda inglês, francês e alemão, além de ter aulas de piano.

Na cidade de Nice, na França, comemora o aniversário da filha, em 26 de novembro. Dias depois, falece, na data de 3 de dezembro. No Brasil sentiu-se grande comoção pelo falecimento do estudioso e lutador. Seu corpo foi embalsamado e trazido para o Rio de Janeiro em 30 de abril de 1876, a bordo do navio Henri IV. O sepultamento aconteceu no cemitério São João Batista, em 2 de maio.

Nota Explicativa

Encerrando o presente capítulo, fazemos nossas as palavras do professor Guedes de Miranda, que quando se referia a Tavares Bastos, acentuou que: "Devemos chamá-lo de estadista, já que político é um vocábulo que perdeu o sentido (...). Precisamos diferenciá-lo dos inquilinos do erário e exploradores do povo".

Mais enfático, disse Rui Barbosa: "Era a cabeça que comensurava todas as questões do nosso futuro".

Lamentável é o seu reconhecimento pelos alagoanos; não fora a Assembleia Legislativa Estadual a ter tomado como patrono, talvez nem se ouvisse falar em tão alta personalidade, pois, em Maceió, apenas uma rua sem saída possui seu glorioso nome.

A prova concreta de sua presença é uma escultura-busto, feita por um alagoano, Leonardo Viana (1915-1965), colocada na Assembleia Legislativa no dia 11 de junho de 1955.

Apesar do esforço em pesquisar várias fontes, a base do presente trabalho, foi o texto de João Marcos Carvalho – Tavares Bastos, menino prodígio das Alagoas, referido na Bibliografia.



JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

Professor e Pesquisador de História e Folclore, Mestre em Antropologia Cultural.



CAPÍTULO I Tavares Bastos



Fontes Bibliográficas

CARDOSO, Da Silva. **Tavares Bastos, uma luz que não se apagou**. Maceió: [s.n.], 1994.

CARVALHO, João Marcos. Tavares Bastos, menino prodígio das Alagoas. **O Jornal**. Maceió, 22 jun. 1997. Encarte especial, p.8.

CERES, Helionia. **Tavares Bastos, vida e obra**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais, 1984.

FONSECA, Edson Nery da. Índice da Coleção Brasileira. In: **Revista do Livro MEC/INL**, 12 (38). 3 trim. 1969.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Tavares Bastos, visto pelos alagoanos**. Maceió: Assembleia Legislativa Estadual, 1975.

SILVEIRA, Paulo de Castro. **Tavares Bastos, um titã alagoano**. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas/Conselho Federal de Cultura, 1976.

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos ilustres: esboços biográficos**. Maceió: [s.n.], 1962.





Tomás Espíndola

Político e Pai da História de Alagoas

José Maria Tenório Rocha

Poucas foram as personalidades ilustres que tiveram a honra de receber uma avaliação de sua vida e obra de forma tão engrandecedora como Tomás do Bonfim Espíndola.

A avaliação e análise da obra desse político e intelectual alagoano foi feita pelo historiador e memorialista maceioense Félix Lima Júnior, na passagem dos oitenta anos do falecimento do notável estudioso conterrâneo, no ano de 1969. Lima Júnior, à beira do seu túmulo, na Catedral de Maceió, sentenciou:

"Tomás Espíndola foi um "homem austero, culto, brilhante, de aprimorada educação, exemplar chefe de família, convivendo com os mais destacados elementos da sociedade alagoana, que o estimavam e respeitavam (sendo, pois, bem recebido em todos

os círculos sociais, políticos e culturais), fidalgo, de fino trato, estudioso de tudo quanto se referia e interessava a nossa terra. [...]"

Viveu cercado pela estima e alta consideração dos alagoanos. Morreu serenamente, com a consciência tranquila, pois cumprira sua missão na Terra e, dedicado, servira a sua pequenina província.

Esse festejado intelectual e político alagoano nasceu em Maceió, no dia 18 de setembro de 1832, sendo filho de Florêncio e de dona Luzia Rosa do Bonfim Espíndola.

Teve marcante passagem pela política como parlamentar na Casa de Tavares Bastos, onde tomou assento em várias legislaturas, chegando a ocupar, inclusive, a presidência daquele Poder.



CAPÍTULO II Tomás Espíndola



Doutoramento em Medicina na Bahia

Seus estudos iniciais, até os cursos preparatórios, foram realizados em sua cidade natal, após os quais ingressa na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo o curso de Medicina e Cirurgia no dia 13 de dezembro de 1853, quando defende a tese de Doutoramento de título “Dissertação inaugural acerca da influência progressiva da civilização sobre o homem” (SALVADOR, 1853, 45p).

Embora não tenhamos muitos informes sobre sua vida privada, sabemos que casou duas vezes, sendo nas segundas núpcias com dona Emília de Andrade, que como ele próprio, era viúva.

Inúmeros foram os cargos que ocupou, enfrentando-os bravamente, saindo vitorioso. Foram eles: médico consultante do Hospital Regional de Maceió; comissário vacinador; inspetor de saúde pública; inspetor de higiene; agente auxiliar do Arquivo Público do Império; provedor do

Porto de Maceió; inspetor-geral da Instrução Pública; professor do Liceu Alagoano; deputado geral (que corresponde, na atualidade, ao mandato de deputado federal); deputado provincial (comparado nos dias de hoje ao cargo de deputado estadual) e presidente da Província das Alagoas (cargo que equivale ao atual de governador do Estado).

Na qualidade de professor, lecionou no Liceu Pro-

vincial. Educandário de referência pela qualidade de seu ensino, o Liceu estava situado na rua do Livramento, atual rua Senador Mendonça, Centro de Maceió. Aquele estabelecimento de ensino que tomaria, depois, a denominação de Liceu Alagoano, e, depois, Colégio Estadual de Alagoas, fora transferido para a rua Barão de Alagoas e, presentemente, está edificado no bairro do Farol, próximo ao Colégio Cônego Machado.

No Liceu, foi catedrático de Geografia, Cronologia e História, sendo, em 1858, professor interino e, no ano de 1869, professor catedrático.

A condição de ser catedrático em Geografia e História o obrigou a elaborar, ou a melhorar, as sempre faltantes obras que tratassem a respeito da Província das Alagoas. Assim revisou a Geografia física, política, estatística e administrativa das Alagoas (Maceió, Tipografia do Jornal de Maceió, 1860, 34 p. + 12 folhas de mapas).

A obra é dedicada ao “Excelentíssimo Conselheiro João Lins Vieira Cansção de Sinimbu”, o futuro Visconde de Sinimbu, um dos notáveis vultos do Segundo Império. O estudo foi motivado pelo presidente da província, Sá e Albuquerque, incumbindo-o de fazer o apurado das notas estatísticas e geográficas das Alagoas.

A segunda edição recebeu roupagem nova e o título Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da província das Alagoas. 2ª ed., muito aumentada e cuidadosamente correta (Maceió, Tipografia do Liberal, 1871. 483 p. + 3 de apêndice).

Pesquisa na vida de Espíndola era fato sério. A prova disso é, além de sua tese de doutoramento, de 1853, a obra médica Profilaxia do cólera morbus epidêmico. Sintomas, tratamento curativo desta moléstia, dieta, convalescença, considerações gerais e clínicas (Ceará, 1862), a obra didática Elementos de Geografia e Cosmografia (Maceió, 1874) e a obra de administrador Relatório da Instrução Pública, de 1866. Além dessas pesquisas, cumpre salientar ter sido o principal redator do órgão noticioso O Liberal, fundado em 12 de abril de 1869.



Fachada do prédio do Liceu Alagoano, na rua do Livramento, onde se conservou por longos anos, até sua transferência para outro local.

Militante político e deputado provincial

Como militante político, era integrante do Partido Liberal, elegendo-se ao cargo de deputado provincial nas legislaturas de 1868-1871, 1878-1881 e 1881-1884.

Para entendermos um pouco o espírito da época, convém fazermos um pequeno comentário de sua atuação e verificar como suas ideias foram recebidas; assim é que na qualidade de deputado apresentou o projeto de criação da Biblioteca Pública, aproveitando o acervo do antigo Gabinete de Leitura, com mais de 3.000 volumes, incluindo 500 folhetos e 1600 estampas de botânica. A biblioteca do Gabinete funcionava em uma das dependên-

cias do Liceu Provincial e estava constantemente fechada, sem acesso ao público.

O projeto foi considerado um luxo ou ostentação de riqueza. Apesar de tudo, o projeto foi aprovado, convertendo-se na resolução nº 453, de 26 de junho de 1865, assinada pelo presidente da província, João Batista Gonçalves Campos, futuro Barão e depois Visconde de Jarí.

Na condição de presidente do Legislativo Provincial, assumiu interinamente, em dois períodos, o governo de Alagoas: em 1867 e 1878.



CAPÍTULO II Tomás Espíndola



Como presidente da Assembleia, assume o governo

Em 10 de julho de 1867, com a exoneração do presidente da província, Galdino Augusto da Natividade e Silva, o segundo vice-presidente, Dr. Benjamin da Rocha teria que assumir o cargo, mas, por este não aceitar o posto, e, em virtude de ser presidente da Assembleia Provincial, Tomás Espíndola assume o governo da Província, permanecendo no cargo até 6 de agosto do mesmo ano passando o governo para o Dr. João Francisco Duarte.

O Brasil, nessa época, estava lançado, com todas as armas, na Guerra do Paraguai, com repercussões bastante danosas para o país.

Fato marcante na administração de Espíndola foi a inauguração da navegação fluvial pelo Rio São Francisco, a 3 de agosto de 1867, atingindo favoravelmente as regiões de Penedo a Piranhas. Entre 8 de fevereiro e 11 de março de 1878, Espíndola volta a ocupar a presidência da província, passando o cargo para o Dr. Francisco Soares Brandão no dia 19 de março de 1878.

Enquanto parlamentar, Espíndola elabora vários relatórios de suma importância, três deles podemos citar: relatório com que o Dr. Tomás Espíndola (...) entregou a administração da província das Alagoas ao primeiro vice-presidente, Dr. Francisco Duarte, em 6 de agosto de 1867; "Descrição das viagens do Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior ao interior da Província de Alagoas" (MACEIÓ, 1870); e relatório da viagem do presidente da província, Francisco Carvalho Soares Brandão, às povoações de Piranhas e Paulo Afonso (MACEIÓ, 1878).

Esse incansável político e intelectual alagoano faleceu repentinamente em sua residência, em Maceió, às 22 horas do dia 6 de março de 1889, sendo enterrado na sacristia da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Catedral de Maceió.

Sua morte causou grande consternação na província, sobretudo, porque na qualidade de médico, era uma criatura das mais competentes e prestativas, atendendo bem às classes abastadas, também às classes menos favorecidas.

O Orbe, jornal maceioense, analisou sua figura de imortal nos seguintes termos: "Com a morte do Dr. Espíndola, perdeu a província das Alagoas o que jamais encontrará em política: aquele contra quem nunca puderam os desmandos, os despeitos e as injustiças".



Porto de Penedo (século IX). A navegação pelo rio São Francisco é beneficiada na administração Tomás Espíndola, quando governador.

Uma crítica a sua obra maior

Em nosso modo de entender a cultura em todas as suas variantes, a maior contribuição de Tomás Espíndola para a posteridade foi a Geografia Alagoana. É dela que nos ocuparemos por último, fazendo uma crítica daquela que entendemos ser uma das melhores obras de toda a historiografia alagoana.

É evidente que estaremos discutindo uma obra edificada há praticamente 150 anos, quando inúmeras dificuldades impediam a construção de um simples trabalho, quicá uma obra volumosa de 486 páginas.

Nossa preocupação agora é apenas com os aspectos históricos, não os geográficos; e, nesses, o autor critica ferozmente o comércio, que acha acanhado, devido ao atraso da agricultura e da atividade pastoril, apontando a falta quase absoluta da indústria manufatureira ou fabril.

Segundo o autor, uma saída na busca do progresso seria a aquisição de capital que permitisse um comércio direto com países estrangeiros.

Crítica a tese de o Brasil ter sido descoberto por navegantes espanhóis, como advogava Dias de Moura. Com base nas informações de José Bernardo Fernandes Gama, afirma que a descoberta aconteceu em 24 de abril de 1500, e a primeira terra a ser avistada foi aos 10 graus de latitude sul, Terra das Alagoas, entre os rios Jequiá e Coruripe.



Fac-simile da capa da obra mais conhecida de Tomás Espíndola.



CAPÍTULO II Tomás Espíndola



A aventada tese da descoberta do Brasil em terras alagoanas, sem provas científicas suficientes, não foi levantada ou sustentada apenas por Espíndola. Outros historiadores mais modernos, como Jayme de Altavilla, asseguravam e advogavam tal assertiva.

Descreve os grupos indígenas como antropófagos ferozes e selvagens e seu estágio cultural tão diferente dos civilizados, que tinham nas mulheres apenas escravas para os trabalhos artesanais, não davam valor à virgindade sendo a poligamia o estágio habitual. O adultério, entretanto, era considerado crime punido com a morte.

Levanta a questão do naufrágio em terras alagoanas do navio que conduzia o bispo Dom Pero Fernandes Sardinha e comenta o ato de antropofagia cometido pelos índios Caetés, um dos motivos das expedições posteriores, organizadas pela Coroa, a fim de punir os selvagens.

Teria sido verdadeiramente ato de selvageria canibalesca ou isso já era uma justificativa para o início do genocídio contra os índios? É o próprio historiador que informa que os índios que restaram vivos, sem distinção de sexo ou idade, foram condenados à escravidão perpétua “e à sombra deles, muitos outros”. Já na chegada do donatário Duarte Coelho de Albuquerque “não havia muitos índios a combater”.

Admite a morte dos quilombolas dos Palmares por suicídio e adianta que os que conseguiram escapar com vida foram vendidos como escravos. Espíndola é fidalgamente contra esse movimento histórico de libertação, ao qual chama de “famigerado quilombo”, e, sobre esses acontecimentos, informa que sua destruição fora celebrada

com festas comemorativas, principalmente em Tapera (atual povoado de Marechal Deodoro), por ocasião da festa de Nosso Senhor do Bonfim, e em outras localidades, nos festejos de Nossa Senhora do Rosário, “onde se dançavam as taieiras, representação apresentada pelos negros imitando as danças nos quilombos” (p.278).

Os aspectos históricos contidos na obra, narrados em forma de uma rígida cronologia da qual o autor era professor, nos fazem perceber a longa e demorada pesquisa empreendida em arquivos de secretarias do governo, da Câmara Municipal da Cidade das Alagoas e particulares.

Lamentavelmente, não citou onde colheu as informações, fato aliás, comum em historiadores do século passado. A soma de dados e informes é tão grande que causa admiração a quem tem a oportunidade de manusear essa rica geografia.

Exigir um alinhamento de dados, seguido de uma tentativa de explicação ou pequena análise, seria pedir demais e não entender o espírito historiográfico do século passado.

Em nota ao leitor, Espíndola chega a pedir compreensão: “...publicando este trabalho, fazemo-lo com ânimo de ser útil a terra que nos viu nascer”, e Moreno Brandão, entendendo as dificuldades pelas quais passou o autor, afirma em tom altamente compreensivo: “...ninguém poderá tratar da história de Alagoas sem procurar tão importante e valioso auxílio”.



JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

*Professor e Pesquisador de História e Folclore,
Mestre em Antropologia Cultural.*

Honrarias conseguidas

A importância de Tomás Espíndola pode ser aquilatada através das honrarias que recebeu:

- Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, título entregue pelo próprio Imperador Dom Pedro II;

- Nome de uma das principais ruas do bairro do Farol, Maceió, por lei municipal de nº 51, de 2 março de 1889;

- Nome de Escola Estadual no bairro da Levada;

- Sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas) desde 1870;

- Sócio correspondente do Instituto Histórico de Goiás;

- Patrono da cadeira nº 38 do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas;

- Patrono da cadeira nº 11, da Academia Alagoana de Letras;

- Pai da história de Alagoas, título proposto pelo historiador alagoano Félix Lima Júnior, em 1969.





CAPÍTULO II Tomás Espíndola



Fontes Bibliográficas

BRANDÃO, Moreno. **Os Presidentes das Alagoas**. Edição Póstuma. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria da Educação e Cultura, 1975.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

FONSECA, Pedro Paulino da. **Dicionário histórico, geográfico, biográfico, cronológico e industrial da Província de Alagoas**. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, v.2, n 21-02-01.1880.

IZIDORO, Francisco. Quadro dos deputados gerais de Alagoas desde 1822 a 1900. **Rev. do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, Maceió, v. 111. n 1, p. 85-87. 1901.

LAGES, Afrânio Salgado. Discurso de Posse no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, v. XXIX: p. 41-48. 1972.

LEITE NETO, Pe. João. Discurso de Posse na Academia Alagoana de Letras. **Rev. da Academia Alagoana de Letras**, Maceió, v. 4, p.213-227, dez. 1978.

LIMA JÚNIOR, Félix. Discurso pronunciado na Catedral de Maceió, em 2 de dezembro de 1969. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, Maceió, v. XXIX, p.67-68. 1972.

_____. **Memórias de minha rua**. Maceió: Telasa, 1981, p.174.

MORAES, Tancredo. **Resumo Histórico e Antropogeográfico do Estado de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1960.

Relação completa dos membros dos dois primeiros Conselhos Gerais da Província das Alagoas (1827- 1833); dos deputados à Assembleia Provincial (1827- 1833); dos deputados à Assembleia Provincial a partir de 1835 até a Proclamação da República (1889); dos membros do Congresso Constituinte (1891) e das legislaturas ordinárias, depois desde até 1922. **Rev. do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, Maceió, v. XII. p. 80-124.

ROCHA, José Maria Tenório. Historiografia de Alagoas, primeira leitura. **Revista do C.H.L.A.**, ano III.

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos ilustres**. Vol. 2. Maceió: [s.n.], 1962.



CAPÍTULO III



Uma história sem rosto

O jurista e deputado Jeová Caroatá não legou sua fisionomia à posteridade. Vivendo numa época de escassos recursos técnicos, tornaram-se infrutíferas as pesquisas realizadas por biógrafos em arquivos de Alagoas, do Rio de Janeiro e até do Exterior, em busca do seu registro fotográfico. Para ilustrar a abertura desse capítulo, uma imagem antiga de Penedo, terra natal de Caroatá.

Jeová Caroatá

Político, historiador e jurista alagoano

José Maria Tenório Rocha

José Próspero Jeová da Silva Caroatá, penedense de nascimento, apesar de ter sido um notável político e grande intelectual no século passado nas Alagoas, tendo também militado no Rio de Janeiro, é hoje pouco conhecido em seu Estado e mesmo no município onde nasceu.

Para darmos um panorama de suas atividades intelectuais e políticas, é necessário apenas indicarmos as diversas situações onde esteve presente como partícipe ativo: foi advogado militante; juiz; funcionário do Ministério da Justiça do Rio de Janeiro; político - integrante do Partido Conservador, ao lado do grande administrador e presidente da Província das Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo

Júnior; deputado estadual (1852-1853); jornalista; professor de geografia e história; historiador e diretor do Liceu Alagoano.

Desse intelectual e militante político completo e admirável, a história de Alagoas não conseguiu guardar dados biográficos. O que ficou para nós foi apenas a sua obra importante, a marcar sua trajetória. A história não conservou traços nítidos de sua vida privada e, para aumentar os problemas dos historiadores, surge um indivíduo de nome homógrafo, que, para os menos avisados, seria a mesma pessoa; desse problema de identificação, trataremos logo no início, para dissipar dúvidas que possam surgir.



CAPÍTULO III Jeová Caroatá



Homônimos em confusão

Em trabalho publicado no ano de 1958, o historiador e memorialista alagoano Félix Lima Júnior traça o perfil de um “tipo popular” maceioense de nome Brás Próspero Jeová da Silva Caroatá. Ao leitor menos avisado, pode parecer que Brás Próspero e José Próspero Jeová da Silva Caroatá sejam a mesma pessoa, mesmo levando-se em conta que, por erro tipográfico, o sobrenome Jeová tenha sido grafado Hehovah.

Uma leitura atenta do texto referido, porém, denota que eram apenas pessoas de nomes homônimos, exceção do prenome (Brás) e, que pela história de vida traçada, um indivíduo nada tinha a ver com o outro, e mais, Brás, segundo Lima Júnior, faleceu “há uns trinta anos passados” (cerca de 1928) enquanto José Próspero faleceu no ano de 1890, no Rio de Janeiro.

Embora tivesse publicado obras do tipo Vade mecum Forense e Repertório do Crime..., José Próspero nunca, ao que tudo indica, teria sido ‘subdelegado do Farol’.

Em que pese não sabermos o nome da esposa de José, entendemos não ter sido a senhora referida por Lima Júnior, “Dona Maria Caroatá” que, depois de viúva, casou com um criminoso perigoso.

A leitura atenta ao texto, pode aclarar dúvidas; vejamos o que diz Félix Lima Júnior:

“Brás Próspero Hehovah da Silva Caroatá - mulato alto, magro, faleceu há uns trinta anos passados, na rua Oswaldo Sarmiento (antiga São Gonçalo) perto da igreja em que se venera aquele santo, da qual era zelador e devoto, promovendo, quase todos os anos, festas populares na praça em frente ao templo, onde está hoje a estátua do pintor Rosalvo Ribeiro. Geralmente estimado, foi subdelegado do Farol, prestando relevantes serviços, que não devem ficar no olvi-

do, inclusive casando muito cabrocha atrevido e metido a conquistador.

Disseram-me que ele era auxiliar de um dos cartórios desta cidade. Na casa onde residiu por mais de 40 anos, vive ainda sua viúva, Dona Maria Caroatá, que se casou, em segundas núpcias, com o célebre Joaquim da Palmeira, sentenciado liberado.

Esse bandido foi morto pela polícia, em 1944 ou 1948, pois assassinara e enterrara, no fundo do quintal de uma casa, em Jaraguá, uma senhora e uma menina, tendo já preparado a cova na qual colocaria oportunamente a viúva de Brás.

Segundo me informou o Sr. Manoel Eustáquio Filho (Telmo Eustáquio, 1º Tabelião Público de Maceió), seu pai, o falecido Sr. Manoel Eustáquio da Silva, musicista, compôs, entre outras músicas, nos primeiros anos deste século, um tango com o título Lá vem o Brás, com o seguinte estribilho ou coisa que o valha:

Lá vem o Brás,

Dobrando a esquina,

Com uma menina, para casar...”



Penedo, marco do povoamento do Baixo São Francisco.

Alguns poucos informes biográficos

Jeová Caroatá nasceu no município alagoano de Penedo, no dia 25 de abril de 1825, sendo filho de José Joaquim Sant'Ana e Silva. Estudou no curso de Ciências Jurídicas Sociais da Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se no ano de 1850. No ano seguinte residia em Maceió, sendo chefe do periódico O Timbre Alagoano, do Partido Conservador.

Estando na presidência da Província de Alagoas o operoso líder político José Bento da Cunha Figueiredo Júnior sentiu a necessidade de criar um veículo de Comunicação Social, que servisse ao mesmo tempo para publicar atos, e também se prestasse a veicular notícias do Partido Conservador e ainda para divulgar fatos ligados ao Comércio e à Indústria. Assim, criou o jornal O Correio Maceioense, em 24 de março de 1850.

Deste modo, o Partido Conservador, cujos membros eram popularmente chamados de “saquaremas”, teria

suporte para divulgação de suas ideias; seu pensamento iria ecoar mais longe, tendo sua ideologia propagada de forma eficiente e sobretudo mais fortalecida.

O Partido organizado pelo próprio presidente da Província, tinha o concurso de pessoas destacadas como: Dr. Esperidião Elói de Barros Pimentel, José Próspero Jeová da Silva Caroatá (que terminaria nesse ano o curso de Direito, no Recife), José Sizenando Avelino Pinheiro e Rodrigo Firmiano de Moraes.

Um ano depois da criação, o jornal, que saía às quintas-feiras e aos domingos, teve sua publicação suspensa, precisamente em março de 1851.

Fechado o jornal O Correio Maceioense, no mesmo ano era criado, também pelo Partido Conservador, o já citado periódico O Timbre Alagoano, tendo como chefe do noticioso Jeová Caroatá.



CAPÍTULO III Jeová Caroatá



Professor e diretor do Liceu Alagoano

O Liceu provincial, criado em 5 de maio de 1849, teve como primeiro diretor Dr. Fernando Afonso de Mello. Caroatá fora nomeado interinamente professor da cadeira de Geografia, Cronologia e História no dia 4 de junho de 1851 e, em 9 de julho de 1852, foi escolhido diretor do Liceu, sendo o segundo diretor efetivo do estabelecimento de ensino. Fora posto no cargo pelo vice presidente da Província, seu conterrâneo, Sobral Pinto.

Caroatá permanece no exercício da direção, de 12 de julho de 1852 a 5 de fevereiro de 1855, concomitantemente fora eleito suplente de deputado à Assembleia Legislativa Provincial na 9ª legislatura (1852-1853), exercendo o mandato.

Deixando a direção do colégio e a cadeira de Geografia e História, foi substituído na disciplina pelo também historiador Tomás do Bonfim Espíndola.

Sentindo-se livre dos honrosos afazeres, dirige-se a Penedo onde abre banca de advogado e assume cargo de juiz municipal e dos órfãos das localidades de Penedo e Traipu, no ano de 1857, quando funda o Colégio Nossa Senhora da Conceição, situado, segundo Mero (1974:82), “no velho sobrado à Praça Barão do Penedo, antiga Praça do Pelourinho (...). Naquela casa de ensino haviam as cadeiras de Francês, Latim, Filosofia, Retórica e Gramática (...).

No começo deste século, o sobrado estava em ruínas e foi demolido. No mesmo local, construíram o atual sobrado que serve de Paço Municipal”.

Citado estabelecimento de ensino funcionou de 1866 a 1870.

Anos depois Caroatá transfere-se para o Rio de Janeiro, tendo sido nomeado segundo oficial da Secretaria da Justiça. Ao que tudo indica, o citado emprego foi conseguido pelo Barão de Penedo, pois em carta datada de 28 de dezembro de 1866, guardada nos arquivos da Casa do Penedo, Caroatá agradece tal nomeação. Leiamos a carta:

“Fico de posse da estimadíssima (carta) de V Excia. de 5 do corrente. Soube com pesares de sua saúde e que projeta visitar esta cidade, que muito se estima por ser o berço de V Excia. e, por ver seu nome no título de seu filho mais distinto; visita que bem revela os sentimentos de afeição e amor, sempre vivos apesar da longa ausência que lhe consagra V Excia. e os seus parentes e amigos. Faremos votos para que não deixe de realizar-se esse projeto. Dignou-se V Excia. responder-me sobre minha pretensão, de modo para mim mui satisfatório, como são grandes as dificuldades para bom êxito da mesma, como diz, e reconheço todavia não posso imaginar que deixe de ser despachado, dignandose V Excia. a advogar minha causa, como promete. Acresce julgar a ocasião oportuna por ser em in-

tervalos das sessões d'Assembleia, não havendo deputados com iguais pretensões e, por ser amigo de V Excia, o atual ministro.

Antecipo-me, pois, em agradecer a V Excia. a minha nomeação, que julgo indubitável. No dia das retribuições, não serão esquecidos os benefícios que (fez) V Excia. à minha família. Seu afilhado pede-lhe a benção e igualmente à mãozinha.

Desejo continuar V Excia. a gozar perfeita saúde e a Exma. família a quem cumprimento respeitosa-mente. Sou, com a maior consideração, o humilde José Próspero Jeová da Silva Caroatá.”

Dois anos antes dessa carta, publica em série, em várias edições do Correio Mercantil, do Rio de Janeiro, a Memória descritiva e estatística do rio São Francisco.

Em 1866, edita o livro O Vademecum Forense, contendo uma abreviada exposição da teoria do processo civil, os formulários de todas as ações cíveis, ordinárias, sumários executivos e cominatórios, os formulários de todos os seus incidentes ou dos agravos e das apelações, e os das execuções e de seus incidentes, finalmente muitos arestos e decisões de juízes e tribunais do país (Rio de Janeiro, 1866, 424 p. Que recebeu cinco edições, entre as quais, as de 1881, 1890 e a última, em 1913, tendo sido publicada por Joaquim Ribeiro dos Santos, Editor, na Tipografia Universal



Produção literária no campo jurídico do bacharel José Próspero Jehovah da Silva Caroatá . “O Vademecum Forense” foi utilizado em todo o Brasil e, pela sua importância, foi reeditado por quase 50 anos.





CAPÍTULO III Jeová Caroatá



de Eduardo & Henrique Laemmert, com 670 p).

O Vademecum é dedicado ao Barão de Penedo, como “tributo de reconhecimento da 2ª Vara da Corte”. Faz apreciável crítica da obra na Revista Judiciária (nº 2, p. 94 e segs.) onde aprecia:

“Por maior que seja o número dos bons livros de prática do Processo Civil, o presente, que resume a todos esses, não deixará de ser aceito. O Vademecum é um sistema de formulário, o mais completo que tem aparecido, facilitando o estudo de toda prática forense, até agora desagradável e custoso por ser preciso compulsar tantos volumes

por onde se achava ela discriminada. É, pois, incontestável a sua utilidade, não só para os que vivem do foro e para as autoridades não letradas, como para as pessoas de outras classes que necessitam orientar-se sobre a marcha de qualquer ação civil.”

No ano de 1867 publicou Apontamentos e decisões sobre questões de liberdade, em Salvador.

Outra obra do campo jurídico foi o Assessor Forense (novíssimo reformado) - 2ª parte ações cíveis, pelo Dr. Carlos Antônio de Carvalho, formulário de ações cíveis e o Vademecum Forense (4ª ed. rev. e aumentada, sem data).

No Instituto Histórico

Devido ao fato de ter feito várias publicações na área jurídica e também na área de História, o nome Jeová Caroatá foi proposto para sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas.

A proposição de seu nome surgiu na 5ª Reunião Ordinária, datada de 27 de maio de 1870. Em 10 de junho do mesmo ano, numa reunião igualmente denominada, apesar da data, a comissão de admissão de sócios, dava parecer favorável à sua entrada naquele sodalício.

Com Caroatá foram igualmente eleitos, além de outros, Barnabé Elias da Rosa Calheiros, o comendador Miguel Soares Palmeira, o Dr. Esperidião Elói de Barros Pimentel, o Dr. Afonso José de Mendonça e o Dr. João Francisco Duarte.

Com a pretensão de criar um veículo que divulgasse o expediente da entidade e também os trabalhos de pesquisa de seus membros, formou-se “comissão de redação e revista”, intelectuais da entidade: Dr. Olímpio Euzébio de Arroxellas Galvão, Dr. Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes e Dr. José Antonio Magalhães Bastos.

Em 20 de dezembro de 1871, Caroatá já se encontrava residindo em Penedo. A prova disto é que o manuscrito Crônica do Penedo data deste dia.

Como Caroatá tivesse lido sua Crônica em reunião do Instituto na data de 16 de março de 1872, com admiração dos presentes, foi esse trabalho escolhido pela referida comissão para abrir e inaugurar a nova revista da entidade. O primeiro fascículo da revista ou o primeiro número do volume I, que possui 32 páginas, foi publicado na Tipografia do Jornal de Alagoas, então localizada na atual Praça D. Pedro II.

Não se sabe ao certo quando Caroatá voltou a residir no Rio de Janeiro, o que é fato já que, em 1874, publica o Formulário de despacho e sentenças no cível, comércio, juízo de órfãos e ausentes, provedoria e crime e de alguns processos que correm nos mesmos juízos e nos de medição de terras pelo juiz comissário, acompanhado do novo regimento de custas (Rio de Janeiro, que foi publica-

do por A. A. da Cruz Coutinho Editor).

Outra obra publicada sem grandes indicações é o Arquivo Jurídico, em 2 volumes “grossos”, pelo “Sr. Silva Caroatá”.

Em 1875 publica a obra de título Repertório do crime, contendo o extrato de toda a legislação policial e criminal em vigor; avisos até o fim de 1873, e decisões dos tribunais sobre questões de jurisprudência criminal (Rio de Janeiro, Livraria Popular de A. A. da Cruz Coutinho Editor).

O “Repertório” é dedicado ao Ilmo. e Exmo. Sr. conselheiro Dr. Antônio Duarte de Azevedo, ministro e secretário de Estado dos Negócios e da Justiça e lente catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo.

Mais uma obra de caráter jurídico: Imperiais resoluções tomadas sobre consultas da secção de justiça do Conselho de Estado (desde 1842, ano em que começou a funcionar o mesmo Conselho, até hoje, coligidas em virtude de autorização do Exmo. Sr. conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, ex-ministro da Fazenda) (Rio de Janeiro, 1884, 2.252 p).

O livro, apesar da data, foi distribuído no Rio de Janeiro a 7 de dezembro de 1883. É dividido em duas partes ou volumes, e abrange o trabalho já publicado pelo ex-oficial da Secretaria Belarmino B. P. de Mello.



Prédio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, fundado em 2 de dezembro de 1869, atual Instituto Histórico de Alagoas, do qual Caroatá se tornaria sócio-correspondente.



CAPÍTULO III Jeová Carootá



A obra histórica: Crônica do Penedo

O manuscrito que constitui a futura obra de título Crônica do Penedo é datado de 20 de dezembro de 1871, obra que foi lida na sessão de 16 de março de 1872, no Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, atual Instituto Histórico de Alagoas.

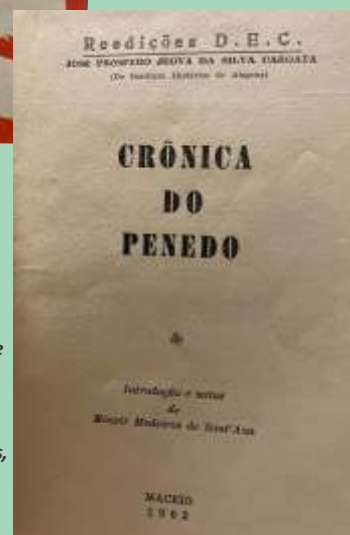
As edições sucessivas da obra:

1º edição: Publicada nos três primeiros números da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (1872) de forma indiscriminada: nº 1 (p. 2 a 7); nº 2 (p. 1 a 8) e nº 3 (p. 20 a 42).

2º edição: Em 1914, José Moreira Lemos, diretor do periódico penedense A República, publicou-o em Penedo, pela Tipografia Novo Mundo, em volume de 46 páginas, sendo edição póstuma, portanto, não revista pelo autor, por isso a obra saiu com inúmeros erros de impressão, dentre os quais, o próprio nome do autor, grafado José Próspero da Silva Jeová Carootá, ao invés de José Próspero Jeová da Silva Carootá.

3º edição: Publicada na série Reedições DEC I, Maceió, Departamento Estadual de Cultura, 1962, com introdução e notas do historiador alagoano Moacir Medeiros de Sant'Ana, 61 p. A ortografia foi atualizada e o introdutor fez revisão da obra confrontando-a com o manuscrito original, existente no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Doc. Nº 882, Maço 13).

Esse incansável intelectual e pesquisador, que exerceu o mandato de deputado provincial, faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 28 (ou 29) de abril de 1890.



Terceira edição da mais conhecida e cultuada obra de Jeová Carootá. A revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, atual Instituto Histórico de Alagoas, abriu seus três primeiros números com a série da crônica do autor penedense.



JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

Professor e Pesquisador de História e Folclore, Mestre em Antropologia Cultural.

Fontes Bibliográficas

BLAKE, Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano**. Maceió: DEC, Série Estudos alagoanos, 1962.

Acréscimo e retificações à História do Liceu Alagoano. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1963, p. 10, 11, 33 e 34.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Tipos populares de Alagoas**. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1958, p. 45.

MERO, Ernani. **História do Penedo**. Penedo: Prefeitura Municipal do Penedo, 1974, p. 82.

ROCHA, José Maria Tenório. S.D. CAROATÁ, José Próspero. In: **Historiografia Penendense**. Primeira abordagem. Inédito, p. 42

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Introdução e notas. In: **Crônica do Penedo**. 3.ed. Maceió: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1962 (Coleção reedições DEC, Série Estudos Alagoanos).

_____. **História da Imprensa em Alagoas (1831 - 1981)**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas. 1987, p. 124.





Visconde de Sinimbu

Emérito estadista do Império

Douglas Apratto Tenório

Alagoas tem um elenco enorme de figuras cuja recordação traz consigo uma força transdimensional para além dos feitos das épocas por elas vividas. João Lins Vieira Cansção de Sinimbu foi um desses nomes, um dos mais extraordinários estadistas do Império, que, iniciando na política alagoana como deputado estadual, passou a atuar na política nacional, dando provas de cultura e de talento, tornando-se um dos vultos mais eminentes de sua época.

Nascido em 20 de novembro de 1810, no Engenho

Sinimbu, em São Miguel dos Campos, o menino João teve como pais duas figuras lendárias, forjadas nas lutas republicanas de 1817 e 1824 - Ana Lins e o capitão de ordenanças Manuel Vieira Dantas.

Fez seus estudos na tradicional Faculdade de Direito do Recife, em Pernambuco, bacharelando-se após ativa vida estudantil. Continuou sua vida profissional na Europa, principal-mente na França, Inglaterra e Alemanha, nesta última, defendendo tese e conquistando a láurea de doutor *in utroque jure*, na Universidade de Jena.



CAPÍTULO IV Visconde de Sinimbu



Político, magistrado, jornalista e diplomata

Com que satisfação seus conterrâneos podem conhecer a vida ascensional de Sinimbu, um homem público de admirável correção, de grandeza rara em nossos dias, sem um deslize sequer que possa manchar a imagem do alagoano que galgou todos os degraus da vida pública. Já nos bancos acadêmicos, em Pernambuco, convivendo com nomes da estirpe de Euzébio de Queirós, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis, Cotegipe, Alves Branco e Souza Franco, ele sobressaía-se e mostrava sua capacidade. Foram todos atores importantes da história do Segundo Império e colegas fraternos de João Lins.

Escrevia regularmente para o *Olindense*, fundou o *Eco de Olinda* e passou a dirigir o *Equinocial* e o *Velho Pernambucano*, todos, jornais de grande influência. Começou como jornalista a defender suas ideias políticas e sociais, travando debates em torno dos assuntos polêmicos da época.

Após assumir as funções de Juiz de Direito de Cantagalo, Minas Gerais, e ser eleito deputado em sua terra natal, na 3ª legislatura, foi vice-presidente e presidente da província das Alagoas.

Nomeado presidente da província de Sergipe; deputado geral; ministro-presidente junto ao Uruguai, então província brasileira, que passava por séria crise político-institucional; redator-chefe do Diário Oficial do Império (Imprensa Oficial); presidente das províncias da Bahia e do Rio Grande do Sul; chefe da Polícia da Corte; ministro do Exterior; ministro da Agricultura; senador do Império; conselheiro de Estado extraordinário; presidente do Conselho de Ministros (equivalente a primeiro-ministro) e presidente da Câmara Vitalícia.

Sempre lembrado para as missões mais complexas, em todas atuou com dignidade e brilho. Em qualquer das atividades e funções que desempenhava na política, na magistratura, no jornalismo, na diplomacia, estava presente um homem público que primava pela ética e pelo alto sentido de honra.

Atuou na famosa *Questão Christie*, revelando ser conhecedor da problemática internacional. Segundo Guiomar Alcides de Castro “homem fino por excelência; a prática, a inteligência e a elegância se requintavam na mesma densidade do reto caráter”.

Além do título de Visconde conferido pelo Governo Imperial pelos relevantes serviços prestados à pátria, era Comendador da Ordem da Rosa e Comenda-

dor da Ordem de Cristo, detendo ainda as condecorações da Grã-Cruz da Coroa de Ferro, da Áustria; Grã-Cruz da Ordem dos guelfos, de Hanover; Grã-Cruz da Legião de Honra, do Governo Francês; Grã-Cruz da Ordem de Carlos III, da Espanha; e Grã-Cruz da Ordem do Duplo Dragão, do Governo Chinês, sendo também membro honorário e benemérito de diversas associações científicas.



Visconde João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, na época em que foi nomeado Conselheiro do Império.



CAPÍTULO IV Visconde de Sinimbu



Na infância, o “batismo de fogo”

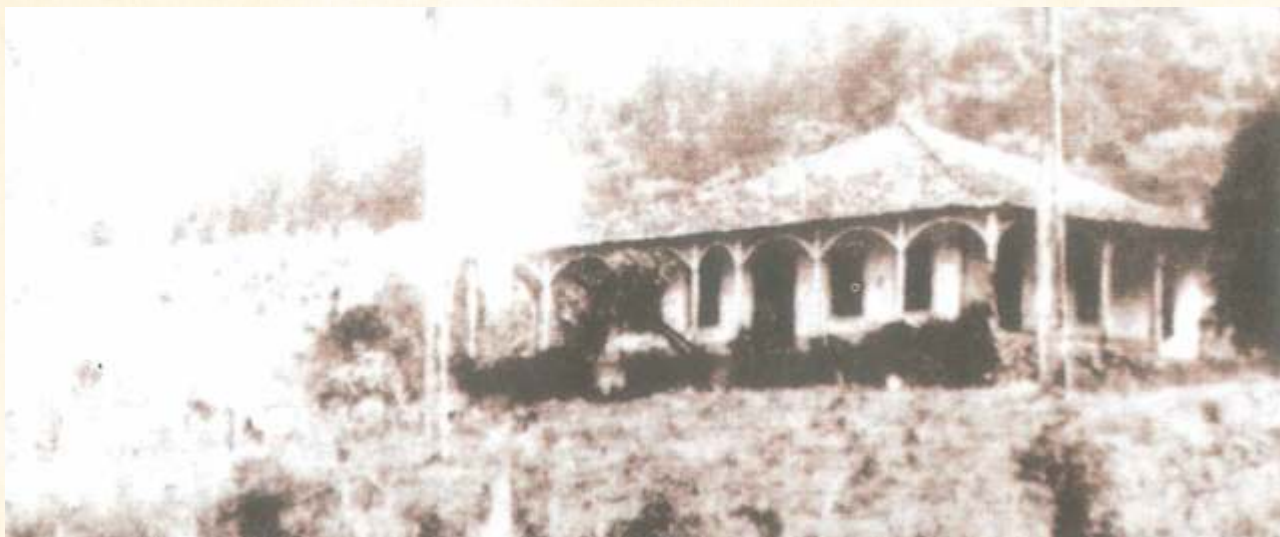
Filho de pais revolucionários, que batalhavam sem medo pela vitória do ideal republicano, Sinimbu teve na infância experiências marcantes que lhe ajudaram a forjar o caráter. Conspiravam por novos dias para o país e divulgavam os ensinamentos iluministas de liberdade. O capitão Manuel Vieira Dantas, tanto em 1817, por ocasião da Revolução Pernambucana, quanto em 1824, na Confederação do Equador, foi a maior liderança do movimento em Alagoas, chegando a ser encarcerado e condenado à morte pelo governo despótico que combatia. Sua fuga de uma fortaleza em Pernambuco foi realizada com lances dramáticos e sensacionais, ajudado por outro filho, o primogênito Manoel.

Durante algum tempo, seu pai e o irmão Frederico tiveram que viver foragidos, longe dos canaviais miguelenses. Enquanto isso acontecia, em 1824, ele, ao lado de sua mãe, uma verdadeira dama de ferro, via cair a última trincheira da República do Equador. Batidos e cercados pelas tropas imperi-

ais, entrincheiraram-se na casa grande do Engenho Sinimbu, envolto em chamas, onde resistiram até o último tiro. Renderam-se, finalmente, e foram recolhidos, mãe e filho, à Cadeia Pública de Alagoas, a antiga capital da comarca. Ana Lins, de família portocalvense, descendia de holandeses e de Cristovão Lins; tinha educação esmerada. Manuel Vieira, oriundo de família sertaneja sanfranciscana, era conhecido pelos traços firmes e probidade. Ambos legaram aos filhos exemplos de patriotismo e lições profícuas de comportamento.



Dona Ana Maria José Lins, mãe de Sinimbu, figura lendária nas lutas de 1817/1824.



Casa Grande do Engenho Novo Sinimbu onde, o Visconde e sua mãe foram entrincheirados pelas tropas imperiais, durante o movimento separatista.

Um jovem deputado assume a província em crise e faz a transferência da capital para Maceió

A mudança da capital da velha cidade das Alagoas para a Vila de Maceió foi um relevante episódio da história alagoana, tendo em vista as transformações econômicas, sociais e políticas que advieram para a vida da província. Embora afastada da costa e impossibilitada de atender ao crescente dinamismo do comércio internacional, a cidade das Alagoas, centralizava toda a administração e atividade política até 1839. Quem ousaria, entretanto, fazer a mudança esperada e necessária ao crescimento das Alagoas, enfrentando os poderosos proprietários rurais e a classe política, que tinham seus interesses centralizados na antiga vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul?

Naquele ano de 1839, a situação era difícil. Investido

na chefia do governo, o Presidente Agostinho da Silva Neves pretendia efetuar, sem traumas, a delicada transferência do Tesouro Provincial para Maceió. De nada valeram seus cuidados em não ferir a suscetibilidade dos alagoenses e assegurar a permanência das outras repartições. Instalou-se a rebelião. Tavares Bastos, pai, orador notável, inflamava o povo. O major Manoel Mendes da Fonseca, comandante da polícia, chamado para reforçar a guarda do Palácio Provincial e proteger o presidente, cercou o prédio e o deixou lá, detido. Como a maioria dos líderes locais aderiu à rebelião, Tavares Bastos, pai, assumiu provisoriamente o governo e convocou, com auxílio da Câmara, Sinimbu, que era deputado provincial e vice-presidente, favorável à mudança, para assumir a presidência.



CAPÍTULO IV Visconde de Sinimbu



Na verdade, era parte do golpe que visava derrubar os dois, pois Silva Neves, coagido, assinou um documento exigido pelos sediciosos renunciando ao posto.

Sinimbu, inteirado dos acontecimentos, agiu sem demora. Um dia antes da convocação, sabendo da prisão domiciliar do Presi-

idente Neves, assumiu o governo em Maceió, declarou a florescente vila, “sede administrativa”, ao mesmo tempo que sua residência, “palácio do governo”. Para reprimir o movimento e sustentar a defesa, organizou as forças legalistas, enquanto aguardava reforços solicitados à Bahia e Pernambuco. Estabeleceu-se uma situação de dualidade governamental. O Governo Imperial decidiria a questão que agora dividia as vilas e povoações alagoanas. Palmeira dos Índios, por exemplo, cujo comandante da Guarda Nacional era irmão de Tavares Bastos, apoiava a governo de Alagoas. Por outro lado, Atalaia, Penedo e São Miguel estavam solidárias com o governo instalado em Maceió. Prevvia-se um grande derramamento de sangue, pois a corte não resolveria o impasse a tempo.

Silva Neves, o presidente deposto, foi embarcado no patacho Dois Amigos, no Porto do Francês, sob a vigilância dos alagoenses, e com ordens ao capitão da embarcação para só conceder-lhe liberdade quando estivesse na Bahia. O adeus foi melancólico, com os sinos tocando dobres fúnebres, pois era Dia de Finados. Entretanto, Sinimbu entregara dias antes ao coman-



Antiga sede do Palácio do Governo, em Marechal Deodoro, antes da tumultuada transferência da sede da Província para Maceió.

dante do pequeno barco um documento para ser aberto após a saída do porto do Francês. Ao abri-lo, o oficial deparou-se com uma determinação oficial do vice-presidente para libertar Silva Neves, prestar-lhe as honras devidas e conduzi-lo de volta a Maceió. No porto de Jaraguá, já o aguardavam Sinimbu e os maceioenses, com grande entusiasmo. Transmitida a administração para o

seu titular, agora era Maceió que repicava os sinos das igrejas, desta vez de alegria, pois se sabia que era irreversível o processo de transferência da capital.

O episódio não se encerraria ali, muita coisa aconteceria. Os alagoenses jamais perdoaram a ação enérgica de Sinimbu e a política alagoana; por muito tempo, amargou essa divisão, com consequências nefastas.

Mas o filho de Ana Lins e Vieira Dantas emergiria como a grande estrela da política alagoana.

Após a curta gestão de Silva Neves, era nomeado presidente da sua província natal, mas as autoridades centrais, analisando o rumoroso episódio, concluíram que Sinimbu era mais que um simples político provincial; era um emérito estadista, levando-o para integrar o quadro de mandarin do Império.

O administrador

À frente da administração da província de sua terra, Sinimbu firmou diretrizes seguras e entregou o botão governamental a Manoel Felizardo de Souza Mello em 1840. Apesar do curto espaço de tempo em que sucedeu a Agostinho da Silva Neves, deixou um saldo expressivo de obras, além de, prioritariamente, buscar a pacificação dos espíritos, ainda exaltados, diante da transferência da capital de Alagoas para Maceió.

Por exemplo: acomodou, na nova capital, as repartições públicas que funcionavam no burgo manguabense; melhorou as condições de navegabilidade dos rios São Miguel, Satuba e Coruripe; construiu a ponte do rio Jequiá; sinalizou o porto de Jaraguá para permitir a entrada de navios maiores; distribuiu sementes aos agricultores; iniciou a indústria da Construção Naval; procedeu a vacinação da população; elaborou a planta do canal de Ponta Grossa; integrou através de estradas importantes localidades da província, como Alagoas-São Miguel, Anadia-Palmeira dos Índios, Atalaia-

Anadia-Viçosa; disciplinou a Guarda Nacional; resolveu o crucial problema do abastecimento de água da nova Capital; melhorou a estrada das pedreiras; fez obras na casa de pólvora e no quartel militar; iniciou a construção da Igreja Catedral e criou o serviço semaforico, tornando transitáveis as diversas ladeiras metropolitanas; modernizou o ancoradouro de Penedo e melhorou as condições de outros pequenos portos sanfranciscanos. À falta de prédios públicos, instalou provisoriamente a Assembleia Provisional no consistório da Igreja do Rosário, o que lhe causou muitos desgostos, pois seus adversários combateram a medida.

A sua influência na política local consolidou-se e nas eleições das quais participou, obteve várias vitórias, tanto a de deputado geral, como a de 1856, que lhe garantiu a cobiçada cadeira senatorial do Império. Exerceu sucessivos postos de administrador, presidindo diversas províncias como Sergipe, Bahia e Rio Grande do Sul.



CAPÍTULO IV Visconde de Sinimbu



Parlamentar e homem de Estado

Eleito deputado geral para a legislatura 1842/1845, apresentou-se logo com uma atuação de veterano no dia-a-dia parlamentar. Alguns cronistas como Augusto Vaz Filho o consideraram "um gigante da oratória", chamando a atenção pela segurança como tratava os temas, estudando o assunto com antecedência e não deixando escapar nenhum detalhe.

Ao assumir, discordando das facilidades parlamentares, ao lado de Maciel Monteiro e Souza Martins, impugnou o parecer que aprovava todos os diplomas e reconhecia deputados de todas as províncias, sem nem ao menos tomar conhecimento dos protestos, documentações e representações que chegavam para cada caso. Não era frequentador assíduo da tribuna, preferindo trabalhar nas comissões. Os torneios de oratória parlamentar, as intermináveis, e quase sempre inúteis, discussões sobre a Fala do Trono ou assuntos bizantinos não condizem com o seu temperamento e educação política. Intervinha, contudo, com a



Praça Dom Pedro II, no início do século, refletindo os avanços arquitetônicos conseguidos desde que Maceió se tornara capital de Alagoas. O prédio que aparece à esquerda abriga a Assembleia Legislativa.

sua palavra ponderada, quando estava em discussão um problema de interesse nacional. Não gostava de exhibir-se. Seu preparo intelectual dera-lhe imensa autoridade junto aos colegas, principalmente em finanças e agricultura.

Protetor de Tavares Bastos

O destino caprichoso colocou o poderoso Sinimbu, agora um dos cardeais do Estado Imperial, frente a frente com o filho de seu arqui-inimigo, José Tavares Bastos. Enquanto o primeiro pavimenta os caminhos do poder na Corte, José Tavares Bastos, após outras eleições como deputado provincial, opta pela carreira jurídica, que mais tarde o conduz aos altos postos da magistratura. Chegou a ministro do Supremo Tribunal. Seu filho, Aureliano, vem para a capital do Império, lutar por um lugar ao sol. O extraordinário talento daquela alma gigante em corpo de criança ainda não fora notado naquele início de vida. As dificuldades do *Solitário* eram muitas, como as de tantos moços inteligentes na metrópole carioca. Sinimbu, num gesto que retrata toda a grandeza de seu caráter, amparou e apoiou no que pôde o filho de seu antigo rival. Compreendeu que estava diante de um gênio.

Carlos Pontes diz que os dois antigos adversários, separados pelo tempo e pela distância, "um dia, por sobre as cinzas das velhas paixões, estendem-se as mãos cordiais", para celebrar um novo que se levanta com os fulgores de sua cultura invulgar. Nada melhor para retratar nobre acontecimento do que uma carta escrita por Aureliano Cândido, a seu irmão Cassiano Tavares Bastos: "A constância com que Sinimbu me apoia, não é só honrosa para mim, o é ainda para ele próprio, porque tem feito desinteressada e nobremente, sem nunca exigir de mim um sacrifício qualquer de devoção pessoal a ele e aos seus, sem nunca tentar arrastar-me, nem influir em meu proceder, sem mesmo afligir-se com as evoluções, que eu fazia com a maior liberdade de espírito e de ação".

Experiência europeia

Apesar de devotar extremado amor pela terra natal, demonstrado em diversas ocasiões, João Lins nunca escondeu sua admiração pelas conquistas tecnológicas e pela cultura do Velho Mundo. Poliglota, aproveitou sua permanência para estudar os aspectos mais interessantes dos países europeus. Conheceu a fundo Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Áustria e Itália. Aproveitou sua passagem ali para inteirar-se da modernização da agricultura, da questão do transporte ferroviário e de navegação, educação, mão de obra livre e remuneração, estrutura político-eleitoral, finanças, etc.

Foi lá também que conheceu, na Saxônia, Valéria Towner Vogler, conquistando o coração da famosa e prendada jovem, poliglota como ele, e exímia pianista. Ficaram noivos. A família Vogler veio a Maceió e as núpcias foram realizadas na pequena matriz da capital em 1846. O casal teve quatro filhos e viveu em feliz harmonia até o fim.

Missões difíceis

A habilidade e o descortínio de Sinimbu não passaram despercebidos. Por isto algumas missões complexas lhe foram confiadas. Uma delas, a famosa *Questão Christie*, comprovou-lhe a argúcia em assuntos internacionais.

Em diversos momentos de crise política exerceu mediação no Gabinete e no Conselho de Estado, chegando a ocupar diversas pastas importantes, como Fazenda, Agricultura, Justiça e Relações Exteriores, a própria chefia do Gabinete ou Conselho de Ministros.

A missão mais delicada foi, sem dúvida, a do Uruguai, onde impediu que o despotismo de Rosas, ditador argentino, interviesse em Montevideu.



CAPÍTULO IV Visconde de Sinimbu



Coerente até o fim

Diferente do comportamento político de hoje, Sinimbu era um homem de atitudes definidas e gestos magnânimos. Fez carreira partidária no regime vigente e nunca mudou de rumo. A propaganda republicana e a situação do país, após a abolição da escravidão, não deixava dúvidas sobre o fim iminente da monarquia. Muita gente pulou do barco e tratou de converter-se ao novo credo emergente. Craiveiro Costa diz que ele não contava com o terceiro reinado, mas confiava que a mudança se daria após a morte de D. Pedro II. O 15 de novembro o surpreendeu à porta dos 80 anos na zona rural do Rio de Janeiro, à rua da Serra, onde se fixara. Não teve expressão de hostilidade para o novo regime. “Sou monarquista, morrerei monarquista, mas nunca conspirei contra a República. Receio que o Brasil se fragmente em republiquetas, o que será uma desgraça”. A 21 de dezembro de 1906 faleceu o emérito estadista do Segundo Império, com 96 anos de idade.



Pintura encomendada pela Câmara Municipal de Paranaguá ao artista Victor Meirelles, em homenagem ao Visconde de Sinimbu, que viabilizou a construção da ferrovia entre Paranaguá e Curitiba.

Breves considerações

Típico representante do patriciado rural, Sinimbu encarnava a defesa dos interesses da classe a que pertencia. O predomínio da família nos altos postos da administração, a partir da Guarda Nacional, gerou a oligarquia Sinimbu, que disputava com a família de Tavares Bastos, também oligárquica, a hegemonia política da província numa luta que durou mais de uma década. Os Lisos e Cabeludos, que representavam cada facção, se digladiaram sem fim.

Sua opção pela indenização aos proprietários e liberdade gradual aos escravos pode ser criticada, mas ele defendia a abolição, dando condições aos libertos, sem os quais a liberdade nada valeria. Filhos de pais revolucionários, talvez pelo transe que passou na infância, fez sua opção pela monarquia, sem mudar nunca. Firme e decidido nos gestos, tinha um alto sentido de honra e dignidade. Em momentos cruciais como na mudança da capital para Maceió, no cerco de Rosas a Montevideu, e em tantos outros, mostrou a fibra de que era formado este alagoano, filho de São Miguel dos Campos. Educação esmerada, destacava-se pela cultura e inteligência. Sempre se houve com moderação, colocando os interesses do país e da coletividade acima de qualquer outro.

Mesmo distante, na Corte, sempre deu provas de seu imenso amor a Alagoas. Esgrimista da palavra na tribuna ou nos jornais, defendeu a educação como prioridade governamental e foi autor dos mais importantes projetos de sua época, como a modernização dos métodos agrícolas, introdução do transporte ferroviário (foi quem implantou a via férrea no sertão alagoano e pernambucano), da criação de colônias agrícolas, da imigração estrangeira, das frentes de trabalho aos flagelados no Nordeste na seca de 1877, etc.

Outro ponto a considerar: era inexcedível pela probidade. Recusou-se terminantemente a receber uma pensão do Governo Republicano pelos relevantes serviços prestados ao país. Morreu pobre, tendo que vender seus amados livros, sumtuosamente encadernados, e as joias e condecorações aos joalheiros para manter sua família. O mais apreciável era a piedade que tinha com os mais fracos, o tratamento especial aos mais humildes, mesmo tendo exercido o poder desde moço, o que não conseguiu torná-lo rude no trato, transigente com os colegas poderosos e permeável às facilidades e privilégios da política.



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO IV Visconde de Sinimbu



Fontes Bibliográficas

ACCIOLY, Maria Rocha Cavalcanti. **Fatos. Personagens. História de São Miguel dos Campos**. Brasília: Gráfica do Senado, 1992.

ALBUQUERQUE, Izabel Loureiro de. **Notas sobre a História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1989.

BARROS, Theodyr Augusto de. **O Processo de Mudança da Capital**. Maceió: Imprensa Universitária da Ufal, 1991.

BRANDÃO, Moreno. **Os Presidentes da Província das Alagoas**. Maceió: Dac, 1971.

CASTRO, Guiomar Alcides de. **São Miguel dos Campos**. Maceió: Ed. DEC/Imprensa Oficial, 1964.

COSTA, João Craveiro. **O Visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889)**. Coleção Brasileira, v.79, São Paulo: Ed. Nacional, 1937. Maceió. 2. ed. SED/Sergasa, Maceió, 198.

LOUREIRO, Osman. **Elogio a Sinimbu e outros discursos**. Caderno XII, Série de estudos alagoanos. Maceió: Ed. DEC, 1962.

MORAES, Tancredo. **Resumo Antropogeográfico do Estado de Alagoas**. 2. ed. Maceió: Imprensa Oficial, 1960.

PONTES, Carlos. **Tavares Bastos**. 2. ed. V.136, Col. Brasileira. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capítulos da História do Brasil**. Maceió: Femac, 1976.

_____. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos Ilustres**. Vol. I. São Paulo: Ed. Ougarit, 1962.





Jorge de Lima

O poeta que namorava a política

Douglas Apratto Tenório

Gerações de brasileiros, aprenderam nos bancos escolares ou nas páginas de livros variados os versos de acentuado virtuosismo de O acendedor de lampiões ou de Essa Nêga Fulô. O balanceio gostoso da linguagem poética; o rico e exuberante vocabulário; a forte educação humanista presente em suas obras; o mergulho onírico nas raízes regionais; a ambivalência entre o profano e o religioso fizeram de Jorge de Lima um nome vivo na memória de todos. Lido, relido, reeditado, analisado, interpretado, estudado, ele continua amado por diferentes gerações. Médico, poeta, escritor, pintor, professor, materialista, céptico, místico, religioso, diretor da Instrução Pública, diretor de Saúde Pública, deputado estadual em

Alagoas, vereador e presidente da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Interiorano, homem urbano, cidadão do mundo, acadêmico, tradutor, ensaísta, iconoclasta, parnasiano, modernista, conservador, renovador, afinal, quem foi Jorge de Lima? Quem é essa figura de tão variadas vertentes, que trilhou tão múltiplos caminhos? Alagoas sempre teve pela figura do poeta palmarino o maior carinho.

Guarda a sua memória entre seus bens mais preciosos e, sem o sentimento menor do egoísmo, compartilha com todo o Brasil e o mundo a grandeza desse seu filho, traçado em pinceladas fortes por grandes nomes da cultura nacional.



CAPÍTULO V Jorge de Lima



Uma infância repleta de inspiração banhada de ternura e religiosidade

No ano de 1893, nasce em União dos Palmares, o menino Jorge Matheus de Lima, filho do comerciante José Matheus de Lima e de Dona Delmina Simões. A cidade da zona da mata alagoana, antiga Vila Nova da Imperatriz, situada no Vale do Mundaú, nas proximidades da Serra da Barriga, fez parte, no século XVI, do anfiteatro da legendaria República dos Palmares. Embora as informações biográficas indiquem o seu nascimento como ocorrido a 5 de novembro, Francisco Valais, grande pesquisador da vida do poeta, com base em documento cartorial, apresenta o dia 23 de abril do mesmo ano como a verdadeira data.

Naquela pequena cidade, cheia de folguedos e figuras populares, Jorge viveu a sua meninice cheia de carinhos e cuidados, fascinado pelas histórias e lendas contadas por seus moradores, que mantinham viva a exuberante tradição oral do seu povo. Encantava-se com a celebração de feitos históricos, pelo orgulho demonstrado pelos seus habitantes e pela forte atmosfera de religiosidade.

A família residia num sobrado da Praça da Matriz e, além de Jorge, tinha os filhos José, Araci, Edmundo e Hildebrando. Do alto de sua casa, ele via o dia a dia do burgo palmarino que se desenvolvia em torno do rio Mundaú, da estação da Great Western e da movimentada praça. Os seus pais dedicavam atenção à educação da prole e D. Delmina tinha gosto especial pela leitura. O patriarca era pessoa conceituada e gostava de discutir os fatos políticos nacionais de sua época.

Em 1899, rabisca os primeiros versos, cuidadosamente guardados pela mãe em um caderno. No ano seguinte, 1900, num momento inesquecível de sua infância, Jorge de Lima assiste, do sobrado onde mora, a passagem



Jorge de Lima, entre seus irmãos Matheos, Araci, Edmundo e Hildebrando.

do século, em meio às festividades da Praça da Matriz e às superstições e ansiedades do povo pelo grande acontecimento. Pensava-se que o cometa Halley iria provocar o fim do mundo. Menino asmático, mas de inteligência excepcional, avança nos estudos e manifesta tendência para a pintura.

Foi importante para a formação cultural do grande poeta a experiência de sua infância. Nas suas obras, é forte a presença de sua terra natal. A magia da epopeia do Quilombo dos Palmares, do legado negro, os sinos da igreja, os costumes de uma sociedade rural, senhorial, são fontes de uma inspiração banhada de ternura e religiosidade.



José Matheus de Lima, pai do poeta, e Delmina Simões de Lima, mãe.



Rio Mundaú, em União dos Palmares, o "rio torto" da poesia da infância de Jorge de Lima.



CAPÍTULO V Jorge de Lima



Desde cedo deixou aflorar sua sensibilidade poética

Prosperando nos negócios, em 1902, a família abre uma loja em Maceió, permanecendo, porém, com a de União. O objetivo é a continuação dos estudos dos meninos. No ano seguinte, egresso das escolinhas da sua cidade, onde estudavam com suas tias, Jorge e seu irmão, Mateus, concluem o curso primário em Maceió, no Instituto Alagoano, que tem em seu quadro docente os melhores educadores. É dirigido por Joaquim Goulart de Andrade e Alfredo Wucherer. O Instituto é adquirido no ano seguinte pelo Bispado e convertido em Colégio Diocesano.

Um dos professores é Moreno Brandão, que, ao receber do tímido estudante alguns versos, pergunta quem o ensinou a fazê-los e ele responde: “Aprendi por mim”. O grande historiador alagoano jamais se perdoou quase quando desestimulou aquele talento ao dizer: “Menino, na sua idade, não deve pensar nessas coisas. O tempo não chega para o estudo. Esse negócio de verso atrasa um bocado”.

Embora abatido pela falta de apoio, Jorge de Lima continuou com sua poesia.

Participa de torneios recitativos onde coleciona títulos e são notados os seus dotes poéticos. O irmão Agostinho, um dos seus professores, descobre o talento do jovem e o incentiva, ampliando o universo de leitura de seu discípulo. É estimulante para seu espírito inquiridor, o clima colegial. Conhece em sua banca de exame, o futuro filósofo Jackson de Figueiredo, então anticristão, que se torna seu amigo. Os autores materialistas, racionalistas e evolucionistas estão na moda. Entre seus colegas de estudos estão Octávio Brandão, Pontes de Miranda, Estácio de Lima e Virgílio Maurício.

Em 1909, após concluir os exames preparatórios no Liceu Alagoano, matricula-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador.

Permaneceu dois anos na capital baiana, participando intensamente de debates sobre a filosofia evolucionista, reencontrando-se com Jackson de Figueiredo. Em 1914, transfere-se para capital da República, matriculando-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Visava adquirir maior prática hospitalar e aperfeiçoar-se na carreira. Para isto, fez concurso para interno do Hospital Central do Exército, então um estabelecimento de referência e foi bem classifi-

ficado. Prossegue o curso e obtém o título de Doutor em Medicina, após defender tese sobre o tema: O destino higiênico do lixo e ser aprovado com distinção. O professor Afrânio Peixoto diz ter sido ele o seu melhor aluno até então. No ano seguinte, a saudade de Alagoas e os apelos de seus familiares fazem-no retornar a Maceió, onde passa a clinicar. Estabelece sua residência na atual rua Cônego Machado, Farol, e instala seu consultório na Farmácia Industrial, na Rua do Comércio.

Publica o seu primeiro livro de poesias e se torna conhecido nacionalmente pelo livro XIV Alexandrinos. O soneto O acendedor de lampiões é cada vez mais elogiado pela crítica e é considerado como referência de qualidade. Perguntava-se que espécie de médico era aquele: tão competente em curar os enfermos e que escrevia versos tão lindos?

Conhece, numa viagem de trem a Recife, Adila Alves e se apaixona. Filha do comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, em Maceió, a família põe obstáculos, mas o enamorado Jorge vence as resistências e noiva antes da transferência para o Pará. Casa-se em Belém, em 1916, e retorna com a esposa para Maceió.



Jorge de Lima, o “Príncipe dos Poetas Alagoanos”.

Em 1914, ano de sua formatura em Medicina, no Rio de Janeiro.



O empreendedor

Dois irmãos de sua esposa vieram visitá-la em Maceió. Um deles era aluno do Colégio Militar e se tornaria depois, na década de 60, o famoso marechal Osvaldo Ferreira Alves; o outro, Lourival, muito alegre, decidiu ficar na cidade por mais tempo e Jorge o convenceu a ajudá-lo a montar uma farmácia e uma pequena indústria de medicamentos.

Sem tempo para o dia a dia do comércio, pois a clínica o absorvia totalmente, o poeta já tinha tomado prejuízo com uma refinaria que adquirira em sociedade com João Azevedo. A herança paterna lhe espicaçava a aventurar-se no ramo, pois, médico humanitário, tinha dificuldade de cobrar dos clientes. Outras experiências aconteceram com farmácias laboratórios, como a Farmácia Jorge de Lima e outra, no Rio de Janeiro, mas, decididamente, não era essa a sua vocação. Mais tarde, esse cunhado, tão querido para ele, foi assassinado dentro de um bar no centro da cidade, por um motorista de táxi, após discussão fútil, deixando-o muito deprimido.



CAPÍTULO V Jorge de Lima



Veia política o conduz à Assembleia Legislativa

Seu prestígio como médico nas camadas mais pobres não passou despercebido ao governador Fernandes Lima. Apesar de alguns biógrafos falarem sobre sua ojeriza à política, a verdade é que Jorge de Lima tinha inegável atração por ela. Talvez influência da sua infância, em União, quando via seu pai reunir os amigos à noite e discutir as questões políticas com inteira liberdade. Adolescente em Maceió, já tomava partido contra o governo, chamando os Malta de oligarcas ao tentar escrever no jornal *O Gutemberg*. Médico do governador, que comandou o movimento local das “salvações”, Jorge, notório simpatizante desse movimento renovador, foi indicado pelo próprio chefe do Executivo e eleito para a Assembleia Estadual. Eleito em 1918 e reeleito em 1921, teve, com o seu colega Povina Cavalcanti, importante papel fiscalizador com relação à Companhia de Eletricidade de Maceió, que negligenciava seus deveres e queria maiores privilégios contratuais, contando com forte lobby governista. Procurou ainda amparar as atividades culturais, lideran-



Casa construída por Jorge de Lima, durante a década de 1920, localizada na praça Sinimbu, em Maceió.

Médico Humanitário

Médico, que atende do governador à gente mais humilde, tem grande participação, em 1918, na campanha de salvamento de vidas humanas, por ocasião da terrível epidemia de “influenza”, a famigerada gripe espanhola, que fez milhares de vítimas. Ele próprio, por conta de sua intensa atividade médica, é acometido da doença, mas sobrevive.

Sua casa, agora na praça Sinimbu, rivalizava com o consultório em números de pessoas doentes para atender. Segundo Francisco Valais, o número de clientes aumentava “principalmente, porque ele não cobrava dos necessitados e ainda mandava fornecer-lhes os remédios. Nas casas, ele atendia dia e noite, com o mesmo espírito humanitário”.



Jorge de Lima em seu consultório no Rio de Janeiro, na Cinelândia, no edifício conhecido como “Amarelinho”.

do movimento para construir um monumento em homenagem ao pintor Rosalvo Ribeiro. Parece que seu comportamento ético e sua postura independente, como no caso da companhia elétrica, lhe causaram desconforto nas hostes governistas, tanto que não concluiu seu segundo mandato, renunciando ao mesmo antes de encerrá-lo.

Mas seu amor pela política iria levá-lo, mais adiante, a ser vereador no Rio de Janeiro, presidente da Câmara de Vereadores, e a se engajar ativamente na candidatura presidencial de José Américo de Almeida, em 1937, na campanha em favor da redemocratização, em 1945, na criação da UDN, na candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, e incentivou ainda a candidatura de seu afilhado, o jornalista Arnon de Melo, em 1950, para o Governo de Alagoas. Cordato, sem se perder em questões menores, era também avesso ao exibicionismo da tribuna.

Assim como em Maceió era querido pelos pescadores e pessoas humildes, no Rio de Janeiro era grande a sua popularidade entre os motoristas. O permanente protesto contra as desigualdades sociais e seu amor pelos mais necessitados, provocavam muitos comentários de que era esquerdista e até comunista.



Além do mandato na Assembleia Legislativa de Alagoas, Jorge de Lima também foi eleito vereador pela cidade do Rio de Janeiro chegando a presidir a Câmara Municipal.



CAPÍTULO V Jorge de Lima



Vivendo a efervescência cultural do pós-guerra

A estrela de Jorge de Lima alcançou o seu zênite em Alagoas. Homem de mil ocupações, além da medicina apreciava a política, a pintura, a música, a fotografia, a escultura, a filosofia, a convivência com os amigos. Maceió de pós-guerra está em plena efervescência cultural. Funda em 1919, com um grupo de intelectuais, a Academia Alagoana de Letras. Faz concurso para a Escola Normal como catedrático de História Natural e Higiene. Naquele mesmo ano, para curar as sequelas de uma enfermidade e de uma forte estafa, vai repousar com a esposa no Rio. Na volta, torna-se sócio de Pon-to Chie, mas fracassa em sua experiência comercial.

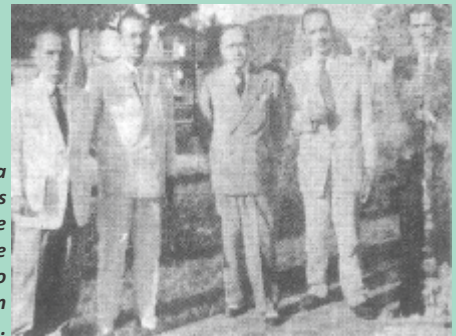
Dois anos depois, é eleito “Príncipe dos Poetas Ala-goanos”. Em 1925, funda a sociedade de Medicina e Cirurgia de Alagoas. Ingressa mais adiante no Instituto Histórico e Ge-ográfico de Alagoas. No ano seguinte, acontece um fato espe-tacular: a adesão do poeta de O acendedor de lampiões ao movimento modernista. Naquela mesma época falece o seu pai e a Litografia Trigueiros publica o livro Poemas. Em segui-da, Essa Nêga Fulô é lançado e suscita muita polêmica. Ele in-tensifica sua relação com os grandes nomes do modernismo brasileiro; faz contato com Mário de Andrade, que visita Ma-ceió; entusiasma-se com a obra de Marcel Proust, defende te-se de literatura no Liceu Alagoano. Com o advento da Revo-

lução de 30, é prestigiado pelos líderes tenentistas. O inter-ventor Luís de França o nomeia diretor do Liceu. Ocupará ain-da a Direção Geral da Instrução Pública e a Direção Geral da Saúde Pública.

Dois fatos foram marcantes nessa época: primei-ro, a conversão do materialista Jorge de Lima ao cristianis-mo, após despertar para a religião através do Espiritismo. A leitura das obras de Kardec e as reuniões noturnas na casa da praça Sinimbu iniciaram uma revisão em sua vida. O Se-meador, órgão oficial da Arquidiocese, anuncia a mudança do poeta que reencontra suas origens espirituais e faz de-senvolver seu profundo misticismo. Atribui-se ao Padre Va-lente o seu retorno doravante terão o timbre indelével da conversão. O segundo fato que assinala o fim de sua per-manência em Alagoas é o atentado a tiros que sofre em ple-no centro de Maceió, por motivos passionais. Mesmo rece-bendo apoio e solidariedade total da sociedade alagoana, a injustiça do autor e a violência do gesto deixaram-lhe aca-brunhado. Decide ir embora para o Rio de Janeiro. A saída é um acontecimento. A população lamenta a decisão. Rece-be grande homenagem da intelectualidade, liderada por Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, José Lins do Rêgo e Valdemar Cavalcanti.



Fundação da Academia Alagoana de Letras, em 1º de novembro de 1919. Jorge de Lima é o último (sentado) à direita.



Da esquerda para a direita: Carlos Moliterno, Sílvio de Macedo, Jorge de Lima, Arnaldo Jambo e Jorge Cooper, em Maceió, 03/08/1951.

Sucesso também no Rio de Janeiro

Já conhecido pelas suas obras e mantendo cor-respondência com os grandes nomes da cultura brasilei-ra, Jorge de Lima alcançou na capital da República o mes-mo sucesso. Só que terá seu trabalho uma ressonância ainda maior. Em 1937, já se encontra presidindo a União dos Intelectuais do Brasil. É laureado pela Revista Ameri-cana de Literatura. Consagra-se como homem de letras, jornalista, médico e desfruta de popularidade como em sua terra natal. É aprovado como professor de Literatura Brasileira da Universidade do Distrito Federal, cadeira muito ambicionada. Eleito presidente da Sociedade Cari-oca de Escritores. O MEC o nomeia para a Comissão Naci-onal de Literatura Infantil. Em 1940, é agraciado com o prêmio máximo da Academia Brasileira de Letras. Sua

obra é reconhecida no exterior. Com a redemocratiza-ção, em 45, é eleito para a Câmara de Vereadores. Dedi-ca-se à pintura e sofre um revés, não obtém votos sufici-entes para ingressar na casa de Machado de Assis. Lança, em 50, a sua Obra Poética, aplaudida pela crítica e pelos leitores em todo o país. No ano seguinte, viaja ao Recife para rever o irmão Matheus. Na volta, vem a Maceió e re-cebe novas homenagens de seus conterrâneos. Em 52, é a vez de Invenção de Orfeu ser saudada internacional-mente. Começa a sua enfermidade. Agrava-se rápido o seu estado de saúde. Em 1953, falece no Rio de Janeiro, com a serenidade de um cristão e o reconhecimento ge-ral de que morria um dos maiores vultos da intelectuali-dade brasileira. Seu enterro comove o país.



CAPÍTULO V Jorge de Lima



Depoimentos sobre Jorge de Lima

“Todo movimento de renovação estética começa com a poesia. Aqui em Alagoas começou com Jorge de Lima, o maior de todos os nossos poetas. Ninguém como ele atentou para valorizar, na poesia, os temas regionais, nossas lendas, tradições e folclore.”

Carlos Moliterno

“Verdadeiro artista, consagrou-se na capital da República como um dos grandes homens de letras, em todos os tempos. Desfrutou de alto conceito e popularidade, merecendo elogios de críticos e das maiores expressões políticas e culturais da nação.”

Tancredo Moraes

“Ainda hoje não consigo ler seus poemas sem um forte frêmito interior. Admiro a extraordinária multiplicidade de aspectos de sua obra, a sua força genuína e intuitiva, aliada a uma técnica impecável. A sua autenticidade parecia-me acima de qualquer dúvida.”

Paulo Ronai

“Claro está que Jorge de Lima, não simpatizando com as amarguras, as injustiças e o materialismo de seu tempo, procura solução pelo seu canto e a encontra na religião, no imutável eterno que se opõe ao transitório.”

Afrânio Coutinho

“Era o ímã da pureza que o atraía. Não tinha excentricidades de gênio, sem anomalias congênitas ou cultivadas. No fundo, era de uma, bondade sem limites. Havia uma singular harmonia entre os seus gostos físicos e espirituais. Uma admirável proporcionalidade marcava o ritmo de suas preferências. Nunca se excedeu; nunca foi polêmico; nunca se destemperou. Nem a política, para a qual não tinha a menor vocação, perturbou a sua serenidade.”

Povina Cavalcanti

“Transitou do parnasianismo para o modernismo, em que se afirmou com poemas de rico sabor regional. Distinguiu-se, depois, por um virtuosismo técnico que não enriqueceu senão o lado formal de seus versos.”

Nelson Werneck Sodré

“O que ele tem de vivo e atual, de brasileiro, de mestiço, ladeia o que comporta de eterno e universal.”

Sérgio Milliet

“Sua prosa é normalmente incluída no rol da ficção de 30, com seus temas regionalistas, suas preocupações políticas e espirituais. Na linha de autores como Jorge Amado ou Graciliano Ramos, sua obra denuncia o coronelismo, a pobreza e o abandono do trabalhador nordestino. Por que ler Jorge de Lima? Porque se trata de um autor intrigante.”

Hamilton dos Santos

“Analisar Jorge de Lima não é tarefa simples. Exige um trabalho gigante, feito com amor, ciência e intuição de uma equipe de críticos. Murilo Mendes já se preocupava com isto ao ler Invenção de Orfeu. Pois não se trata apenas do poeta ou o conjunto de sua obra poética, mas do romancista, do crítico, do pintor, do médico e ainda do político.”

José Fernando Carneiro

“Jorge de Lima realizou o milagre de fundir os tempos. Tem a consciência viva de estar situado no tempo, mas sente a necessidade de transcendê-lo.”

Murilo Mendes

“Sensível às ideias reformistas preconizadas pelos prosélitos de Marinetti, Jorge de Lima aderiu à estética do espírito moderno. Essa adesão, contudo, não implica na aceitação tácita de rebeldia do movimento de renovação que eclodira em São Paulo.”

Mário da Silva Brito

“Em Jorge de Lima, surpreendem e desorientam-nos, a originalidade e a atemporalidade de sua poesia. Ele criou, dentro do evolucionismo poético, um espaço próprio, fazendo-se transcender o seu tempo, pelo que se sobressai como um audacioso revolucionário clássico e moderno.”

Francisco Valois



Jorge de Lima, em pintura de Cândido Portinari.



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO V Jorge de Lima



Fontes Bibliográficas

ATAIDE, Vicente. **Literatura da Língua Portuguesa**. [S.l.]: Ed. Abreu, 1969.

AVELAR, Romeu de. **Coletânea de Poetas Alagoanos**. Rio De Janeiro: Ed. Minerva, 1959.

CAVALCANTI, Povina. **Vida e obra de Jorge de Lima**. Rio de Janeiro: Ed. Correio da Manhã, 1969.

CORREIA, Viriato. Jorge de Lima. In: **Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1953.

DUTRA, Waltensir. **A Evolução de um Poeta**. Rio de Janeiro: Ed. Tupã, 1953.

GOMES, Carla Nogueira. **A Brasilidade Nordestina**. Recife: UFPE, 1989.

GUIMARÃES, J. Ubireval Alencar. **Jorge de Lima**. Maceió: Secult, 1994.

LIMA, Benjamim. **Esse Jorge de Lima!** Rio de Janeiro: Adersen, 1933.

MOLITERNO, Carlos. **Notas sobre a poesia moderna em Alagoas**. Maceió: DEC, 1965.

MONTEIRO, Ângelo. **O conhecimento poético de Jorge de Lima**. Recife: UFPE, 1982.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História do Modernismo em Alagoas (1922-1932)**. Maceió: Edufal, 1980.

_____. **Jorge de Lima: entre o real e o imaginário**. Rio de Janeiro: MINC, Casa de Rui Barbosa, 1994.

VALOIS, Francisco. **Jorge de Lima: tradição, transição e Modernidade**. Conferência realizada em União dos Palmares, [S.l.: s.n.], 1997.





Lamenha Filho

Por sete vezes presidente da Assembleia

Ib Gatto Falcão

Antônio Semeão Lamenha Filho exerceu o Governo de Alagoas no período de 16 de setembro de 1966 a 15 de março de 1971. Em um período em que o processo eleitoral era disciplinado pela legislação revolucionária, recebeu o governo das mãos do interventor, general João José Batista Tubino. Homem do campo, cuidava de seu engenho, denominado Coronha, quando ingressou na política para se candidatar e vencer a eleição de prefeito de sua terra natal, São Luís do Quitunde. Depois, foi eleito deputado, por três legislaturas, tendo sido por sete vezes presidente da Assembleia Legislativa, o que demonstra a sua habilidade e extraordinária liderança. Era o presidente da Casa de Tavares Bastos quando ocorreu o famoso processo de impeachment do governador Muniz Falcão. Isabel Loureiro de Albuquerque registra que, dos governantes conhecidos nas últimas décadas, foi o único que jamais se afastou do Estado por mais de uma semana. Surpreendeu os meios políticos porque, quando todos esperavam que fizesse uma administração marcada pelo partidarismo, preferiu formar um secretariado técnico, voltado para grandes realizações. Entre as obras mais conhecidas, dentre as muitas que inaugurou, está a conclusão do Trapichão que, batizado por Estádio Lamenha Filho, foi recusado pelo homenageado, que preferiu dar-lhe o nome do maior atleta brasileiro de todos os tempos, "Rei Pelé".

Igualmente são conhecidas a criação do Instituto de Tecnologia e Pesquisa Aplicada, o Matadouro Frigorífico de Satuba, a sede do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal, a sede da Secretaria de Saúde, a implantação da Suaval, a Escola de Ciências Médicas e a pavimentação de várias estradas. Destacam-se ainda a criação da Secretaria de Planejamento e o cuidado com a Saúde e a Educação, cujas equipes, compostas de selecionados profissionais, deram ao Estado uma invejável situação no ranking nacional.

Consciente das responsabilidades de seu alto cargo, comandou Alagoas com firmeza, enfrentou "coronéis", influências políticas, enfim, enquanto governador, não deixou que houvesse dúvidas sobre quem mandava em Alagoas. José Carlos Maranhão afirmou em um trabalho que se Juscelino fez por este Brasil, em cinco anos, o que normalmente tomaria cinquenta, Lamenha, discretamente, sem o estardalhaço simpático de JK, foi um Juscelino das Alagoas. O mesmo cronista diz ainda que o homem que administrou o nosso Estado com tanta competência, cuidou de tudo, menos dele próprio; terminou o seu governo em situação financeira difícil. Nem sequer tinha automóvel. Passado dos 50 anos, recolheu-se aos afazeres do Engenho Coronha, abandonou a política e recomeçou a vida de fazendeiro, dedicando-se a reerguer sua propriedade, até então preterida pela política.



CAPÍTULO VI Lamenha Filho



Argúcia política e administrador austero

Desde há alguns anos, afastado voluntária e firmemente da atividade política ostensiva, pelo desentanto que o feriu em plena ascensão, como valor excepcional na vida pública alagoana, voltou-se o dileto amigo Lamenha Filho para recomposição do patrimônio, quase exaurido pela ausência pessoal às atividades, face à dedicação integral aos encargos de governo e o remanso afetivo da família e amigos.

Sua argúcia política, fortalecida por um espírito vibrátil, associada a um corajoso e austero comportamento público e administrativo tornaram-no um valor singular, uma liderança surgente, autônoma e independente que o mérito exaltava. Político das Alagoas, considerado na esfera nacional o melhor governador do Nordeste, na ocasião, esperou, alheio à dissimulada tessitura da vida política nacional, o reconhecimento do mérito em função dos legítimos interesses da província. Esqueceu, talvez, na euforia da ascensão, que o temor da comparação nas Alagoas é infelizmente poderoso. E as esperanças de uma oportunidade de mais amplos horizontes fenece-ram.

Poucos acreditaram que os sortilégios da política não o vencessem. Os seus primeiros aniversários no chão amorável do seu Engenho Coronha se transformaram em ruidosas manifestações de apreço, revelando um incontido desejo de retorno do grande líder, permitindo até a irreverência do saudoso Carlitão (procurador-geral do Estado, Carlos Guida Ferrário Lobo) a exclamar em momento de euforia ante o entusiasmo das manifestações: “Estou anotando os presentes para nos próximos anos conferir”. Mas a decisão era irrecorável e um suave retorno à vida honorável do cidadão respeitado, da esperança sempre imaginada, não se configurou, mantendo e ampliando as afeições sociais, despertando aqui e ali, sempre que um desencontro da vida pública alagoana se dese-nhava, o incoercível sentimento da desejável volta à vida pública do líder hábil, sereno e forte, que exerceu o poder com brandura, conduziu clarividentemente o governo, austero e realizador, criando aquele halo da autoridade

reconhecida, habilmente orientando, numa atmosfera de sutil entendimento, as ações e fenômenos políticos, sociais e administrativos.

E os seus amigos mais próximos, sempre que problemas vários agitavam a vida provinciana, eram interrogados: o que pensa Lamenha? Qual a sua opinião? E quando o encontrávamos e transmitíamos a inquietação dos conterrâneos, respondia-nos com bonomia: “O meu período já passou”. E, às vezes, acrescentava, de forma discreta: “Pena que a sabedoria política na condução da vida pública não se exerça com inteligência na finura dos seus princípios”.

Modesto proprietário rural, agricultor desde a adolescência, na condução diligente de uma família de classe mé-

dia, realizou, entretanto, uma vertical caminhada na vida pública do Estado: prefeito municipal, deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa e governador. E, o que é digno de nota, o fazendo sem concessões ou acomodações de qualquer natureza. Dele, ninguém poderia dizer, como em determinada época se anunciou no



Antônio Semeão Lamenha Filho assumindo o Governo do Estado, no palácio dos Martírios.

Império, que o progresso de um determinado titular assinalava cada degrau ascendido a uma queda anterior, tamanhas as concessões.

Integrado às hostes do Partido Social Democrata, confirmou de logo uma liderança nova, esclarecida, plena de espírito público, suavemente corajosa e independente. Sem o respaldo do diploma universitário, revelou uma formação política, sociológica e literária expressiva, que lhe permitiu participar com relevo dos foros partidários, examinando, discutindo, e influindo nas decisões. Conferiu ao Legislativo do Estado uma dignidade exemplar. Austero nas providências, hábil na condução política, arguto na interpretação dos comportamentos e decisões, conquistou quase extras partidariamente sucessivas eleições para a presidência, tal a confiança que despertava.

Em momento grave e tumultuado da vida pública alagoana, por amor, exclusivamente, aos princípios que defendia e à dignidade do Legislativo, conduziu com firmeza exemplar a Casa, aglutinando lideranças eminentes e organizações partidárias diversas, não temendo o sacrifício.



CAPÍTULO VI Lamenha Filho



Lamenha não publicou seu arquivo: a História sai perdendo

Faleceu sem publicar seu arquivo, que dizia ser contribuição indiscutível à verdade histórica. E ante as solicitações frequentes que recebia de oferecer mais esta contribuição à vida pública dos alagoanos, dizia: “É cedo, encontram-se ainda nos palcos muitas figuras...e não me interessa o papel de demolidor”.

Após um período de interventoria em nosso Estado, em seguimento ao governo de Luiz Cavalcante, a legislação revolucionária deliberou prover os governos dos Estados através de eleições pelos legislativos locais. E, pela confiança que despertava, embora candidatos de mérito existissem, obteve ampla maioria que o fez governador. Não foi à Brasília realizar contatos, obter solidariedade. Aguardou, serenamente, em Maceió, o resultado da indicação presidencial.

Em episódio interessante, no dia esperado da decisão presidencial sobre a lista de candidatos ao governo de Alagoas, elaborada pela Assembleia Legislativa, subitamente, foi acometido de uma crise renal de grande intensidade. Fui obrigado, a contragosto dele, porque desejava manter-se desperto, a sedá-lo ante o sofrimento insuportável. Aceitou a determinação médica, mas disse-nos que abrissemos o telegrama esperado com o resultado. E, quatro horas após, foi despertado já com o chamado de governador porque a escolha presidencial recaía no seu nome.

No entanto, embora a confiança pública existente, a impressão geral era de que um governo eminentemente político se implantara considerada a tradição do titular, praticamente formado nas atividades legislativas e possuidor de uma pequena experiência administrativa numa prefeitura municipal. E a grande surpresa para os alagoanos foi assistir à constituição, com grandeza, de um governo provido de valores reais sem o apelo predominante dos coeficientes eleitorais e partidários. Quanto à conciliação da vida política e administrativa, o governador realizou com firmeza e habilidade, assegurando o primado do interesse público na condução do Estado. Manteve, numa época difícil, a convivência reciprocamente respeitosa do Governo Estadual com os órgãos militares, granjeando prestígio e respeitabilidade dos chefes militares dominantes. Cultivou permanente entendimento com as grandes lideranças políticas do Nordeste, como Nilo Coelho, João Agripino, José Sarney, Lourival Batista, realizando uma ação regional expressiva e forte em função dos interesses comuns.

Cioso das responsabilidades governamentais, um dia foi pessoalmente ao quartel de polícia conversar com seus oficiais, como nos dizia, na linguagem franca como os militares apreciam, assegurando a eficácia e unidade das providências que o Estado estava a requerer pela confiança que se fortalecia reciprocamente entre o governador e a corporação. E não era sem razão que se orgulhava de distinção honorífica que lhe fora concedida.

Falava, com liberdade, sobre problemas sociais, realçando os ensinamentos hauridos na adolescência, ao con-



Lamenha Filho, em conversa informal com o senador Amon de Mello.

viver com os teóricos do socialismo real, na busca utópica da felicidade comum.

Em pronunciamento memorável, motivado para os interesses da educação superior de jovens alagoanos, aprovados e não matriculados na universidade por falta de vagas, disse estar levando o poder ao povo, assumindo o governo de Alagoas os ônus financeiros e administrativos para a desejava abertura das portas da universidade aos jovens postulantes e em sequência oferecendo-lhes uma grande escola médica.

Em determinado momento da vida política e administrativa alagoana, já fora do governo, aumentou o número de visitas ilustres a quem recebia com apreço, dizendo-nos textualmente ouvi-las sem pestanejar, olhar firme, mas reservado, sem opinar, em função da maior ou menor convicção da sinceridade e credibilidade das confidências. E nesse momento, dissemo-lhes que parecia estarmos no “Morro da Graça”, residência de Pinheiro Machado, que, diziam os jornais, era mais frequentada que o Palácio do Catete. Ao ser eleito prefeito de São Luiz do Quitunde, guardou duas garrafas de champanhe das festividades realizadas para a posse como governador. Realizada a premonição, preparou-se para o momento comemorativo. Mas o tempo corroera as rolhas das garrafas e o líquido perdera a vitalidade para o ruidoso espoucar da vitória. A afetiva decepção representou, talvez, um ensinamento sobre a ação do tempo, que, se não perdoa as garrafas de champanhe, quanto mais a memória dos homens.



CAPÍTULO VI Lamenha Filho



Uma administração relevante e reformadora

Fez uma administração relevante e reformadora. Implantou o planejamento administrativo e, corajosamente, em documento público, com o Estado em plena saúde financeira, obtida no primeiro período de governo, declarou não realizar a política de mão estendida em busca do dinheiro, mas orientado no desenvolvimento de uma administração participativa com o governo central.

Assumindo o governo, encontrou uma folha de pagamento do funcionalismo público com 100% de aumento concedido ao final do governo anterior. As finanças estaduais honraram o desafio e nos anos subsequentes as despesas de capital e investimento se inscreveram nos orçamentos estaduais em expressivos percentuais.

Suas mensagens anuais são um repositório valio-

so de informações da vida e do desenvolvimento de um Estado do Nordeste em busca do progresso. Na Sudene, a representação alagoana, que exerci, desfrutava do prestígio e da confiança que possuía o governo das Alagoas no trato dos pleitos formulados.

Visitando São Paulo para inaugurar um escritório de representação do Estado (por coincidência no dia em que os tanques desfilavam nas avenidas de São Paulo em função do AI 5, que fora expedido pelo governo central), hóspede do governador Abreu Sodré, no Palácio dos Bandeirantes, visitando as Federações da Indústria e Comércio, foi recebido com relevantes manifestações de apreço dessas grandes instituições. E, paralelamente, uma administração austera propelindo o Estado para melhores dias.



Governador Lamenha Filho recebe em palácio a classe produtora do Estado: Carlos Breda Filho, Amauri Lopes, Gustavo Paiva Filho, Euclides Bandeira e Dr. João Azevedo Filho.



Lamenha Filho visita a Secretaria de Educação e Cultura, uma das prioridades de sua administração. Ao seu lado, o titular da Senec, José de Melo Gomes.

Recebeu garrafas de uísque de um visitante: mandou recolhê-las ao almoxarifado do Palácio dos Martírios

Foi também o governador rígido na preservação da autoridade do cargo que, um dia, recebendo uma visita interessada em prestar serviços rodoviários ao Estado, insistente, em meio à discussão dos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, resolveu ofertar uns litros de bom uísque ao governador. Polidamente, rejeitou a gentileza, mas ante a insistência do visitante, suavemente, chamou o chefe do Gabinete Militar, apresentou-o ao ofertante e tranquilamente determinou que recebesse o presente e o inscrevesse no ativo do almoxarifado do Palácio.

O folclore da província, um dia espalhou que um diretor de serviço estadual, funcionário modesto, mas seu amigo, comprara um trator, equipamento acima das posses do adquirente. Encontrando-o logo após, perguntou suavemente: “É verdade que você comprou um trator?”. E o velho servidor respondeu com facilidade: “Comprei para o meu sítio um burrinho, mas o animal é tão forte que batizei de trator”. E, enquanto isso, recebia em audiência, insistentemente solicitada, a Romeu de Avelar, pseudônimo literário de Luiz de Moraes, conceituado escritor e boêmio, famoso pelas su-

as irreverências, que vinha aconselhar o seu velho amigo:

“Você está promovendo divulgação na imprensa do Rio de Janeiro sobre Alagoas, procurando fortalecer uma imagem de serenidade de nosso povo, de interesse pelo desenvolvimento, ordeiro de comportamento. Vim aconselhá-lo a não continuar. De alguma forma, a fama de valentia dos alagoanos de alguma coisa nos serve; se a perdemos, corremos o perigo de pensarem que nos tornamos efeminados”

E, assim, o seu governo, realizando e desenvolvendo o Estado, concluiu o mandato.

Solicitado pelo presidente da República, enviou nomes que julgava capazes de sucedê-lo. Não fez proselitismo. Aguardou serenamente a decisão. Declarou publicamente que o escolhido, apesar dos méritos, não constava de sua lista de candidatos. E voltou para casa dignificado pelos seus concidadãos.



CAPÍTULO VI Lamenha Filho



Esperou o reconhecimento da obra realizada. Não ocorrendo a justa aspiração, voltou às origens da vida agrícola, ao seio da família e ao convívio dos amigos e dos seus livros. Sem deliberada iniciativa, aos domingos, começaram a visitá-lo alguns amigos. Era a conversa amena e descontraída, analisando, em múltipla e frequente discussão extensiva, problemas nacionais e locais, estórias de políticos e problemas sociais. Toda esta gama de comunicativa atividade, pronunciamentos do anfitrião, conceitos, julgamentos e informações, orientações de interesse público, tudo isso, impessoalmente, se analisava pelo prazer da discussão, desinteressada, respaldada pelo espírito público.

Políticos, empresários, magistrados, às vezes compareciam e o clima animava-se com o leque amplo de discussão sobre os problemas da província. Heterogêneo, o “senadinho”, como a própria imprensa de vez em quando mencionava, contava, como frequentadores assíduos, Tércio Wanderlei, Moura Rocha, Jaques Beder, Floriano Ivo, o jornalista Bernardino Souto Maior, os coronéis Gerson Argolo e Pereira, Nilson Miranda, este quando presente em Maceió, e Pierre Sarmiento, que constituíam o grupo que enchia as manhãs do inesquecível amigo e o trazia quase ao prosaetismo da vida pública alagoana.

Dias houve em que Lamenha penitenciava-se de não haver implantado um serviço de gravação, tamanha a veemência e valor dos fatos narrados, soluções não conhecidas, verdades históricas. Uma ocasião nos contou como ato difícil de governo o instante em que resolveu nomear um juiz que, naquela época, como nódoa, arguia-se haver sido comunista na juventude. O governador, firmado na legalidade do ato e no mérito do candidato, não cedeu às injunções que se alteavam, efetivando a decisão. Como ao mesmo tempo, encantadoramente, nos contava o comentário de uma ouvinte da Rádio Difusora que, ao tomar conhecimento de declarações do governador sobre suas predileções musicais, quando mencionou os grandes clássicos, disse sem reserva: “O se-



Uma administração marcada por grandes obras, a exemplo da construção da Fundação Governador Lamenha Filho - Escola de Ciências Médicas, hoje Universidade Estadual de Ciências da Saúde, e o Estádio Rei Pelé.

nhor do engenho Coronha devia era falar de forró e samba, em vez de enaltecer aqui Chopin e Beethoven”.

Às sextas-feiras, no intervalo das atividades comerciais e bancárias regulares, frequentava, na Casa Leahy, à Rua do Comércio, o Consulado Anglo-Penedense do saudoso Mário Leahy, rígido nos princípios de sua origem inglesa, fiel súdito da Rainha da Inglaterra e de Penedo, os seus afetos, ali encontrando múltiplos amigos. E a troca de informações, consultas, perguntas, efetivava-se. Como episódio revelador de seu espírito aberto e algo irônico, contou-nos um dia, no “senadinho”, um diálogo ali travado. Ilustre médico transmitiu-lhe críticas sobre estabelecimento público estadual e sua direção. Lamenha ouviu com tranquilidade e, ao final, declarou: “Você tem razão. Da lista de candidatos que o diretor me trouxe, eu vetei apenas um nome, mas ele me convenceu dos motivos da indicação e eu concordei. Foi você”. E a crítica amainou. Os seus anunciados arquivos ficaram inéditos embora a relevância dos assuntos e acuidade crítica do autor, comentando-os entremeados das citações dos filósofos que frequentemente usava, das máximas de Maquiavel, das ironias de Bernard Shaw, que o seduziram, como convém a um espírito culto e liberto.



Lamenha Filho transmitindo o governo para Afrânio Lages, no Palácio dos Martírios. Vendo-se ainda na foto, o professor Ib Gatto Falcão, dr. Murilo Mendes, Gerson Argolo, o radialista Luiz Tojal, entre outros.



CAPÍTULO VI Lamenha Filho



Depois da política, o ex-governador Lamenha Filho, num momento de descontração, em exílio voluntário, no engenho Coronha.

Mecenas da Cultura e da Academia Alagoana de Letras

Seus discursos oficiais foram repositório de orientações de governo. O Conselho Estadual de Cultura que implantou no Estado mereceu uma oração de fino trabalho literário que impressionou ao acadêmico Josué Montello, na época, presidente do Conselho Nacional de Cultura, despertando calorosos elogios. Foi mecenas da Academia Alagoana de Letras, facultando-lhe a posse de uma sede condigna. Em certa ocasião, num momento crucial da vida política alagoana, em pronunciamento lapidar, comentou com finura e malícia: “Os bons políticos não se vingam”.

Analisando senões ocorridos em publicações sobre fatos históricos e episódios políticos de Alagoas que conhecera, participara e vivera, dizia-nos: “A História tem algo de Messalina... Ao saber de interesses pessoais, o historiador acolhe e perfila falsas informações, julgamentos menos verdadeiros, que o tempo, lamentavelmente, pelo valor da palavra escrita, endossará”.

Foi essa personalidade marcante que desapareceu para a mágoa de seus amigos e empobrecimento de uma sociedade tão parca no reconhecimento de seus valores. Mais um domingo sem Lamenha, dizemos nós que, nas manhãs desse dia, vivíamos a festa da inteligência e do fraternal convívio com o cidadão eminente que, à semelhança do grande Demócrito, um dos maiores da nossa terra, era, na conceituação de Batista Acioli (governador eminente), ao mesmo tempo, governo e opinião pública.



Lamenha Filho: “Os bons políticos não se vingam”.



IB GATTO FALCÃO

Médico, escritor e professor. Integrou a Academia Alagoana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e a Sociedade de Medicina.



CAPÍTULO VI Lamenha Filho



Fontes Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre a História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1989.

_____. **Nosso Estado, nossa História**. Maceió: Sergasa, 1991.

CARVALHO, Rubens Vilar de. Encontros com Lamenha. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, jan. 1997.

GOVERNO DO ESTADO. **Mensagem Governamental apresentada pelo Governador Lamenha Filho, à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas**. Maceió, 1968.

GOVERNO DO ESTADO. **Mensagem Governamental apresentada pelo Governador Lamenha Filho, à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas**. Maceió, 1969.

GOVERNO DO ESTADO. **Mensagem Governamental apresentada pelo Governador Lamenha Filho, à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas**. Maceió, 1970.

MARANHÃO, José Carlos. Governador Lamenha. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 1977.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. **Mitologia Estudantil**. Maceió: Sergasa, 1994.

PINTO, Geosélia da Silva. **História de Alagoas**. Maceió: [s.n.], 1979.





Guedes de Miranda

O Demóstenes Alagoano

Antônio Aleixo Paes de Albuquerque

Como que utilizando fragmentos de aço, a faísca da pedra de fogo feria o artífice. Naquela oração do gênio, o professor Guedes de Miranda, artífice da palavra limpa e penetrante, dizia com propriedade, que “o gênio faz o desespero dos pesquisadores de almas”. Falando a respeito de Tavares Bastos, era como se, inconscientemente, falasse de si, porque “o gênio se deslumbra e perturba. Ninguém lhe conhece as origens, nem lhe soluciona as incógnitas que anuncia”. Era, portanto, um gênio falando de outro gênio. E, assim, justifica-se, plenamente, a iniciativa de relacionar o nome do professor Antônio Guedes de Miranda entre os vultos que, pela honradez, cultura e força de trabalho, ficarão perpetuados na memória do Estado de Alagoas, com

indiscutíveis repercussões nacionais.

A oratória foi uma valorizada expressão da educação antiga. As civilizações clássicas, Grécia e Roma, dedicaram-lhe atenção especial sendo instrumento fundamental da prática política. Quem não admira a eloquência de Péricles, Demóstenes, Cícero e Marco Antonio? No Brasil, tivemos também grandes tribunos que souberam honrar a atividade parlamentar. Alagoas deu excelente contribuição nesse ramo com uma tradição de grandes oradores. Um deles foi, sem dúvida, Antônio Guedes de Miranda. Nascido em Porto Calvo em 16 de maio de 1888, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife e Deputado Estadual em várias legislaturas.



CAPÍTULO VII Guedes de Miranda



Nasceu quando o sino badalava

Guedes de Miranda nasceu em Porto Calvo, Alagoas, a 16 de maio de 1886. Como ele mesmo registrou em seu Encontro com o Tempo, nasceu “ao meio-dia, quando o sino da matriz badalava doze vezes sobre a cidade”. Na pia batismal, recebeu o nome de Antônio. Seus pais foram o major da Guarda Nacional, Manoel Jerônimo Guedes de Miranda e Júlia Braga de Miranda, cujas famílias tinham origem lusitana. Fez seus primeiros estudos com o cônego Machado, e depois de concluir o preparatório em Maceió, onde estudou,

inclusive com o professor Agnelo Barbosa, rumou para o Recife, tendo ingressado na Faculdade de Direito, em 1906.

Formado em 1910, voltou para Maceió, onde, mais tarde, se consagrou como político idealista, professor, advogado, jornalista e orador. Suas reminiscências, ora comoventes, ora hilariantes, quer como menino em Porto Calvo, quer como estudante de Direito em Recife, ou, ainda, como político em Alagoas, foram, postumamente, publicadas no livro *Eu e o Tempo*.

Aspecto de uma rua de Porto Calvo, terra natal de Guedes de Miranda.



“Foi um político sério, democrata e liberal”

Interventor, secretário de Estado, procurador-geral do Estado, deputado estadual e vice-governador (ocupou os principais cargos públicos em Alagoas), Guedes de Miranda sempre teve uma atuação honrosa e profícua. Iniciando na política em 1909, foi um destacado político, sério, democrata e liberal. Dele, disse o historiador Jayme de Altavila:

“Jamais defendeu uma causa indigna; jamais esteve em conluio com os déspotas, pois o seu temperamento era o de um democrata que sempre ficava ao lado dos mais fracos e oprimidos, em consonância com as suas convicções. A terra natal, que sempre reverenciou e fez justiça ao seu talento não foi justiceira, todavia, nos momentos em que ele pretendeu uma posição política no Parlamento Nacional. Guedes de Miranda, com sua cultura jurídica e o seu poder de convicção, muito teria feito por Alagoas.”

Moço pobre, Guedes teve seu talento reconhecido

já em sua terra natal. Cedo aprendeu com o inigualável orador sacro, o cônego João Machado de Melo, de quem foi auxiliar, os segredos da arte de Cícero e de Demóstenes. Ficaram famosas as suas orações nos casamentos e batizados. Em 1910, já consolidara seu prestígio como orador primoroso, com frases de efeito que galvanizavam a atenção dos ouvintes. A política o atraiu de imediato. Nos famosos leitões da salvação de ordem presente o jovem portocalvenses como deputado estadual em várias legislaturas, sua eloquência fazia tremer os alicerces da Casa de Tavares Bastos.

Na sua vida política tumultuada, Guedes de Miranda enfrentou lutas que se desenvolveram em torno do Poder, em cujas ocasiões se destacaram nomes de relevo, como Batista Acioli, Fernandes Lima, Paes Pinto, Clodoaldo da Fonseca, Alfredo de Maya, Afrânio Jorge, Gabino Bezouro, Euclides Malta, entre outros.

Das suas lutas, disse, ainda, o professor e historiador Jayme de Altavila: “Sua palavra inflamava os ambientes onde ecoava e jamais assistimos a um esmorecimento em suas atitudes cívicas”.



CAPÍTULO VII Guedes de Miranda



O Homem Integral

Cícero afirmava que o verdadeiro homem, o “homem integral” de tudo deveria saber, de tudo deveria ter conhecimento, ainda que fosse um conhecimento superficial ou incompleto. E Cícero “sabia a respeito de tudo”, sustenta Tassilo Orpheu Spalding, “até da arte de fazer versos; mas não foi poeta. O pouco que deixou, porém, dá-lhe muita honra: é o esforço de um intelectual, esforço honesto e generoso, que procura, antes de tudo, criar novas formas de expressão”.

E Guedes de Miranda foi assim. Parece que se aconselhara com o autor de *Pro Milone* e *De Officiis*. Mestre, grande tribuno (no Foro ou nos comícios), grande expositor (nas salas de aula, nas palestras ou no Parlamento), matemático, jurista, político, escritor, jornalista e historiador. Guedes de Miranda, inteligência privilegiada, não deixou de se envolver, no ocaso da vida, com a arte poética, tendo merecido do amigo e também professor Jayme de Altavila, as seguintes palavras:

“Talhou, com as suas próprias mãos, sem ajuda alheia, o monumento de sua vida agitada e sempre dedicada à eloquência, ao direito, à literatura, e, por fim, à poesia. Foi mestre e esteta em todos os gêneros de sua atividade intelectual: mestre na tribuna judiciária, mestre na cátedra ou da Faculdade de Direito, mestre no Jornalismo, mestre no cavalheirismo.”

Tendo lecionado no Liceu Alagoano, tradicional colégio de Maceió, onde assumiu as cadeiras de História e Matemática, foi o professor Guedes de Miranda fundador da Faculdade de Direito de Alagoas e seu terceiro diretor.

Em seu livro de discursos *Exaltação à Terra e Sua Gente*, o Cícero de Alagoas, como era conhecido nos meios intelectuais, tratou de Filosofia, de Direito, de História, de Arte, de Política e de Literatura, deixando, enfim, outros livros inéditos (*Eu e o Tempo*, memórias; *Antes Que Desça a Noite*, poesias; e *Holandeses em Porto Calvo*, his-

tória), publicados pelo Departamento Estadual de Cultura.

No Jornalismo, o ilustre biografado pertenceu à *Tribuna*, em 1912; ao *Diário do Povo*, em 1918; ao *Jornal do Commercio*, 1922; e ao *Jornal de Alagoas*, entre 1935 e 1936, onde foi diretor.

Do jurista e pensador, o professor Altavila destacou o seguinte:

1ª) Da conferência na chegada do Fogo Simbólico, em 1944: “Um povo que leva a guerra fora de suas fronteiras, para varrer do mundo a tirania, para libertar os povos acorrentados nos ferros do Nazismo, tem a consciência de sua força, de sua unidade, da sua coesão, da sua existência nacional e de sua soberania”;

2ª) Da Oração da Democracia, em 1943: “Atenas amou a sabedoria e a beleza, mas amou, sobretudo, a liberdade. E, nos impulsos desse amor, insculpiu um pentélico nos moldes eternos de sua glória”;

3ª) Da Oração do Município, em 1946: “Amemos a terra, cultivemo-la, que a terra generosa e ubérrima das Alagoas nos alimentará, nos arrancará das garras da fome e da miséria”;

4ª) Da Oração da Jubileu de Prata da Faculdade de Direito de Alagoas: “De todas as formas de servidão, a que mais degrada e humilha a dignidade humana é a que oprime o pensamento e agrilhoa as ideias”.



Guedes de Miranda (destaque à direita), na Praça da Catedral, recebendo o Fogo Sagrado da Pátria, em comemoração à participação do Brasil na II Guerra Mundial contra as potências do Eixo.



CAPÍTULO VII Guedes de Miranda



“Me enterrem em Porto Calvo”

Guedes de Miranda, o homem da “Casa das Bolas Azuis”, como era conhecida a sua casa, ao falecer, em Maceió, havia mudado de residência, embora no mesmo bairro, para a rua que tem seu nome no Alto do Farol.

Falecendo no dia 1º de agosto de 1961, por volta das 8 horas, foi sepultado no humilde cemitério do Alto da Força, em sua terra natal, Porto Calvo. Ali, fez-se o seu desejo, manifestado em seu poema Minha Última Vontade:

*“Quando eu morrer amigos e parentes
Me enterrem em Porto Calvo.
Foi lá que eu nasci, vivi minha infância
E adolescê feliz e livre como um pássaro solto:*

*Atirando pedra nos moleques do Cafundó,
Balançando turíbulo nas procissões,
Bebendo vinho de missa na sacristia,
Vaiaando a velha Cai Cai,
Furtando laranjas no quintal do padre Ivo,
Pedindo esmola para o azeite do Santíssimo,
Atravessando a nado o Manguaba,
Espiaando as mulheres tomarem banho no rio,
E praticando outras artes que não devo narrar.*

*Sobre a cova profunda encravem uma cruz,
Talhada em sucupira.
De braços abertos, ao chilrear dos papa-capins,
Aos mestos arrulhas do fogo apagou.*

*De noite o Manguaba sob o céu estrelado,
Embale o meu sonho, cantando as toadas,
Que quando menino com ele eu cantava,
E a terra materna devore o meu corpo,
Na fome canina absurda do nada.*

*Minha última vontade aqui eu proclamo:
Quando eu morrer amigos e parentes
Me enterrem no velho Porto Calvo.
Foi lá que eu nasci, vivi minha infância,
E adolescê feliz e livre como um pássaro solto.”*

(Esses versos foram escritos nove meses e oito dias antes do falecimento do autor).

Em razão de seu falecimento, é que os jornais, daqui e de fora, noticiaram com pesar. O Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Alagoas, através de seu jornal A Voz do Direito, publicou Alagoas de Luto, registrando, com destaque, o infausto acontecimento. Diz, em um dos tópicos, o jornal acadêmico: “O professor Guedes de Miranda que, agora, repousa na sua pequenina Porto Calvo, de que costumava falar nos últimos tempos, com saudade da in-



Estampada na capa do jornal do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, a notícia do falecimento do professor Guedes de Miranda.

fância, foi uma das raras personalidades de Alagoas que preferiu não abandonar a sua terra. Aqui nasceu, viveu, sofreu e morreu. Foi poeta, filósofo, político e jornalista. Verdadeiro gigante da oratória, o professor Guedes tornou-se conhecido e admirado no Brasil inteiro”.

E noutro tópico: Velho Mundo, seu último poema (Canto de Cisne), abaixo transcrito, foi feito em 13 de junho deste ano (refere-se a nota de 13 de junho de 1961), e publicado no Jornal de Alagoas de 18 do mesmo mês.

*“Velho Mundo, velho mundo,
Como eu gosto de você!
Embora...
Embora Locusta continue a fabricar venos,
Nero a incendiar cidades,
Clitenebra a assassinar maridos carregados de glórias,
Lago a intrigar,
Aretino a difamar e a denegrir.*

*Velho Mundo, velho mundo,
Como eu gosto de você!
Porque...
Porque ainda existem irmãs meigas como Ofélia,
Esposas leais como Penélope,
Filhos piedosos como Enéias,
E porque, velho mundo,
O Mal em luta contra o Bem,
Não contaminou a essência de sua alma
Inquieta, dolorosa e vária”*

E foi o adeus. Calou-se o velho mestre para a tristeza da juventude que ele chamava de “explosão da ma-drugada”; calou-se para a mágoa dos que, com ele, se aconselhavam nos embates políticos ou jurídicos; calou-se, com ele, parte da cultura alagoana. E calou-se o poeta amargurado, mas cheio de esperanças como tantas e tantas vezes cantou na Academia Alagoana de Letras, da qual fazia parte como fundador. Pertenceu, igualmente, ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.



CAPÍTULO VII Guedes de Miranda



O admirável Guedes de Miranda

O desembargador Carlos de Gusmão, em seu Boca da Grotta, tratando da fotografia e da caricatura, afirma que “o retrato se parece menos com a pessoa do que a caricatura”, porque, como já afirmara, “o retrato é objetivo: representa o objeto copiado, em si, por si, só. A caricatura é subjetiva: traduz a imagem de quem nos impressionou, o nosso estado d'alma a respeito do que observamos e até sentimos...”.

E, assim dizendo, pleno de convicção, conclui:

“Ali está, por exemplo, o nosso presidente. A gente olha para ele com os olhos da cara e também com os do pensamento, e vê o nosso admirável Guedes de Miranda: dos lábios, finos como uma linha de pedra, corre um sorriso irônico para as coisas materiais da vida; do cérebro jorram ideias que sobem aos milhões pelos cabelos assanhados como uma rodinha de fogo nas noites de São João. Sacode cabeleira, desgrehada, e a nossa imaginação vê e sente ali, varrendo o céu, como o clássico Penache de Cyrano, a copa de um coqueiro alto de Tatuamunha, batido pelo Nordeste. Ora, nem o corpo esguio, nem os lábios finos, nem aqueles óculos grande e brilhante como lanternas de auto quando está infringindo o regulamento dos veículos em plena rua da cidade deslumbrantemente iluminada, nem a cabeleira desgrehada que vemos; nada disso é o que o retrato do Guedes copia ou reproduz. Só a caricatura o expressará tal qual o nosso estado d'alma o vê. Somente ela nos pode dar esse Guedes de Miranda mental que nós vemos, mais parecido com ele do que seu próprio retrato....”

E finaliza: “É por isso que o que acima está riscado - a caricatura do Guedes de Miranda - que eu fiz, se estiver realmente bem feita, deve parecer mais com ele do que o Guedes que está solenemente presidindo esta sessão da Academia Alagoana de Letras”.



Guedes de Miranda, que se notabilizou pela grande oratória, em um de seus mais fervorosos discursos, durante evento em homenagem ao marechal Deodoro da Fonseca.



Guedes de Miranda participa de solenidade com o arcebispo Dom Ranulfo de Farias, o governador Silvestre Péricles e outras autoridades.



CAPÍTULO VII Guedes de Miranda



“Uma grande luz se apagou”

Na noite do dia 11 de dezembro de 1961, quatro meses após o passamento do professor Guedes de Miranda, o diretor da Faculdade de Direito de Alagoas, professor Jayme de Altavila, prestou uma homenagem à sua memória, considerando que o seu falecimento, no meio intelectual de Alagoas, foi, na expressão do professor Osman Loureiro, “como uma grande luz que se apagou”.

E, assim, naquela noite, na sala do 1º ano de Direito daquela escola, foi colocada uma placa de bronze com a seguinte inscrição: “Nesta sala, o professor Guedes de Miranda proferiu suas belas aulas de Direito. 1931-1961”. Chamava-se “Sala Demócrito Gracindo”, ilustre mestre sobre quem o professor Guedes já pronunciara o discurso intitulado Oração de Demócrito. De fato, os alunos corriam até a Sala Demócrito Gracindo para ouvir as aulas sempre enriquecidas de ilustrações históricas daquele que, era um grande admirador da História da Grécia.

Fazia questão de ser peripatético, lembrando Aristóteles. Ali estava o orador, o poeta, o filósofo, o mestre e o amigo, que sabia cativar os seus alunos, conservando um coração amante da vida e um espírito tangido pela iluminação do saber. Naquele homem de estatura agigantada, cabeleira revolta trazendo, na face, uma certa expressão de angústia, que é mesmo típica dos inesquecíveis advogados cri-

minais, havia, de forma irrefutável, a presença de um sentimento vivo de humanidade.

Mas, passado o tempo, sua memória esvaeceu-se. Ressalvadas uma praça e uma rua que têm o seu nome, e, bem assim, as publicações já referidas, nenhuma outra homenagem de repercussão foi-lhe prestada in memoriam. Por isso, em artigo intitulado O Homem e o Tempo, publicado no jornal Gazeta de Alagoas de 15 de maio de 1996, o ilustre magistrado Wilton Moreira da Silva, quando se completaram 110 anos do nascimento do professor Guedes, disse: ressentido:

“O professor Guedes de Miranda, que ajudou no registro da História de Alagoas, através de atos administrativo, político e cultural, ficou sem memória de sua vida, porque, no decurso da passagem de 100 anos de seu nascimento, não houve qualquer homenagem póstuma em torno de seu nome.”

Como o gênio é indecifrável, como ele mesmo disse em sua flamejante oração em memória de Tavares Bastos, tem-se, aqui, apenas um singelo painel da vida valorosa de um homem a quem o povo admirava: Antônio Guedes de Miranda.



Guedes de Miranda discursa na solenidade de posse do governador Silvestre Pêrcles. Na foto ainda estão o governador de São Paulo, Ademar de Barros, e o jornalista Batista da Silva.



ANTÔNIO ALEIXO PAES DE ALBUQUERQUE
Advogado, professor e jornalista.



CAPÍTULO VII Guedes de Miranda



Fontes Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Antônio Aleixo Paes de. Guedes de Miranda, o Poeta. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 01 ago. 1962.

ALTAVILA, Jayme de. Em Memória de Guedes de Miranda (Apresentação do livro *Eu e o Tempo*);

A Voz do Direito. Órgão do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade de Alagoas. Imprensa Oficial, Maceió agosto de 1961, números 5 e 6;

DURVAL, Cyridião. Resumo histórico da Faculdade de Direito de Alagoas. In: **Documentário Histórico da Universidade Federal de Alagoas**. Maceió: Edufal, 1982.

GUSMÃO, Carlos. **Boca da Grotá**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1970.

MIRANDA, Guedes de. **Exaltação à Terra e sua Gente**. Maceió: Imprensa Oficial, 1957.

_____. **Antes que Desça a Noite**. Maceió: Imprensa Oficial, 1962.

_____. **Eu e o Tempo**. Maceió: Imprensa Oficial, 1967.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. A Faculdade de Direito de Alagoas e seu Fundador. In: **Caderno nº 2. Curso de Doutorado de Direito**. Maceió: Imprensa Oficial, 1965.

SILVA, Wilton Moreira da. O Homem e o Tempo. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 15 ago. 1996.

SILVEIRA, Paulo de Castro. O Velho Guedes visto por Laurentino (Apresentação do livro *Assim Era Guedes de Miranda*).

SPALDING, Tassilo Orpheu. Apresentação da obra de Mário Túlio Cícero: **Da Velhice e da Amizade**. São Paulo: Cultrix.

VEIGA, Laurentino Rocha. **Assim Era Guedes de Miranda**. Maceió: Imprensa Universitária, 1978.





Padre Afonso de Albuquerque Melo

Primeiro jornalista alagoano

Douglas Apratto Tenório

No Brasil, precedendo o extraordinário surto de progresso registrado no segundo quarto do século XIX, os anos trinta e quarenta são marcados por um avanço material mais lento. Os primeiros passos da jovem nação, emancipada por D. Pedro I em 1822, são tolhidos pela turbulência política nas províncias, pela repercussão dos choques do Velho Mundo e pelos compromissos financeiros externos, herdados da metrópole. Inobstante, as mudanças vão se processando. E uma delas é o advento consolidado da invenção de Gutenberg com sua carga transformadora. O desenvolvimento da Imprensa não ocorreu apenas na Capital do Império em função das disputas políticas ali travadas. Estendeu-se do Amazonas ao Rio Grande do Sul e foi exatamente nas províncias onde as lutas políticas atingiram temperatura máxima, confrontando-se as facções de forma intensamente apaixonada (“Conservadores x Liberais”, “a Ordem x a Anarquia”, “Centralizadores x Federalistas”), que esse novo instrumento vai fazer parte da rotina do embate partidário. Alagoas, cuja economia repousa basicamente no açúcar, tem seus núcleos urbanos mais importantes encravados na área açucareira. Ali se formam as suas elites, que, vindas do período colonial, sedimentam o seu prestígio e passam a fornecer os atores

privilegiados que participam do embate parlamentar. Um deles é o nosso personagem: Afonso de Albuquerque Melo, nascido em Alagoas, sacerdote de grande influência e prestígio político na unidade provincial ao Sul de Pernambuco, famosa pelo caráter aguerrido e, às vezes violento, de seu povo.

Jornalista que escrevia de forma apaixonada em favor de sua facção política, como era costume na época, ele pode ser considerado verdadeiramente o primeiro jornalista alagoano, conforme assevera o professor Moacir Sant’Ana, autor de vários estudos sobre o assunto. Participou ativamente das lutas entre Lisos e Cabeludos. Tinha a política no sangue. Inicialmente eleito suplente do 2º Conselho Geral da Província, depois foi eleito titular e deputado provincial de 1838 a 1847. Um longo período de vida parlamentar, portanto. Representou com muito talento a sua terra natal na Câmara Temporária.

Na vida pública, ocupou inúmeros cargos de projeção, sempre exercendo a sua função sacerdotal. Foi nomeado cônego da Capela Imperial em março de 1889, foi vigário de Maceió, visitador, mas sem jamais cortar os laços com sua freguesia. Típico representante do clero engajado na política da Era Imperial, a ele, devemos o pioneirismo caeté na implantação da galáxia de Gutenberg em Alagoas.



CAPÍTULO VIII

Pe. Afonso de Albuquerque Melo



Formação intelectual no Seminário de Olinda

O primeiro jornalista alagoano é natural da velha cidade das Alagoas, a primitiva Santa Madalena da Lagoa do Sul e atual Marechal Deodoro, onde nasceu nos idos de 1802. Era originário da influente família Calheiros de Melo, de Santa Luzia do Norte, entre os membros da mesma encontra-se Afonso de Albuquerque Melo, seu avô e homônimo, proprietário do engenho denominado Água Clara, situado às margens do Mundaú.

Segundo Moacir Sant'Ana, "sua educação foi confiada a um tio, o cônego Antonio Gomes Coelho, falecido a 25 de julho de 1827, vigário colado da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, das Alagoas, desde 1793 até o dia de sua morte". As informações sobre o nosso biografado dão conta de seu ingresso no Seminário de Olinda, um dos mais famosos centros culturais do País, na época. Concluída sua formação naquele estabelecimento, foi ordenado presbítero no ano de 1827 e a seguir iniciou a carreira religiosa como coadjutor de seu falecido tio, na antiga Capital.

O papel desempenhado pelo Seminário de Olinda foi fundamental tanto como centro de formação eclesial quanto como centro formador de literatos, políticos e de homens de sólida cultura geral. Por muito tempo ele se manteve como único foco irradiador da intelectualidade da região. Não se pode esquecer que a esmagadora maioria da população não tinha oportunidade de se educar. Nada de escola, nada de instrução, afinal, escravo ou servo educado vai incomodar a estrutura escravagista e causar dor de cabeça às senhoriais famílias. Na capitania de Alagoas, como no resto do País, a massa era analfabeta no litoral e no sertão. Alguma coisa tinha que se dar à elite para que ela tivesse acesso a uma instrução de cultura europeia, que não fosse Coimbra, Lisboa ou outra cidade do Velho Mundo. Depois da criação do



Vista do monumental Seminário de Olinda.

chamado "subsídio literário" que o Marquês de Lavradio oficializou em 1773 para diversos gêneros coloniais, em 1798, a rainha D. Maria estabeleceu para as capitanias a contribuição de vinte réis por indivíduos livres (!!!) para sustentar estudantes a serviço do Seminário de Olinda. Para lá se encaminhava a mocidade que desejava seguir a carreira religiosa ou educar-se para outras profissões. Ficou a instituição com o monopólio da instrução pública de toda a capitania e também das circunvizinhas, sendo nomeado para a administra-



D. Maria I de Portugal, que estabeleceu a contribuição na capitania para manter o Seminário de Olinda.



Bispo Dom Azeredo Coutinho, diretor de estudos do seminário, teve papel relevante na formação intelectual da região Nordeste.



CAPÍTULO VIII

Pe. Afonso de Albuquerque Melo



ção do seminário, o bispo Azeredo Coutinho, que teve papel relevante na formação mental da região nordestina.

É nessa atmosfera, diferente do bucólico meio em que vivia, que o jovem Afonso inicia os seus estudos e passa, assim, a conviver com outros moços ávidos de conhecimento, trocando experiências e aprimorando o seu intelecto. A nenhum deles passava despercebido o clima de ebulção polí-

tica por que passava o Brasil, culminando com o Grito do Ipiranga em 1822, por D. Pedro I. Mesmo diligenciando para receber as ordens sacras, os estudantes eram informados sobre as transformações pela qual passava o País antes e depois da independência. É natural que tais discussões deixassem todos preocupados e dividissem a atenção junto com os deveres da oração, no dia a dia dos seminaristas em Olinda.

Alguns nomes famosos que estudaram na “Coimbra Tropical”

Um novo marco na evolução intelectual da região estabeleceu-se a partir da consolidação do Seminário de Olinda, embora os conventos continuassem a dar a sua contribuição. As aulas de Humanidades e a fundação do Curso Jurídico atraíram a atenção do patriciado rural de Alagoas, que cuidou de enviar seus filhos e familiares a Coimbra tropical. Doravante as figuras mais importantes da intelectualidade caeté, os indivíduos aptos para o exercício dos cargos públicos, em grande parte viriam da cidade alta, preterida por Nassau como Capital da nova Lusitania. A formação de religiosos agora enriquecia-se com o curso de Humanidades para a preparação dos moços.

Além do padre Afonso Melo, podemos citar Francisco de Assis Barbosa, que foi deputado das cortes de Lisboa, deputado-geral e presidente da Junta Governativa quando dos agitados dias da “Cavallhada”; José Antonio Caldas, deputado à Constituinte Liberal Radical, preso por suas ideias subversivas e fugitivo do cárcere do Rio de Janeiro; Loureiro Wanderley Canavarro, líder da revolução de Porto Calvo em 1823; José Vicente de Macedo, cuja brilhante car-

reira política só foi interrompida pelo seu assassinato; José Tavares de Mendonça Sarmento, José Henrique de Amorim, Cipriano Lopes de Arroxias Galvão, Francisco de Assis Ribeiro, Francisco do Rego Baldaia, entre outros.

Craveiro Costa diz que Francisco de Assis Ribeiro “foi um sacerdote boêmio, orador fluentíssimo, poeta apreciado. Sabia rir filosoficamente da sociedade refalsada do tempo, que o achava desregrado na moral, talvez porque o padre fizesse às escâncaras o que ela queria que fosse praticado às escondidas”. O mesmo historiador aponta como terrível na sátira o padre Cipriano Lopes, latinista de escola e repentista famoso. Mais tarde, outros alagoanos ilustres tiveram seus estudos iniciados ali, uns continuando em outros lugares do País ou no Exterior, ou então completando lá mesmo sua educação básica. Cansação de Sinimbu, Teixeira da Rocha, Carvalho Moreira, Melo Moraes, Tavares Bastos (pai), Gomes Ribeiro, etc. O certo é que o nosso biografado está entre o seletto grupo que conseguiu pela situação privilegiada de sua família ser portador de uma formação cultural acima da média, no grande universo de analfabetos da comarca.

Dom Pedro I e a sublevação da freguesia de Alagoas

É possível que o padre Afonso, portador de um espírito irrequieto, tivesse projeção entre seus colegas e entre os seus mestres, pois tão logo regressou à província dedicou-se apaixonadamente à política. Um fato interessante, destacado por Moacir Sant’Ana em sua excelente História da Imprensa em Alagoas, mostra o espírito de liderança e a popularidade que desfrutava. Após o falecimento de seu tio-padre, esse foi substituído por outro, e não pelo coadjutor Albuquerque Melo, que então contava com as simpatias gerais. Ao ser lida na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, pelo novo pároco, sua provisão episcopal, o povo da freguesia revoltou-se, rasgando aquele documento eclesiástico, forçando a saída precipitada do vigário recentemente provisionado, prosseguindo assim o padre Afonso a pastorear seu rebanho de fiéis.

Evidentemente que o motim dos alagoenses transcendeu os comentários da comarca, pois se tratava de um fato absolutamente insólito. Chegou aos ouvidos do próprio Imperador D. Pedro I, que ao receber na corte o Padre Afonso, no ano de 1829, na condição de representante da Câmara Municipal das Alagoas, recebeu-o com muita benevolência, cha-

mando-o publicamente de “Capelão dos Moços”. Como se vê, o clérigo alagoense já está plenamente envolvido com a política e demonstra a sua personalidade carismática. Como legislador de seu burgo natal ele foi apresentar os cumprimentos ao primeiro monarca do novo Império em decorrência de seu casamento com a princesa bávara D. Amélia de Leuchtenberg. A afabilidade do Imperador com o padre talvez se deva a algumas identidades do caráter de ambos, como a impetuosidade, o emocionalismo e a simpatia pessoal.



Matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde a população se rebelou quando tomou conhecimento de que Padre Afonso não iria substituir o cônego Antônio Gomes Coelho.



CAPÍTULO VIII

Pe. Afonso de Albuquerque Melo



Entre a política e a sacristia

Após a abdicação de D. Pedro I tivemos o período da regência, que acentuou ainda mais as lutas em torno das reformas constitucionais. A inquietação reinante perdura até os primeiros anos da antecipação da maioria do Imperador Pedro II. Em Alagoas, esse período assinala a exacerbação do antagonismo pessoal entre dois grupos irreconciliáveis que vão criar o maniqueísmo partidário dos Lisos x Cabeludos. Nenhuma tentativa de harmonizar os dois grupos e diminuir a intolerância foi bem-sucedida. Até os padres, e não foram poucos, que participaram do embate partidário, entraram, com a graça de Deus, no clima de excitação. Deve-se, a propósito, saber que o Clero, como parte da elite letrada e de uma classe média incipiente, vai alargando sua participação nos acontecimentos políticos. Desde os tempos coloniais, uma parte dele participa de forma preeminente de acontecimentos como a Conjuração Mineira, a Revolução de 1817, a Inconfidência Baiana e a Confederação do Equador.

Exaltadíssimo, o padre Afonso Melo dá vazão à vocação política. Ao retornar à sua terra é presença constante nas lutas partidárias, destacando-se pelo destemor das atitudes. Acompanhando a veemência de José Tavares Bastos, ele conquista o seu lugar, dividindo as opiniões, amado pelos correligionários e odiado pelos adversários. Era uma das inteligências da província.

Fez carreira imediatamente. A partir da década de 30 já o vimos como suplente eleito ao 2º Conselho Geral da Província, que funcionava na antiga capital provincial. Em 1832, na se-

gunda sessão do mesmo órgão legislativo, instalado pelo presidente Miranda Henriques, ele já se encontra como titular. Em 1835 é eleito suplente da Assembleia Provincial (1ª legislatura, 1835-1837), ocupando o mandato nesse mesmo período. Sequenciando sua ascensão, para o biênio 1838-39, correspondente a 2ª legislatura, foi eleito deputado provincial e a

seguir reeleito para a 3ª (1840-41); 4ª (1842-43); 5ª (1844-45) e 6ª (1845-47) legislaturas. Em 1843, na gestão provincial do desembargador Caetano Silvestre, ele foi eleito vice-presidente da Assembleia Provincial, e em 1847 ele presidiu a instalação da Assembleia perante o dr. Antonio Manoel de Campos Melo, presidente da província. Ocupou ainda uma cadeira na Câmara dos Deputados em substituição ao padre Lopes Gama, na 6ª legislatura (1845-47); na 7ª foi eleito deputado-geral pela província, sendo reeleito para a 8ª legislatura no período 1850-1852. Um verdadeiro cardeal da política alagoana, portanto.



Imperatriz D. Amélia, segunda esposa de D. Pedro I, a cujo casamento o padre Albuquerque Melo compareceu, representando Alagoas.

Lisos e Cabeludos: o retiro final

Filiado ao partido dos Lisos, teve nas lutas que ensanguentaram Alagoas, em 1844, presença marcante. Foi ele que trouxe para suas hostes o famoso caudilho das matas Vicente de Paula, numa revolta que nossos historiadores, ainda não explicaram, convenientemente, preferindo timbrá-la de um viés despudoradamente conservador. A rebelião contra o presidente Souza Franco é um dos episódios mais interessantes e poucos pesquisados da História de Alagoas. Muitos ingredientes dão um sabor especial a esse caldeirão fumegante. Por exemplo, a incompatibilidade entre Sinimbu e Tavares Bastos, a origem das oligarquias e do nosso mandarinato, os reflexos da mudança da Capital para Maceió, o início efetivo da vida partidária, o enovelado de interesses dos principais clãs caetés, etc. O que importa é que o cerco e o ataque a Maceió, já efetivada como Capital, a ocupação dos prédios públicos; a presença de 1.200 homens em locais estratégicos; dias e dias de tiroteios entre as forças legais e os rebeldes; a morte e o ferimento de centenas de pessoas; o afastamento do presidente; as conversações a bordo do “caçador”; a mudança da representação política em detrimento do todo poderoso Sinimbu, que já era estrela na Corte, não podem ser, decididamente, episódios menores.

Mas vamos nos ater ao principal. Pois o que nos interessa, agora, é a presença do nosso biografado no olho desse furacão. Ele foi um dos atores principais desses acontecimentos. Encarnava como ninguém a inquietação do seu tempo. A veemência dos artigos do Padre Afonso e de seus pronunciamentos incendiários lhe trouxeram muitos dissabores. A sedição dos Lisos, inclusive com a ajuda de “bandoleiros” das matas de Porto Calvo e Maragogi, pesaria em sua vida. Afinal, foi ele que intermediou o apoio do famigerado Vicente de Paula.

Seu retorno definitivo à sacristia deu-se após o término de seu mandato, em 1852. Preferiu dedicar-se exclusivamente à carreira eclesiástica, talvez até por enfado da política, dedicando-se às funções de vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, na antiga capital provincial. Antes, em 1849, foi elevado a cônego da Capela Imperial, sendo ainda designado visitador da Diocese e vigário-geral da província. Era também proprietário de terras em Atalaia, o que facilitou, evidentemente, a sua projeção. Faleceu na velha Alagoas, aos 72 anos, e o mais importante, sem dúvida, é o fato de ter sido ele o primeiro jornalista Alagoano, o que veremos a seguir.

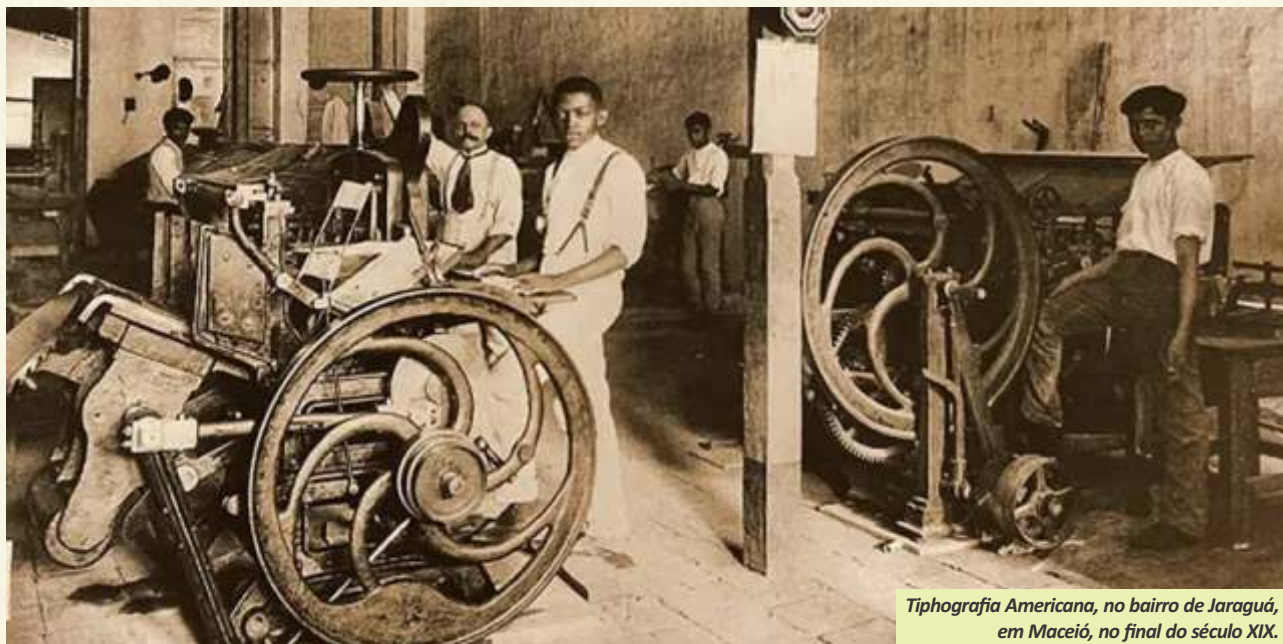


CAPÍTULO VIII

Pe. Afonso de Albuquerque Melo



Política e jornalismo sempre juntos



Tipografia Americana, no bairro de Jaraguá, em Maceió, no final do século XIX.

O jornalismo alagoano está ligado, em suas origens, à política. É na Imprensa nascente que vão se travar batalhas políticas importantes, através dos seus quadros intelectuais mais expressivos. Os guias de opinião vão defender seus partidos sem nenhuma obrigação com o equilíbrio, com a crítica justa ou com as aspirações reais da população. No caso dos Lisos, por exemplo, sua trincheira era o Alagoano, onde canhoneavam sem piedade seus inimigos. Já do lado dos Cabeludos, a Voz Alagoana não deixava de metralhar todos os números do outro lado. No período regencial que estamos tratando, no panorama de instabilidade que atravessava o País, era importante fortalecer a autoridade enfraquecida em meio à exaltação dos grupos antagônicos que disputavam o poder em cada província.

No ano de 1831, estava o paraibano Manoel Lobo de Miranda Henriques à frente do governo provincial. Tendo sido revolucionário durante a Confederação do Equador, absolutista depois, “chimango” a seguir, era, como se vê, um político em busca de ventos favoráveis! Alagoas era um porto propício para ficar hibernando certo tempo. O quadro nacional era de grande instabilidade, digladiando-se os liberais exaltados (jurujubas) e os moderados (chimangos). Vindo de fora e sentindo a desconfiança dos alagoanos, Miranda Henriques procurou aproximar-se do grupo que parecia mais forte para não ter problemas junto ao Governo Regencial. Para fortalecer sua administração e colocar a população em contato com a evolução da política nacional, Miranda Henriques adquiriu junto ao negociante pernambucano João Batista Franco uma tipografia no valor de 860\$905. Apesar da modéstia da tipografia, servida por poucos tipos e um pequeno prelo de ferro, a quantia era alta e foi obtida por coleta dos correligionários do chefe da

administração, que liderava o movimento. Apesar disso, houve impontualidade no pagamento das parcelas seguintes, a julgar pela correspondência queixosa do vendedor a Dias Cabral de que o presidente da província esquecera de mandar pagar o saldo restante. A tipografia, que passou a denominar-se Patriótica, foi inicialmente instalada numa casa na Rua do Livramento, nº 3, depois mudada para a Rua do Comércio, nº 6. Craveiro Costa ressalta não só a iniciativa de Miranda Henriques como também a responsabilidade pessoal do mesmo no pagamento da dívida contraída, sem o que não teríamos o nosso primeiro prelo. Diz o grande historiador que “Miranda Henriques, pois, deve ser considerado o fundador da Imprensa em Alagoas”.



O Federalista Alagoense, órgão da Sociedade Federal de Maceió, sucessor do Iris Alagoense.



CAPÍTULO VIII Pe. Afonso de Albuquerque Melo



Iris Alagoense, o primeiro jornal alagoano

Não havendo pessoal habilitado no País para operar as poucas tipografias existentes, recorria-se a estrangeiros. Por isso, com a vinda da Patriótica, contratou-se o francês Adolfo Emílio de Bois Garin, que escrevia bem o português e redigia o Espelho do Recife. O salário devia ser compensador (10\$000) para ele deixar as delícias da Mauricéia.

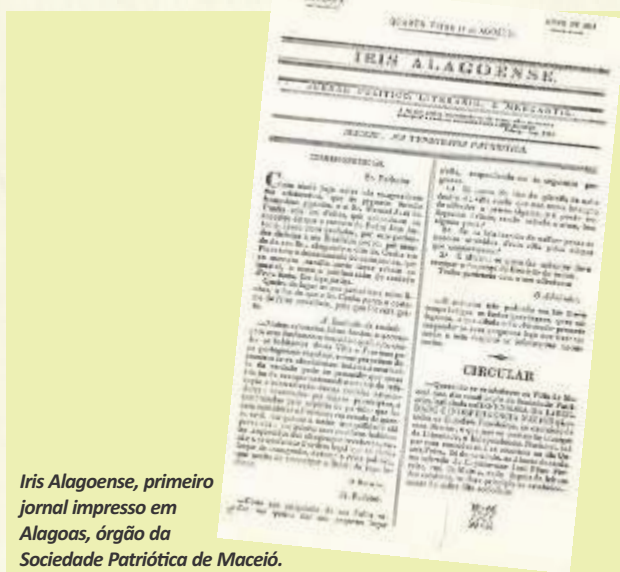
É importante observar que o termo Patriótica vem da Sociedade Defensora que aqui, como no resto do País, pugnava pelo pensamento liberal. Eram associações que tinham como espelho a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, originalmente criada por Evaristo da Veiga no Rio de Janeiro. A luta pela consolidação da inde-

pública acometendo os reis nos seus tronos os limites de uma autoridade legal". A assinatura era de 2\$000 por trimestre, a folha avulsa 80 rs e distribuía-se às quartas e sábados.

Na fuga de Bois Garin, padre Afonso Melo assume jornal

Não é difícil avaliar que a chegada de um instrumento novo e perturbador como um jornal, naquela época, produziria muitas consequências. Com o exemplar nº 50, de 18 de fevereiro de 1832, o Iris Alagoense suspendeu sua publicação e surgiu quatro dias depois com a nova denominação de O Federalista Alagoense. A evolução da política nacional com a defesa do federalismo fez as sociedades patrióticas mudarem suas denominações, e seus órgãos de imprensa nada mais fizeram que se adaptar às suas mantenedoras. Em Alagoas, o jornal mexia com a província que via as denúncias, discussões e críticas, próprias do jogo político, como verdadeiros ultrajes. Calúnias, boatos, mexericos cresciam a cada número do mesmo. A troca de acusações entre o grupo situacionista e oposicionista se acentuava. Mesmo sendo homem de confiança do presidente da província, a figura do estrangeiro Garin começava a ser odiada. Uma notícia contra um potentado rural que espancava em plena via pública um pobre escravo de um padre por questões de somenos importância, talvez porque não tivesse dado um bom dia mais sonoro, provocou a ira de muitos, já agastados com o passionalismo de sua orientação partidária. Outras denúncias de homiziar em propriedades, as vítimas das perseguições dos exaltados aumentou a ira dos ofendidos. No dia 24 de janeiro de 1832, profissionais do crime, a mando sabe-se lá de quem, atiraram no início da noite contra Bois Garin, ferindo-o com um tiro de pistola no peito esquerdo e mais doze caroços de chumbo no corpo.

Ao pressentir que não poderia ter tanta sorte em novos atentados, Adolfo Bois Garin preferiu retornar imediatamente para Recife, onde os ares eram mais saudáveis. Afinal, o povo do Sul da Nova Lusitânia, desde a época dos caetés, tinha fama de não perdoar agravos. A Federal escolheu um dos seus líderes, o padre Afonso de Albuquerque Melo, tribuno vigoroso e político influente para dar continuidade a O Federalista, junto com o advogado pernambucano Felix José de Melo e Silva. Entrava, assim, para a História, Afonso de Melo, como o primeiro jornalista alagoano.



Iris Alagoense, primeiro jornal impresso em Alagoas, órgão da Sociedade Patriótica de Maceió.

pendência, a disputa pelo poder e o início da vida partidária vão aqui, como alhures, ensejar as primeiras manifestações do Jornalismo. Os elementos da Defensora procediam das propriedades rurais mais próximas, do Comércio, do Clero, das Milícias e se engajavam naquele fato novo: a movimentação política. Nos principais burgos da província como São Miguel, Palmeira, Alagoas, Atalaia, além de Maceió, tinham essas agremiações políticas, numerosos associados e forte teor jacobinista.

Igualmente é essencial o registro de que o pioneirismo no caso se deve ao Iris Alagoense, que foi o primeiro órgão de imprensa publicado em Alagoas, um pouco antes da chegada da tipografia Patriótica, de responsabilidade dos mesmos elementos da Defensora e que influenciariam Miranda Henriques. O seu primeiro número foi impresso na Bahia. O segundo número já saiu da tipografia caeté sob a batuta do francês, seu primeiro e único redator, com dois auxiliares de tipografia alagoanos, os jovens João Simplício e Bartolomeu de Carvalho. Dias Cabral informa que o Iris "era um acanhado em 4, papel almaço, com duas colunas de impressão e tinha por epígrafe uma estrofe de Beranger e o pensamento de Volney: a opinião



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO VIII

Pe. Afonso de Albuquerque Melo



Fontes Bibliográficas

ANDRADE, Goulart de. O Jornalismo em Alagoas. In: COSTA, Craveiro & Cabral, Torquato (org.) **Indicador Geral do Estado de Alagoas**. Maceió: Typ. Commercial, 1902.

CABRAL, J. F. Dias. Esboço Histórico acerca da Fundação e Desenvolvimento da Imprensa nas Alagoas. **Revista IAGA**. Maceió, 1874.

COSTA, Craveiro. Cem Anos de Jornalismo. **Revista IAGA**, Maceió, 1931.

DIÉGUES, Joaquim Thomaz Pereira. Estado de Alagoas: jornais, revistas e outras publicações. **Revista IAGB**. Maceió: Imprensa Nacional, 1908.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **História da Imprensa em Alagoas (1831-1981)**. Maceió: APA/SECULT, Sergasa, 1987.

O PODER Legislativo no Brasil e em Alagoas: sua instituição. Maceió: Assembleia Legislativa, 1976.

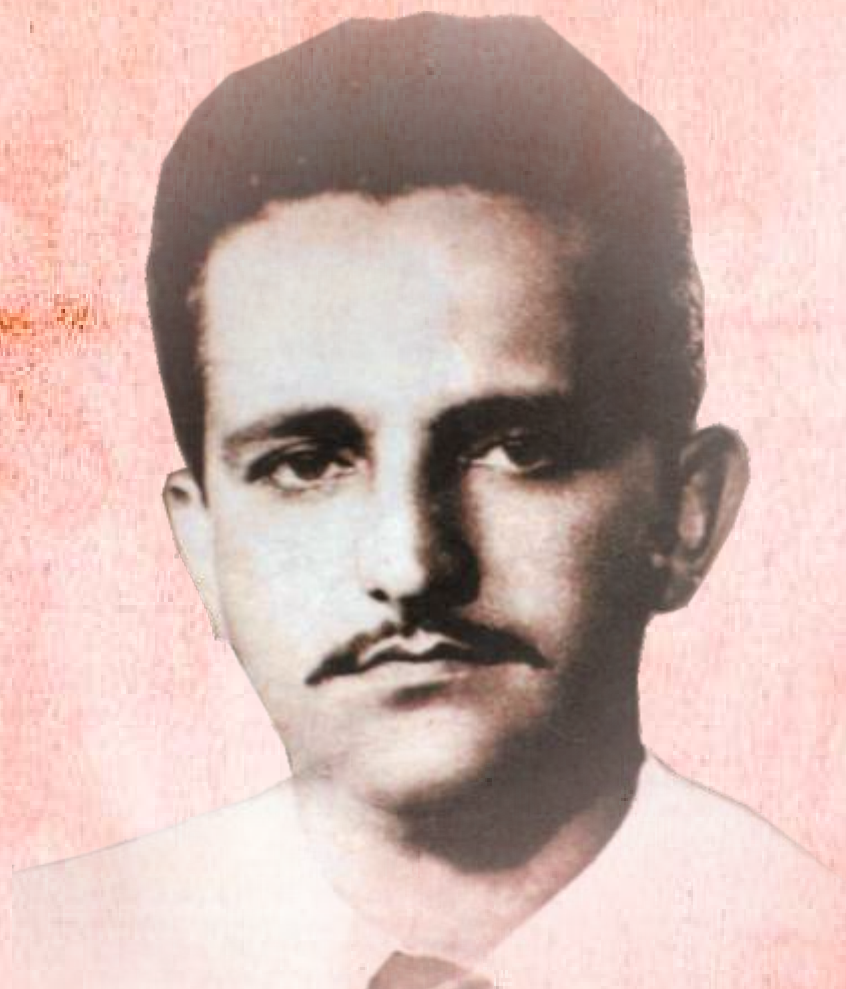
SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira, 1966.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Imprensa Alagoana no Ocaso do Império (A Imprensa Alagoana no Arquivo de Pernambuco)**. Tese . (Curso de Mestrado em História da Universidade de Pernambuco). Recife: UFPE, 1977.

_____. A Imprensa e os grandes momentos da história ferroviária alagoana. In: TENÓRIO, Douglas. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. 1. ed. Maceió: Edufal, 1979.

VERAS, José Maria de Carvalho. **Jornais de ontem e de hoje**. Maceió: Associação Alagoana de Imprensa, 1957





André Papini

Líder de uma bancada perseguida

José Maria Tenório Rocha

Se acreditássemos em predestinação ou determinismos, iríamos afirmar que a personalidade focalizada, André Papini Góes, nascera talhado para exercer um dos cargos políticos, por herança de seus ascendentes do lado paterno. Entretanto, tal “predestinação” cai por terra por ter sido o único, entre nove membros da família, a se submeter a um cargo eletivo, político.

O avô de André o cel. Pedro Mártir de Góes, natural de Brejo Grande (SE) proprietário do Engenho São Rafael naquele município que geograficamente faz fronteira com Piaçabuçu (AL), situado próximo à cidade de Penedo (AL), foi deputado estadual no Estado de Alagoas em três legislaturas: na 9ª (1907-1908); na 10ª (1909-1910) e na 11ª (1911-1912).

Durante os cinco anos em que foi legislador, fazia um trajeto bem difícil de ser concebido nos dias de hoje: saía de Penedo a cavalo ia até Coruripe, onde trocava de montaria; daí seguia a Marechal Deodoro, onde tomava uma canoa para chegar a Maceió.

Viagem estafante aquela, em cada travessia poderia se esconder um assaltante; precavendo-se disso, o cel. Pedro vinha acompanhado de um segurança, que garantia sua integridade física.

O deputado alcançou o tempo da escravatura, foi senhor de escravos, mas segundo eles próprios diziam, aquele era um senhor bom, decente tratava muito bem a todos, sempre. Seu sentido de humanidade era aguçado, tanto que contrário a outros senhores que andavam armados em suas propriedades, o coronel nunca usou nem um canivete no bolso.

O pai de André Manoel da Cunha Góes, como seu genitor, também nasceu em Brejo Grande no Engenho São Rafael e também fora inoculado com o vírus da política, era filiado à UDN (União Democrática Nacional) e fora vereador no município de Penedo, tendo sido eleito no pleito de 26 de Outubro de 1950, ficando no poder por quatro anos. Nessa ocasião, dos 803 votos válidos do município, 93 foram seus.



CAPÍTULO IX André Papini



Família

Muito jovem, Manoel verificando que as possibilidades de trabalho em Penedo eram muito poucas, resolveu seguir para o Estado de São Paulo, a fim de tentar ganhar o sustento.

Naquele Estado, foi administrador de fazenda no município de Monte Alto, a propriedade chamava-se Santa Sofia e era pertencente a um irmão do inventor Santos Dumont. Nesse tempo, São Paulo estava fervilhando de imigrantes italianos. Manoel jovem e forte, apaixonou-se por uma senhorinha de nome Maria Papini que tinha 17 anos de idade, a quem desposou.

A noiva era procedente da região italiana de Rimi-

ni, tendo chegado ao Brasil com sete anos de idade. Após o casamento, sua família volta para a Itália e Maria foi criar seus filhos. Em Monte Alto por exemplo, nasceu Amélia, o primeiro de seus rebentos. Depois do nascimento da filha, o casal vem para Alagoas.

O casal aliás, teve nove filhos, a saber: Amélia, André, Nilo, José, Manfredo, Leonor, Aloysio, Noélia e Irene. Para sustentar todos esses filhos, dona Maria tinha uma paciência de Jó. Gostava demais de escutar programas radiofônicos, o divertimento de seu tempo, e de fazer, como toda boa italiana, deliciosas macarronadas, que a família devorava com muito gosto.



*Pedro Mártir de Góes,
avô de André Papini.*



*Manoel da Cunha Góes,
pai de Papini.*



*André Papini Góes,
na sua formatura em Direito.*

André, o combativo!

Como o avô e o pai, André Papini nasce em Brejo Grande (SE) aos dezoito de outubro de 1908. Muito jovem, começa a trabalhar no comércio de Penedo, e verificando a necessidade de uma entidade que regesse sua classe de trabalho, funda com colegas uma associação de classe, tomando parte em sua diretoria.

Contando vinte e um anos de idade, segue para o Rio de Janeiro, onde trabalha como funcionário do Banco da Província do Rio Grande do Sul, naquela Capital. Um ano depois já em Alagoas, e em função da Revolução de Trinta, torna-se auxiliar de gabinete do interventor do Estado, dr. Hermilo de Freitas Melro. No mesmo cargo permanece na Interventoria do capitão Tasso de Oliveira Tinoco, até 1932, quando segue no posto de segundo tenente, integrando um batalhão provisório de voluntários da Polícia Militar de Alagoas, que vai a São Paulo para lutar contra os revolucionários.

Ao voltar de São Paulo, assume um dos cargos de importância no Departamento Geral de Estatística do Estado de Alagoas, donde sai para assumir o honroso cargo de secretário do Departamento de Assistência aos Municípios, em Maceió.

Depois trabalha na Secretaria do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, em Maceió. Entre 1938 e

1940, tem a honra de ser secretário do Departamento Geral de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, tendo sido indicado pelo alagoano Pedro Barreto Falcão.

Voltando a Maceió no ano de 1943, segue para o Recife onde começa a estudar Direito, terminando-o em 1947 na Faculdade de Direito de Alagoas, em Maceió. Concomitantemente, passa a ser secretário da Diretoria Regional da Defesa Civil Antiaérea, por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

Nesse período, é indicado para secretariar o Jornal de Alagoas e a ser diretor do jornal A Voz do Povo, de Maceió, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB-seção Alagoas).

Sua ação como líder da União Nacional dos Estudantes (UNE-AL) cresceu em qualidade, principalmente quando representou o Estado em congresso da classe, no Rio de Janeiro.

A liderança nesse congresso talvez tenha sido decisiva, permitindo ou motivando-o a candidatar-se para o cargo de deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro.

André foi eleito para a Assembleia Constituinte, em 19 de janeiro de 1947, sendo líder de sua bancada formada por três deputados: André, José Maria Cavalcante e Moacir Rodrigues de Andrade.

Em 1948, os deputados comunistas foram cassa-



CAPÍTULO IX

André Papini



dos, e após a cassação do mandato dos parlamentares, André transferiu residência para a cidade do Recife, realizando ali o exercício da advocacia trabalhando, principalmente, em defesa dos operários. Seu esforço em benefício dos trabalhadores da Fábrica de Tecidos Paulista é exemplar. Igualmente defendeu com afinco pequenos negociantes retalhistas do Mercado São José, centro do Recife.

Submete-se a concurso para o cargo de agente fiscal do Imposto de Consumo, quando obtém aprovação. Nomeado, trabalhou em várias cidades, dentre elas João Pessoa (PB), Manaus (AM), também em Maceió, quando foi lotado na Contadoria Seccional do Ministério da Fazenda, de onde foi escolhido para exercer o alto cargo de assessor do diretor das Rendas Internas do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, posto onde permaneceu até o seu falecimento.

Em abril de 1966, André sentiu uma forte dor de cabeça e foi internado na Casa de Saúde Dr. Eiras, em Botafogo (RJ). Foi operado pelo doutor Paulo Niemeyer, mas infelizmente não resistiu e em sete de julho daquele ano faleceu. Sua morte foi causada por um tumor cancerígeno na hipófise.

Rui Palmeira, senador por Alagoas, ao tempo em que Papini se internava, também ali estava internado e comentava que a situação de saúde do antigo colega de pensão na Pajuçara, Maceió, era bem melhor que a sua.

Papini, ao falecer, deixou a esposa dona Maria Lessa Papini e uma filha de nome Tânia Papini Góes.

Bem-humorado, sensível, gostava de brincadeiras de trocadilhos com palavras e sobretudo era orador, com grande facilidade de expressão, ao ponto de, em comícios, sensibilizar todos, sendo muito aplaudido. A tônica da maioria dos comícios: as lutas contra a oligarquia dos Góes Monteiro estabelecida em Alagoas, tendo como representante maior o governador-poeta Silvestre Péricles.

Qual seria a fórmula eficiente do combate à corrupção das oligarquias? Certamente perguntava-se André, que inicialmente era da UDN (União Democrática Nacional), mas por entender que o caminho eficiente seria o Socialismo, abraçou o Partido Comunista Brasileiro, sendo amigo de figuras combativas do tipo de Sebastião da Hora.

Quando em pleno calor da hora de 1947, vendo o momento de ver Papini trucidado pelas forças repressoras, seu irmão José, saía do emprego no Banco do Brasil, às dezessete horas para ir às pressas à Associação Comercial de Maceió, onde então funcionava a Assembleia Legislativa. O mano estava apreensivo sempre, e sempre estava a esperar o término das sessões para, de certa forma, proteger o irmão deputado.

Tentando driblar certos pistoleiros, André pediu a José que tirasse o bigode, pois ele era o seu próprio “retrato”. José, obedecendo ao irmão, tirou o bigode. A partir daí as pessoas passaram a dizer: “Depois que Papini (referindo-se ao deputado) tirou o bigode, ficou mais parecido com o irmão do Banco do Brasil”.



O jovem casal: André Papini e Maria Lessa



André Papini, esposa e filha. Foto da década de 1960.



CAPÍTULO IX

André Papini



1947: os comunistas estão chegando!



Manifestação popular na capital da República pela redemocratização.

No ano de 1946 governava o Estado de Alagoas o interventor federal Edgar de Góes Monteiro, que se afasta do poder para assumir a alta direção do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, sendo substituído pelo conhecido professor Antônio Guedes de Miranda que ocupava as funções de secretário do Interior e da Justiça.

A partir do segundo semestre daquele ano, iniciam-se as lutas políticas com o desejo de conquista do poder do Estado. As eleições seriam para ocupar os cargos de governador, senador e deputados à Constituinte Estadual.

Estavam registrados no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) cinco partidos: PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PRP (Partido da Representação Popular) e PCB (Partido Comunista Brasileiro). Silvestre Pércles lançava-se em julho para o cargo de governador pelo PSD.

Comícios diversos eram realizados em Maceió, dentre esses, um mereceu destaque: foi o realizado em 7 de janeiro de 1947 na Praça Gonçalves Ledo, quando udenistas e comunistas se uniram com a presença notável de Luís Carlos Prestes, O Cavaleiro da Esperança que atraiu, por si só, uma enorme multidão.

Prestes informa a todos que o PCB apoiaria Rui Palmeira como candidato a governador, com o intuito de derrubar a oligarquia dos Góes Monteiro.

O comício terminou numa enorme correria, pois um caminhão colocado de forma estratégica fez uma grande descarga no cano de escape, o barulho mais parecia tiros de armas de fogo.

A posição do interventor Guedes de Miranda era clara e transparente. Em certo despacho, escreveu:

“Perante a consciência universal, o Comunismo é considerado como elemento destruidor da ordem jurídica democrática e da civilização cristã. Nego-lhe por isso, apoio de qualquer natureza.”

Preocupado com os resultados das eleições, principalmente por parte de eleitores católicos convictos, a UDN lançou uma nota oficial que, entre outras considerações, pondera:

“No que diz respeito ao reconhecimento do direito de existência legal do partido comunista, estabelecido pelo órgão competente, quis a secção alagoana da União Democrática Nacional comunicar que, a despeito de discordar dos princípios básicos do Comunismo, não vê no fechamento daquele partido a medida hábil para combatê-lo no terreno da doutrina e das ideias.”

A eleição realizada em 10 de março de 1947 deu a vitória a Silvestre Pércles, como governador; Pedro Aurélio de Góes Monteiro, como senador.

Para deputado estadual, foram eleitos pelo PSD 19 candidatos; a UDN fez nove deputados; o PTB, quatro; o PCB três deputados. O PRP não alcançou o quociente partidário por eleição de seus candidatos.

No dia 10 de março de 1947, o desembargador Herman Soares empossa os novos candidatos eleitos, na sede provisória, Associação Comercial de Maceió.

Em 7 de maio, o Tribunal Superior Eleitoral vota pelo cancelamento do registro do PCB; apressado, o governador agiu muito rápido: as células comunistas foram fechadas



CAPÍTULO IX

André Papini



violentamente e o jornal A Voz do Povo, impedido de circular.

Na Assembleia, os deputados comunistas protestaram contra a atitude arbitrária do governador. No Senado, Prestes declarou: “Só um defunto ressuscitado de Nuremberg poderia usar métodos que estão sendo empregados pelo governador de Alagoas tanto os impropérios e desprezo, bem como os elogios”.

Climaco da Silva, substituto do presidente da Assembleia Legislativa, temendo subversões, pediu reforços para a Câmara e logo o prédio foi cercado por grande tropa de policiais.

Em entrevista ao Jornal de Alagoas e Agência Meridional, entre outras coisas, disse o governador:

“Sobre isso, nada tenho a ver. Está entregue à polícia. A minha ordem é esta: respeito à lei e à sábia sentença do Tribunal. Se os comunistas tiverem a audácia de desacatar ou anular a decisão do TSE, a polícia que recebeu ordem de reprimir energicamente qualquer crime desses apaniguados de Moscou e seus aliados, (...) agirá. Quem duvidar não perde por esperar (...) se os criminosos, ladrões, assassinos, com fantasias ideológicas ou sem elas, me aborrecerem o pau canta e não para mais (...) para esse trabalho, nós aqui em Alagoas temos muita gente. Temos o Exército Alagoano Anticomunista.”

Em memória do acontecimento, Rui Palmeira afirma que “dois dias esteve a Assembleia sob cerco afrontoso. A reação das forças democráticas foi firme”.

Mário de Carvalho Lima, contrapondo-se à opinião de Rui Palmeira, informa que a reação da UDN foi constituída apenas por protestos.

A obsessão do governador contra o Partido Comunista era tão grande que chegava a atingir a UDN, querendo exterminá-la. Esse ódio era destilado também através de artigos em jornais, como fez na Gazeta de Alagoas, quando afirmou:

“Os udeno-comunistas são corruptos e corruptores, perversos e perversores. São de uma insensibilidade moral a toda prova. (...) (Pretendem) edificar no País na colônia do lado dos escravos de Lênin e Stalin. São masoquistas politicóides que gostam da chibata de patrões estrangeiros.”

No dia 25 de outubro, dia de sábado, os três deputados comunistas seguiram a São Luís do Quitunde, pretendendo libertar um operário de nome Manoel Santana que fora preso e enviado para aquela cidade.

Os deputados, chegando a São Luís, pretendiam impetrar habeas-corpus junto ao juiz da Comarca. Mas para surpresa deles, foram surpreendidos pela presença de uma tropa de choque chefiada pelo capitão Aurélio Mousinho, comandante da Guarda Civil.

Presos, os deputados foram trazidos para Maceió, onde ficaram incomunicáveis no Quartel da Polícia Militar. A Secretaria de Segurança instaurou inquérito, comunicando o caso ao Ministério da Justiça, dizendo inclusive “à mão armada promoviam a fuga de presos recolhidos à cadeia pública (...) deflagraram vários tiros contra a polícia, que conseguiu dominar a situação sem maiores consequências”.

No depoimento, os deputados comunistas afirmaram que foram presos desrespeitosamente defronte à casa do juiz de Direito, quando já haviam tratado com o mesmo sobre o habeas-corpus.

No dia seguinte (26 de outubro), os deputados da UDN tentaram convocar uma sessão extraordinária da Assembleia. Também da mesma forma procederam nos dias 27 e 28, não existindo sessão por falta de quorum. Somente no dia 29 é que existiu, de fato, reunião da Assembleia, que visava analisar o motivo das prisões.

Profundamente irritado com a marcha dos acontecimentos,



Comício de Luiz Carlos Prestes em Maceió, no ano de 1947.

Mello Motta profere um inflamado discurso onde, entre outras coisas, diz:

“Estamos aqui como quem se encontra assistindo a um velório. (...) Encontra-se enferma, diante de nós, a democracia. (...) Mas a democracia há de ficar de pé. As futuras gerações hão de nos ser reconhecidas pela coragem cívica com que havemos de nos portar, nesta hora duvidosa. (...) Estou convencido de que nenhum representante do povo, nesta Casa, contribuirá com a sua indecisão para mudar a direção dos acontecimentos. (...) De nos-



CAPÍTULO IX André Papini



sa conduta, dependera a liberdade de três parlamentares que se encontram violenta e ilegalmente presos, sob o pretexto da prática de crime que sabemos não existir. (...) A certeza que eu tenho de que (a democracia) será salva é tão sólida, como sólida é a convicção de que me encontro nesta tribuna."

Sessão de 30 de outubro de 1947 (MOTTA. 1984: 65-75)

Os dezessete votos SIM, resultantes daquela sessão da Assembleia e os doze NÃO foram interpretados pelo presidente da Casa, Evilásio Torres, como um deferimento para o pedido de processamento dos deputados, o que foi contestado pelos deputados udenistas Segismundo Andrade e Mello Motta.

Um dia depois, os deputados comunistas, ainda presos, impetram junto ao Tribunal de Justiça o recurso de habeas-corpus. A 7 de novembro o Tribunal julgou favorável o pedido. Mais tarde, o Supremo Tribunal Federal acataria a decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas, para ódio e maus bofes do senhor governador.

Carlos de Gusmão, um dos desembargadores a julgar o caso em sua obra memorialística, cita:

"O acórdão julgou procedente a alegação dos impetrantes e concedeu a ordem de habeas corpus. Tomei parte na discussão, propus diligência, e, no voto que escrevi, tomando parte da unanimidade com que foi a ordem concedida, deixei expressas as razões em que me baseei. (...) O Tribunal bem andou apreciando a deliberação da Assembleia em face da Constituição, dando o verdadeiro sentido, que a mesa da Casa Legislativa não deu, porquanto violou o preceito constitucional."

(GUSMÃO. 1970: 243-246)

Uma nota na Gazeta de Alagoas, edição de 12 de novembro de 1947, assim rezava: "Nesta hora, se houver ainda tempo, 'certos' magistrados que fiquem de joelhos, e olhando para o alto, digam com toda a força dos seus pulmões: Minha culpa, minha culpa, minha grande culpa".

A Notícia, em outra matéria, era incisiva:

"Pedimos ao Sr. governador do Estado que promova os meios legais para substituir esses desembargadores, haja vista que o público não pode sofrer por causa do comunismo deles."

(NOGUEIRA. 1988: 124)

E a história continuou... e foi feita de muitos tropeços e percalços. O nosso herói, cansado, seguiu para a cidade do Recife, e o resto da história você já viu discutida na primeira parte desse trabalho.

Figuras do porte de André Papini nos orgulha de dizer com fé: sou alagoano!

O PC em Alagoas 1946 a 1948

por Dirceu Lindoso*

Em 1946, a seção alagoana do Partido Comunista, como ocorria em todo o País, voltava à legalidade. A Segunda Guerra Mundial acabara um ano antes, a ditadura de Vargas caíra diante do movimento nacional pela democracia, e havia um entusiasmo muito grande dos comunistas pela vida legal. O partido crescia, caminhava para transformar-se num partido de massas, e sua influência sobre a classe trabalhadora e a pequena burguesia urbana aumentava sua representação parlamentar nas assembleias estaduais e no Congresso Nacional.



Aparecia, depois de tantos anos de vida subterrânea, como uma importante força política, decisiva nos grandes sindicatos operários do País. Apesar dos preconceitos anticomunistas da sociedade brasileira, havia bastante entusiasmo pela ideia do socialismo. Era reconhecida como decisiva a participação da União Soviética na vitória sobre o nazismo. Em Alagoas, em meio à crise do setor industrial, o Partido passara a ter influência decisiva sobre o operariado têxtil, e sobre os trabalhadores da Great Western e do porto. A influência do Partido sobre a classe trabalhadora alagoana se concentrava no hemisfério industrial da Grande Maceió: as fábricas de tecidos, as atividades portuária e ferroviária. A classe média urbana de Maceió passou, nesse momento, a ser bastante influenciada pelas ideias do socialismo, contrapondo-se essa influência, à do integralismo dominante na década de 30. Essa influência foi decisiva para os acontecimentos posteriores, durante o governo Silvestre Péricles.

Na direção da Executiva Estadual do PCB se encontravam, entre outros, José Maria Cavalcanti, Clodoveu d'Ávila Fernandes, José Cavalcanti Wanderley, Moacir Rodrigues de Andrade, Jorge Cabral, Vicente Ribeiro Cavalcanti, Júlio Almeida Braga (o Júlio galego) e Humberto Lins. Nas eleições, o Partido conseguiu eleger três deputados estaduais, caso único em Alagoas. Os deputados comunistas na Assembleia Legislativa eram: André Papini, José Maria Cavalcanti e Moacir Rodrigues de Andrade. Em termos eleitorais, o PCB era a quarta força política do Estado. Na eleição para governador, o Partido seguiu para uma aliança com a UDN, apoiando o candidato Rui Palmeira. Com a vitória do candidato do PSD Silvestre Péricles de Góis Monteiro, o Partido manteve a aliança na Assembleia Legislativa. Portanto, as eleições de 19 de janeiro de 1947 marcavam uma nova vida política para o Partido em Alagoas. A vitória reacionária de Silvestre Péricles e a frente política com os udenistas



CAPÍTULO IX

André Papini



José Maria Cavalcante, constituinte em 1946, reencontrando Júlio e Clodoveu Santana, velhos companheiros de luta.

conduziam o Partido aos descaminhos das lutas políticas oligárquicas, dominantes em Alagoas. Teve o Partido de suportar uma dura campanha anticomunista, com prisões e ameaças de vida a seus deputados, com o empastelamento do jornal *A Voz do Povo*. O anticomunismo pesadista de então, tendo por arauto o governador Silvestre Péricles, tentou abater o Partido em mais de um ponto: no movimento estudantil, na sua representação política (prendendo deputados comunistas), no recinto dos sindicatos operários e nos movimentos de massas. Criou-se uma esdrúxula denominação para a frente parlamentar de udenistas e comunistas: "cripto-udeno-comunismo", provavelmente invenção do próprio governador, alimentado pela tradicional retórica anticomunista.

Com 19 deputados, o PSD iniciou, na Assembleia Legislativa, o ignominioso processo contra os deputados comunistas, na intenção de cassar os seus mandatos populares. Um acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de novembro de 1947 negou provimento à aprovação pela Assembleia Legislativa de um processo contra os deputados comunistas. Na frente parlamentar, a situação não era cômoda para os comunistas, se iniciavam, nessa época, os primeiros sintomas do anticomunismo por parte dos aliados udenistas. Desse modo, o cerco se fechava sobre os comunistas: a 25 de outubro de 1947 os três deputados comunistas eram presos, vítimas de uma provocação, em São Luís do Quitunde; antes, na sessão legislativa de 15 de julho de 1947, ficou clara a divergên-

cia no âmago de coligação udeno-comunista. Decretado o fechamento da Juventude Comunista, o deputado André Papini (PCB) acusava o deputado Melo Motta (UDN) de não ter apresentado nenhum protesto pelo ato arbitrário. A UDN, de fato, se revelara omissa; e esse fato agravou a situação da coligação. O deputado José Maria Cavalcanti acusou, na Assembleia Legislativa, a UDN de capitular diante da reação anticomunista. A 19 de fevereiro de 1948, outro ato vergonhoso se realizava no recinto da Câmara de Vereadores de Maceió: a fundação de uma coligação anticomunista.

Deve-se reconhecer, que, apesar do aparente acerto da coligação tática e preferencial com a recém-fundada UDN (em termos históricos, é claro), o Partido se deixou arrastar a uma luta de confronto entre velhas oligarquias no Estado. A situação nacional piorava com o governo Dutra, reacionário e anticomunista, no cenário internacional se implantava a "Guerra Fria" entre os Estados Unidos e a União Soviética. A situação mudara, e o Partido envolvido nas lutas oligárquicas de Alagoas, passou duplamente a sofrer o peso da reação. Com a cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas, fechou-se, assim, em nível nacional, o breve tempo de legalidade do PCB.

** Historiador, romancista, jornalista e poeta alagoano*



JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

Professor e Pesquisador de História e Folclore, Mestre em Antropologia Cultural.

Fontes Bibliográficas

BARROS, Luís Nogueira. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: Secult, 1988.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros (Alagoas/Sergipe). Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 252-257.

GUSMÃO, Carlos. **Boca da Grota**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1970.

LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu apimentado**. Maceió: Edufal, 1979.

MOTTA, Mello. **Retrato de uma época**. Maceió: Edufal, 1984.





Selma Bandeira

A combatividade feminina do Parlamento

Heliônia Ceres

Pertencente a uma nova geração de parlamentares alagoanos, que fundamentou o comportamento político na defesa da ordem democrática, no momento em que o Brasil sofria o peso da ditadura militar de 1964. Selma Bandeira militou na política partidária, durante os duros anos de 64-84, atravessando-os como uma tocha acesa, num desafio ao regime das forças da repressão, constituindo-se, assim, num momento jamais visto e sentido no Brasil.

Estudantes, intelectuais, artistas e o clero organizaram-se, cada um ao seu modo, para resistir contra a extremada violência do poder armado. Por isso, jovens estudantes e universitários foram assassinados ou desapareceram no anoni-

mato das prisões. Corajosos, insubmissos, tachados de subversivos, tornaram-se presa expiatória dos erros políticos que culminaram com a ditadura, que durante vinte anos, aviltou o Brasil.

Em Maceió, Selma Bandeira, Ronaldo Lessa, Kátia Bom, Eduardo Bonfim e mais uma centena de jovens idealistas de dezesseis a trinta anos, revoltados com a ilegalidade, pichavam muros, distribuíam folhetos reivindicatórios ou de protesto, e se agremiavam, cada vez mais, com a coragem que nos permite o civismo e a inocência dos verdes anos. Mais tarde, eles confirmarão sua caminhada com a inteira consciência cívica, essa que faz grandes parlamentares como Selma Bandeira.



CAPÍTULO X Selma Bandeira



Vida e família

Iniciando-se na política estudantil, aos dezesseis anos, integrou a União dos Estudantes Secundários de Alagoas (UESA), depois a UNE (União Nacional dos Estudantes), no DCE (Diretório Central dos Estudantes), sempre à frente da política estudantil, em busca de melhores condições de vida e de estudos.

A partir de 1964, passou a atuar na política partidária em Maceió, contra a ditadura militar que acabou com a democracia no Brasil.

Filha de pai operário, nasceu em Delmiro Gouveia a 1º de janeiro de 1946 e sempre pretendeu estudar.

Ela compreendia que, através do conhecimento, tudo poderia alcançar para sua mãe, por quem nutria extremo amor e a quem pretendia propiciar vida melhor. Na busca desses ideais é que ensinava particular, assim, se autoajudava nos estudos. Também passou a lutar pelos direitos Humanos.

Foi professora de Biologia em vários Colégios de Maceió, tais como Colégio Guido de Fontgalland e o Colégio Batista Alagoano.

Sempre impedida pela injustiça social que via ao seu redor, ligou-se à oposição para lutar por novos espaços para os necessitados, entrando depois para a política partidária. Vencido o período de exceção política, passou a lutar para defender o direito dos operários, dos índios, dos negros, da mulher, da cidadania enfim, dos excluídos.

Foram seus pais D. Alexandrina Bandeira Mendes e Lauro Mendes Correia.

Segunda filha mais velha de uma prole de oito irmãos, realizou o objetivo de chegar à Universidade graças aos esforços de seus pais e de si mesma.

Na cidade de Salvador estudou o 1º e 2º anos do segundo grau e voltou para Maceió, onde concluiu o 3º ano no

Colégio Estadual Moreira e Silva.

Fez vestibular para a faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas em 1964, e como lhe era peculiar seguiu participando na Política, logo, tornou-se vice-presidente do Centro Acadêmico Dr. Sebastião da Hora e foi eleita vice-presidente do Diretório Acadêmico.

Concluído o curso médico em 1969, prestou concurso para fazer residência no ano seguinte (1970) na cidade do Recife (PE), no Hospital Infantil de Pernambuco, obtendo o 2º lugar.

Submeteu-se, ainda, a inúmeros outros concursos dessa área médica, além de cumprir estágios e participar de simpósios, de jornadas e de encontros médicos, nos quais consolidava seus estudos de Pediatria, especialidade que escolhera para seguir. Suas atividades médicas não paravam por aí.

Em Maceió, trabalhou como estagiária no Pronto-Socorro Municipal, na Maternidade Santa Mônica, na Casa de Saúde Paulo Neto, enfim, foi uma médica sempre presente, de curriculum invejável.

Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Alagoas, em 1969, partiu para o Recife onde passou a trabalhar no Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco (IMIP), e foi médica residente no Departamento de Pediatria na disciplina de Clínica Médica Pediátrica e Higiene Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal

de Pernambuco, trabalhou na Secretaria de Saúde até 1973, quando a repressão política era crescente e o cerco aos subversivos era quase insuportável com a criação do AI-5. Os que faziam a resistência, como ela, poderiam ser presos ou mortos a qualquer momento: sua prisão aconteceria em março de 1978 quando Geisel acenava com a distensão política, mas, muitos generais se opunham a suas pretensões e aceleravam a caça aos subversivos.



Selma Bandeira, ao se formar em Medicina pela UFAL.



CAPÍTULO X Selma Bandeira



Presa em Recife na Colônia Penal Bom Pastor: amiga das Irmãs e a visita da família

“Selma pensava, falava, respirava Política” declara Genilda Leão, sua companheira de lutas feministas. Ela não tinha outros compromissos, a não ser com o que a política exigia. Quando passou a viver no Recife era filiada ao Partido Comunista Revolucionário, ao lado de Manuel Moura, e estava bastante comprometida por suas atitudes políticas em Maceió.

Fugindo da repressão com sua família, foi morar no bairro da Torre e trabalhava regularmente no Hospital Infantil (IMIP) até 1973, momento em que seu parceiro e inspirador, Manuel Moura Lisboa, nas lutas em que movia contra a ditadura, foi preso e assassinado. Selma, nesse momento, entrou em grande depressão e, durante um ano, ficou doente, vítima de hemorragias que precisavam de cuidados médicos, coisa impossível para ela, nessa época de perseguição. Mesmo assim, através do apoio de amigos, foi operada com nome falso e passou a reagir contra a repressão que se fazia, cada vez maior, na direção dos comunistas. Apesar disso, ela saía às ruas disfarçada, e militava contra o poder armado levando coragem aos resistentes. Até 1978 viveu na clandestinidade, destemida mas, temerosa de ser descoberta a qualquer momento, o que veio a acontecer em 1978.

Seu amigo e futuro cunhado Valmir Costa nos conta que, após a morte de Manuel Moura, passaram a morar no bairro de Casa Amarela e encerraram quaisquer contatos com a família. Viviam da ajuda de amigos, até que descobertos e presos, foram julgados e condenados.

De notória coragem, todos os seus companheiros, homens e mulheres, são unânimes em louvar seu destemor, que não arrefecia diante do perigo e das dificuldades. Sua disposição para a luta era permanente e encontrava-se sempre na ofensiva, convencida de que defendia a verdade. Durante sua prisão, nos interrogatórios a que era submetida, rechaçava qualquer pergunta com negativa sistemática; não conhecia ninguém, não sabia o nome, nem o endereço de quem quer que fosse, e mesmo quando lhe eram apresentados seus retratos respondia: isso tudo é “uma montagem feita por vocês mesmo”. (Genilda Leão).

Sofria com saudade da família; certa vez, ao atravessar, num Volks, determinada rua da cidade, viu sua mãe e seus familiares que não a reconheceram, pois estava disfarçada de peruca loura e de óculos escuros (Genilda Leão-1978).

Nesse ano, a perseguição era intensa contra ela, mas, nem assim, Selma e seu amigo Valmir Costa, abandonavam os companheiros e as reuniões, porém, não se enganava: breve seria descoberta.

“Eram 5h30min da manhã, bateram à porta: eram eles”(VC).



Na prisão, na Colônia Bom Pastor, em Recife, onde ficavam as presas políticas durante o regime militar.

Naquele dia, os agentes haviam montado uma operação de guerra e, por isso, muitas pessoas se aglomeravam do lado de fora para ver o que era. Eles a algemaram e, por sobre suas mãos, jogaram um casaco de couro para que ninguém testemunhasse ou visse as algemas. Nessa época, o clamor contra a morte e a violência praticada aos estudantes aumentavam. O que, até então, era prisão ostensiva passava a ser mais discreta. Ciente de que iria morrer, exaltou-se contra os policiais tachando-os de covardes: “Por que não me matam? Vocês mataram meu marido, matem-me também” (Valmir Costa).

Ao chegar à rua ela jogou o casaco no chão, mostrou ao povo as algemas e gritou para todos que fossem aos jornais denunciar o que viam, gritando que era médica e dizendo o próprio nome e o de Valmir. Consta que foi preso com ela (Genilda Leão).

Seu destemor valeu-lhe a vida pois, a denúncia, realmente chegou aos jornais e tomaram conhecimento daquela prisão. Selma e Valmir sofreram pressão psicológica mas, não foram torturados.

Em Maceió, sua família foi presa e sofreu perseguições. Dona Alexandrina, sua mãe, nos conta que, mes-



CAPÍTULO X Selma Bandeira



mo morando na Ladeira da Catedral, não conseguia ir à missa sem ser seguida por policiais.

No governo Figueiredo, vários políticos se posicionavam para que a anistia se efetivasse. Tendo sido escolhida para presidente da Comissão de Anistia o senador Teotônio Vilela, que fez arauto da esperança nacional para a retomada dos direitos políticos dos presos que, como Selma, foram condenados pela Revolução.

Nessa fase, ele e vários artistas de cinema e televisão, como Bruna Lombardi, Carlos Alberto Ricelli, Eva Wilma, Carlos Zara e seu irmão Ricardo Zaratine e outros, visitavam as prisões e levavam alento aos prisioneiros. O projeto de Anistia para os que ainda não tinham sido julgados, deixando na prisão os demais cumprindo pena a que foram condenados foi longamente discutido. Dizia Teotônio no seu 1º discurso sobre Anistia, por exemplo, que "dois acusados pelo mesmo fato terão tratamento diametralmente

oposto, o condenado seguirá na prisão; o que não foi julgado recuperará seus direitos e não responderá pelos atos praticados". A proposta que irá prevalecer é da anistia ampla e irrestrita conforme a pretensão do povo, e, dessa forma, os presos políticos, já condenados, como Selma, foram liberados.

Anistiada em 1979 e havendo recuperado seus direitos políticos não conseguiu ficar em Pernambuco. Foi convidada pelo médico José Bernardes, seu amigo e secretário de Saúde no governo de Guilherme Palmeira, para vir trabalhar como médica, na Secretaria de Saúde. Animada pelo senador Teotônio Vilela, de quem se tornou amiga, candidatou-se à deputada estadual no pleito de 1982.

Vitoriosa, pôde realizar o compromisso com o povo que, até então, fazia ocultamente. Na campanha para deputada estadual, em 1982, conheceu o publicitário Luiz Dantas com quem se casou.



Entregando em Maceió o prêmio Guerreiro da Paz a Teotônio Vilela, em fevereiro de 1983.

Atuação como deputada estadual

Na área de Saúde, lutou pelo saneamento no Estado, protestou e apresentou soluções para a situação crítica do Hospital Universitário. Criticou as péssimas condições de política de saúde no Estado, apresentando projeto de lei sobre a incineração do lixo hospitalar, o que foi aprovado pela Assembleia.

Além disso, lutou pelas creches no Estado, inclusive na Assembleia Legislativa. E protestou contra a impunidade das usinas que jogavam tiborna no leito dos rios. Manifestou-se contra o atraso secular do Nordeste, que era patrocinado pelo comportamento dos políticos.

De notável ética, ao lado do deputado Ronaldo Lessa e Eduardo Bonfim, não aceitou a proposta de aposentadoria para deputados com apenas um mandato e esteve presente

em todas as questões relativas à defesa do cidadão. Sobre o assunto, fez esta declaração:

"Nesse momento crítico por que passa o nosso País e em que o Poder Executivo, representante do combalido regime ditatorial, está se desagregando, em virtude dos escândalos das corrupções e das mordomias, o povo ainda nutre esperanças no Poder Legislativo... a situação dos trabalhadores é uma situação tão séria, tão grave, tão crítica que a aposentadoria de deputados após 4 anos de mandato provocou um grande choque, constituindo-se numa grosseira contradição entre representantes e representados."
(Tribuna da Imprensa - 10.04.84).



CAPÍTULO X Selma Bandeira



Selma Bandeira: mulher militante das causas sociais, sempre pedindo urgência para os projetos apresentados.



Na área da Educação, centralizou seus cuidados na crise da Universidade Federal de Alagoas e na política educacional. Não viveu para defender esses problemas que, ao longo dos anos, irão lançar a Universidade Brasileira na decadência em que ainda se encontra. Lutou pela regulamentação da distribuição de casas da Co-hab, com o objetivo de eliminar práticas eleitoreiras, e defendeu sempre os direitos do funcionalismo público em pronunciamentos permanentes.

Aliou-se a brilhantes mulheres que, em Maceió, se organizavam em associações para a defesa dos seus direitos, em termos políticos, como deputada, ao lado da vereadora Kátia Born.

No Rio, a deputada Ruth Escobar preparava o movimento pela Constituinte e pelos próprios direitos humanos. Em Maceió, Selma expandiu a consciência da cidadania pelo Interior do Estado e programou a União das Mulheres Sertanejas, cujo primeiro encontro ocorreu a 1º de dezembro de 1984.

A questão da mulher passou a ser discutida na área de Saúde, da Violência, da Cidadania e da Política.

Lutando pelas reformas, com o idealismo que se tornou prática de confronto político, quando aderiu ao Partido Comunista Revolucionário, a partir do ano de 1968, Selma chegou à Assembleia Legislativa de Alagoas tentando realizar a CPI da Pajuçara, que pretendia investigar em razão dos gastos e resultados do saneamento da Bacia da Pajuçara, grande iniciativa dentro de seus trabalhos parlamentares. Naquele momento, havia dúvidas que mereciam ser investigadas e, também, sobre o resultado do saneamento que foi feito.

Chegou-se à conclusão de sua real capacidade, e dos problemas que ainda hoje se referem a ligações clandestinas, naquela área.

Indicada para representar Alagoas como deputada federal na Constituinte, teve o apoio das classes populares, do povo em geral, obviamente, das mulheres.

No dia 8 de junho de 1986, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas (Fetag) indicou-a como representante do pleito de 1986, luta que começara na adolescência. Entregou-se à eleição de Tancredo Neves que era, naquele momento, a grande esperança nacional.

A respeito do candidato Tancredo Neves dizia que ele era absolutamente indispensável para “empurrar esse carro em direção a um lugar seguro, firme, com liberdade e justiça social”.

Organizou o “Comitê de Mulheres Pró-Tancredo Neves” certa da vitória que, afinal, ocorreu com a sua eleição para presidente da Nova República, tendo José Sarney na vice-presidência. A longa pendência criada para o Brasil voltar à legalidade foi novamente agitada com a doença e morte de Tancredo Neves antes da posse. Tudo levaria a crer que teria de haver nova eleição, mas manobras políticas conseguiram levar à presidência o vice-presidente eleito, José Sarney que, dessa forma, assumiu o governo.

Em agosto, candidata a deputada federal Constituinte, os institutos de pesquisa, publicam o nome de Selma Bandeira como o terceiro mais cotado para o Legislativo Federal. Ela estava em plena campanha política e seu desempenho era excelente na partida para a Câmara Federal.

Novamente, o destino interfere de forma arbitrária e Selma Bandeira, no dia 7 de setembro, aproximadamente às 17 horas, no caminho para Viçosa, onde vai para o comício de seu partido, sofre violento acidente, onde morre ao lado de sua amiga de luta pelos direitos da mulher, Noracy Pedrosa, e ainda, do próprio motorista, e um jovem que trabalhava como seu segurança.



CAPÍTULO X Selma Bandeira



Personalidade

Entre suas qualidades como ser humano e mulher política era de se observar, segundo depoimento de pessoas que com ela conviveram, a pressa de consumir o que fazia. Os próprios cabeçalhos dos jornais que publicam notícias sobre sua atuação parlamentar indicam:

“Selma defende Reforma Agrária com mais rapidez” (05/02/1986 - Jornal de Alagoas)

“Selma pede urgência na prática do plano da RA - Reforma Agrária” (08/04/1986 - Jornal de Alagoas).

Sempre pedindo urgência para os projetos apresentados, assim expressava o desejo de vencer o tempo, o atraso em que vivemos mergulhados pela inércia do poder constituído, quem sabe, pela premonição de que teria que executar com rapidez, antes que o fim chegasse e não pudesse ver concluídos seus projetos em benefício do povo.

Atenciosa, valente, vaidosa. Nos mais diversos depoimentos de seus amigos e conterrâneos, tinha a premonição de que não chegaria à velhice. Seu maior sonho era o de ser mãe, o que não aconteceu por motivos de saúde.

Era carismática. E quando falava para o povo, empolgava pelo conteúdo e autenticidade da força que transmitia.

Seu enterro foi um acontecimento sem precedentes em Maceió. O povo correu em massa ao Cemitério Parque das Flores, pesaroso, cantando em altas vozes Canção da América e Maria, Maria, do compositor e cantor Milton Nascimento. E era o refrão que se entoava em todo o percurso do tempo em que o féretro marchava até o Parque das Flores. O povo chorava. A Bandeira que trazia no nome foi realmente uma bandeira de amor à terra e de orgulho para o Parlamento alagoano.



Enterro de Selma Bandeira, no dia 8 de setembro de 1986: acontecimento sem precedentes em Maceió, o povo compareceu em massa ao Cemitério Parque das Flores, cantando em coro “Canção da América” e “Maria, Maria”.

Cronologia

1960 - 1º e 2º anos. Segundo grau em Salvador (BA).

1961 - Jânio Quadros renuncia à presidência da República.

1962 - Transfere-se para Maceió.

Estudante do Colégio Estadual Moreira e Silva, onde conheceu Manuel Lisboa Moura, líder estudantil da oposição.

1964 - Caos político no Brasil. Início da Revolução.

1967 - Faz o curso de suficiência em Biologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFAL.

1968 - Presa em Ibuína como delegada estudantil no Congresso dos Estudantes (UNE), em São Paulo, é trazida para Maceió.



1969 - Conclui o curso de Medicina na UFAL (Universidade Federal de Alagoas).

1970 - Faz residência médica no Departamento de Pediatria da Universidade Federal de Pernambuco e permanece no IMIP (Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco) trabalhando normalmente.

1973 - Presa pelas forças revolucionárias durante o Ato Institucional, é julgada e condenada a cumprir pena na Colônia Penal Bom Pastor.

1974/1978 - Viveu na clandestinidade.

1979 - Anistia política. Retorno a Maceió.

1982 - Eleita a única mulher deputada em Alagoas, com 10.884 pelo PMDB. Conhece Luiz Dantas, publicitário, seu futuro marido.

1986 - Candidata a deputada federal Constituinte. Morre em acidente de trânsito na BR-101, no dia 07 de setembro, aos 40 anos de idade.



Heliônia Ceres

Escritora. Integrou a Academia Alagoana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.



CAPÍTULO X Selma Bandeira



Fontes Bibliográficas

Depoimentos: Alexandrina Bandeira, Sônia Bandeira, Petrucio Bandeira, Genilda Leão (G. Leão), Valmir Costa (V. Costa), Anivaldo Miranda, Iracilda Moura, Teotônio Vilela (T. Vilela)

Arquivo da família Bandeira, anos 1983-1984- 1985-1986, jornais, discurso e entrevistas.

VILELA, Teotônio. **Anistia**. Brasília: Senado Federal, 1979.

VILELA, Teotônio; MAGALHÃES, Raphael de Almeida. **Projeto Brasil**. [S.l.: s.n.], 1978.





Tércio Wanderley

Empresário realizador e deputado Constituinte

João Azevedo

O deputado Tércio Wanderley nasceu no dia 8 de dezembro de 1900, na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, filho de dona Santina e do Sr. Lívio Wanderley, este, filho do município de Santana do Ipanema, em Alagoas.

Aos nove anos de idade, a família transferiu-se para Palmeira dos Índios, pois as lutas políticas, lideradas pelo governador Euclides Malta, em Alagoas, interferiram, violentamente, na vida do Sr. Lívio, porquanto, a candidatura de Dantas Barreto, para o governo de Pernambuco, utilizou a então oligarquia alagoana para vencer as eleições em Bom Conselho. E, após tremendas escaramuças sofridas, o Sr. Lívio, chefe político naquele município, viu-se na contingência de retirar-se, buscando acolhida em Palmeira dos Índios, com o apoio de amigos de Maceió. Aí iniciou sua formação, com a orientação de Monsenhor Lessa, e tendo convivido com o

escritor Graciliano Ramos, ocasião em que participara do teatro da cidade e de pequeno jornal estudantil.

Em 1911, vem para Maceió, indo estudar no Colégio Diocesano (hoje, Marista) e no São José, do professor Agnelo Barbosa. Na oportunidade, conheceu o professor Guedes de Miranda, com quem mantém amizade até a morte do orador alagoano.

Desde jovem, envolveu-se com o comércio e indústria, tendo chegado a construir um dos grupos econômicos mais organizados e desenvolvidos do Estado de Alagoas.

O comendador Tércio Wanderley casou-se com dona Corália Montenegro Wanderley, tendo três filhos: Rubens, Victor e Vilma. Faleceu em 3 de janeiro de 1994, portanto, com noventa e três anos de idade, em Maceió, e já havia dito que sua sepultura seria em Coruripe, na Usina que ergueu.



CAPÍTULO XI Tércio Wanderley



Tempos de profundas marcas na história alagoana

Para Tércio Wanderley, o exercício do mandato político foi vivido em tempo de profundas marcas na história alagoana. No meu livro *O vale do Comendador*, está registrado o período em que viveu intensamente a política. As décadas de quarenta e de cinquenta têm uma história alagoana para ser desvendada. Passagens importantes... passagens, cujas emoções ainda impedem de vê-las criticamente... passagens cruel e medíocre (...).

Da realidade vivida nesses momentos, após a experiência de governar Alagoas, Arnon de Mello refletia nestas expressões:

"Se o governante quer com a violência inspirar medo, termina ele mesmo sendo vítima do medo. E o medo que procura infundir, como base do seu poder, não será maior que o medo que o dominará, nascido ou nutrido dos seus excessos de mando, feito de inibições e dúvidas, de inquietações e preocupações, a criar duendes e perigos em todo canto. Na luta política, pode-se, como oposição, enfrentar com êxito a polícia, e do choque sair herói ou mártir, mas não se pode, como governo, enfrentar com a polícia a opinião pública, que é invisível, impalpável, imponderável, está no ar, penetra tudo, entra no gabinete mais indevassável - como a voz da consciência, que não se vê nem se ouve, mas se sente - a enfraquecer os dirigentes que a contrariem."

(Uma experiência de governo. Rio, Livraria José Olympio, Ed., 1958, p. XXV-XXVI)



Ismar de Goes Monteiro, líder do Partido Social Democrático em Alagoas.

Os quadros de sangue, de vingança, de possíveis "noites de S. Bartolomeu", de achincalhes, de desmoralizações, faziam crer até que "o demônio (andava) solto em Alagoas", (LIMA, Mário de Carvalho. *Suru-rupimentado*. Maceió, Edufal, 1979, p. 165), conforme pronunciamento do então senador Ismar de Goes Monteiro, na sessão de 24 de fevereiro de 1950, do Senado Federal.

O responsá-



Tércio Wanderley com seus três filhos: Rubens, Victor e Vilma.

vel pelo ingresso de Tércio Wanderley na Política foi Guedes de Miranda, cuja personalidade é decantada até hoje na Província, e que possuía o sonho de governar Alagoas, sem alcançá-lo plenamente. A casa de Guedes era o "senado", onde a política fervilhava, e reinava o Guedes que Lima Júnior assim classificava:

"Fulgurante. Impressionante. Cheio de flama. Pleno de eloquência. Admirável de força. E, sempre por cima, o orador, empolgante, dominador, flórido, esplêndido de som e de luz"

(LIMA JÚNIOR, Alfredo de Barros. *Alguns homens do meu tempo*. DEC/SENEC-AL. Maceió, 1963, p. 26)

Com a liderança do interventor Ismar de Goes Monteiro, sob os novos ares da redemocratização de 1945, foi fundado o Partido Social Democrático - PSD, ao qual se filiou Tércio Wanderley, tendo sido eleito deputado estadual constituinte, em 5º lugar, com a votação de 1.273 votos.



CAPÍTULO XI Tércio Wanderley



A crise têxtil que se anuncia

No dia 10 de março de 1947, às 14 horas, foi instalada a Assembleia Legislativa e Constituinte Estadual, no prédio da Associação Comercial, tendo como integrantes, além do deputado Tércio Wanderley, os seguintes membros: Antonio Baltazar de Mendonça, Antonio Ribeiro Casado, Aloisio da Silva Nogueira, Augusto de Freitas Machado, Agenor Berardo Carneiro da Cunha, Aurélio Viana da Cunha Lima, André Papini Goes, Benito de Freitas Melro, Carlos Gomes de Barros, Edson Silva Porto, Francisco Arlindo Gomes Ferreira, Humberto Gustavo Altamiro Guedes de Paiva, Hilton de Lima Pimentel, José Pinto de Barros, José Evilásio Torres, João Clímaco da Silva, José Caralampio de Mendonça Braga, João Teixeira Cavalcante, José Romariz, Joaquim de Barros Leão, Jerônimo da Cunha Lima, José Maria Cavalcante, Lourival de Melo Mota, Miguel Torres Filho, Milton Buarque Wanderley, Mário da Costa Guimarães, Moacir Rodrigues de Andrade, Oséas Cardoso Paes, Oceano Carleal, Segismundo Andrade, Sizenando Nabuco de Melo e Ari Pitombo.

No exercício do mandato, teve participação ativa na defesa da economia alagoana, na área social e nas atividades político-partidárias. A imprensa da época, oposicionista, o classificava de "deputado fogofo", "campeão dos apartes" (v. Diário do Povo, edição de 16/04/47).

Certa ocasião, quando requeria voto de felicitações da Assembleia para o senador Ismar de Goes Monteiro, por ter conseguido benefícios para as indústrias açucareira e têxtil, sustentou acalorado debate, cuja transcrição se encontra em A Notícia, edição de 18/06/47:

Tércio Wanderley: Senhor presidente e senhores deputados, para justificar o requerimento que está na mesa, eu desejo que a Assembleia procure compreender esse meu gesto, dando-lhe a verdadeira significação. A ação patriótica do grande alagoano, Sr. Ismar de Goes Monteiro, tem sido demonstrada por diversas ocasiões, principalmente no último caso do açúcar, que é o principal ramo da economia de Alagoas. Foi o requerimento de S. Ex^a. que conseguiu do governo a licença para exportação de todo o açúcar do norte do Brasil. E já hoje nós verificamos que no ramo do açúcar, estamos já respirando outro clima.

(...)

Joaquim Leão: Eu penso que qualquer senador representante do povo, tomando atitude dessa natureza, está cumprindo o seu dever. Quando cumpre o seu dever, não merece aplausos.

Tércio Wanderley: Merece aplausos, porque outros não tiveram o mesmo gesto. Foi ele que teve a primazia. O ilustre deputado Joaquim Leão já começa com a manobra. Talvez seja preciso que saia da bancada o ilustre presidente que, ontem, declarou que V. Ex^a. já está fazendo política. Eu

pedi à Assembleia que desse a verdadeira significação ao que eu ia dizer.

João Teixeira: Aqueles que cumprem com o seu dever merecem tanto o nosso aplauso, como merece o repúdio aqueles que não o cumprem.

Aurélio Viana: Peço licença para dizer a V. Ex^a. que o nobre deputado Joaquim Leão não está fazendo política, mas V. Ex^a. está.

Tércio Wanderley: O deputado Aurélio Viana devia ter ouvido o começo do meu discurso para melhor compreender a significação de minhas palavras. Meu intuito é exclusivamente passar um telegrama de aplausos ao senador Goes Monteiro porque ele feriu de perto a situação de Alagoas.

Joaquim Leão: V. Ex^a. tem razão. De fato, ele sempre



Associação Comercial de Maceió que, em 1947, sediou a Assembleia Legislativa e a Constituinte Estadual.

feriu a situação de Alagoas.

Tércio Wanderley: V. Ex^a. está levando a um ponto desinteressante. V. Ex^a. está demonstrando que é um verdadeiro leão.

(...)

Presidente: É preciso verificar a maneira de apartear. É preciso disciplinar os apartes. Dessa maneira não podemos continuar. Vamos disciplinar os apartes.

Tércio Wanderley: Sr. Presidente, eu quero afirmar a V. Ex^a. que não temo os apartes da ilustre bancada udenista, nem dos comunistas porque eu não vejo na bancada udenista e na bancada comunista adversários, mas amigos. O único que eu podia temer era o deputado Joaquim Leão, por causa do seu nome, mas, tenho certeza de que ele não ofende ninguém. É como leão de museu. Leão calmo.

Moacir Andrade: Eu desejaria saber qual foi o ato praticado pelo senador Goes Monteiro, se foi a exportação de açúcar...

Tércio Wanderley: Eu vou responder a V. Ex^a., o as-



CAPÍTULO XI

Tércio Wanderley



sunto que me trouxe aqui à tribuna não se prende ao açúcar. O assunto que me prende aqui é justificar o requerimento. Houve uma licença de exportação para 500 mil sacos de açúcar, onde o Estado de Alagoas foi contemplado, e ontem nós tivemos a feliz notícia que foi contemplado com mais 125 mil sacos. Ora, isso é uma situação que vem pôr em desafogo a situação financeira do açúcar de Alagoas. Mas, vamos continuar com o assunto: a ação patriótica do senador Ismar Goes Monteiro, requerendo à Comissão de Finanças do Senado um inquérito para que investigue as causas da situação da indústria têxtil no Brasil é digna de aplausos.

Aurélio Viana: Simplesmente porque o senador Ismar de Goes Monteiro pediu para ser tirada uma comissão para fazer um inquérito a respeito da questão da indústria dos tecidos, então nós vamos felicitá-lo por isso?

Tércio Wanderley: V. Ex^a. é muito ingrato. A minha bancada já tem aprovado requerimento da bancada udenista.

Segismundo Andrade: V. Ex^a. na certa se refere à moção de aplauso que a bancada comunista pediu para o deputado Freitas Cavalcante?

Tércio Wanderley: Mas V. Ex^a. viu o caso do açúcar. Foi ele que se levantou dentro do Senado. E V. Ex^a. verá que ele conseguiu resultado positivo. Eu sou homem progressista, só penso no futuro.

Segismundo Andrade: Se for conseguida a pretensão do senador Ismar de Goes Monteiro, se ela chegar a ser conseguida, ele merece aplausos, mas antes nunca.

Tércio Wanderley: Sr. deputado Segismundo Andrade, V. Ex^a. tem vindo a esta tribuna muitas vezes, e tem pedido apoio para requerimento em favor do seu município. E eu tenho apoiado a V. Ex^a. sem saber quais são os resultados do pedido de V. Ex^a. Nós estamos aqui para apoiar todos os atos dignos, seja do PSD, seja da UDN, seja do Partido Trabalhista ou até do Partido Comunista.

Moacir Andrade: Eu não vejo por que se fazer uma mensagem de aplausos por um gesto ou uma coisa dessa natureza. Há mais de dois anos que vimos denunciando a todo o País a hecatombe que se vinha verificando na indústria nacional, e principalmente na indústria têxtil, e mostrando claramente quais são as causas: a falta de mercado interno, a falta de exportação. E vamos criar uma comissão de inquérito, quando as causas já estão conhecidas de toda a Nação.

Tércio Wanderley: Verifico que é uma demonstração de vaidade da parte de V. Ex^as., vaidade que, aliás, acho justa. V. Ex^a. quer ter a primazia, mas V. Ex^a. deve ser o seguinte: o senador Ismar de Goes Monteiro requereu à Comissão de Finanças do Senado, fazer um inquérito para verificar quais são as causas da crise a fim de combatê-las.

E mais adiante, observa o deputado Carlos Gomes:

Carlos Gomes: Não é somente o senador Ismar de Goes Monteiro que está se batendo. O Estado de São Paulo, tendo à frente o seu governador, vem fazendo conferên-

cias todas as quintas-feiras, a respeito desse assunto. V. Ex^a., então estenda esse requerimento de aplausos a todos os que se batem nesse sentido.

Tércio Wanderley: O ilustre deputado Carlos Gomes descobriu o ponto principal. Eu não disse que podemos felicitar todos aqueles, mas eu a faço ao senador alagoano porque ele, no seu requerimento, frisou o Estado de Alagoas. Frisou que o Estado de Alagoas tem ainda dez milhões de metros em estoque e não tinha exportação; salientou seu requerimento que, dentro de uma semana, suas fábricas vão parar, por isso ele merece aplausos do povo alagoano.

André Papini: Eu perguntaria a V. Ex^a. se o senador Ismar de Goes Monteiro é senador pelo Estado de Alagoas?

Tércio Wanderley: Se ela partisse do Prestes eu era capaz de dar meu voto de favor.

A discussão se alastra, voltando o deputado Carlos Gomes a intervir no debate:

Carlos Gomes: Eu pergunto a V. Ex^a. de quem é a culpa dessa situação caótica em que se encontra a indústria do Brasil?

Tércio Wanderley: É isso que o senador Goes Monteiro quer saber, por intermédio da Comissão de Finanças do Senado. É para isso que ele pede um inquérito. Nós é que estamos sofrendo as consequências, nós é que vamos ter em Alagoas os negros dias de crise, e vamos ter as fábricas paradas. Já foi descontado aos operários um dia de salário, e essa situação é desinteressante.

Carlos Gomes: Eu quero dizer a V. Ex^a. que esse inquérito para apurar essa situação é desnecessário, porque V. Ex^a. como um industrial que está fazendo uma campanha em torno do assunto em defesa dos interesses industriais, V. Ex^a., com a sua capacidade e autoridade, sabe muito bem qual é a causa dessa situação.

Tércio Wanderley: Eu confesso a V. Ex^a. que não sei.

Carlos Gomes: V. Ex^a. sabe que a causa disso é a não exportação do tecido, é a não exportação do açúcar, que foi proibida pelo governo.

Segismundo Andrade: Aliás, V. Ex^a. subscreveu um requerimento pedindo a liberação de tecidos. Logo, sabe a causa.



▲ Tércio Wanderley eleito deputado constituinte.



CAPÍTULO XI

Tércio Wanderley



Tércio Wanderley: Nós temos, aqui, industriais, temos nesta Casa um dos maiores industriais de Alagoas. Ele sabe que a causa não é só a falta de exportação. A causa é complexa. Um dos primeiros fatores é a questão do tabelamento de preços, mas eu é que não tenho autoridade, nem os industriais de Alagoas têm autoridade para tomar providências num caso desses.

O deputado Aurélio Vianna interfere, citando as providências e estudos feitos pelo governo, e conclui: O senador Ismar de Goes Monteiro sabe quais são as causas, mas depois de tudo isso, faz um requerimentozinho... O que de pronto recebeu a resposta do deputado Tércio Wanderley: "Requerimentozinho não! Foi a única providência, é a única que dá certo no caso"

Já ao final dos debates, o deputado Mário Guimarães intervém afirmando que os deputados deveriam esperar o resultado da comissão em discussão, o que Tércio Wanderley rebate: "Eu não acredito que um homem das classes conservadoras como V. Ex^a., um médico como V. Ex^a., não acredite nessa palavra estímulo. Por que se negar estímulo ao eminente senador alagoano? Quando V. Ex^{as}. tiveram igual movimento em relação ao deputado Rui Palmeira, V. Ex^{as}. contaram com o meu voto e do mesmo modo todos aqueles que trabalharam em defesa de Alagoas, em defesa do Brasil. É estranho se V. Ex^{as}. não apoiarem esse requerimento. Sr. Presidente, eu acho que já justifiquei demais o meu requerimento, e peço desculpa de ter tomado o tempo desta Assembleia".

Noutra ocasião, o deputado Oséas Cardoso discursa

solicitando do governo federal imediatas providências para liberação de recursos da Legião Brasileira de Assistência - LBA. Em aparte, o deputado Tércio Wanderley afirma que não se devia sugerir e sim exigir do governo o pagamento das contribuições devidas à LBA, o que iniciou debate envolvendo vários integrantes da Assembleia:

André Papini: O aparte do ilustre deputado Tércio Wanderley, como aparte de oposição está magnífico!

Tércio Wanderley: Eu preciso dizer a V. Ex^a. que a Legião tem sido o sustentáculo das Casas Pias de Maceió. Fui diretor de uma dessas casas e sei que ela não pode perder o auxílio que recebe da LBA porque sustenta cerca de 400 pessoas reconhecidamente pobres.

É interessante destacar, entre as várias iniciativas voltadas para os interesses de inúmeras comunidades alagoanas, o requerimento, assinado com outros deputados, (D.O., de 26.05.1948, p. 5), relativo às riquezas minerais de Alagoas. Em seus consideranda, encontram-se: "Considerando que ainda não foram convenientemente estudadas as riquezas minerais de Alagoas, considerando que são conhecidas jazidas e depósitos minerais de longa data que autorizam a suposição de que o subsolo alagoano é riquíssimo de minerais, cuja exploração seria rendosa sob o ponto de vista econômico; considerando que a criação de um serviço permanente de mineralogia possibilitaria a classificação e o estudo sistemático dos terrenos para posterior exploração prática", era sugerida a organização de um serviço de pesquisas mineralógicas.

"Considere-se meu inimigo"

A disputa pela presidência da Assembleia se desencadeia, disputando-a os deputados Manuel Valente de Lima e Evilásio Torres.

Silvestre Pércles, governador, convoca os deputados governistas ao Palácio e interpela:

- Deputado Tércio Wanderley, quero saber se o senhor vota no Evilásio ou no Manuel Valente?...

- Senhor governador, em primeiro lugar, quero dizer que pertenço ao PSD e o PSD tem presidente... o presidente é seu irmão, o Ismar... agora, eu acho que o Legislativo tem o direito de escolher o seu presidente. A missão de Vossa Excelência não é escolher o presidente... a missão de Vossa Excelência é executar...

O governador não gostou:

- Considere-se meu inimigo...

No mesmo instante, o deputado levantou-se e saiu, enquanto os deputados João Teixeira e João Climaco censuram a atitude do governador, mostrando que era insensato agir daquela forma com o deputado que o defendia constantemente na Assembleia.

Silvestre se refaz e se apressa a

chamá-lo para retomar seu lugar:

- Tércio, vem cá. Eu tive refletindo... Evilásio não dá pr'aquilo, não. Você tem razão. Você não é mais o meu inimigo.

E retornando aos seus lugares, o governante volta a interrogar:

- Mas, deputado, quem você acha que deve ser o presidente?

Apercebendo-se até onde desejaria chegar o governador, respondeu:



O polêmico governador Silvestre Pércles não poupava nem aliados, como o deputado Tércio Wanderley.



CAPÍTULO XI Tércio Wanderley



- Eu não acho ninguém. Vossa Excelência que é governador do Estado, tendo seu irmão que é o presidente do PSD, deve chamá-lo a Maceió... façam o presidente e nós todos o acompanhamos. Mas eu escolher o presidente?... não tenho autoridade pra isso.

Mas as desavenças palacianas continuaram. A oposição incomodava enormemente o Palácio dos Martírios, que se utiliza de meios de amedrontamento.

Certo dia, Silvestre inventa de visitar a Usina Coruri-

pe. Os preparativos são tomados para a recepção, mas o usineiro-deputado não comparece. Isso é uma afronta, e o governador manda o recado: "Vocês digam ao Tércio que ou ele deixa o Ismar e o Guedes ou eu mando raspar a cabeça dele aqui".

A luta continuou, sem, no entanto, traduzir-se em maiores violências. Porém a família pressionava. Não daria certo cuidar dos negócios e manter-se na política partidária. Encerrou a carreira no seu primeiro mandato e dedicou sua vida à construção de seu sonho de jovem: ser industrial.

Sucesso na vida empresarial



Em janeiro de 1941, Tércio Wanderley adquiriu o controle acionário da Usina Coruripe.

Tércio Wanderley inicia sua vida de trabalho no ano de 1918, instalando, em setembro, a firma Wanderley & Melo, de estivas em geral, na Rua do Comércio, em Maceió, tendo como sócio Antônio Pereira de Melo.

Pouco tempo depois, a sociedade se desfaz, denominando-se a firma apenas de Tércio Wanderley.

Em 1925, adquire uma fábrica de sabão, de propriedade de Gustavo Paiva, e foi colocar seu produto no mercado, com os instrumentos de que dispunha, ou seja, suas andanças pelas cidades interioranas, e no registro do prof. Aurino Vieira (in SILVA, Aurino Vieira da. Comendador Tércio Wanderley. 1994, p. 67), "lá se ia o Tércio, valentemente, vendendo os seus sabões, embalados pelas cantigas da literatura de cordel".

Posteriormente, o industrial enveredou pela fabricação de velas, sem muito futuro, pois, ao estourar a Segunda Grande Guerra Mundial, a matéria-prima desapareceu.

O desempenho do Sr. Tércio já era expressivo na década de 1920, sendo eleito presidente da Aliança Comercial dos Retalhistas. E, na década seguinte, se criaria a Sociedade em Comandita Simples Tércio Wanderley & Cia. Chegava, também, ao cargo de vice-presidente da Associação Comer-

cial de Maceió (1931).

E, até o final de sua vida, lembrava, com orgulho, de uma passagem de sua existência ao transmitir o fato ao pai Lívio. Assim conta o prof. Aurino (op. cit. p. 83):

"Antonio de Melo Machado, na mesma eleição havia sido escolhido para ser o presidente daquela Associação. Era muita honra, pensava o Tércio. E tinha certeza de que o velho Lívio Wanderley, quando soubesse da notícia, vibraria de emoção. Afinal, o velho sabia o valor do cargo para o qual ele, Tércio, acabara de ser eleito, pois o velho Lívio era um comerciante nato... um comerciante tradicional.

Partiu, celeremente, para dar ao pai a novidade. E, chegando à casa paterna, ainda meio esbaforido, foi dizendo:

- Sabe, meu pai, acabo de ser eleito vice-presidente da Associação Comercial...

Mas o Sr. Lívio, ao ouvir a novidade que o Tércio, soberbo, lhe trazia desabafou:



CAPÍTULO XI

Tércio Wanderley



Busto de Lívio Wanderley, na escola da Usina Coruripe.

- Ô Santina, eu não tenho dito a você que venho sentindo uma vontade danada de deixar esta terra?

- Mas, por que, homem de Deus?! - interrogou Santina.

- Olha, Santina, na terra onde Tércio é eleito vice-presidente da Associação Comercial, não tem homem não. Tem não, Santina!"

Nessa mesma década, é criada a firma Tércio Wanderley & Cia. Ltda. (1934). Bem como, amplia seus negócios envolvendo-se com a fabricação de tecidos, adquirindo a fábrica de Neópolis, no Estado de Sergipe.

Em 1941, Tércio Wanderley adquire a Usina Coruripe, de José de Castro Azevedo, que a instalara em 1925.



JOÃO AZEVEDO

Professor e ex-reitor da Universidade Federal de Alagoas.





Jayme de Altavila

Intelectual múltiplo e político realizador

Jayme Lustosa de Altavila

Jayme de Altavila nasceu em Maceió, às 8h20min de uma noite de quarta-feira, 16 de outubro de 1895, na casa de seu avô materno, na rua General Hermes, residência que se transformou no Grupo Escolar Cincinato Pinto, no Bom Parto. Apesar de nascido a 16 de outubro de 1895 no seu registro civil consta o dia 17. Em seu livro de poesias *Canto Nativo*, publicado em 1949, descreve em versos a casa em que nasceu:

O Casarão do Bom Parto

O Casarão onde nasci, entre a lagoa e o oiteiro,
O casarão de salas amplas e de sólido telheiro,
O casarão onde chorei pela primeira vez,
Teve um destino singular: foi transformado
Num moderno grupo escolar.

Aquele grande e sombrio corredor
Onde ensaiei os meus primeiros passos,
Hoje tem outro aspecto, outra cor,
E o quarto onde dormi na terra a vez primeira
É o gabinete de um austero professor.

Quando passo, olho a alegre criançada
E penso no que fui, na infância descuidada,
Nas histórias de minha avó:
“Era uma vez uma princesa de olhos de anil...”
E nas histórias de meu avô:

“Quando eu fugi da Itália para o Brasil...”
Como tudo mudou na casa em que nasci!
Ali outrora desejei ser homem
Para cumprir o meu destino.
Quem me dera hoje ser o que ali fui: menino.



CAPÍTULO XII

Jayme de Altavila



Vida e Família

Na pia batismal recebeu o nome de Anphilophio de Oliveira Mello, filho de Balbino Figueiredo de Mello e Deolinda de Oliveira Mello. Seus avós paternos eram João José de Mello e Lima e Joaquina Maria da Conceição Mello e Lima, sendo avós maternos Félix Bello de Oliveira (Felix Belli D'Olivieri, nascido em Nápoles, mas descendente de uma família oriunda da cidade de Altavila Silentina, Província de Avelino, na região de Campânia - Itália) e Lúcia Maria de Amorim Oliveira.

Do enlace matrimonial de Félix Belo com Lúcia Maria, avós maternos de Jayme de Altavila, nasceram Deolinda, no dia 28 de junho de 1876, e Donina, quatro anos depois, em 6 de dezembro de 1880. Casando-se a primeira em 3 de fevereiro de 1894, aos 17 anos, com Balbino Figueiredo de Mello, então funcionário da Great West-

tern Brazil Railway e natural de Murici, onde ocorrera seu nascimento, a 21 de dezembro de 1869, essa união deu origem a uma prole de 14 filhos. Entretanto, apenas 9 deles chegaram a alcançar idade adulta: Anfilóbio, o primogênito - seguido de Flávio, Luís, João, Esmeralda, Manoel, Antenor, Jaime e Deolinda Filha, a única ainda viva, esposa do ministro do Tribunal de Contas e ex deputado federal e senador Antonio de Freitas Cavalcante. Quanto ao chefe do clã, Balbino Figueiredo de Mello, seu passatempo deu-se na Capital alagoana, na Praça Arthur Ramos, então Praça do Rayol, número 732, no dia 13 de setembro de 1934.

Félix Bello de Oliveira e Lúcia Maria Pinto de Amorim faleceram no mesmo ano, o de 1919, com um intervalo de menos de dois meses; ela, a 1ª de março e o marido no dia 21 de abril seguinte, sendo ambos sepultados no Cemitério de Jaraguá.

O primeiro casamento de Jayme de Altavila, ocorrido em 1914, com a alagoana Belmira Goulart, gerou uma filha, Duse Mello Hailer (nome de casada), falecida em São Paulo no mês de junho de 1995, enquanto do segundo enlace, com Emília Lustosa Cabral, nascida em Patos, na Paraíba, em 17 de agosto de 1908 e falecida em Maceió, a 19 de dezembro de 1989, deixou um filho, o maceioense Jayme Lustosa

de Altavila, cujo nascimento deu-se a 17 de setembro de 1934.

Conhecera Emília Lustosa em João Pessoa, quando chegara a essa cidade para exercer as funções de juiz substituto federal, cargo que assumiu em 23 de outubro de 1932, e onde logo a 19 de novembro seguinte viria a pronunciar, a convite do Grupo de Estudos de Geografia e História da Paraíba (GEGHP), a conferência "A extinção da Capitania da Paraíba". Destacamos participação de Emília Lustosa a qual contribuiu, de forma marcante, no processo de federalização da Faculdade de Direito de Alagoas, através de seus familiares paraibanos, como o ministro José Pereira Lyra, no Governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Outra participação decisiva de Emília ocorreu quando das comemorações do "Jubileu de Prata", 25 anos de fundação

da referida Faculdade de Direito de Alagoas, acontecido em 24 de maio de 1956, ocasião em que se empenhou para trazer às solenidades o presidente Juscelino Kubitschek, que recebeu o grau de professor honoris causa, como também o ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, e o professor Jurandir Lodi, diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.



Jayme de Altavila (em destaque) com seus pais, Balbino e Deolinda, e seus irmãos.



Jayme de Altavila, em seu gabinete com sua esposa Emília e seu filho Jayme, numa foto de 1947 em sua residência, situada na avenida da Paz.



CAPÍTULO XII

Jayme de Altavila



Atuação no Jornalismo e no Direito

Jayme de Altavila iniciou sua vida jornalística, ou como diz o historiador Moacir Medeiros de Sant 'Ana, "a sua iniciação no jornalismo literário, aos 15 anos de idade, nas colunas de um modesto jornal de bairro, o do Poço. De pequeno formato, medindo o seu número inicial apenas 18,5x23 cm, um pouco mais de um palmo de altura. O Guarany era o nome desse periódico, que orgulhosamente exibía, logo abaixo do título, a sua condição de órgão literário e noticioso". Mas a participação de Anfilóbio de Mello - que nesse tempo já se definira pela adoção do pseudônimo Jay-

do nosso restaurante, de propriedade do atencioso e ladra-vaz Wu-Fang". Nesse período de sua permanência na Capital pernambucana, atuou na redação do Jornal do Recife e do mesmo foi também seu correspondente em Maceió. Em uma manifestação de agradecimento, datada de Maceió, em 21 de setembro de 1968, constante da pasta de recortes Museu de Ideias, Jayme de Altavila refere-se àqueles que, através de diferentes e marcantes atitudes contribuíram para a sua formação mental. Duas delas acham-se ligadas ao seu curso jurídico:



Jayme de Altavila e Tavares de Figueiredo, parceiros em várias músicas, numa foto de 1923.

me de Altavila - no primeiro número daquele órgão de publicação quinzenal, surgido no dia 20 de março de 1910, limitou-se a um brejeiro pensamento de sua lavra, divulgado sob a assinatura OLLEM, na verdade, a inversão do sobrenome MELLO: "O primeiro amor é como o primeiro beijo quando se colhe na face d'uma virgem; os outros jamais serão tão doces".

Em 1911, ingressou nos quadros do Congresso Littero-Cívico-Alagoano, do qual era sócio desde o mês de novembro, possivelmente a primeira instituição literária a que pertenceu.

Na condição de autor de peças teatrais, Jayme de Altavila produziu A cabeça de Salomé, teatro em versos, inserida nas colunas do Diário da Noite, do Recife, a 16 de maio de 1915; O herói do matrigal, cena romântica em versos, escrita em janeiro de 1922 e Inversão de papéis, com o subtítulo, Cena de uma noite de carnaval, teatro em versos, publicada na Ilustração Brasileira, do Rio de Janeiro, em janeiro de 1923.

Com seus próprios esforços ingressou em 1911 no Liceu Alagoano, matriculando-se em 31 de março de 1919, na Faculdade de Direito do Recife, na qual permaneceu por três anos, "residiu num sobrado da Rua Larga do Rosário, onde fora o antigo Hotel Comercial", conforme teve o ensejo de declarar em crônica denominada Avaristo, nome pelo qual era conhecido o Evaristo, humilde "entregador de café

"Abençoada seja sempre, dentro de mim, a memória daquele cavalo 'Gaúcho' que ganhei numa rifa e com o produto de sua venda me matriculei na Faculdade de Direito do Recife.

Abençoada seja sempre, dentro de mim, a memória dos estudantes Lydio e Mário Jucá, que me agasalharam no seu modesto quarto da Pensão Pernambucana."

Lydio e Mário eram os irmãos alagoanos Lydio Augusto e Mário Augusto Guerra Jucá, esse último em 1919 já quartanista de Direito, enquanto o outro era um simples calouro, que dividiam com o seu conterrâneo o parco espaço de um quarto do referido antigo Hotel Comercial, rebaixado então à categoria de simples pensionato.

Transferindo-se em 1922 para a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, que funcionava no bairro do Catete, sob a direção do conde Afonso Celso, a 21 de março matriculou-se no quarto ano do curso jurídico, vindo a colar grau no dia 7 de dezembro de 1923 em Ciências Jurídicas e Sociais.

Em artigo motivado pela morte de Jayme de Altavila, seu velho companheiro de turma na Faculdade de Direito do Recife, Joaquim Inojosa, registrou alguns nomes e sobre-



Embarque de Jayme de Altavila, em dezembro de 1923, ao Rio. Entre os retratados: João Lima, Xavier de Araújo, Martins Conceição, Sérvulo Dias, Mauro Lobo, Adolpho Carvalho, Oscar Tenório, Povina Cavalcanti Coelho e Manóla.



CAPÍTULO XII

Jayme de Altavila



nomes de integrante da turma de 40 acadêmicos, à qual pertencia Jayme de Altavila, como Joaquim Inojosa de Andrade, Matheus Vaz de Oliveira Sobrinho e Severino Corrêa de Araújo (pernambucanos), José Lins do Rego e Praxedes Cousseiro Pitanga (paraibanos) e, finalmente, Joaquim Guedes Correia Gondim Netto e Lydio Augusto Guerra Jucá (alagoanos).

Do período de seu curso jurídico no Rio de Janeiro é a reunião de intelectuais registrada em foto e difundida através de diversos órgãos da Imprensa como acontecida em diferentes anos: 1922, 1923 e 1924.

Entretanto, a mesma aconteceu no Pão de Açúcar, a 23 de novembro daquele primeiro ano de 1922, tendo em seguida aquele grupo jantado em restaurante da Urca. Dela participaram, além do alagoano Pontes de Miranda, e do mineiro Vinício da Veiga, então cônsul-geral do Brasil em Nápoles, “Jayme de Altavila e Jorge de Lima, dois dos mais ilustres homens de Letras da nova geração alagoana, o vigoroso romancista Théo Filho e o brilhante crítico Agripino Grieco e mais os Srs. Romeu de Avelar e Osman Loureiro, recém-chegados a essa Capital”, de acordo com noticiário do jornal carioca A Tribuna.

Formado, regressou para Maceió, no Itapunhy, aportando no dia 18 de dezembro, quando foi recebido a bordo daquele vapor por amigos e admiradores, conforme registra o Jornal de Alagoas, de 19 de dezembro de 1923.

Em 1915, cogitou-se criar em Alagoas uma Academia de Letras. Essa tentativa inicial de fundação da futura Academia Alagoana de Letras ocorreu durante reunião aberta por Jayme de Altavila, que explicou as finalidades da mesma, convidando o Dr. Demócrito Gracindo para assumir a Presidência da sessão. Nomeou-se, em seguida, uma comissão composta do aludido Jayme, Paulino Santiago, Bernardes Júnior, Pinheiro Goulart e Artur Acioly, com o objetivo de tratar da elaboração dos estatutos da nova sociedade literária. Isso somente viria a ocorrer anos depois, a 10 de novembro de 1919, em sessão realizada no salão nobre do Teatro Deodoro, tendo sido Jayme de Altavila, o redator da primeira ata da nova instituição cul-



Da esquerda para a direita (sentados): Pontes de Miranda, Vinício da Veiga, Agripino Grieco e Théo-Filho; (em pé): Osmar Loureiro, Romeu de Avelar, Jorge de Lima e Jayme de Altavila.

tural, a Academia Alagoana de Letras, e dela também seria o presidente nos períodos de 1936 a 1937 e de 1961 a 1964.

Foi professor na antiga Escola Normal de Maceió e no Liceu Alagoano, depois de ser aluno daquele educandário, Jayme foi dele inspetor federal de Ensino (1929), vice-diretor e diretor. Em 1943, era designado professor do Instituto de Educação.

Ainda na condição de aluno do mesmo Liceu, onde ingressara no ano de 1911, pertenceu à Escola Literária Euclides da Cunha, já existente em dezembro de 1912, a qual se reunia aos domingos na Sala da Congregação do referido educandário.

Em decorrência de sua condição de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Jayme de Altavila exerceu várias funções públicas, entre as quais a de adjunto do 1º promotor público da Capital Alagoana (nomeado a 31 de janeiro de 1924); adjunto do procurador da República (6 de março de 1924); adjunto do 1º promotor público da Comarca de Maceió (15 de fevereiro de 1929) e substituto do juiz federal da Paraíba (20 de setembro de 1932).

Faculdade de Direito de Alagoas

Foi um dos fundadores, a 8 de julho de 1931, da Faculdade Livre de Direito de Alagoas, - depois denominada Faculdade de Direito de Alagoas, - a célula mater da Universidade Federal de Alagoas - dela tendo sido, inicialmente, professor catedrático de Economia Política e Ciências das Finanças, depois catedrático de Direito Civil, nomeado em 11 de março de 1933, por ato do interventor federal de Alagoas, Afonso de Carvalho, após a estadualização da referida Faculdade, nomeação confirmada pela Lei nº 1.014, de 24 de dezembro de 1949, que federalizou aquele estabelecimento de ensino superior, do qual fora escolhido diretor efetivo pela Congregação, a 2 de março de 1948, aposentando-se nesse cargo e no de catedrático de Direito Civil por decreto presidencial de 25 de setembro de 1926. Dela foi, ainda, professor de Direito Constitucional, nomeado

por ato de 9 de setembro de 1937, do governador Osman Loureiro.

A 16 de setembro de 1959 a Congregação da mesma Faculdade conferiu-lhe o título de doutor em Direito e, finalmente, em 4 de outubro de 1962, por proposta do professor doutor José Lages Filho, o título de professor emérito. Foi ainda professor da Faculdade de Ciências Econômicas.

Foi prefeito de Maceió entre 1927 e 1928, deputado estadual na 10ª legislatura, promotor público da Capital e juiz federal no Estado da Paraíba.

Desde o tempo de sua mocidade, colaborou em jornais e revistas locais e de outros Estados, inclusive em publicações da cidade do Rio de Janeiro, então Capital da República.

Em sua terra natal também integrou o Conselho Esta-



CAPÍTULO XII

Jayme de Altavila



dual de Cultura, para o qual foi nomeado por ato governamental de 19 de dezembro de 1967, e o Conselho de Desenvolvimento de Maceió. Pertenceu ao quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, eleito que foi a 18 de março de 1923, por proposta feita em sessão de 13 desse mesmo mês, firmada por Castro Azevedo, Guedes de Miranda, Orlando Araújo, Eutíquio Gama, Demócrito Gracindo e Luiz Mascarenhas, tomando posse em 11 de setembro seguinte nessa instituição a que presidiu durante onze anos, até sua morte de 1959 a 1970.

Em 18 de janeiro de 1950, através de mandado de retificação ao juiz da 3ª Vara da Capital, incorporou o seu pseudônimo Jayme de Altavila ao seu nome de batismo, passando a assinar Anfilóbio Jayme de Altavila Mello.

Pertenceu a diversas Associações Culturais do Brasil e do Exterior, principalmente às que se dedicaram às pesquisas históricas, destacando-se a Academia Mineira de Le-



Discursando em cerimônia na Faculdade de Direito.

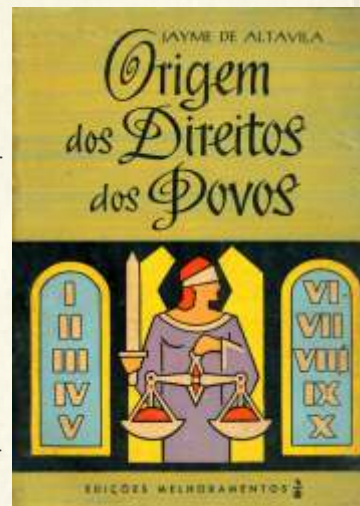
tras; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio Grande do Norte; Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e The National Geographic Society, de Washington – USA.

Em 1964 foi eleito o Príncipe dos Poetas Alagoanos, numa promoção da Academia Maceioense de Letras.

No campo do Direito, foi um dos nossos eminentes professores, e o seu livro *Origem dos Direitos dos Povos*, editado atualmente pela Icone Editora, de São Paulo, que já se encontra em sua 7ª edição, livro esse adotado pelas Universidades de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul, projetando o nome desse ilustre alagoano como um dos mais argutos e eficientes cultores do Direito.

Vasta e diversa são as obras de Jayme de Altavila, a qual inclui Direito, História, Romance, Conto, Novela, Versos e letras de composições musicais.

Faleceu em Maceió, numa quinta feira, 26 de março de 1970, às 23 horas.



"Origem dos Direitos dos Povos", obra de Jayme de Altavila adotada por diversas universidades no país.

Militância Política

Renunciando o Dr. José Moreira Silva Lima ao cargo de prefeito da capital alagoana e tendo o Conselho Municipal de Maceió decretado a perda do mandato de seu substituto legal, na condição de presidente do referido Conselho - eleito que fora a 18 de janeiro de 1926 - o Dr. Anfilóbio de Mello assumiu o exercício do cargo de prefeito de Maceió a 1º de fevereiro de 1927, nele permanecendo até 7 de janeiro de 1928, totalizando 11 meses e 7 dias de administração.

Apesar da sua curta permanência na Prefeitura, durante a sua gestão foi concluída a Planta Cadastral da Capital, cujo preparo fora determinado pela Lei nº 10, de 17 de abril de 1913, da administração do farmacêutico Firmino Vasconcelos, mas cuja execução arrastou-se durante anos pelas administrações do referido farmacêutico Firmino Vasconcelos, do bel. Inácio Uchôa, do Dr. Ernandi Teixeira Basto e do Dr. Moreira Lima.

Durante a citada administração ocorreu o estabelecimento do serviço telefônico da Capital alagoana, auspicioso fato que se deu a 1º de abril de 1927, sendo que a nossa Capital fora a Segunda no Brasil a introduzir os telefones automáticos, empregando material fornecido pela Compa-



Coreto do bairro de Jaraguá, inaugurado durante a administração de Jayme de Altavila na prefeitura de Maceió.



CAPÍTULO XII

Jayme de Altavila



nhia A.E.G. Sul Americana de Eletricidade.

Entre as realizações administrativas de calçamento de várias ruas à construção de passeios públicos, esgotos, pontilhões, assentamento de meios-fios, destacam-se a urbanização da Avenida da Paz e a construção de um coreto de cimento armado, cuja inauguração aconteceu a 1º de janeiro de 1928, no antigo Aterro de Jaraguá, logo passado a ser chamado de Coreto da Avenida, em decorrência do logradouro onde foi erguido, a Avenida da Paz, denominação essa, dada através da Lei Municipal nº 9, de 8 de outubro de 1919, após as Festas da Paz ali realizadas, comemorativas do término do conflito armado ocorrido no Continente Europeu, durante os anos de 1914 a 1918.

Logo depois de sua passagem pela Prefeitura de Maceió, Jayme de Altavila foi eleito deputado estadual a 19ª legislatura (1928/30), instalada a 21 de abril de 1928, mas em virtude de sua nomeação, a 15 de fevereiro de 1929, para o cargo de adjunto de 1º promotor público da Comarca de Maceió, teve de renunciar.

Em 1945, mais uma vez pretendeu atuar na política partidária, candidatando-se ao mandato de deputado federal por Alagoas pelo Partido Republicano Progressista (PRP), nas eleições realizadas no dia 2 de dezembro daquele ano, sendo o terceiro mais votado de seu Partido.

Anfilóbio de Mello, que só a 18 de janeiro de 1950 teria incorporado oficialmente ao nome o pseudônimo Jayme de Altavila, politicamente acompanhava o seu amigo minis-



Político paraibano José Américo de Almeida: ligações políticas e familiares com Jayme de Altavila.

tro José Américo de Almeida, a quem era ligado por fortes laços familiares de sua esposa Emília, atuando intensamente na campanha udenista em Alagoas. Mas a Comissão Executiva da União Democrática Nacional (UDN), Seção de Alagoas, segundo nota datada de Maceió, de 13 de novembro de 1945, e firmada por Abdon Torres, Dalton de Brito, Clóvis Falcão e do próprio Anfilóbio de Melo, trilhara caminho antedemocrático na organização da chapa de candidatos ao Conselho Federal e Câmara, o que levou boa parte dos integrantes do PRP a discordar da orientação adotada, continuando, contudo, a apoiar incondicionalmente a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República.

A 15 de novembro de 1945, o citado Partido Republicano Progressista, em sua legenda, incluiu nomes de alguns políticos independentes de Alagoas, entre os quais o de Jayme de Altavila. Porém, o tempo que sobrou para a campanha, quinze dias apenas, inviabilizou um melhor desempenho nas urnas.

Em correspondência dirigida a Eduardo Gomes, datada de 16 daquele mesmo mês de novembro de 1945, Altavila ratificou os termos de cabograma destinado àquele militar candidato, juntamente com alguns companheiros integrantes do Conselho Deliberativo, os quais, apesar do desagravo difundido através de órgão da Imprensa, renovaram seu protesto devido ao modo como fora organizada a chapa federal, à revelia dos mesmos.

Na correspondência citada, Jayme de Altavila declarou “ser professor de Direito há muitos anos”, não podendo, por isso, “compreender como, numa hora em que se estava a exigir Democracia no Brasil”, procurava-se “adotar atitude antidemocrática na economia política interna”.

Eis, em resumo, a história da militância política de Jayme de Altavila, retratada pelo historiador Moacir Medeiros de Sant’Ana, no capítulo 6º de seu livro Jayme de Altavila: Evocação, do qual reproduzimos alguns trechos.



Propaganda eleitoral do brigadeiro Eduardo Gomes: Jayme de Altavila apoiou a candidatura do militar à presidência da República.



JAYME LUSTOSA DE ALTAVILA

Advogado e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.



CAPÍTULO XII

Jayme de Altavila



Fontes Bibliográficas

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Jayme de Altavila: Evocação**. Maceió: Ecos Gráfica e Editora Ltda/ Secretaria Municipal de Cultura, 1996. 75p, ilustrada.

SILVEIRA, Paulo de Castro. **Jayme de Altavila**. Maceió: Editora Gráfica Diário de Alagoas S/A, 1971, 167p, ilustrada.

ALTAVILA, Jayme de. Museu de Ideias. Pasta e recortes pertencentes ao seu filho Jayme Lustosa de Altavila. Coleção Particular.

_____. Arquivo particular. Pastas contendo dados de sua vida pertencentes ao seu filho Jayme Lustosa de Altavila. Coleção particular.





Manoel Mendes da Fonseca

Chefe de uma família de heróis

José Maria Tenório Rocha

Mendes da Fonseca passa para a História do Brasil como o homem que lançou um manifesto de Independência do País, antes do Grito do Ipiranga; como um lutador irreverente que tentou impedir a transferência da capital, de Alagoas (atual Marechal Deodoro) para Maceió, como pai de uma prole de heróis que dignificaram a pátria na sangrenta Guerra do

Paraguai, e também como pai do Proclamador da República Brasileira e seu primeiro presidente republicano. Em sua trajetória de lutas, encontra o apoio seguro e o incentivo de sua esposa - dona Rosa da Fonseca - uma mulher destemida, forte, que se propunha a dar, até mesmo, a própria vida, no sentido de tornar a pátria livre, independente e, sobretudo, democrática.



CAPÍTULO XIII Manoel Mendes da Fonseca



Família de vocação militar

O pai do vulto focalizado - Manoel Mendes da Fonseca Galvão – possuía prenome e sobrenome absolutamente iguais aos do filho; se acaso fosse em data mais recente, ao sobrenome do filho, certamente acrescentar-se-ia o termo Filho ou Júnior, para diferenciar do pai ou, ainda, demonstrar a sua ascendência.

Manoel Mendes, o pai, veio para Alagoas, procedente de Pernambuco; a sua vinda foi motivada pela amizade com os primeiros membros da família em Satuba e Santa Luzia do Norte, fazendo residência no Sítio Cruarana, situado a uma légua de Anadia, onde foi negociante e estabeleceu escola de primeiras letras, mediante contrato com o capitão Baltazar Barbosa Lobo e Gaspar Barbosa Lobo, ligados àquelas famílias por laços matrimoniais.

Mendes (o pai) casa-se com D. Maria Mendes, irmã mais velha da mãe do tenente Francisco Mendes da Canabrava dos Pais. Do casório teve um único filho, nascido em Anadia, aos 24 de julho de 1785, a quem pôs o nome em forma homográfica.

O filho, Manoel Mendes, “sentou praça” no Regimento de Infantaria de Linha, no Recife, no dia 25 de setembro de 1806, contando, na época, com vinte e um anos de idade. Nessa época, deixou de usar o último sobrenome Galvão, ficando apenas com o Fonseca, que o tornaria conhecido na História.

Em 1817, Mendes já era capitão e foi encarregado pelo general Luiz do Rego, governador da Capitania de Pernambuco, de vir a Alagoas para armar os seus habitantes,

pondo-os em estado de defesa.

Para a execução da tarefa, foram entregues a si quatro canhões, dois obuseiros com as suas munições.

No dia 28 de junho de 1822, Mendes, insatisfeito com a política de Portugal em relação ao Brasil, lançou, antes do Grito do Ipiranga, aqui mesmo na Cidade de Alagoas, o Manifesto da Independência, defendendo-a e lutando por ela.

Contraditoriamente, tinha pelo Imperador D. Pedro I verdadeira admiração e obediência. Tanto que, ao chegar a Maceió, a notícia do dia 30 de abril de 1831 - a abdicação do monarca - inúmeros dos simpatizantes daquela autoridade foram perseguidos; alguns tiveram que fugir, evadindo-se rápido, deixando para trás os bens que acumularam. Era o período chamado de “Mata, Mata Marinheiros” ou de “Marinheiro Pé-de-Chumbo”.

Mendes, por sua vez, foi suspenso do comando do 11º Batalhão de Infantaria, sendo pronunciado, ou processado, mas com o passar do tempo, foi reconduzido ao Batalhão.

Na data de 9 de dezembro de 1824, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, da Cidade de Alagoas, Manoel Mendes casa-se com D. Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante, sendo testemunhas do enlace Dr. Gustavo Mello de Aguiar e o comandante das Armas, Joaquim Mariano de Oliveira Bello, chefe do major Mendes, do qual era seu secretário. A cerimônia foi oficiada pelo padre Antonio Gomes Coelho Mello.



Casa da Família Mendes da Fonseca, em Marcehal Deodoro, antiga Vila das Alagoas, onde hoje funciona o museu do Proclamador da República.



CAPÍTULO XIII Manoel Mendes da Fonseca



A esposa e companheira: Rosa da Fonseca

Com o casamento, realizado em 1824, na Cidade de Alagoas, recebeu o nome de Rosa Maria Paulina da Fonseca, tornando-se, assim, a senhora Mendes da Fonseca. Nascida em 18 de outubro de 1802, a História não guarda a informação se o fato ocorrido, teria sido em Anadia ou na Cidade de Alagoas.

A questão por que teria Manoel Mendes deixado de usar o sobrenome Galvão, pode agora ser respondida. É que a sua família da parte dos Galvão, de grande projeção social, não concordou com o casamento de Manoel com Rosa, pois dizia a tradição que a noiva descendia de escravos, tinha sangue indígena em suas origens e vivia na Cidade de Alagoas, sem comportamento conveniente para uma moça, como montar a cavalo em

pelo, disparar pelas ruas da cidade e nadar nas lagoas.

Ademais, os pais de Rosa eram desconhecidos; os historiadores atribuem a D. Antonia Maria de Barros, falecida aos oitenta e seis anos de idade, no dia 5 de abril de 1860, ter sido sua genitora. A jovem altaneira também é possuidora de espírito religioso aguçado, tanto que em 10 de julho de 1830, Rosa ingressa na venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo, professando votos.



Dona Rosa, matriarca da família.

Deputado Provincial

Por sua liderança e espírito empreendedor, Mendes foi eleito para o cargo de deputado pela Assembleia Provincial de Alagoas, Casa que corresponde à atual Assembleia Legislativa. Exerceu o cargo nas legislaturas seguintes: na primeira Legislatura (1835-1837), assume na qualidade de suplente, na segunda Legislatura (1838-1839), como titular e, na terceira Legislatura (1840-1841), também como titular. Portanto, exerceu o mandato de deputado durante seis anos. De sua atuação parlamentar nada podemos comentar, pois faltam os arquivos necessários.

No governo do presidente da Província, Agostinho da Silva Neves (18 de abril de 1838 a 10 de fevereiro de 1840), aumentam as rivalidades entre a decadente e sem futuro Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro) e Maceió, vila de grande prosperidade, sobretudo pela presença do Porto de Jaraguá, o melhor de Alagoas.

Rivalidades e lutas aumentavam amiúde e sinalizavam possível transferência da Capital para Maceió, sob a acirrada oposição dos habitantes da velha Capital, liderada por Manoel Mendes e por seu correligionário, o polêmico José Tavares Bastos, pai do estudioso Aureliano Cândido Tavares Bastos, focalizado no capítulo I deste livro.

O presidente Neves mandou, em outubro de 1839, fazer a execução da Ordem do Tesouro Imperial, transferindo para Maceió o cofre da Tesouraria Geral.

Ao ato do presidente, correspondeu a ira do povo, tendo à frente Manoel Mendes e sua tropa. Silva Neves foi preso no Palácio e deposto em fins de outubro de 1839 e colocado para embarcar no dia 2 de novembro na sumaca “Dois Amigos”, para aportar em qualquer parte do Brasil, menos na Província de Alagoas.

Graças a um estratagema de Sinimbu, Neves ao se afastar do Porto do Francês, onde embarcara, mandou o mestre rumar para Maceió, onde desembarcou e reasumiu o Governo.

Nula a deposição, o presidente volta à Capital,

exonerando Mendes da Fonseca do cargo de juiz municipal, que fugiu para Sergipe, apresentando-se em três de dezembro ao comandante das Armas daquela Província, que o prendeu e o enviou para a Corte, onde ficou detido na Fortaleza de Santa Cruz e, só em maio do ano seguinte, foi julgado pelo Conselho de Guerra, sendo absolvido e reconduzido às tropas.

Dada a situação de enormes dificuldades existentes para cuidar da família, Mendes resolveu, em 1857, comunicar ao Imperador a sua situação, tentando resolver ou, pelo menos, minorar ou aliviar os problemas, diz a carta:

“Minha família, coitada, sempre mantida pelo apertado repuxo, já não de justas economias, mas de dolorosas misérias, nunca comeu mais que o necessário para não morrer de fome, nunca trajou luxo, ainda não viu as paredes internas de um teatro, nunca foi mesmo a um baile dos muitos concorridos nesta Corte, onde vivemos há quinze anos, em nímio rigor da vida.”

Dois anos depois, em 24 de agosto de 1859, com 74 anos de idade e reformado como tenente-coronel, Manoel falecia no Rio de Janeiro, deixando a viúva e vários filhos.



Casa da Câmara, da antiga Cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro.



CAPÍTULO XIII Manoel Mendes da Fonseca



Os horrores da guerra e a bravura da mãe

Após a morte de Manoel, D. Rosa, exemplo de bravura de mulher alagoana, com entusiasmo educou todos os filhos. No início da Guerra do Paraguai, D. Rosa da Fonseca possuía sete filhos nas trincheiras, quando recebeu a dolorosa notícia que dois de seus filhos tombaram mortos - capitão Hipólito e o alferes Afonso - a mãe cedeu lugar à patriota, pois sentiu que seus filhos serviram bem a pátria.

Na passagem de Iitororó, D. Rosa, mais uma vez, teve o coração ferido, pois perdera mais um filho - major Eduardo Emiliano - e dois outros - Hermes e Deodoro - foram gravemente feridos.

Quando se tentou falar de paz com o ditador do Paraguai, a abnegada e patriota D. Rosa dizia aos amigos: "Prefiro não ver mais meus filhos; que fiquem todos sepultados no Paraguai, com morte gloriosa no campo de batalha do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria".

Ao chegar à casa de D. Rosa da Fonseca, um oficial, em nome do Imperador para apresentar pêsames à nobre senhora, ficou admirado, pois a senhora o recebeu calma e impassível e com a casa embandeirada e iluminada. A nobre senhora respondeu ao oficial que a vitória que a pátria alcançara, valia muito mais que a vida de seus filhos.

O oficial curvou-se, e como-vido, beijou a mão daquela excelsa senhora, que lhe parecia a encarnação da própria Pátria.

Batalha de Iitororó, que vitimou o major Eduardo Emiliano e deixou gravemente feridos Hermes Ernesto e Manoel Deodoro.



Estampada na revista *Semana Ilustrada* apareceu, na edição de 28 de agosto de 1865, um soneto atribuído a Rosa da Fonseca; ei-lo:

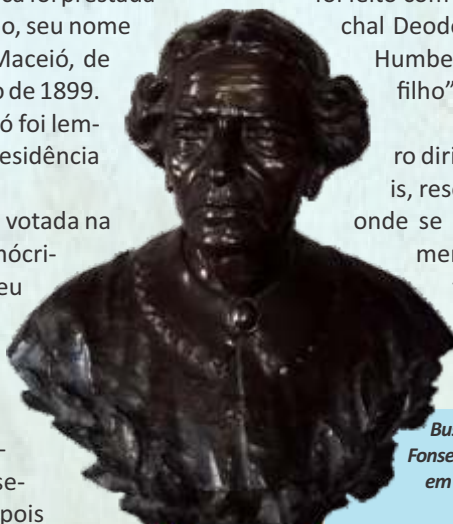
*"Cala-te amor de mãe! Quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado.
Amor da Pátria, vivido, elevado
Só tu na solidão serás comigo!
O dever é maior do que o perigo.
Pede-te a Pátria, cidadão honrado.
Vai meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!
És o sétimo, o último. Minh'alma,
Vai toda aí, convosco repartida
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.
Oh! Não te assuste o horror da marcia lida,
Colhe no verde campo a melhor palma
Ou morte honrada ou gloriosa vida."*

As homenagens

A Manoel Mendes da Fonseca foi prestada uma homenagem pelo povo alagoano, seu nome foi dado a uma rua, no Centro de Maceió, de acordo com a Lei nº 53, de 2 de março de 1899.

Percebe-se que seu nome só foi lembrado, quando seu filho assumiu a Presidência da República, por ele proclamada.

De acordo com a mesma lei votada na época do Intendente da Capital, Demócrito Gracindo, o Conselho Municipal deu o nome de D. Rosa da Fonseca à antiga Praça do Livramento, Centro de Maceió, colocando um busto retratando o seu perfil, feito em São Paulo pelo artista italiano Angioli. O interessante é que o busto da venerada senhora saiu praticamente de graça, pois



foi feito com material que sobrou da estátua de Marechal Deodoro. Isso deu motivo a surgir o artigo de Humberto Vilela, de título: "A mãe que nasceu do filho".

Na época em que o estudioso Ernani Meiro dirigia o Departamento de Assuntos Culturais, resolveu retirar a estátua de D. Rosa do local onde se encontrava, pois estava situada praticamente dentro do Bar do Chopp. Ernani fez a transladação do busto para a casa onde a heroína residiu: Rua dos Mortos, em Marechal Deodoro, onde existe um pequeno museu velando pela lembrança

positiva dos familiares desses fazedores de um Brasil grande e íntegro.

Busto de Dona Rosa da Fonseca, que está exposto em museu na cidade de Marechal Deodoro.



CAPÍTULO XIII

Manoel Mendes da Fonseca



Uma família de heróis

A trajetória dos dez filhos do casal.

Hermes Ernesto

O primeiro filho do casal nasceu na Cidade de Alagoas, no dia 11 de setembro de 1824. Lutou no Uruguai e, durante cinco anos, no Paraguai, onde fora ferido. Nessa época, já possuía o título de coronel do Exército Brasileiro.

À frente de uma brigada de 1.800 soldados brasileiros, que seguiam em navio da Marinha, tomou Assunção em 1 de janeiro de 1869.

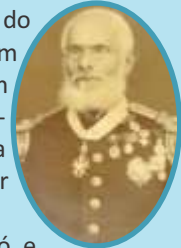
Após as lutas, tornou-se brigadeiro, chefiando o Comando das Armas da Bahia em 16 de novembro de 1889, quando foi surpreendido com a notícia da deposição de D. Pedro II. Aderiu à República apenas três dias depois.

Por sua ação heróica, foi agraciado com os seguin-

tes títulos: Grande Dignitário da Ordem do Cruzeiro e da Rosa; Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro; Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro; Governador da Província de Mato Grosso; Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis; Governador da Bahia; Marechal da República.

Nomeia uma rua em Maceió e também em sua cidade natal.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 8 de fevereiro de 1891. Seu filho, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, foi presidente de República, de 1910 até 1914.



Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro: cinco membros da família Fonseca receberam a condecoração.

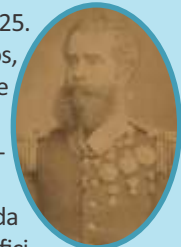
Severiano Martins

Nascido, também, na Cidade de Alagoas, no dia 8 de novembro de 1825. Ingressou no Exército Imperial em 26 de setembro de 1841. Foi, como seus irmãos, herói da Guerra do Paraguai. Escreveu Regulamento para Instrução da Arma de Artilharia.

Em 2 de março de 1889, às vésperas da Proclamação da República, recebeu o título de Barão de Alagoas, com grandeza.

Por seus esforços, foi agraciado com os seguintes títulos: Cavaleiro da Ordem da Rosa; Cavaleiro da Ordem de Cristo; Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, Oficial da Ordem do Cruzeiro, por ato de bravura; Comendador da Ordem de Cristo; Comendador da Ordem de São Bento de Avis.

Severiano faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de março de 1889. Na cidade de Maceió, seu nome foi dado à antiga rua do Alecrim



Manoel Deodoro

Terceiro filho do casal, Deodoro nasceu na Rua dos Mortos, na Cidade de Alagoas, em 5 de agosto de 1827.

Passa a infância e a adolescência em sua cidade natal e transfere-se para o Rio de Janeiro, onde ingressa na Escola Militar, saindo dali como segundo tenente.

Aos vinte e um anos de idade, combate os revoltosos da Revolução Praieira (7 de novembro de 1848 a 31 de março do ano seguinte); combateu, também, na República Oriental do Uruguai.

Lutou contra as tropas de Francisco Solano López, na época, tendo a patente de Capitão. Quando os brasileiros invadiram o Paraguai, em abril de 1866, Deodoro possuía a patente de Major e combatia sob o comando de Osório.

Durante os cinco anos de guerra, Deodoro lutou brava e heroicamente, sendo ferido três vezes ao atravessar a ponte de Itororó. A 16 de janeiro de 1868, recebeu o título de Tenente-Coronel e, em 11 de dezembro do mesmo ano, a insígnia de Coronel.

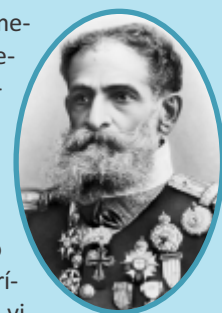
Em 1888, faziam-se, abertamente, propaganda re-

publicana mesmo no Exército, a começar pela Escola Militar de Praia Vermelha; a presença de Benjamim Constant ativava o processo de mudanças políticas. Deodoro fica solidário aos seus colegas de farda, aumentando o prestígio que gozava.

Libertados os escravos do Brasil, sem indenização, as classes agrícolas tornam-se inimigas do regime vigente.

Já promovido a Marechal, Deodoro foi enviado ao Mato Grosso para resolver questões entre a Bolívia e o Paraguai. O mesmo Governo que o enviara para a Missão, nomeia para presidente da Província do Mato Grosso, um coronel, seu inferior hierárquico; irritado, Deodoro pega seus comandados e, sem avisar ao ministro da Guerra, segue para o Rio de Janeiro, onde chega doente, um mês depois.

Na madrugada de 15 de novembro, as tropas o ti-





CAPÍTULO XIII

Manoel Mendes da Fonseca



raram da cama. Nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, imperava a efervescência, e, nesse meio tempo, é proclamada a República e Deodoro assume a Presidência, para depois, não suportando as politiquices, renunciar ao poder.

Morreu, já reformado, cercado da esposa, D. Mariana, e de alguns familiares, no dia 23 de agosto de 1892, aos 65 anos de idade. Ergueram um busto do Proclamador da República na Avenida Maria Madalena, na cidade em que ele nasceu. Em Maceió, o Intendente (prefeito) Demócrito Gracindo mandou reformar o antigo Largo das Princesas, colocando o nome de praça Generalíssimo Deo-



Praça Deodoro, no Centro de Maceió, e a estátua equestre do Proclamador da República.

doro da Fonseca, pon-do no centro, em mag-nífico pedestal, uma estátua equestre em bronze, feita pelo es-cultor italiano Angio-li, residente em São Paulo. A planta da pra-ça foi feita pelo pintor Rosalvo Ribeiro, to-mando como modelo a Praça da Concórdia, de Paris. A inaugura-ção da praça e da está-tua foi realizada no dia 3 de maio de 1910.

Entre os diversos títulos honoríficos recebidos por Deodoro, figuram os seguintes: Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro; Oficial da Ordem da Rosa; Oficial Imperial Ordem do Cruzeiro; Medalha do Mérito Militar; Dignitário da Ordem do Cruzeiro e Comendador da Ordem de Avis.

Pedro Paulino



Nascido na Cidade de Alagoas, em 6 de julho de 1829, Pedro Paulino faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1904.

Tenente, depois Coronel Honorário do Exército, após a Proclamação da República. Foi reformado em 1861, por ser portador de doença incurável.

Na cidade de Marechal Deodoro, seu nome foi dado a uma praça e, em Maceió, deram seu nome à Rua da Alegria.

Pesquisador sério, publicou, entre outros, a Memória Histórica da Fundação dos Conventos da Província

de Alagoas e deixou inédito um Dicionário histórico, geográfico, biográfico, cronológico e industrial da Província das Alagoas, que está sob às guardas do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Pedro Paulino foi Governador de Alagoas em dois períodos: no primeiro, foi nomeado pelo governador provisório da República, tendo governado de 2 de dezembro de 1889 a 25 de outubro de 1890. Em 15 de setembro de 1890, foi eleito Senador por Alagoas, passando o Governo ao vice-governador Roberto Calheiros de Melo. Encontra-se, novamente em exercício do Governo, em 12 a 16 de junho de 1891, passando o Governo ao vice-governador Manoel Araújo Góes.

Hipólito Mendes



Hipólito nasceu na Cidade de Alagoas, em 13 de agosto de 1831, e faleceu aos 35 anos.

Em 13 de agosto de 1846, integrou-se ao Exército como voluntário, no 19º Batalhão de Depósito de Recrutas da Corte. No ano de 1852, a 6 de março, foi promovido a Primeiro-Sargento, no ano seguinte, em data de 20 de agosto, foi promovido a Alferes, para o 11º Batalhão de Infantaria.

No ano de 1854, destacou-se no Rio da Prata, fazendo parte de uma força de 150 praças que serviam na Esquadra Imperial al estacionada.

Faleceu bravamente no cargo de Capitão, em 22 de setembro de 1866, no ataque à Fortaleza Curupaity, comandando um batalhão de Voluntários da Pátria.



Batalha de Curupaity, onde Hipólito Mendes faceu bravamente.



CAPÍTULO XIII

Manoel Mendes da Fonseca



Eduardo Emiliano



Nasceu na Cidade de Alagoas, no dia 24 de julho de 1833, e morreu heroicamente no dia 6 de dezembro de 1868, contando 35 anos de idade, na Guerra do Paraguai, precisamente na Batalha de Ipororó. Era solteiro.

Por seus esforços no campo de batalha, recebeu os seguintes títulos honoríficos: Cavaleiro da Ordem da Rosa; Medalha de Prata da Campanha do Uruguai; Medalha de Bravura na Batalha do Riachuelo; Cavaleiro da Ordem de Cristo; Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro; Oficial da Ordem da Rosa; Medalha de Honra da República Argentina aos vencedores de Corrientes.

João Severiano



Nascido na Cidade de Alagoas, em 27 de maio de 1835, e falecido no Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1897.

Foi General da Brigada e Médico, tendo recebido o diploma de Medicina quando contava vinte e quatro anos de idade. Chefiou o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro na luta contra Solano López. Por isso tornou-se Patrono do Serviço de Saúde do Exército.

Bom pesquisador, publicou a obra *Viagem ao redor do Brasil*.

Por ocasião da Proclamação da República, era ajudante General do Exército, foi elevado à categoria de General de Brigada efetivo, em 4 de outubro de 1890.

Seu nome foi dado à Enfermaria Militar de Maceió, onde, atualmente, existe o prédio do CCBI, no bairro do Prado.

É patrono da Cadeira nº 17, do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso, e da Cadeira nº 21 da Academia Alagoana de Letras.

Deixou inédito uma obra de título Dicionário Corográfico do Mato Grosso.

Entre as honrarias que recebeu, citemos: Cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa; Cavaleiro da Ordem de Cristo; Medalha de Honra da República Argentina, aos vencedores de Corrientes; Medalha de Ouro da República Argentina na Campanha do Paraguai; Medalha Sol de Oro, da República do Uruguai; Oficial da Ordem de São Bento de Avis; Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e da Campanha do Paraguai.



Viagem ao redor do Brasil: Obra referencial de João Severiano.

Emília Rosa

Como os irmãos, Emília nasceu na Cidade de Alagoas, no dia 26 de fevereiro de 1837, e faleceu no dia 23 de julho de 1887. O falecimento ocorreu na cidade de Niterói.

Emília era casada com Balbino Furtado de Mendonça; o enlace matrimonial ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1857.

Amélia Rosa

Nascida na Cidade de Alagoas, no dia 20 de março de 1839, e falecida no Rio de Janeiro, contando sessenta e dois anos de idade, na data de 10 de março de 1901. Amélia casou-se com o capitão Raimundo Ribeiro do Amaral, em 28 de outubro, também na cidade do Rio de Janeiro.

Afonso Aurélio



O último filho do casal, foi o único a nascer fora da Cidade de Alagoas. Afonso veio à luz no Rio de Janeiro, no dia 10 de setembro de 1845. Ao completar vinte anos de idade, partiu para o campo de batalha.

Em plena Guerra do Paraguai, ao atravessar a ponte de Ipororó, na Batalha de Curupaiti, morreu como herói, no dia 22 de setembro de 1866, contando vinte e um anos de idade, tendo o posto de Alferes porta-bandeira. Morreu solteiro.



JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

Professor e Pesquisador de História e Folclore, Mestre em Antropologia Cultural.

Fontes Bibliográficas

BARROS, Theodir Augusto de. **O processo de mudança da capital (Alagoas - Maceió) uma abordagem histórica (1819-1859)**. Maceió: Departamento de História da Ufal, 1991.

FONSECA, Walter. **Fonseca: uma família e uma história**. São Paulo: Obelisco, 1982.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Pequena biografia de um grande alagoano**. Maceió: [s.n.], 1977.

SILVA, Alberto Martins da. **João Severiano**. Rio de Janeiro: biblioteca do Exército, 1989.





Moreno Brandão

Caráter reto e tribuno notável

José Maria Tenório Rocha

O futuro historiador, jornalista, político, professor, romancista, geógrafo, poeta, filósofo e orador Francisco Henrique Moreno Brandão nasceu “num casarão amigo, ao pé da igreja”, na cidade alagoana de Pão de Açúcar, no dia 14 de setembro de 1875. O garoto tinha como pai o major e médico-cirurgião do Exército, Doutor Félix Moreno Brandão. Sua mãe era dona Maria de Aguiar Moreno Brandão, era também sobrinha do major.

Doutor Félix, por ocasião da Guerra do Paraguai, montou um “hospital de sangue” no front, por ordem do Duque de Caxias e, por seus valorosos trabalhos, foi condecorado com as medalhas da Ordem de Cristo e de São Bento de Aviz. Em 1878, foi delegado a cirurgião-mor da Brigada do Exército em Maceió, quando adoeceu de bérberi, vindo a falecer: seu passamento ocorreu em Pão de Açúcar.

O pai legou ao filho o amor aos estudos, o extremo rigorismo às causas que abraçava e o arraigado amor à pátria.

De dona Maria Aguiar, afirma Brandão:

“Minha mãe era uma criatura doce, meiga e piedosa. Oriunda de uma família em que os casos de nevrose se contavam às dezenas, tinha uma impressionabilidade doentia e talvez excessiva. Amava muito os filhos e gostava de fazer o bem; era generosa e tinha verdadeiro culto pela poesia e pelas artes.”

Em realidade, de sua mãe, herda o verdadeiro culto pela poesia e pelas artes e aquela impressionabilidade excessiva surgida, desde os dezenove anos de idade, que nunca acabou. Do seu avô, guardou o ar taciturno, o jeito senhoril, como ecos da era em que dominavam as fazendas de escravos.

Os estudos preliminares de Brandão foram realizados em sua cidade natal, sendo seu primeiro professor, o mestre Jovino da Luz.



CAPÍTULO XIV Moreno Brandão



O Político

A década de vinte do nosso século é iniciada em Alagoas, com o Poder Executivo nas mãos do governador Fernandes Lima, que fora eleito para tal em 1918, quando derrotou Gabino Bezouro, candidato do Partido Conservador. Reeleito em 12 de junho, foi sucedido por Pedro da Costa Rêgo que, ao lado daquele, são os dois expoentes máximos da política na década de vinte.

Fernandes Lima assume o poder enfrentando as consequências da Primeira Guerra Mundial que possibilitou, inclusive, o aparecimento de greves integradas às crises internacionais e, se não fosse o papel da política e a determinação do chefe do Governo, os resultados não seriam desejáveis para Alagoas.

Apesar disso, a situação econômica do Estado era próspera, existindo moedas nos caixas do Governo, inclusive no River Plate Bank, graças à valorização dos produtos exportáveis. Contudo, vê sinais de instabilidade nos preços do algodão e do açúcar.

A instabilidade trazida pelos ataques constantes de bandidos e cangaceiros, principalmente nos sertões alagoanos, preocupa o Governo, que se sente sem forças para o extermínio dessa praga de salteadores. Por outro lado, grupos de deputados, insatisfeitos, se insurgem contra o Governo de Fernandes Lima, exigindo do chefe do Executivo a libertação de Wanderlei de Mendonça, da prisão onde se encontrava em Paris, na França, como responsável pelo escândalo em que se converteu o empréstimo de milhares de libras, feito em 1906, em nome do Governo de Alagoas.

Além da problemática decorrente da Primeira Guerra Mundial, novas questões se apresentavam, como a insatisfação referente ao processo industrial no sudeste do Brasil, com repercussões negativas para Alagoas. O País mostra, também, acontecimentos de maior seriedade, como a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, no mesmo ano e, em 1924, a Revolução Paulista. O primeiro e o último movimentos, conhecidos como Tenentismo, tiveram enormes repercussões e inspiraram, em Alagoas, greves como a dos trapicheiros, lancheiros e estivadores, além de operários, remadores e agulheiros, trabalhadores no setor de exportação.

O Governo é entregue a Costa Rêgo, em 1924. O novo chefe do Executivo assiste, no Brasil, a várias rebeliões armadas, resultantes do Tenentismo. Em Alagoas, motins e rebeliões aparecem, sendo contidos pelo novo chefe de Estado, que se torna intransigente diante da situação, ocorrendo, por isso, tentativas de assassinato daquela autoridade do Executivo.

Costa Rêgo criou novas forças para a economia alagoana, diversificando-a; dinamizou os transportes, construiu estradas. De outra parte, erradicou o jogo do bicho, impôs a moralidade administrativa e o respeito pelo erário e conseguiu, inclusive, quebrar o poderio desmedido dos chefes políticos

do Interior. Realizou, afirma o historiador Douglas Apratto Tenório, “uma obra sem igual em Alagoas”.

É durante esses dois tumultuados exercícios governamentais que Moreno Brandão surge como deputado estadual, tendo sido eleito em dois períodos: 1921 e 1924.

Nessa época, os deputados não recebiam salários, apenas ganhavam um pequeno cachê por sessões realizadas.

O professor Brandão não era um político “profissional”; era dedicado ao magistério e fora colocado naquela posição por convite de certos políticos, que desejavam que a pequena remuneração recebida pudesse servir como complementação para o minguado salário de professor. Portanto, a ideia de “Moreno Brandão, político atuante”, defendendo acerbamente pontos de vista, deve ser afastada, para dar lugar a um intelectual que também, em certo tempo de sua vida, por deliberação própria, exerceu o cargo de deputado.



Fernandes Lima e Costa Rêgo: expoentes máximos da política da década de 1920.

Moreno Brandão colaborou com os seguintes jornais

O Gutenberg: dirigindo-o e publicando crônicas diariamente, uma delas **Cisalhas**;

Jornal de Alagoas: onde redigia a sessão “Agenda”;

Gazeta de Alagoas: como colunista diário;

Diário de Pernambuco: publicando matérias esparsas.





CAPÍTULO XIV Moreno Brandão



Cronologia Existencial

1878 - Aos três anos de idade, perde o pai e vai residir com o avô materno, major Manoel Caetano de Aguiar Brandão, homem abastado e de grande influência política na zona sanfranciscana, tendo uma de suas residências em Pão de Açúcar, Alagoas.

1887 - Contando treze anos de idade, matricula-se no Colégio São João, em Penedo, iniciando os estudos secundários. Esse colégio fora fundado em 1882, sob a direção do professor Manoel de Melo Jácome Calheiros.

Nesse ano, publica o seu primeiro artigo no jornalzinho colegial A Pirausta, cujo corpo redacional integrava seu nome. O artigo era um ataque à escravidão negra e demonstrava, já naquela época, capacidade e senso de agudez crítica.

O nome do jornal é de origem grega, e em português significa "Queimado pelo Fogo". Esse título o inspirou na criação de revista de igual nome, de caráter científico e literário, que circulou em Maceió. Na Capital alagoana, ainda fundou duas outras revistas, de títulos Argos e Mundus. Para completar o Curso de Humanidades, iniciado em Penedo, matricula-se no Ateu Sergipano, em Aracaju. Encerrando esse curso no Liceu Alagoano, em Maceió.

1889 - Pronuncia o seu primeiro discurso, louvando o Partido Liberal, dando provas de inteligência e boa retórica.

1890 - Mês de janeiro, falecia seu avô e pai adotivo. O jovem se viu obrigado a interromper seus estudos para reiniciá-los, no ano seguinte, no colégio maceioense Oito de Janeiro. Do avô, disse Brandão: "...quando o conheci, já era velho e notável pela taciturnidade. Tinha (...) um caráter reconcentrado e bonachão. Econômico, sincero, honrado, carinhoso; a vida ao lado dele não era nenhum prazer, nem nenhuma dor".

1891 - Estuda no Colégio Oito de Janeiro, do professor Adriano Jorge, em Maceió, depois transfere-se para o Liceu Alagoano.

1892 - O infortúnio novamente bate à sua porta: falece sua extremada mãe; mais uma, vez, Moreno interrompe os estudos e fica meio sem rumo. Desse estágio, conta: "...para encobrir a vadiagem a que me entregara, requeri ao ministro da Guerra licença para me matricular na Escola Militar, o que foi me concedido na Ordem do Dia do Exército nº 604, de 30 de novembro de 1894. No fim desse ano, queria passar as férias em casa dos meus, mas a morte de uma ir-



Vista parcial do rio São Francisco, em Pão de Açúcar.

mã, Nanci, me forçou a fazer uma viagem até a cidade natal, onde, repentinamente, fui subjugado pela psicastenia".

1895 - Tenta se integrar ao 26º Batalhão de Infantaria, donde poderia sair para a Escola Militar. Chegando ao Rio de Janeiro, porém, as matrículas encontravam-se encerradas. Em razão do fato, integra-se ao 22º Batalhão, com sede em São Cristóvão, naquela cidade.

Em nove de julho desse ano fez, com sucesso, duas intervenções cirúrgicas no Hospital Central do Exército. A 28 de agosto, obtém baixa do Exército seguindo para a cidade do Carmo, no Rio de Janeiro, onde residia seu tio Anacleto Brandão. Na cidade, embora tivesse colaborado em um jornal, se sentiu inútil e resolveu voltar para Alagoas.

1898 - Termina o Curso Preparatório em Maceió seguindo, no mês de fevereiro, para a cidade de Salvador, onde registrou: "...andei oscilando da Academia de Medicina para a de Direito, não me matriculando em nenhuma. Minha nevrose, então, se exacerbou muito e, premiado por ela, apesar do tratamento a que me submeti, sob a direção do Doutor Nina Rodrigues tive, em setembro, regresso a Entre-Montes" (Distrito de Pão de Açúcar, na época).

A volta foi marcada por um período muito longo de sofrimentos físico e moral. Apesar das adversidades sofridas em sua terra, colaborou no jornal O Sertanejo, de Pão de Açúcar.

1903 - Volta a Maceió e começa a ensinar no Instituto Alagoano, do qual chegou a ser vice-diretor. No ano seguinte, transferiu-se para Penedo.

1904 - Torna-se professor da cadeira de Pedagogia no Liceu de Penedo. Nesse período, colabora nos jornais penedenses Penedo e Lutador, fundando, inclusive, o jornal O Monitor. Com a extinção daquele Liceu, foi nomeado lente da Escola Normal de Maceió, sucedendo ao cônego João Machado de Melo, na cátedra de Português; em suas aulas predominava a análise de Os Lusíadas, de Luiz de Camões.

Também lecionou, na mesma Escola Normal, na cadeira de Geografia, durante dezesseis anos. As suas aulas, não se limitavam apenas àquilo que estabeleciam os livros; iam muito além dos textos, exemplificando os fatos pelas realidades encontradas em Alagoas, como fizera explicando a toponímia indígena pervivente no Estado, dando demonstração de sabedoria e conhecimento sólido acumulado.



CAPÍTULO XIV Moreno Brandão



É mais ou menos nesse período que foi nomeado terceiro escriturário da Recebedoria Central; esse novo estágio possibilitou sensível melhoria de salário.

1905 - Contrai núpcias com dona Ascendina de Menezes Sena, com quem teve dois filhos. Danúsia que, depois de casar, receberia o sobrenome Aires, casada que fora com Lourival Aires. Danúsia, a quem o pai dedicara inspirados versos, era o dileto rebento por quem tinha “infinita ternura (e era), o maior encanto”.

Rui de Menezes Brandão era o outro filho, que no ano de 1938, enfileirava o quadro de funcionários do Banco do Brasil. Brandão ainda criou, como filha adotiva, Marieta Menezes.

1908 - No dia 21 de junho, a infelicidade, mais uma vez, bateu à sua porta: morreu dona Ascendina, sua companheira e esposa querida.

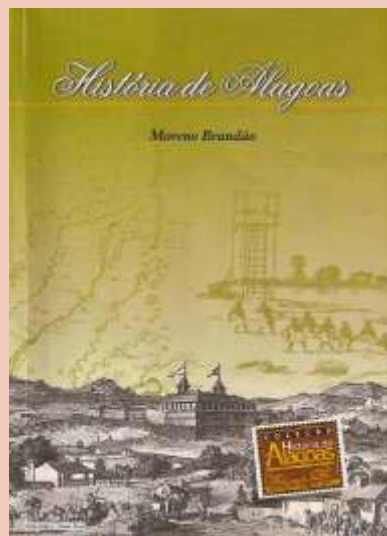
1909 - Publica a obra *História de Alagoas*, no município de Penedo.

1910 - Contrai segundas núpcias com dona Maria Sena de Menezes, irmã de sua primeira esposa. Desse casamento, não existiram filhos.

1913 - Representa Alagoas, juntamente com o Doutor Alfredo Rego, no terceiro Congresso Brasileiro de Instruções Primária e Secundária, sediado em Salvador, Bahia.

1914 - Torna-se redator do jornal maceioense *Diário da Noite*, de grande formato, que circulou apenas até o ano seguinte. Funda o Instituto Maceioense onde, com Orlando Lins, lecionava todas as disciplinas dos cursos primário e secundário.

1921 - Torna-se deputado estadual, representando o povo na Assembleia Legislativa Estadual.



“*História de Alagoas*”, publicada originalmente em 1909.

1922 - Por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, pronunciou célebre conferência na Catedral de Maceió; de novo brilhou como orador vibrante, entusiasmado todos os presentes, enchendo-os de elevado amor patriótico. Dessa qualidade de tribuno notável, registrou Luiz Lavenère: “...possuía uma memória prodigiosa; armazenava na cabeça datas, fatos, tudo o que se relacionava com a História e Geografia de Alagoas, e falava de tudo com uma segurança incrível. Fazia conferências históricas, discursando durante horas, sem trazer nada escrito de antemão”.

1924 - Assume pela segunda vez o cargo de deputado estadual.

Moreno Brandão visto por contemporâneos

O professor Luiz Lavenère, afirmando que Brandão foi “...o maior dos alagoanos destes últimos cinquenta anos”, expressa toda a admiração do povo das Alagoas por esse estudioso que viveu toda a vida para compreender, amar e exaltar o seu Estado natal, embora não tivesse recebido a menor retribuição em vida, tristemente sentenciada:

“...não obstante os grandes serviços que prestou a sua terra, recebeu inúmeras ingratidões, é pena. Velho costume: Alagoas é, realmente, ingrata porque não se identifica com aqueles que se esforçam para elevá-la em nível de cultura.”

De um jornalista anônimo:

“...infenso, por temperamento, a qualquer espécie de subalternidade, Moreno Brandão sempre foi um insubmisso às injunções de qualquer natureza; talvez, por isso mesmo não atingiu as posições que lhe cabiam por seu talento e intrepidez de caráter (...). Se tivesse saído da província, muito maior seria a sua projeção (...). A província, não raro, estiola as mais brilhantes aptidões. A sua inteligência era pronta e vivaz (...), manejando a linguagem escrita com amplos conhecimentos; eloquente e imaginoso; os períodos saíam-lhe da pena perfeitos, harmônicos e sugestivos.”

Discorrendo sobre as condições socioeconômicas em que vivia, o estudioso e batalhador, afirmam contemporâneos: “...aqui viveu modestamente como professor da Escola Normal e colégios particulares. Faltavam-lhe recursos pecuniários, porém, e por isso, apressou o fim de sua preciosíssima existência, trabalhando sem cessar, dias e noites, ensinando, escrevendo, e lutando contra os inimigos de sua saúde precária”.

“Com sofrimento e sentindo muito pesar”, disse Lavenère: “Deixou este mundo em que sofreu tantas amarguras”.



CAPÍTULO XIV Moreno Brandão



O falecimento

O estudioso, que falava fluentemente francês, inglês, italiano e espanhol, traduzia obras de Longfellow, trechos em latim das Sagradas Escrituras, sendo admirado por seu primo dom Antônio Brandão, o Bispo de Alagoas. Solidificou seu conhecimento nos três mil e quinhentos volumes que compunham a sua biblioteca.

Sentindo-se adoentado, passou vários meses em situação de desconforto, sendo atendido constantemente pelo médico Rocha Filho, até que, num sábado, dia 17 de agosto de 1938, contando 63 anos de idade falecia, em sua residência, situada à Rua Aristeu de Andrade, nº 377, no bairro do Farol.

O féretro saiu de sua moradia em direção ao Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, no bairro do Prado, em Maceió, sendo o acompanhamento feito por automóveis de luxo e bondes especiais.

Entre as inúmeras pessoas que acompanharam o enterro, estavam quase todos os membros do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. À beira do túmulo, discursaram: Inácio Brandão Gracindo, em nome do Instituto Histórico; Jayme de Altavila, pela Academia Alagoana de Letras; Américo Melo, pela Associação Alagoana de Imprensa; e Lafaiete Belo, pelo Instituto dos Funcionários Públicos.

O prefeito da Capital, Eustáquio Gomes de Melo, foi representado pelo secretário da Prefeitura, Rui Palmeira. O Sr. Álvaro Paes, secretário da Fazenda, e Lauro Lima, seu chefe de

gabinete, também se faziam presentes.

À beira do túmulo, disse Américo Melo, vice-presidente da Associação Alagoana de Imprensa: "...vivia para as letras, como as estrelas vivem para o espaço, numa cintilação constante, ininterrupta, a derramar luzes e muitas luzes no planeta em que vivemos".

O Instituto Histórico prestou à memória de Moreno Brandão a homenagem de sua gratidão, de seu respeito e de sua estima, dedicando-lhe uma sessão extraordinária, realizada em 17 de julho de 1938, da qual foi orador, o ilustre consócio, professor Inácio Gracindo que, entre outras considerações, analisa:

"...se forças tivesses (...) descerraria, de vez essas cortinas para desvendar ao grande público como uma lição de vida, o cenário da tragédia vivida por esse torturado do real, cuja angústia se tornou uma psicose, adivinhada, para maior sofrimento, por ele próprio."

Lembrando do tempo em que Inácio Gracindo chamava o estudioso de "Chiquito", Lavenère conjectura sobre o temperamento do amigo findo: "...nas sociedades em que fazia parte, propunha sempre projetos de impossível execução, como (um) curso popular de História e Geografia, nunca se lembrando que seria mais fácil um curso de boxe".

O reconhecimento por sua obra

Moreno Brandão é:

- patrono da Cadeira nº 23, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas;
- denominação de rua em Maceió, situada no Parque Residencial Marechal Mascarenhas de Moraes, no bairro de Jatiúca, por ação do prefeito Dilton Simões;
- denominação de praça na cidade de Palmeira dos Índios;
- nome de praça em Pão de Açúcar, sua cidade natal;
- nome de Grupo Escolar no município de Traipu.

Instituições culturais das quais era filiado

- Associação Alagoana de Imprensa, da qual foi presidente;
- Academia Alagoana de Letras, onde foi sócio-fundador e ocupou a cadeira nº 24, cujo patrono é Alves de Farias;
- Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, no qual foi segundo secretário.



JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

Professor e Pesquisador de História e Folclore, Mestre em Antropologia Cultural.

Fontes Bibliográficas

CASTRO, Guiomar Alcides de. Moreno Brandão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. v. XXXII, p.149-157, 1975-76.

GRACINDO, Inácio. Moreno Brandão. **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**. v. XX, p. 37-43, 1938-39.

LAVENÈRE, L. A propósito de... Moreno Brandão. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 30 ago.1938.

Professor Moreno Brandão. Seu falecimento, nesta Capital em à noite de sábado último. **Gazeta de Alagoas**. Maceió: 30 ago. 1938.

TENORIO, Douglas Apratto. Sociedade e política alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979, p. 34-43.





Mello Motta

Símbolo de ética na política

Douglas Apratto Tenório

Em 1989 o povo brasileiro aguardava, ansioso, as primeiras eleições presidenciais diretas após décadas de regime militar. O Governo de transição de José Sarney naufragava pela timidez das propostas de mudança e pela insegurança na condução do projeto político. A campanha eleitoral em clima de paixão galvanizava as atenções gerais e um azarão, Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, invertendo todos os prognósticos iniciais, assumia a liderança das pesquisas. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, reivindicação de amplos setores da população e das agremiações políticas progressistas, desenvolvia seu trabalho sob a expectativa de maior participação da população e de viabilizar a efetiva democratização da sociedade e do Estado brasileiro. Doce engano e grande frustração no futuro.

Alagoas acompanhava atenta os lances do xadrez político e, na expectativa do importante pleito, não se deu

conta de um fato ocorrido em 17 de julho, que mereceu pequeno registro na Imprensa local no dia seguinte. “...Morreu, ontem, aos 84 anos de idade, o médico, jornalista e ex-deputado estadual Lourival de Mello Motta. A notícia de seu falecimento causou a suspensão dos trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual”.

Sic transit gloria mundi. Mello Motta, uma legenda política dos anos trinta aos cinquenta, símbolo da ética e da resistência democrática contra a violência, não foi pranteado pelo público e pela inteligência alagoana como merecia. Eclipsada pelos acontecimentos da época, sua figura é lembrada, apenas, pela tradição oral ou pelo livro de memórias que publicou. Esse trabalho vem, despretensiosamente, ajudar o público alagoano, desejoso de ampliar seus horizontes históricos, a entender melhor a personalidade e a importância dessa grande figura do passado.



CAPÍTULO XV Mello Motta



Família palmeirense com dezesseis filhos

Lourival de Mello Motta nasceu em Palmeira dos Índios, aos 09 de dezembro de 1906, filho de Leobino Soares da Motta e Adelaide de Mello Motta. Na melhor tradição da família nordestina, a prole era numerosa e seus pais trabalhavam duramente, num dia a dia sem trégua e sem tempo para o lazer: dezesseis filhos, sendo oito homens e oito mulheres. Quatro deles, dois homens e duas mulheres, morreram na infância, atingindo a idade adulta, ficaram somente doze irmãos. Leobino e Adelaide não descuidavam da formação dos meninos. Todos tinham que ajudar os pais e estudar com afinco. Lourival fez seus estudos primários na terra dos Xucurus, mas precisou continuá-los em Maceió, deixando a amada Palmeira dos Índios. Na Capital, realizou o curso secundário em vários estabelecimentos. Inicialmente no Colégio São João, dirigido pelo cônego João Machado de Mello, depois no Colégio 11 de Janeiro, do professor Higino Belo, conceituado educador. Como era de costume na época, prestou exames parcelados no Liceu Alagoano, tendo concluído o curso secundário em dezembro de 1923.

Atraído pela carreira das armas, seguiu para o Rio de Janeiro logo no ano seguinte, matriculando-se na Escola Militar de Realengo, sendo dela desligado por motivo de saúde, em dezembro de 1924. Continuando na Capital federal, prestou exame vestibular em 1925 para a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo aprovado. Seguiu, com muito sucesso, o rigoroso curso embora, com muitas dificuldades para se manter trabalhando na metrópole carioca em variadas funções e, dessa forma, poder frequentar a faculdade. Durante cinco anos cumpriu as exigências das respectivas disciplinas e, finalmente, graduou-se médico, no dia 20 de dezembro de 1930. Era a época da Revolução dos Tenentes, que teve grande repercussão na vida do País.



Pátio interno do antigo prédio da Faculdade de Medicina da UFRJ, onde Mello Mota graduou-se em 1930.

Madrugava no consultório: radiografias que só faltavam falar

O menino, quarto filho de seu Leobino e dona Adelaide, retorna agora adulto e doutor à sua terra natal. Todos os irmãos foram bem sucedidos nas profissões que escolheram. Mas Mello Motta seria o mais conhecido. A disciplina, a dedicação dos pais, o amor à terra, os ideais cristãos não foram esquecidos. Preserva os exemplos, procura seguir as lições recebidas. Inicia suas atividades profissionais em 1931, no começo do ano, em Palmeira dos Índios. Ali permaneceu até 1934, quando foi eleito para a Assembleia Legislativa, transferindo-se, por consequência, para a Capital, onde fixaria residência e exerceria seu mandato, mas sem abandonar o exercício da Medicina. Como discípulo de Hipócrates, foi estudioso incansável da evolução da Ciência e do aperfeiçoamento constante de sua profissão. As lâmpadas acesas do seu consultório, às vezes madrugada inteira, mostravam o permanente desejo de pesquisa e a devoção aos estudos. Abria, para espanto geral, seu consultório às 6h30 da manhã, parecendo não esquecer sua experiência militar em Realengo. Pioneiro da Radiologia em Alagoas, era conhecido por sua competência como médico. Diziam que suas radiografias só faltavam falar. A tuberculose era uma moléstia que ceifava muitas vidas. Dedicou-se ao combate à grande vilã da época e alcançou destaque nesse campo.

Em 1936 e 1937 fez curso na Faculdade de Medicina da UFRJ, de tuberculose e radiologia com as maiores autoridades na matéria. Instalou, em seu consultório, o que de mais moderno existia em equipamentos. Voltou ao Rio para novos cursos sobre o assunto.

Membro da Sociedade de Medicina de Alagoas, foi também titular da Sociedade Brasileira de Radiologia, da Associação Médica Brasileira, do Colégio Brasileiro de Radiologia e do Colégio Interamericano de Radiologia. Admitido como sócio honorário da Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear foi, ainda, do Instituto Brasileiro para a Investigação da Tuberculose, Fellow of the American College of Chest Physicians e membro da American Trudeau Society. Médico de tuberculose do Departamento de Saúde do Estado de Alagoas, tinha seu consultório particular estabelecido na Rua do Comércio, 459, em Maceió, onde permaneceu de 13 de agosto de 1937 até dezembro de 1976, quando encerrou suas atividades, por aposentadoria. Na categoria Medicina ingressou no Rotary Internacional, sendo uma das suas figuras mais destacadas. Chegou a ser governador distrital.



CAPÍTULO XV Mello Motta



O empastelamento do Diário do Povo: jornalista corajoso

Homem de ideal e de ideias, Mello Motta, ingressando na vida pública, utilizou a imprensa como instrumento de luta. Foi sócio do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas e um dos fundadores da Associação da Imprensa de Alagoas. Jornalista por inteiro, não se dedicou a escrever amenidades e elogios fáceis. Enfrentou, frontalmente, a estrutura do poder dominante, numa das fases mais turbulentas da vida política alagoana. Desassombrado e incapaz de ouvir os apelos dos amigos para mudar de ares pois sua vida, várias vezes, esteve em perigo, manteve em funcionamento o jornal de sua propriedade, Diário do Povo denunciando, diariamente, as violências e o poderoso clã dos Góis Monteiro.

Redator do jornal, defendia a UDN e combatia a ditadura de Getúlio Vargas. A equipe vibrante que liderava via com satisfação os jornais esgotarem-se rapidamente das bancas, pois era leitura obrigatória da população naquela quadra delicada. Entre os samurais que o acompanhavam naquele matutino estavam Rui Palmeira, Otávio Lima, Aurélio Viana, Carlos Gomes de Barros, Segismundo Andrade, Lincoln Cavalcante, Zadir Cassela e Genésio de Carvalho.

Momentos que ficaram gravados na história da Imprensa Alagoana, tanto antes como na fase de redemocratização e nas memoráveis campanhas políticas de então, principalmente na eleição presidencial, que teve como um dos competidores principais, o brigadeiro Eduardo Gomes. O empastelamento do Diário do Povo, a depredação de suas instalações e a prisão dos funcionários não aquebrantaram o espírito guerreiro de sertanejo. Permaneceu firme em sua posição. Procurou Assis Chateaubriand no Rio de Janeiro para permitir a impressão do jornal oposicionista nas oficinas do Jornal de Alagoas, mediante contrato. Chateaubriand, porém, receou que suas máquinas tivessem o mesmo destino do Diário do Povo e, também, evitou enfrentar a ira dos Góis Monteiro. Não acei-

tou a proposta. Restou a Mello Motta usar a tribuna da Assembleia para denunciar o terrorismo e prosseguir em outras frentes de batalha. Foi até as últimas instâncias judiciais para obter a reparação contra a violência. Ganhou na Justiça a indenização devida, mas magoou-se porque alguns de seus correligionários, agora no poder, talvez temendo o seu prestígio, protegeram e não pagaram o que lhe era devido.

O mestre que impediu a prisão de alunos em 1964

Exercendo o magistério, virou exemplo de professor que transmitia aos seus discípulos a convicção dos seus conhecimentos. Ex-alunos falam dele com orgulho, pois era o mestre que infundia respeito à sua pessoa e confiança nos ensinamentos. Agraciado como professor emérito da Universidade Federal de Alagoas foi, ainda, professor e um dos fundadores da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, à qual ofereceu para funcionar um prédio de sua propriedade.

Anticomunista por convicção, mas justo e austero na conduta, no auge do Movimento Militar de 64, impediu a prisão de alunos seus nas dependências da Faculdade de Medicina, rechaçando os oficiais que invadiram a Instituição. Ofereceu proteção aos jovens perseguidos.



Panfleto da Escola de Serviço Social Padre Anchieta, fundada por Mello Motta.

Um líder na sociedade

A presença de Mello Motta na sociedade alagoana é marcante. Político, foi eleito três vezes. A primeira, a deputado constituinte à Câmara dos Deputados nas eleições de 14 de outubro de 1934. Suspensas as atividades parlamentares com o Estado Novo foi, novamente, eleito deputado constituinte de Alagoas em 19 de janeiro de 1947, quando da redemocratização. Reeito deputado estadual nas eleições de 03 de outubro de 1950. Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural de Alagoas, sócio-fundador do Aeroclube de Alagoas e piloto civil da primeira turma da Escola de Pilotagem. Sócio-fundador da Associação de Cultura Franco Brasileira, instituição que teve grande papel cultural em Maceió.

Exerceu, na Interventoria de Ismar de Góis Monteiro, o cargo de secretário do Interior, Educação e Saúde. Durante a II Guerra, foi diretor-regional do Serviço de Defesa Civil Antiaérea. A escolha é insólita para um civil e: além do mais, médico. Os contemporâneos lembram daquele homem obstinado ins-

pecionando as defesas durante os dias e à noite, por ocasião dos blecautes, obrigatórios naqueles dias angustiantes do conflito. Seu prestígio era inegável na sociedade alagoana. Todos respeitavam a figura do Dr. Mello Motta e ninguém se atrevia a pedir-lhe nenhuma facilidade, pois sabia que receberia uma sonora negativa. Para espantar um segundo pedido de atestado médico para quem gozava de boa saúde, já que o primeiro foi duramente rechaçado, seu consultório ostentava uma placa bem nítida: "Quem tem dignidade não atenta contra a dignidade dos outros. Por isso, não pede atestados médicos".



Retrato de Lourival de Mello Motta quando exercia a chefia do Serviço de Defesa Anti Aérea em Alagoas, por ocasião da Segunda Guerra.



CAPÍTULO XV Mello Motta



Político que dignificou o mandato

Disse um articulista da época que, ao contemplar o esquife de Mello Motta, alguém recordou Guedes de Miranda exclamando “Como está frio esse vulcão!” Com efeito, a trajetória política de Lourival de Mello Motta é a passagem de um homem que sempre dignificou o mandato popular, um verdadeiro vulcão que derramava a sua eloquência contra a violência, a injustiça e os privilégios. Ameaças de morte, perseguições econômicas, tentativas de assassinato, nada conseguia intimidá-lo. Nenhuma concessão aos detentores do poder. Fiscalizador implacável do erário, em vários episódios mostrou a sua retidão de caráter e que política pode ser feita com integridade. Um fato marcante, ressaltado por um matutino local: nunca ficou com um centavo dos seus subsídios como deputado estadual - doava-os -, totalmente, a instituições de caridade. Acreditava que política era servir à comunidade repelindo, assim, a profissionalização da mesma.

Na sessão de 10 de julho de 1947 denunciava, para desgosto de alguns colegas, o aumento dos subsídios de deputados e de governador após a promulgação da Carta Magna Estadual. Dizia, então: “É lamentável que nós, os representantes desse povo sofredor, esquecendo suas angústias e dificuldades, comece-mos a função legislativa cuidando dos nossos próprios subsídios. Em Alagoas, cujo padrão de vida é baixíssimo, não é razoável que os representantes do povo, de um povo de miseráveis, que está atravessando fase angustiosa, cujos funcionários públicos têm um padrão de vida de fome, não é digno, não é justo que os seus representantes, no Parlamento, disputem vantagens, em chocante desacordo com essas mesmas condições gerais”. No mesmo pronunciamento condenava o aumento de subsídios do governador e a verba de mordomia do Palácio.

Qualquer aspirante a político que quiser começar sua vida pública pautando-a pela ética e pela dignidade pode recorrer ao livro Retrato de uma época e encontrará, ali, um verdadeiro manual de comportamento parlamentar. E com temas muito atualizados. Em 15 de outubro de 1947, por exemplo, contrariando a tradição da Casa, constrangido, ele discor-dava do pedido de prorrogação de licença para tratamento de



Mello Motta condenava a verba de mordomia do Palácio dos Martírios.

saúde de um colega de Parlamento.

Ocupava, diariamente, a tribuna numa época de muita turbulência política e denunciava a violência policial e a constante violação dos direitos individuais, acobertados com o manto da impunidade oficial.



Mello Motta na tribuna da Assembleia Legislativa.

“Autoridades arbitrarias que se desmandam na prática das mais reprováveis violências. Sucedem os suicídios sob as vistas e a guarda da polícia. Todos sabem que tais suicídios não são, outra coisa, que não verdadeiros assassinatos precedidos das indispensáveis torturas em que se tem notabilizado a polícia alagoana.”

Mais adiante, protestou contra o cerco da Assembleia Legislativa por tropas da Polícia Militar, a mando do Executivo. Os anais do Legislativo alagoano registram seus discursos veementes contra a violência em Coruripe, Arapiraca, Pilar, São José da Lage, Maceió, Penedo.

Mesmo acreditando que a maioria do funcionalismo não chegaria a entender o seu gesto, foi contrário ao aumento de vencimentos proposto para os funcionários públicos por falta de disponibilidade do tesouro estadual para honrar o pagamento, e também porque era a porta aberta para aumento dos subsídios dos deputados. Outro grande momento de sua atuação legislativa foi a campanha empreendida contra a pretensão do Executivo em transformar a Rádio Difusora de Alagoas, construída com dinheiro do jogo do bicho, em propriedade particular. Mello Motta, em seus discursos, apontava os nomes dos possíveis e futuros proprietários da emissora, todos ligados ao Governo.

Não foi menor sua intrepidez em 22 de dezembro de 1949, quando o jornal O Diário do Povo, de sua propriedade, foi destruído completamente pela truculência governista. Não conseguiram quebrar sua fortaleza moral. Prosseguiu a uma luta sem medo, com o mesmo vigor de antes.

Considero, todavia, que um dos momentos mais significativos dessa trajetória parlamentar deu-se por ocasião da prisão dos deputados comunistas André Papini, Moacir de Andrade e José Maria Cavalcanti. Os três, que formavam a bancada do PCB, foram presos em São Luís do Quitunde, em 25 de outubro de 1947, pelo capitão Aurélio Mousinho, a mando do governador Silvestre Péricles, quando tentavam, naquela cidade interiorana, um habeas corpus em favor de um operário preso arbitrariamente. Naquela época havia uma atmosfera hostil contra os que professavam o ideal socialista. Não esqueçamos que o Estado Novo tinha, no combate ao bolchevismo,



CAPÍTULO XV Mello Motta



uma de suas bandeiras. E naquele início de redemocratização estávamos em plena Guerra Fria.

Pois bem, Mello Motta, líder católico, de ideal visceralmente contrário ao credo marxista, não titubeou, um segundo, em defender seus colegas parlamentares. Aliás, em vários momentos, até antes desse caso, ele manifestou sua posição de respeito aos adversários ideológicos. Repetia Voltaire, que dizia: “Não concordo uma vírgula com o que acabais de dizer, mas defenderei com a minha vida o vosso direito de dizê-las”.

“Não seria possível calar diante de tanta falta de coragem cívica; não seria possível calar diante de tanta cavilação e ignomínia. Sr. presidente, desgraçadamente somos levados a concluir que morreu a democracia. Pelo menos provisoriamente. E morreu pela incapacidade de defendê-la por parte dos representantes do povo que não souberam se manter à altura da dignidade do mandato que os trouxe aqui. Morreu provisoriamente, porque a majestade da lei há de ser restabelecida pela decisão dos Tribunais de Justiça. Quando foram presos, os deputados comunistas, toda a maioria desta Assembleia fugiu de comparecer às suas sessões. Por que fugiram os deputados majoritários? Fugiram para manter mais dias presos os seus companheiros de representação popular, para não dar número às deliberações. Estaremos aqui, apesar de tudo. Sabemos que é temerária a nossa posição. Sabemos que é temerária a nossa atitude e que é temerária a conduta que temos seguido no Estado, em favor dos princípios de respeito à dignidade da pessoa humana. Mas, a despeito de tudo isso, continuaremos a nossa marcha. Desgraçadamente o sentimento que nos invade é o de nojo e desprezo pela falta de autoridade e coragem com os que compõem o Poder Legislativo, que deveriam impedir a consumação de mais um ato que nos envergonha e nos aniquila como Poder do Estado.”

Renúncia e retorno à planície

Luís Nogueira Barros, em sua obra *A solidão dos espaços políticos*, diz que, estranhamente, após a posse do novo governador, Lourival de Mello Motta renunciou ao seu mandato parlamentar num gesto, nunca antes acontecido em Alagoas: como vitorioso! Realmente, em pleno auge de sua carreira parlamentar, na espetacular vitória udenista contra o silvestrismo, como acreditar que o maior general da campanha pudesse recolher-se à planície e dedicar-se ao magistério e à atividade médica. Católico praticante; era possível vê-lo, diariamente, nas igrejas, assistindo à missa e recebendo a comunhão.

Modestamente, voltava ao consultório e ao convívio com os jovens, nas aulas. Admirável homem de fé e de ideal!

Luís Nogueira Barros ainda registra:

“Mello Motta escolhe exatamente o fato de estar vitorioso para se afastar e encerra sua atividade política. Fato incomum... Jamais voltou a público para revelar novos fatos. Dá-nos, até a impressão de que perdoou as antigas injúrias. Sente-se pleno, completo, como a nos dizer que para ele a frase de Maquiavel não tem sentido.”

Foi, insistentemente, convidado para ser o candidato ao Senado contra o general Góis Monteiro mas não aceitou, tendo sido eleito seu colega médico Ezequias Rocha.

Em discurso pronunciado na terceira sessão ordinária da segunda legislatura, em 14 de dezembro de 1953, após ter sido vitoriosa a ação de indenização movida contra o Estado de Alagoas pela destruição do Diário do Povo, por ordem direta do então chefe do Executivo, ação confirmada pelo Tribunal de Justiça e transitado em julgado, ele assim declarava sua renúncia à vida pública:

“Restituído o Estado a sua normalidade jurídico-política, com a queda da tirania reinante que tudo desrespeitou e subverteu, sinto-me compensado das angústias sofridas e das feridas suportadas, para voltar satisfeito à modéstia da minha vida profissional, certo de que tudo fizemos e tudo sacrificamos para conduzir o povo alagoano à impressionante e decisiva prova que possibilitou a sua libertação em forma legal, com as eleições de 3 de outubro próximo passado. Não desejo outra coisa senão uma vida de paz, respeito e prosperidade para os alagoanos, e que os vitoriosos de hoje não esqueçam os compromissos de bem servir a terra, criando-lhe condições de trabalho, em regime de justiça e de respeito às garantias constitucionais não permitindo, além disso, que volte a suportar os horrores de um domínio político que tanto a infelicitou. Que não tornem os alagoanos a sofrer mutilações de ordem moral ou política na sua vida de povo livre, ou os que acabam de ser varridos do poder pelo voto popular, ou por outro qualquer grupo dominante que pretenda seguir o desgraçado exemplo.”

Depoimentos sobre Mello Motta

“Um cidadão exemplar e excelente médico, que as circunstâncias o levaram às atividades político-partidárias, somente por amor à terra. Sempre vitorioso nas causas que defendeu e nos mandatos que disputou, mas sem profissionalizar-se na política, cuja coragem, embates e civismo marcam, indelevelmente, uma etapa da história alagoana.”

Lincoln Cavalcante



CAPÍTULO XV Mello Motta



“Era um homem conservador, de direita, mas de grande integridade. Sua figura era cercada de respeito por todos na Faculdade de Medicina. Os alunos admiravam aquele vulto ético e mítico. Seu comportamento nos anos difíceis do regime autoritário era da maior dignidade. Falava-se muito, entre os estudantes, de um episódio anterior, nos anos quarenta, quando participando de um comício foi atacado a tiros e um dos agressores saiu ferido na confusão. Ele, mesmo admoestado por seus correligionários, pelo perigo a que se expunha, foi prestar socorro ao atacante. Dizia que ali, agora era o médico que funcionava, cumprindo o juramento que fizera ao se formar.”

Diógenes Bernardes

“Mello Motta foi, acima de tudo, uma das mais destacadas figuras da Medicina alagoana. Um médico e um mito. Corajoso, dedicado, avançado para a época, tornou-se símbolo do pioneirismo ao introduzir modernas técnicas de radiologia no campo da pesquisa e do diagnóstico, indubitavelmente, um dos elos entre a Medicina empírica dominante e avanços tecnológicos do presente. Um alagoano que amou sua terra e suas raízes. Um daqueles homens que podem servir de exemplo a gerações do futuro!”

José Medeiros

“Aprendi a admirar Mello Motta quando, aos meus 13 anos, engajei-me na luta democrática de 1945, participando da Unificação Democrática Estudantil. A firmeza de sua liderança, a altivez de sua postura e a grandeza de seus propósitos fizeram-me, nele, encontrar um modelo, um exemplo permanente de lição de amor à esta terra e aos ideais de liberdade. Cristão e católico, viveu a mensagem de amor transmitida na humildade da manjedoura de Belém e no sublime instante do Calvário. Feliz a terra que possui um Mello Motta!”

Luiz Renato de Paiva Lima

“A Arquidiocese de Maceió reza pela felicidade eterna de seu amigo e benfeitor Dr. Lourival de Mello Motta. Metódico e honesto, ele foi político de grande valor, médico que viveu o sacerdócio da Medicina, professor dedicado e católico militante que deu testemunho permanente de sua vida de fé.”

O Semeador, edição de 22-07-1989

“Linha dura, começou sua vida pública como secretário do Interior e Justiça da Interventoria de Ismar de Góis Monteiro, revelando sua personalidade forte e de atributos nobres. Era, ainda, extremamente humano e generoso. Atendia os humildes com a maior modéstia. Não tinha nenhum apego material. Vivia com simplicidade. Morreu no ostracismo. Já tinha fechado o consultório médico e vivia de seus rendimentos como aposentado. Católico praticante, doou seus bens à Arquidiocese.”

Franklin Casado de Lima

“Um dos pioneiros de radiologia em nossa terra, médico dedicado e competente, a Medicina alagoana muito deve a Mello Motta. Foi uma das grandes expressões da UDN, ao lado de Rui Palmeira, Freitas Cavalcanti e Mário Gomes de Barros. Rígido nos seus ideais, disciplinado, não tinha temperamento maleável, por isso desencantou-se da política.”

Ib Gatto Falcão

“Louvo, aqui e agora, um homem que, durante longa vida, não fez outra coisa senão o bem ao próximo. Não há exagero em proclamar que, em Mello Motta, Alagoas teve um monumento vivo de grandes atributos. Do político combativo, vigoroso, ao médico obstinado e diligente. Do deputado que abdicou de um mandato quando percebeu que a política, naquele instante, não exibia mais o significado e a nobreza que a ela se deve atribuir.”

Jota Duarte

“Um fato marcante que deve ser ressaltado: Mello Motta nunca ficou com um centavo dos seus subsídios como deputado estadual, pois o doava totalmente a instituições de caridade.”

Gazeta de Alagoas, edição de 18-07-89

“Difícil era distinguir, na figura do grande alagoano, quem era maior, o médico, o professor, o jornalista, o político. Pouca gente veio ao mundo com a pureza e a coragem de Mello Motta. Orgulho-me muito de ter conhecido esse gigante e privado de sua amizade.”

Ednor Bittencourt

“Diretor e fundador de jornal. Jornalista combativo, fez do seu Diário do Povo um marco de luta contra o excesso de autoridade concentrada no Poder Executivo. O empastelamento do órgão oposicionista fez do doutor Mello Motta uma espécie de herói junto àqueles que combatiam o governo.”

Divaldo Suruagy

“Como jornalista, enfrentou e sustentou com os seus companheiros de idealismo, uma luta difícil, numa fase turbulenta da vida alagoana. De combate diuturno à nefasta oligarquia dos Góis Monteiro. Como legionário de uma luta missionária construímos uma trincheira da qual só nos afastamos com o empastelamento do jornal, a depredação violenta de suas oficinas e a prisão dos seus gráficos, por ordem da truculência do governador Silvestre Péricles. Nesse tempo, ainda se procurava neutralizar a força das ideias com a violência do poder.”

Otávio Lima



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO XV Mello Motta



Fontes Bibliográficas

BARROS, Luís Nogueira. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: Sergasa, 1980.

CARONE, Edgar. **A República Liberal**. São Paulo: Difel, 1985.

DUARTE, Jota. Grande Alagoano. **Jornal de Alagoas**, Maceió: 09 ago. 1989.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o Antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GÓIS, Antonio. **Sangue: subsídios para a história política de Alagoas**. Maceió: Esperança, 1941.

GUSMÃO, Carlos. **Boca da Grot**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1970.

LIMA, Luiz Renato de Paiva. Meu amigo Mello Motta. **O Semeador**. Maceió: 05 ago. 1989.

LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu apimentado**. Maceió: Edufal, 1979.

LIMA, Otávio. Lembrança de Mello Motta. **Jornal de Alagoas**. Maceió: 02 ago. 1989.

MELLO, Arnon de. **Uma experiência de governo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. **A campanha política de 50 em Alagoas**. Maceió:[s.n.], 1957.

MOTTA, Lourival de Mello. **Retratos de uma época**. Maceió: Edufal, 1984.

PINTO, Geosélia da Silva. **História de Alagoas**. Maceió: Editora da UFAL, 1979.

BARROS, Luís Nogueira. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: Sergasa, 1980.

CARONE, Edgar. **A República Liberal**. São Paulo: Difel, 1985.

DUARTE, Jota. Grande Alagoano. **Jornal de Alagoas**, Maceió: 09 ago. 1989.





Freitas Cavalcanti

Presença nos grandes momentos da República

Douglas Apratto Tenório

Não havia, na época, alto-falantes, microfones, sistemas sofisticados de som ou parafernália eletrônica para ampliar a voz do pregador e fazer de um soprano um tenor. Para ser ouvido com deslumbramento pelas plateias tinha realmente que ser um bom orador. E aquele jovem sanfranciscano era. Recebia adjetivos pela sua arte. Fulgurante, impressionante, cheio de flama, pleno de eloquência, discurso vibrante, dominador.

Como que ungido pelos espíritos de Demóstenes, Marco Túlio Cícero, Bossuet, Padre Vieira, o rapazinho de Penedo saía do remanso da sua cidade de arquitetura colonial para a agitação da política em centros maiores.

Como uma flecha, veio da tranquilidade penedense para brilhar no Recife, Aracaju, Maceió, Rio de Janeiro e, em outros países, como representante do Brasil. A oratória e o jornalismo sobre os alicerces de uma cultura geral bem formada levam-no para voos altos, firmando-se nas políticas alagoana e nacional, até dela retirar-se com dignidade e sem mácula. Cordura e

lhaneza no trato, firmeza nas posições, probidade na vida pública, ajudaram-no a formar uma imagem de respeito e admiração.

Desde as suas caminhadas na juventude pelas ruas ladeirosas do Rosário Estreito, da Penha, do Convento, do Canto do Muro, o nosso biografado percorreu múltiplas veredas. Traçou um rumo e seguiu com obstinação. Seguiu o apelo do coração e dedicou-se, integralmente, a sua vocação. Jornalista, Diretor da Imprensa Oficial, Secretário de Estado, Deputado Estadual, quando se sentiu realizado e com a certeza da escolha que fizera. Delegado Federal de Recenseamento, Delegado provisório do Trabalho, Professor da Faculdade de Direito de Maceió, Deputado Federal, Senador da República, Ministro do Tribunal de Contas da União onde se aposentou, como um honrado senador da antiga Roma. Retornou à planície para o pleno aconchego da família com a certeza do dever cumprido, sob o reconhecimento de seus conterrâneos como um digno político das Alagoas.



CAPÍTULO XVI Freitas Cavalcanti



Cheiro de macela antes do Natal

A cidade ribeirinha alvoroçava-se com os preparativos das concorridas festividades natalinas que se avizinhavam. Na residência de Augusto Vieira Cavalcanti a ansiedade era dobrada, pois a avançada gravidez de sua esposa D. Aurora de Freitas Cavalcanti prenunciava cheiro de macela, característico de recém-nascidos, a inundar a casa naqueles dias. E tal se deu.

Antonio de Freitas Cavalcanti, assim foi chamado o novo membro da família, nasceu uma semana antes do Natal, no dia 17 de dezembro de 1908 na "mui leal e formosa" cidade de Penedo. A família era tradicional e tinha influência na vida pública local. O pai, agricultor, sonhava junto com D. Aurora com um bom futuro para o rebento. Educá-lo da melhor maneira possível, pois a educação é a grande herança que se pode deixar para os filhos, garantindo-lhe uma vida digna e tranquila.

Além dos cuidados em casa com as primeiras letras, matriculam-no no Colégio Jácome Calheiros, estabelecimento onde estava o melhor ensino da cidade. Ainda garoto revela acentuada vocação para a oratória. Antes dos dez anos já fazia saudação em cima de tamboretas, estimulado pelos professores. O jovem prometia. Após certo tempo, completada algumas etapas escolares, o prof. Jácome, o mais famoso mestre local, procura o senhor Augusto para comunicar-lhe que Antonio já cumprira todos os requisitos em Penedo. "Leve ele para outro lugar, pois a cidade nada mais tem a oferecer ao menino."

Antonio recebeu com um misto de alegria e receio

a notícia que iria estudar em outro lugar. Deixar a segurança de sua casa, o convívio com os familiares e colegas, deixar de correr nos becos do Cabula, da Preguiça, não ser acordado pelo repicar dos sinos das numerosas igrejas penedenses, não mais ouvir o mavioso canto gregoriano entoado pelos frades, não mais contemplar o belo templo franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, não mais frequentar o Teatro Sete de Setembro para ouvir os torneios declamatórios ou assistir a peças de teatro, não mais passear e correr no Largo de São Gonçalo dos Homens Pardos para conquistar um cavalo nos trivoltins nas noites de Natal, como bem observou Ernani Octacílio Méro ao saudar anos e anos mais tarde, na fase outonal, Antonio de Freitas Cavalcanti ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Mas a vida é desafio, é um livro, cujas páginas estamos, continuamente, a folhear para frente. O jovem deixou o Rio São Francisco para trás e continuou a jornada.

Chega a Aracaju e matricula-se para fazer o curso de Humanidades no Colégio Tobias Barreto. Naquela época, o ensino na Capital sergipana era considerado mais adiantado que o de Maceió. Ademais, o acesso a Aracaju era mais fácil e Penedo também tinha laços econômicos fortes com aquela Capital. A vida mudou, o menino vai também se transformando. Novos hábitos, novos colegas. A vocação oratória, a sobriedade, a aplicação nos estudos permanecem. Sobressai-se. Conclui o curso com distinção. É hora de nova mudança.

A política ganha um liberal, a literatura perde um quadro promissor

Estabelecido na Capital pernambucana para continuar os estudos, matricula-se na tradicional Faculdade de Direito do Recife. Destaca-se entre os estudantes pernambucanos, paraibanos, norte rio-grandenses, seus conterrâneos das Alagoas e de outros Estados. A veia de tribuno não o larga. É escolhido para ser orador da turma em 1936, entre tantos nomes ilustres que ambicionam a eleição. Seus discursos fazem sucesso na Mauricéia; antes de colar grau fez parte de uma delegação universitária a Buenos Aires, a fim de assistir à Conferência Interamericana, comandada pelo presidente Franklin Delano Roosevelt. Os tempos são de expectativa ante o surgimento de ideias e regimes totalitários. A juventude participa e acompanha com expectativa os graves acontecimentos internacionais. O panorama político nacional também é turvo.

A cabeça de Freitas Cavalcanti já está feita. Se anos antes encantou-se com os escritores clássicos, especialmente Eça de Queirós e, no Brasil, Tobias Barreto e Rui Barbosa, agora tem certeza de que seus gostos filosófico e político inclinam-se para o liberalismo. É um liberal! Como intelectual participou dos eventos relacionados à Semana de Arte Moderna no Nor-



Freitas Cavalcanti (ao centro, sentado), com a turma concluinte de Direito da Faculdade de Recife.

deste, tanto em Recife como em Maceió, mas a época de eferescência leva-o para o jornalismo e a política. Doa-se em tempo integral e a literatura perde um quadro promissor.

É conveniente registrar uma breve passagem de Freitas Cavalcanti nas Alterosas, antes dos acontecimentos acima narrados. Transferiu-se para Minas Gerais e, em Belo Horizonte fez jornalismo político nos idos de 1929 e 1930. Com o advento da Revolução Tenentista, pregadora da renovação política e da implantação de novos costumes no País, Freitas é chamado para voltar a Alagoas. É possível, entretan-



CAPÍTULO XVI

Freitas Cavalcanti



to, que sua passagem a Minas esteja relacionada a divergências com o rumo inicial do movimento que marcou profundamente o País, segundo um dos seus contemporâneos.

Após a deposição do governador Álvaro Paes é convocado para assumir a Interventoria em Alagoas, Freitas Melro. Ele é um ex-deputado federal e político de grande prestígio, que estava residindo, na época, em seu sítio em Penedo. Sua amizade com Juarez Távora, cognominado vice-rei do Norte, e um dos mais importantes líderes da Revolução, lhe valeu o convite para dirigir Alagoas naquele momento de excepcionalidade institucional. Antonio é sobrinho do interventor que o convida para assumir a secretaria particular do Governo, uma espécie de Chefe da Casa Civil de hoje. Tasso Tinoco, o militar que substituiu Freitas Melro o mantém no cargo. Passa a exercer ou-

tras funções naquela Interventoria e na seguinte, do capitão Afonso de Carvalho. Trabalha no jornalismo oficial, na imprensa governamental e nos outros jornais da Cidade. Por ter sido um colaborador frequente da imprensa, orador muito solicitado e ocupando cargos públicos não foi surpresa sua chegada ao Legislativo Estadual, como deputado classista, representando o funcionalismo público. Mas a crise institucional leva Getúlio Vargas para a ditadura. O Estado Novo interrompe o ciclo democrático, fechando as casas legislativas. Freitas Cavalcanti, entretanto, pavimentou sua carreira política. Aproximase do grupo de oposição a Vargas. Ingressa na União Democrática Nacional, que polarizará o sentimento antiditatorial e o ideário liberal e, quando do restabelecimento da vida democrática, em 1946, é eleito deputado federal Constituinte.

Atividades principais

Após ter ocupado vários cargos públicos e iniciado sua carreira parlamentar como deputado classista, Freitas chegava ao Parlamento federal na Capital da República, na época o Rio de Janeiro. Suas qualidades de orador o permitiram ser conhecido no anfiteatro político do País. Conviveu com os grandes vultos políticos da sua época: Nereu Ramos, Carlos Luz, Juraci Magalhães, Eurico Gaspar Dutra, Carlos Lacerda, João Goulart, Jânio Quadros, Ulisses Guimarães, Prado Kelly, Afonso Arinos, Juscelino Kubitschek, entre outros.

Inteligência ágil, era um incansável batalhador pelos pleitos de sua terra e sua gente, mas estava presente nos grandes debates nacionais. Era uma forte liderança da UDN. Os trabalhadores confiavam na sua voz e no seu bom relacionamento para lutar pelos seus pleitos. Os ferroviários, uma classe aguerrida, desde cedo o escolheram como um de seus representantes.

Exerceu com vigor o mandato de deputado à Assembleia Nacional Constituinte no período de 1946-1950, é reeleito e cumpre um outro mandato de parlamentar federal de 1951-1954.

Acompanhou todos os grandes momentos da vida política nacional como a saída de Vargas, o Governo provisó-

rio de Nereu Ramos, a campanha de lenços brancos do brigadeiro Eduardo Gomes, o impedimento de Carlos Luz, o retorno à presidência, a crise e o suicídio de Getúlio, a campanha de Juarez Távora, a eleição de JK, a campanha do "homem da vassoura", Jânio Quadros, e a crise institucional que surgiu com a sua renúncia. Senador da República eleito em 1955, acompanhou a crise do impeachment de Muniz Falcão em 1957. Foi preterido no seu desejo em concorrer como candidato udenista à sucessão de Arnon de Mello ao Palácio dos Martírios com Sebastião Marinho Muniz Falcão. O escolhido foi Afrânio Lages. Alguns contemporâneos dizem que a candidatura de Freitas teria dificultado a eleição da maior liderança populista alagoana em 56. Analisam que o resultado poderia ser diferente, pois Freitas era um político mais influente que Lages junto às massas, com apreciados dotes de oratória para competir com o carismático ex-delegado do Trabalho que militava no PSP (Partido Social Progressista).

Durante sua permanência no Parlamento alto, foi membro de ativa eficiência da Comissão de Finanças e da Comissão Especial do Vale do São Francisco, tendo participado da elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico do referido Vale. Lutou pela criação da Suvalé, que depois se



Participando da posse de Carlos Luz na Presidência da República.



Acompanhando Jânio Quadros durante a campanha presidencial de 1960.



Na tribuna do Parlamento: defesa do aproveitamento econômico da região do rio São Francisco.



CAPÍTULO XVI Freitas Cavalcanti



transformaria na atual Codevasf. Deputado e senador sempre foi o primeiro, junto com Medeiros Neto, na trincheira parlamentar para defender o aproveitamento econômico da região sanfranciscana. Membro da Mesa do Senado Federal, na qualidade de segundo secretário; presidente da Comissão de Finanças do Senado Federal até 1961 quando convidado pelo presidente Jânio da Silva Quadros, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, onde exerceu aquela função até 1977, quando se aposentou. Foi presidente daquela Alta Corte no período de 1966-1967.

Representante de Alagoas em vários eventos

Desde cedo a oratória vibrante e bem formulada de Freitas Cavalcanti foi percebida pelos seus contemporâneos e valeu sempre a escolha do seu nome para representações em nível nacional e internacional. Da eleição de orador da sua turma de Direito e da representação da embaixada estudantil na Conferência Interamericana em Buenos Aires, ambas na década de 30, sua estrela sempre brilhou. Ajudaram-no, também, a experiência em vários cargos públicos. Um dos fatos que mais se orgulha é de ter conhecido e substituído Graciliano Ramos como dirigente da Imprensa Oficial. Dirigiu o jornal Diário do Povo de forte atuação política. Foi inspetor técnico de Ensino e representou oficialmente Alagoas no Congresso de Ensino realizado em Salvador, em 1940. Foi, ainda, um dos primeiros mestres da Faculdade de Direito de Alagoas, na cadeira de Teoria Geral do Estado.

A sua passagem no Tribunal de Contas da União é realçada pelo ministro Luiz Octávio Galloti que, na qualidade de procurador junto àquela Alta Corte, viu chegar, no ano de 1961, “aureolado por fulgurante atividade parlamentar, o senador Freitas Cavalcanti”. Destaca, ainda, a modéstia de seu temperamento, “homem da lei e da ética e também um fiel seguidor da jurisprudência”. Diz ainda aquele notável jurista que durante os vinte e oito anos que se dedicou ao serviço daquela Corte, sempre cercado por vultos proeminentes da República “posso afirmar, em consciência, não haver ninguém excedido o zelo, a competência e a isenção, empenhados pelo ministro Freitas Cavalcanti no exame das questões a que, inteiramente, passou a devotar-se”.

Participou dos seguintes Congressos:

- Conferência Internacional de Varsóvia, Polônia, em 1959, representando o Senado Federal;
- V Congresso Internacional das Instituições Superiores de Controle das Finanças Públicas, em Jerusalém, Israel, em 1965;
- II Reunião do Comitê do Secretariado Internacional das Instituições Fiscalizadoras Superiores, em Viena-Áustria, em 1967;
- VII Congresso Internacional em Montreal, Canadá, em 1971, e ao VIII Congresso Internacional de Madrid, Espanha, em 1974;
- IV Congresso Latino Americano em Lima, Peru, em 1975.



Lideranças da UDN alagoana: os senadores Rui Palmeira e Freitas Cavalcanti.

Depoimentos

“O telurismo do Rio São Francisco marcou, profundamente o seu eu. O desenvolvimento da região sanfranciscana foi a razão maior, em duas décadas, de sua atividade parlamentar. Encontramos a presença do seu trabalho em inúmeras obras nas cidades ribeirinhas do Velho Chico. A Suvale, hoje Codevasf, teve nele um dos seus grandes esteios.”

Divaldo Suruagy

“Antonio de Freitas Cavalcanti representa, para mim, a imagem de uma geração de políticos cultos, honestos e criteriosos, que trabalharam intensamente para elevar bem alto o nome de Alagoas. Incansável na obtenção de recursos federais para os melhoramentos de nosso Estado, era também respeitado por sua conduta exemplar, em todos os círculos do poder nacional.”

Jayme Lustosa de Altavila

“Desempenhando o seu mandato com o incansável afã de ser útil ao seu torrão natal, Freitas Cavalcanti é, sem indulgência, uma inteligência ágil, jornalista e advogado de merecimento e um indormido batalhador por sua terra e sua gente.”

Tancredo Moraes

“Orador notável, de grande prestígio com as massas, foi ao lado de Rui Palmeira, Mário Gomes de Barros, Mello Motta e Segismundo Andrade, urna das expressões da União Democrática Nacional.”

Ib Gatto Falcão

“Vivacíssimo, quase oitentão, o jornalista e orador estreia nas letras com esta PROFECIA DAS ÁGUAS, que eu chamarei biografia romanceada - histórias e lendas. Agitam-se aqui pessoas e coisas, seres humanos e míticos. Tudo, dir-se-ia, sob o signo do São Francisco. O rio, dileto parceiro, venerável ancestral, conto primeiro de sua saga sentimental. Freitas Cavalcanti é um barroco. Nascido em Penedo, o barroco de suas igrejas foi, para ele, uma predição. Certas páginas suas estão empapadas de barroquismo e lembram, pelo caráter fragmentário de que se revestem, verdadeiras rapsódias. Atente-se na melodia e no número dessa prosa. Muitos outros fragmentos poderiam ser trasladados para aqui.”

Aurélio Buarque de Holanda



CAPÍTULO XVI Freitas Cavalcanti



“Durante os vinte e oito anos que me dediquei ao serviço da Corte de Contas da União, primeiro como representante do Ministério Público, depois como membro do Colegiado, mas sempre cercado por vultos proeminentes da República, posso afirmar, em consciência, não haver ninguém excedido o zelo, a competência e a isenção empenhados pelo ministro Freitas Cavalcanti, a que inteiramente, passou a devotar-se. Mas, como se sabe, são as épocas de crises as que melhor revelam os grandes homens. Vice-presidente do Tribunal, em 1965 e seu presidente nos dois anos subsequentes viveu Freitas Cavalcanti à época, exaltada controvérsia sobre excelência do antigo regime de registro prévio dos contratos e das despesas, em comparação com as proclamadas virtudes do controle posterior. Com bravura realçada pela delicadeza da fase então enfrentada pelas nossas instituições, e em contato respeitoso e franco com o presidente Castelo Branco e os ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões foi decisiva a sua atuação, ao lado de Etelvino Lins, para evitar a desfiguração ou a própria extinção do Tribunal de Contas da União.” **Luiz Octávio Galloti**

“A sua vida política é marcada pela humildade, serviço e absoluta honestidade em seus atos, tudo convergindo para os grandes problemas da Pátria e de Alagoas.”

Ernani Octacílio Méro

Trabalhos publicados

- Análise do Projeto de Constituição de 1946;
- Problemas do São Francisco (1946);
- Seleção e Formação do Pessoal das Entidades Fiscalizadoras Superiores, publicado na Revista do Serviço Público, Dasp, vol.106 (1971);
- Estudos sobre o tema de controle de verbas secreta e sigilosa, com elaboração de trabalho à apresentação das delegações presentes ao Congresso Internacional de Finanças Públicas em Montreal, Canadá (1971);
- Discursos e Pareceres no Parlamento Nacional, publicado pelo Congresso Nacional;
- A profecia das águas - aventura de um conto plural (1985), que foi prefaciado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e que lhe valeu o ingresso na Academia Alagoana de Letras, onde foi saudado, em 1987, pelo acadêmico Ib Gatto Falcão.



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.

Fontes Bibliográficas

- BARROS, Luiz Nogueira. **A solidão dos espaços políticos**. Maceió: Sergasa, 1989.
- CARDOSO, Oséas. **Retalhos de uma vida**. Brasília: Gráfica Senado, 1987.
- _____. **Nossa luta no Parlamento**. Brasília: Gráfica Senado, 1989.
- CARVALHO, Cícero Pérciles. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.
- CAVALCANTI, Freitas. **A profecia das Águas**. Brasília: Gráfica Senado, 1985.
- FALCÃO, Ib Gatto. Saudação a Freitas Cavalcanti. **Rev. da AAL**, n. 13, Maceió, 1987.
- GÓES, Antonio. **Sangue: subsídios para história política de Alagoas**. Maceió: Gráfica Esperança, 1941.
- GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grotá**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1979.
- LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu apimentado**. Maceió: Edufal, 1979.
- MOTTA, Lourival de Mello. **Retratos de uma época**. Maceió: Edufal, 1984.
- MÉRO, Ernani O. **História do Penedo**. Maceió: Imprensa Oficial, 1974.
- _____. Discurso de saudação no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas em 28-09-1994.
- MORAES, Tancredo. **Resumo histórico antropogeográfico do Estado de Alagoas**. Imprensa Oficial, Maceió, 1957.
- SURUAGY, Divaldo. **Chefe de Estado**. Brasília: Gráfica do Senado, 1994.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal, 1995.
- Panorama geral da sociedade e da política alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Guimarães Passos**. Maceió: Ufal, 1979, p. 34-42.





Teotônio Vilela

O menestrel das Alagoas

Noaldo Dantas

Teotônio nasceu na amorável cidade de Viçosa no dia 28 de maio de 1917. Filho do dono do Engenho Mata Verde, sétimo de dez irmãos, Teotônio estudou no Colégio Nóbrega, o severo colégio dos jesuítas, em Recife.

A infância foi a de um menino do Interior, livre e solto como uma ave. Banhos de rio, brigas de galo, as primeiras letras e os primeiros alumbramentos. Foi lá, em Viçosa, que o seu coração se arranhou com as impressões primeiras da natureza das distâncias sociais, muito embora não houvesse diferenças entre ricos e pobres, pois mais forte era a convivência. Daí a predisposição ao sentimento de igualdade e à modéstia pessoal nas formas de vida, modelando-a em todas as ações. Cabe aqui a citação da maranhense Bandeira Tribuzzi: "Do alto da ladeira do seu tempo vivido, o menino que resistiu brava-

mente a tudo, assegurou: amanhecemos a existência".

Em 1937 foi para o Rio de Janeiro com o objetivo de ingressar no ensino superior. Três anos depois, sem o pretendido diploma, voltou à terra natal. Após um período negociando com gado, Teotônio comprou as terras do Engenho Sabalangá, onde começou a sua vida de produtor de cana-de-açúcar.

Teotônio Vilela teve uma vida de ecos e ressonâncias. Foi um homem direito, idealista, nas facetas que o criador consentiu à criatura: ser humano, cidadão e profissional. Destemido e intransigente guardião da democracia. Fez política com grandeza, sem a mesquinhez dos pequenos que invejam e se frustram porque são pequenos. Pertenceu àquela estirpe de homens a quem olhamos levantando a cabeça, tal como se olham as montanhas e o voo das águas.



CAPÍTULO XVII Teotônio Vilela



Instantes de Eternidade

Teotônio Vilela criou instantes de eternidade e viveu a eternidade desses instantes. Cronista primoroso, orador brilhante, jornalista afoito, só tinha medo de ter medo, como dizia Roosevelt. Foi um ser múltiplo, destacando-se, no início da vida, como boiadeiro, onde aprendeu a gritar alto e manter o comando, tangendo a boiada pelo silêncio das solitárias estradas do sertão.

Em 1957, Teotônio Vilela foi peça-chave em todo o episódio do impeachment contra Muniz Falcão, era o líder da bancada oposicionista e relator do processo que acatou a denúncia, escrevendo, diariamente, na oposicionista Gazeta de Alagoas, que movia cerrada campanha contra o governador. Apesar do papel relevante que teve ao longo da crise política, sempre recusou-se a falar sobre o impeachment, mais ainda de sua participação nesse trágico episódio.

Teotônio foi tocado pela confiança na racionalidade dos planos como instrumento de transformação da sociedade. Em 13 de outubro de 1955, aniversário da emancipação política da sua Viçosa, Teotônio apresentou o projeto de lei nº 196/55 propondo o lançamento da "Operação Alagoas", com o objetivo de estabelecer as "diretrizes e bases do



Deputado estadual - 50º Congresso Nacional dos Municípios, Recife, 1959.

diam da ajuda da União. Conseguiu, inclusive, liberar recursos para a primeira captação de água do Rio São Francisco.

O Menestrel das Alagoas foi um dos principais interlocutores dos movimentos sociais que floresceram no Brasil no final dos anos 70. De perto, acompanhou a luta dos operários do ABC paulista, na dura greve de 1980; presente, esteve junto a posseiros ameaçados de morte e de serem expulsos de suas terras. A "ordenação da liberdade" pregada por Teotônio não se limitava, assim, aos aspectos institucionais da política. A liberdade que pregava deveria ser capaz, sobretudo, de garantir a cidadania de todos os brasileiros. Foi em homenagem a essa atuação destemida que a Comissão de Direitos Humanos recebe o nome de "Comissão Teotônio Vilela dos Direitos Humanos".



Teotônio Vilela (2º da dir. para a esq.), no julgamento do Impeachment contra o governador Muniz Falcão.

Plano de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais".

"A Operação Alagoas representa, exatamente, uma sugestão formulada pelo homem do Interior no sentido de que seja desenvolvido um esforço honesto por parte das autoridades das três órbitas do Governo, tendo em vista a expansão e o fortalecimento das atividades econômica e social, indispensáveis ao engrandecimento efetivo e real das comunidades alagoanas. Representa uma mobilização de recursos financeiros e de assistência técnica para o ataque coordenado aos problemas de base", assim justificou o seu importante projeto.

Teotônio foi eleito em 1960 na chapa encabeçada por Luiz Cavalcante. Revelou-se, mais tarde, um importante elemento de ligação com os órgãos federais, muito deles ocupados por companheiros da UDN; sua eloquência foi colocada a serviço de alguns projetos de Alagoas que depen-



Teotônio Vilela e o deputado Marcelo Cerqueira (ao seu lado) visitam presos políticos na penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro.



CAPÍTULO XVII Teotônio Vilela



“Ele pensa 10 anos à frente da gente”

O tempo não é uma ficção, o tempo existe. Parece que foi ontem aquele 27 de novembro de 1983, dia do falecimento de Teotônio Vilela, o indomável defensor da democracia; a última grande voz deste País.

Dizem que Santiago Dantas, que era um gênio, também um estadista pelo vislumbre do futuro, não gostava de conversar com Teotônio e argumentava: “Ele pensa dez anos à frente da gente”.

Em verdade, o Menestrel das Alagoas com a sua palavra cortante, ao mesmo tempo bonita, pois partida de uma alma incendiada e patriótica resgatou, à época, a dignidade do Brasil. Lutou bravamente contra a ditadura; enfrentou cães e polícia; visitou os presos nos porões da amargura. Esbravejou civicamente e pregou um País igualitário, onde os ricos fossem menos ricos e os pobres menos pobres. Ele lavou flagrante, através do “Projeto Brasil”, do quadro triste e desolador do nosso povo. Mas também pregou a fé e a esperança.

É inesquecível o que ele dizia, já debilitado pela doença insidiosa:

“Deus queira que se cometa menos o exercício da solidão e demore a haver mais os verdadeiros tristes do coração. Deus queira que aos amorosos nunca aconteçam desgraças e que seu amor seja sincero, e quase sempre inconfessável, porque nada pior do que o amor bem comportado.”



Eleições de 1982: mesmo já acometido pela doença, Teotônio sobe ao palanque e apóia as candidaturas de José Costa ao governo de Alagoas e José Moura ao Senado Federal.



Velório de Teotônio Vilela no Palácio Tavares Bastos, sede do Poder Legislativo de Alagoas, onde iniciou sua vida parlamentar.

Relembrando Teotônio

Já conhecia Teotônio Vilela antes de aportar em Alagoas; sua fama rompera as barreiras estaduais. Encantado com ele, procurei me aproximar e abri, como editor que era, as páginas do velho Jornal de Alagoas à sua luta em favor da democracia.

Uma vez, aliás, a primeira, fui ouvi-lo no Teatro Deodoro. Lembro-me da multidão, ali, silenciosa, comungando as suas palavras. Era uma reunião em favor da liberdade de expressão. O teatro estava lotado. Havia gente se agarrando nos lustres. Quando Teotônio acabou o discurso, veio a barra pesada: zoeira, aplausos - sabe como é? Clima de apoteose. Aí, um da plateia resolveu anunciar ou, se bem me lembro, ler um telegrama de apoio, enviado por uma figura não grata à maioria. Baixou uma vaia grossa e densa, pesada como um pano de boca. O pessoal não queria deixar ouvir a voz discordante. Qualquer coisa desse naipe.

Nessa hora veio a grande lição do Menestrel. Teotônio levantou lentamente a mão, num apelo mudo. E a zoeira foi cessando, como uma brisa que de repente vai embora. Quando o último assobio entrou nas coxias, Teotônio disse uma frase curta, seca e definitiva: “Se a gente está aqui para defender a liberdade de expressão, não tem propósito impedir a manifestação de quem quer que seja”. Nunca me esqueci. Ele era

um herói da democracia.

Parece que estou a vê-lo à sombra das velhas mangueiras de sua casa, dialogando com os rouxinóis, recitando Fernando Pessoa e coreografando as palavras com gestos largos e afetivos. Só conversava olho a olho. Às vezes apertava o braço do interlocutor carinhosamente. Mesmo em papo descontraído com amigos, dava atenção a todos, sem mostrar nenhuma arrogância, apesar de ser o mestre de todos os ensinamentos.

Era homem de ideias claras, em sintonia com o tempo histórico, e sensibilidade para as coisas humanas, dignidade que combina com compreensão, firmeza nas convicções e



Teotônio coreografando as palavras com gestos largos e afetivos.



CAPÍTULO XVII Teotônio Vilela



admirável tolerância.

Outro notório ângulo de Teotônio era o de intelectual brilhante, cultura humanista sedimentada. Escreveu, certa feita, uma das mais belas crônicas que li na vida, um primor de redação. Abordava poeticamente um encontro com outra figura, também extraordinária, Napoleão Moreira, onde falava dentro da madrugada em solidão, mulheres, literatura e naturalmente a situação do Brasil. Pegaram o sol com a

mão e fizeram uma despedida iluminada. Ambos com o destino de estátuas.

Ponho ponto final nessas lembranças, transcrevendo um pedaço da bela saudação de Sarney, pranteando Teotônio, no Senado: "Ele, agora, não é corpo. É bronze, com a perenidade do sino, cujo som se afasta de nós, para permanecer eterno, sem o tempo passado nem o tempo presente".

Depoimentos

"Quem dera que Teotônio nos emprestasse um pouco de sua ira santa para sacudir aqueles que, enquanto clamam contra a miséria, obstruem as reformas capazes de resgatar o Estado brasileiro como instrumento da realização desse sonho. Teotônio enxergava longe. O pregador incansável da anistia, o arauto da Campanha das Diretas-Já, que ganhou as ruas poucos meses depois de sua morte, foi também um formulador de desafios econômico e social que dominariam a agenda política a partir da Nova República."

Fernando Henrique Cardoso

"A fundação de um jornal diário reabrindo espaços para a frente de oposição no final de 1979, representava não um resultado da força interna da oposição alagoana, mas uma decisão política do senador Teotônio Vilela que rompera com o Governo Federal e precisava de um instrumento de pressão política. Foi num momento de mudanças que surgiu então a Tribuna de Alagoas, inspirada e mantida pelo senador Teotônio Vilela, que abriu e sustentou as páginas da Tribuna para um jornalismo mais amplo, arrojado e informativo."

Cícero Pércles de Carvalho

"O entusiasmo do pessoal do PT por Teotônio sempre me comoveu. Afinal, o homem era líder de outro partido e nunca desmentira nos diálogos com o PT ou com qualquer outro setor político, a sua condição social e as suas convicções liberais."

Francisco Weffort

"Vai ficar em nossa memória e na memória do povo brasileiro e, sobretudo, dos jovens que viam estampada nele a imagem que procuram em vão entre os líderes políticos correntes: a imagem da bravura que desafia a morte."

Cláudio Abramo

"Nada mais difícil do que traçar o perfil de Teotônio Vilela, apesar de ter convivido com ele durante tanto tempo, na resistência democrática e na luta pelos direitos mais fundamentais de todos os brasileiros. É que ele parecia transcendental. Ele inspirava algo de divino. Pudera, ele incorporava o poder de Deus até no próprio nome. Talvez por isso que o seu reino parecia não ser deste mundo."

Pedro Simon

"Antes de aprender as primeiras letras, o Menestrel das Alagoas ouviu o canto das aves e o aboio dos vaqueiros ao crepúsculo, tangendo o gado de volta aos currais (...)"

Também seu compromisso com a liberdade deve ter-se alimentado dessa mesma raiz telúrica, onde se misturam, às escâncaras, esperança e desespero, vida e morte."

Hélio Pellegrino

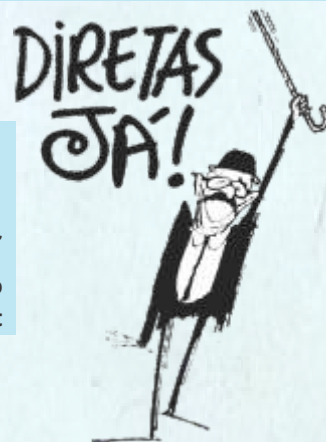
"Eu hoje quero à noite abraçar um pássaro conterrâneo que admiro um pássaro que não canta nas florestas que canta no Senado e nas prisões, em greves, comícios, passeatas, procissões."

E quando canta esse uirapuru urbano os pássaros menores fecham o bico e abrem os tímpanos para sorverem em longos goles o som mavioso que exalam sua voz e sua palavra."

Sidney Wanderley

*"Quem é este viajante
Quem é esse menestrel
Que espalha esperança
E transforma sal em mel?"*

**Milton Nascimento
e Fernando Brant**



Charge de Teotônio Vilela pelo cartunista Henfil.

"Durante o período munizista, na década de 50, foi Teotônio Vilela eficiente porta-voz das elites alagoanas em luta contra o político populista que liderava uma burguesia ascendente com ações nítidas em benefício das camadas mais pobres. É de justiça reconhecer que Teotônio guardou, como lembrança daquela época de grande efervescência social e particularmente do episódio do Impeachment, uma visceral aversão pela violência e, apesar de sua opção de classe naquele momento tempestuoso, sempre demonstrou abertura pelos menos favorecidos."

Douglas Apratto Tenório



CAPÍTULO XVII

Teotônio Vilela



“Em Alagoas conseguiu conviver com as esquerdas. Mas não apenas isso: ser respeitado e até mesmo servir de sombra protetora para muitos que hoje estão em plena atividade político-partidária. Foi uma espécie de paizão. Aliás, e sem desejar fazer proselitismo, foi o único político alagoano dos últimos trinta anos que soube manter sua condição de classe histórica dominante, atuar democraticamente e estabelecer uma relação de respeito com uma geração de políticos de esquerda ainda não equacionados nos seus desapontamentos políticos. O Brasil pode homenagear Teotônio Vilela, mas a obrigação de decifrá-lo e redesenhar o seu perfil político-histórico é de Alagoas.”

Luiz Nogueira

“Teotônio foi um liberal udenista. O grande drama do liberalismo brasileiro foi o fracasso da UDN. O abandono das teses liberais pela UDN foi uma tragédia. Ao repudiar-se, a UDN abandonou a sua inspiração central e entrou em um desvio, de onde não saiu nunca.”

Rafael de Almeida Magalhães

“Intelectualmente, Teotônio Vilela é um democrata do Século XIX, formado pelo Iluminismo contemporâneo dos grandes doutrinadores americanos, de Hamilton, Jay e Madison. Tipicamente, essa formação valoriza o literário e o jurídico sobre o econômico e o psicológico. Rebento ilustre de uma estirpe de quatro ou cinco gerações de senhores de engenho. Em vez de Marx, Malthus ou Keines, Graciliano Ramos; em vez de Freud ou Jung, Rui Barbosa. Foi um caso raro de patricio decadente que se transforma em tribuno da plebe e nela busca a força de sua ressurreição. Mas será só isso? Será que também não poderíamos dizer que o Teotônio Brandão Vilela foi um caso raro de intelectual bem-sucedido na ação política?”

Márcio Moreira Alves

“Usineiro, conseguiu o respeito do trabalhador e daqueles que consideram quase impossível conciliar o interesse e mesmo as palavras de quem tem nas mãos o poder econômico com o daqueles que só detêm a força de seu trabalho.”

Eduardo Suplicy

“Fui testemunha de sua ira sagrada, de sua revolta santa, de sua inconformação e de sua coragem no destruir para construir. Destruindo as celas e os portões de amargura dos presos políticos, o silêncio dos que deveriam falar e estavam calados, construindo os caminhos de um Brasil democrático, e respeito aos direitos humanos e às liberdades civis, até tornar-se esse monstro sagrado que se completava numa personalidade de grande força e magia, de encantamentos e de autenticidade.”

José Sarney

“À sua singular trajetória de cavaleiro andante da liberdade, por isso só um precioso bilhete de ingresso na galeria dos que merecem ser lembrados, juntara-se o prolongado combate à doença, quando se transformou no símbolo da luta pela conquista da plenitude democrática no País.”

Marly Silva da Motta



NOALDO DANTAS

Jornalista e contista premiado.

Fontes Bibliográficas

ALVES, Márcio Moreira. **Teotônio, guerreiro da paz**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1983.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária / FGV / CPDOC, 1984.

BRANCO, Carlos Castello. Tudo começou em abril. In: VILELA, Teotônio. **O libelo democrático**. Brasília: Senado Federal, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar. **Os partidos e as eleições do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; SORJ, Bernardo (org.) **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAGAS, Carlos. A hora do doido-manso. In: VILELA, Teotônio. **A pregação de liberdade (andanças de um liberal)**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1977.

FARIAS, José Eduardo; LAMOUNIER, Bolívar (ed.). **O futuro da abertura**, Cortez Editora, São Paulo: 1981.

GIRARDERT, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOES, Waldér de. **O Brasil do General Geisel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MOTTA, Marly Silva da. **Grandes Vultos que honraram o Senado - Teotônio Vilela**. Brasília: Senado Federal/FGV, 1996.

OLIVEIRA, Nilton de. **Eu fui testemunha: vinte anos de política**. Maceió: Ed. Universitária UFAL, 1979.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Maceió, 1995.

WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco**, 1986. São Paulo: CEBRAP, 1972.





Lily Lages

Primeira mulher no Parlamento alagoano

Solange L. Chalita

Lily Lages é uma brava alagoana que orgulha a terra onde nasceu. Uma grande vocação orientou-a ao exercício da Medicina e ao Magistério Universitário. Também se dedicou à causa feminista, tendo fundado em 1932, a Associação pelo Progresso Feminino. Engajada na militância política, foi a primeira mulher eleita deputada no Estado de Alagoas.

Para realizar seu ideal humanitário através da Medicina, Lily Lages teve de enfrentar os preconceitos existentes no Brasil, contra a profissionalização da mulher, na primeira metade do séc. XX.

Graças à vontade férrea que sempre lhe dirigiu os passos, à capacidade intelectual, independência de espírito e

firmeza de caráter, conseguiu ir vencendo os obstáculos interpostos pela sociedade à realização de seus projetos de vida. Os primeiros louros da vitória, alcançou-os, quando se doutorou, na Faculdade da Bahia, em 1931, distinguida com a Medalha de Ouro "Alfredo Britto".

O tempo decorrido entre seu nascimento à Rua Tibúrcio Valeriano n. 24 e a instalação de seu primeiro consultório de oftalmolaringologia, à Rua do Comércio n. 235, em 1931, caracterizou-se pela construção de sua forte personalidade, predestinada à luta e ao trabalho, consolidada vida afora, nas múltiplas oportunidades que lhes exigiram demonstração de caráter e fibra.



CAPÍTULO XVIII

Lily Lages



A médica

Filha de José Gonçalves Lages, comerciante e deputado e de Maria das Dores (Marieta) Salgado Lages e irmã de Abeillard (comerciante), José (médico), Afrânio (advogado), Armando (médico), Lily foi batizada com o nome de Maria José. A adoção do gracioso apelido deveu-se à iniciativa de uma freira do Colégio Santa Gertrudes, em Olinda, onde a menina prosseguia com talento os estudos iniciados no Colégio Coração de Jesus de D. Ana Prado, em Maceió.

Ao contrário do que se podia esperar de uma filha única mimada, Lily adaptou-se muito bem ao internato das educadoras beneditinas com quem pôde saciar a primeira sede de conhecimentos, estudando várias disciplinas, inclusive Língua Alemã.

Na correspondência trocada entre Olinda e Maceió, percebe-se o empenho com que a adolescente se entregava ao estudo. Seu devotamento, mais do que um gosto, era antes um ideal precocemente perseguido. As atitudes da mulher corajosa, da médica brilhante e dedicada, da feminista lutadora, da deputada engajada nas causas dos indefesos e defensora das mulheres e crianças, já se vislumbravam na coragem, na tenacidade, na força moral exibidas em seus pequenos atos cotidianos.

A pequena Lily, a quem Ana Prado dissera não ter mais nada a ensinar, a teimosa Lily, repreendida pelas beneditinas por estudar à noite, enquanto as colegas dormiam, transformara-se na acadêmica aprovada no vestibular da Faculdade de Medicina da Bahia, desafiando as opiniões preconceituosas vigentes no meio social maceioense, na década de 20.

Além da preocupação de dar conta da vocação cedo definida, ela atribuíra a si um outro tipo de responsabilidade: a de mostrar a todos que a mulher não iria se masculinizar pelo fato de exercer a Medicina - tese conservadora sustentada por muitos junto a sua família - mas que, ao contrário, ao profissionalizar-se, estaria desenvolvendo aptidões inerentes ao ser humano, independentemente do sexo. Tinha convicção de que o aperfeiçoamento intelectual da mulher, sua profissionalização e engajamento no processo produtivo à sociedade seriam conquistas das mais importantes no mundo moderno.

Cônsua de tantas atribuições, Lily Lages enveredou pela vida acadêmica, acompanhada de seu irmão José, a quem o pai confiara a missão de seu anjo da guarda.

Já no trote universitário, fizera-se notar discursando em nome dos recém-chegados, proeza que lhe valeu o apelido

de "gata Angorá", certamente inspirado em seus belos olhos verdes.

A seriedade com que encarou a formação superior, num dos maiores centros de estudos médicos do País, traduziu-se nos êxitos gradativos, obtidos durante o curso onde teve oportunidade de seguir as lições de grandes expoentes da escola de medicina baiana, na época.

Especializou-se em Otorrinolaringologia e doutorou-se com a tese Infecção Focal e Surdez, que lhe valeu da douda Congregação universitária o prêmio Alfredo Britto, conforme parecer constante de Ata, datada de 21/06/1931.

Legalmente habilitada ao exercício da profissão, a nova médica chega a Maceió trazendo uma bagagem considerável de conhecimentos adquiridos nas aulas teórica e prática, pois havia estagiado em hospitais baianos, tendo se destacado pelo amor ao trabalho clínico, gosto pela pesquisa e dedicação ao doente.

Seu consultório, equipado com moderna aparelhagem, ocupava o 1º andar do prédio recém-construído da Loja

América. Do primeiro cliente, Luís Lavenère, recebeu o incentivo de uma crônica, em periódico local, intitulada Dedicção silenciosa. A preocupação com a Medicina social levou-a ao Dispensário José Duarte onde atendia gratuitamente, às segundas, quartas e sextas-feiras.

Presa aos laços intelectuais baianos, foi nomeada assistente honorária da cadeira de Clínica Otorrinolaringológica da Faculdade de Medicina da Bahia, em 30 de dezembro de 1932, cargo que ocupou

até prestar concurso de docente livre na mesma especialidade, em 1936.

Nesse mesmo ano, foi nomeada pelo presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, delegada do Brasil ao III Congresso Internacional de Otorrinolaringologia a se realizar em Berlim.

Com 29 anos, Lily impressionou os quadros da Medicina mundial. Todas as portas lhe foram abertas ao saudar os congressistas, em nome da América do Sul, em alemão. Esse encontro lhe permitiu o diálogo profícuo com grandes mestres dos E.E.U.U (Proetz), Lemaitre, Soulas e Clauoué (França), Sir Saint Clair Thomson (Inglaterra), entre outros muitos das 44 nações presentes ao conclave. Em seguida, ela viajou com objetivos científicos a outros países e, findo o circuito europeu, voltou a Maceió para reativar o consultório e retomar outras atividades desenvolvidas no campo social. O anseio de novas experiências profissionais fê-la transferir-se para o Rio de Janeiro, onde passou a residir a partir de 1938.



Bodas de Prata de Marieta e José Gonçalves Lages com os filhos: Abeillard, Lily, José, Afrânio e Armando, em 04/10/1927.



CAPÍTULO XVIII

Lily Lages



A feminista

A convivência, durante o período de estudo médico em Salvador, com a liderança feminista baiana, colocou Lily em contato com o movimento organizado em favor dos direitos da mulher.

De consultório instalado em Maceió, a jovem doutora resolveu dedicar-se, também, às lutas feministas, apoiada por um expressivo grupo de companheiras da sociedade local. No dia 13 de maio de 1932, no Salão Nobre do Instituto Histórico, tomou posse a 1ª diretoria da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, na qual ela figurava como presidente efetiva, cargo ocupado, por reeleições sucessivas, até 1935.

A Federação, que tinha como patrona a Princesa Isabel, passou a desempenhar influência marcante no meio alagoano, atuando no campo social, cultural e político. Às vésperas de seu 1º aniversário, o capitão Afonso de Carvalho, interventor federal em Alagoas, através do dec. 1.774, de 10/05/33, reconheceu-a de utilidade pública. Seu ato baseou-se no fato de considerar "importantíssimo o papel exercido pela mulher no seio das sociedades modernas, como fator preponderante de progresso e de aperfeiçoamento moral da humanidade". Assim, o poder público amparava a Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, filiada à Federação Brasileira, organizada nessa Capital com Estatutos aprovados, em sessão de 2 de outubro de 1932.

A eficiência das campanhas locais propagou-se pelo País. A 12 de outubro de 1933, Lily foi recepcionada pelas cor-religionárias, na sede da Federação Brasileira, no Rio de Janeiro, por ocasião das eleições da diretoria central. A abertura dos trabalhos esteve a cargo da Sra. Bertha Lutz. Após a saudação de Maria Luíza Bittencourt (Bahia), a feminista alagoana, num eloquente discurso, prestou contas de sua atuação.

Entrevistada pelo Jornal do Brasil, foi enfática:

"Tenho a segurança de que a mulher triunfará sempre e que resume uma força estupenda de ação, com o direito, portanto, de interferir mais assídua e intimamente no trabalho de reorganização das nossas leis e códigos, reparando as injustiças dos homens e defendendo os princípios fundamentais da imprescindível e urgente renovação social."

Nesse mesmo texto, lê-se a programática do movimento que Lily Lages teve oportunidade de expor à imprensa do sul, ressaltando pontos de interesse máximo, tais como: independência econômica do sexo feminino, base imprescindível à realização de qualquer outra aspiração; desenvolvimento intelectual

da mulher; lições sistemáticas de puericultura nos estabelecimentos de ensino secundário; necessidade dos governos de cuidarem com maior energia e decidido ânimo do problema da maternidade, valorizando o capital humano, diminuindo a mortalidade infantil, melhorando a saúde da população; dever do Estado de ajudar a iniciativa privada para incrementar estabelecimentos de assistência materna; ajuda do Governo Federal a instituições estaduais de proteção e assistência à infância; preocupação com o problema do menor abandonado; obrigatoriedade do exame pré-nupcial; luta contra a sífilis, tuberculose, o mal de Hansen, o álcool, os entorpecentes, etc.; organização de um serviço de Assistência Social entregue à direção feminina.

Mas a Federação não era apenas uma plataforma de ideias. Estava voltada, desde sua fundação, para a prática da assistência social e sanitária. Atendia à Colônia de mendigos de Santo Antônio dos Pobres no Vergel do Lago; comemorava, anualmente, o Dia das Mães, distribuindo enxovais, berços e brindes às matriculadas no serviço de higiene pré-natal da Saúde Pública; festejava o Dia da Criança na Praça da Catedral, distribuindo material escolar.

De todas as atividades assistenciais promovidas pela entidade pró-feminismo, nenhuma teve tanta repercussão quanto sua participação na Fundação Liga Alagoana de Assistência aos Lázaros e de Defesa contra a Lepra, em 3 de janeiro de 1934.

O aprimoramento intelectual da mulher, indispensável ao desenvolvimento da sociedade, foi uma das metas prioritárias da Federação. Lily Lages e suas companheiras de luta realizaram uma série de iniciativas, visando à capacitação intelectual feminina. Além de visitas incentivadoras a agremiações e promoção de conferências sobre temas da atualidade organizaram, durante anos sucessivos, cursos gratuitos noturnos para associ-



Dra. Lily Lages na clínica do prof. Wullstein em Würzburg (Alemanha), em 1961, entre o Dr. Wang (China) e o prof. H.H. Naumann.



CAPÍTULO XVIII

Lily Lages



adas ou pessoas que não podiam pagar. Eventos artísticos completavam o programa cultural da dinâmica instituição.

As reivindicações feministas para a médica alagoana só poderiam ser conseguidas através da política, razão por que a mulher devia participar da vida pública, interferir no trabalho de reorganização das leis e códigos, "reparando as injustiças dos homens, os princípios fundamentais da imprescindível e urgente renovação social".

Havia uma mobilização legislante nacional e o sexo feminino, atento ao que se passava no País, procurava interferir nas leis em estudo, pressionando o Governo Federal através das associações da classe.

Em 15 de novembro de 1933, o Governo Provisório enviou à Assembleia Constituinte Nacional o anteprojeto da Constituição Federal.

A Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, liderada pela entidade central, acompanhou de perto a elaboração da nova lei fundamental, na qual deveriam ser incluídos preceitos relativos à capacitação da mulher e proteção a seus direitos. Graças ao empenho das feministas brasileiras, várias conquistas foram assim incorporadas à Constituição aprovada a 16 de julho de 1934, tais como direito à nacionalidade, igualdade política, direito de ocupar cargos públicos, igualdade salarial, licença-maternidade remunerada, medidas assistenciais às mães desvalidas e às

crianças, direção feminina de serviços assistenciais.

A mulher brasileira, consciente de seus problemas, cada vez mais certificava-se de que o engajamento político era o único caminho capaz de levá-la a resultados efetivos no campo social. Alagoas, sintonizada com a modernidade, participava desse anseio disseminado em todo o País.



Lily Lages preparando uma peça anatômica, a fim de ilustrar uma aula para a Faculdade de Medicina.

A deputada

A 27 de novembro de 1934, o Tribunal Regional Eleitoral tinha concluído a apuração das últimas eleições complementares do pleito de 14 de outubro. Maria José Salgado Lages (Lily Lages) fora sufragada com 13.891 votos no 2º turno.

A entrada da 1ª deputada à Assembleia Constituinte do Estado de Alagoas teve repercussão nacional, acontecimento noticiado com destaque pela imprensa do sul. Era, sem dúvida, uma vitória do feminismo e, particularmente, de quem, há tanto tempo, vinha preparando um caminho que lhe permitisse realizar conquistas definitivas de natureza social. A Federação pelo Progresso Feminino representou o início da tarefa. Sua complementação dar-se-ia na Câmara, onde a deputada alagoana contribuiu com dez emendas à Constituição Estadual, todas elas visando aos interesses do povo alagoano.

Após as eleições de 1934, instalada a Constituinte, tratava-se de redigir a Carta Magna do Estado de Alagoas, discuti-la, emendá-la, aprová-la e promulgá-la trabalho a que se dedicaram os deputados escolhidos para esse fim pela sociedade alagoana.

Nesse contexto, Lily Lages (sufragada com o nome de Maria José) deu uma importante contribuição como legisladora. Os argumentos com que sustentava suas reivindicações em prol da coletividade ora se manifestavam em eloquentes discursos na tribuna da Câmara, ora eram exarados em documentos escritos onde a médica e a lite-

rata se afinavam.

No capítulo referente ao funcionalismo público, ela interferiu em favor da aposentadoria para os inválidos por acidente, ocorrido no serviço, ou inabilitados por serviços incuráveis com vencimentos integrais e protegeu os afetados por doenças contagiosas.

Graças à ação efetiva da deputada, foram concedidos à funcionária gestante vencimentos integrais, durante três meses de licença para fins de maternidade.

Assim, no capítulo da Ordem econômica e social, da lei estadual, Lily permaneceu vigilante à proteção da mulher e da criança. Sua inovação disse respeito à destinação



Lily Lages, primeira mulher eleita para a Assembleia Legislativa, e deputados após cerimônia de posse em Maceió.



CAPÍTULO XVIII

Lily Lages



de 7% das rendas do Estado ao Serviço de Saúde Pública. A emenda foi fundamentada em uma análise crítica da precária situação sanitária regional, configurada com cores tão fortes que até mesmo a oposição apoiou o pleito. Também advogou o amparo à maternidade e à infância, propondo para esses serviços a aplicação de 3% das rendas tributárias do Estado.

Ficaram-lhe agradecidos os habitantes de São Braz, Junqueiro e Belo Monte, por ter ela conseguido restituir a autonomia dessas localidades, votada na nova Constituição.

Sua vigilante militância permitiu-lhe atuar, ainda, em outras relevantes questões, tendo lutado pela obrigatoriedade de concurso aos pretendentes a cargos na Saúde Pública e se devotado à infância abandonada. Engajou-se, tam-

bém, na campanha em prol da construção do Porto de Jaraguá. Chegou mesmo a desempenhar missão política fora do Estado, ao participar da Convenção do Partido Social Democrático, realizada na Bahia, em 1937. Defendeu a candidatura de José Américo de Almeida e sua fala arrancou aplausos da audiência, especialmente quando enfocou o problema do petróleo.

A missão política de Maria José Salgado Lages encerrou-se no final de 1937, tendo a intrépida parlamentar deixado uma contribuição decisiva às conquistas da mulher alagoana, à organização da saúde pública do Estado, à proteção dos indefesos e, sobretudo, à plasmação de uma consciência social mais humana e mais justa.

Atividades profissionais no Rio de Janeiro

Lily Lages transferiu-se, em 1938, para a Capital federal, em busca de novas experiências profissionais. O primeiro passo consistiu na instalação de consultório, na avenida Rio Branco, onde a clínica particular foi crescendo, paralelamente ao reconhecimento de sua competência no campo da otorrinolaringologia.

De 1942 a 1962, ensinou Anatomia na Faculdade Nacional de Medicina. Em 1949 ministrou curso de Antropologia Física no Museu Histórico Nacional, a convite de Heloísa A. Torres.

Aprovada em 1º lugar em concurso público, na especialidade de Clínica Otorrinolaringológica, foi nomeada, em 1950, médica do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Depois de 11 anos na chefia desse serviço, afastou-se da função por força de injunções políticas, tendo retornado ao cargo em 1969. Representando o IAPI, no II Congresso Americano de Medicina do Trabalho, apresentou a monografia Otologia Legal e do Trabalho.

Em 1956, viajou ao Exterior a convite do Hospital Czerny da Universidade de Heidelberg e, em 1957, tomou parte no VI Congresso de Otorrinolaringologia em Washington (EUA). Em 1961 participou, com trabalhos científicos, de congressos médicos na França e na Alemanha.

Dando prosseguimento à carreira universitária, em 1971, tornou-se professora-adjunta de Otorrinolaringologia na Faculdade de Medicina da UFRJ onde, em 1975, lhe foi conferido, mediante aprovação em concurso, o título de Docente Livre de Otorrinolaringologia e o Diploma de Doutora em Medicina pela defesa da tese, intitulada OZENA.

Vivendo no Rio de Janeiro, colheu os frutos de uma existência participativa, intensamente dedicada ao bem-estar dos semelhantes.

Afastada da prática da Medicina, sobrava-lhe tempo para reencontrar a vocação literária, manifestada quando se associou à Academia Guimarães Passos, em Maceió, em 1931. Produto dessa reativação da arte da escrita são os ensaios Olhos e Olhares (obsessão de Machado de Assis, J. Guimarães Rosa e dos machadianos Afrânio Peixoto e Estácio de Lima) e Beethoven no Mundo do Silêncio, publicado pela Folha Carioca Editora, em 1944.

Recebeu muitas homenagens em reconhecimento às causas que defendeu. Em 1986, o Museu da República, no Rio, concedeu-lhe a medalha de Honra ao Mérito pela sua coragem e luta em defesa da mulher.



Lily Lages homenageada pela Academia Alagoana de Medicina em 1997.

Em 1997, esteve em Maceió, a convite da Academia Alagoana de Medicina, para autografar o livro, Arthur Ramos e sua luta contra a discriminação racial.

Durante essa visita, foi-lhe conferida a Medalha do Mérito "Jorge de Lima" pelo governador Manoel Gomes de Barros, por ter sido a primeira mulher a exercer mandato eletivo, na condição de Constituinte do Estado de Alagoas, em 1934; de ter fundado e sido presidente da Federação pelo Progresso Feminino de 1932/1935; e por ter prestado relevante contribuição às culturas alagoana e brasileira.

A médica e escritora faleceu no dia 30 de novembro de 2003, no Rio de Janeiro.



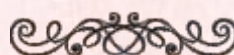
SOLANGE L. CHALITA

Mestra em Letras pela Universidade Federal de Alagoas, pertence aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano e da Academia Alagoana de Letras.

Fontes Bibliográficas

LAGES, Solange. **Lily Lages (biografia)**. Maceió: Sergasa, 1978.

GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grota**. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970.





Joaquim Leão

Defensor dos desvalidos e líder dos retalhistas

Anilda Leão

Na história da política alagoana poucas são as figuras que não pertenceram às famílias tradicionais ou que defenderam nas funções públicas que ocuparam os interesses dos mais necessitados, os chamados excluídos. Igualmente no que diz respeito aos pequenos comerciantes que passaram a descobrir, na época em que vivemos, a sua força com a emergência das médias e microempresas e dos lojistas, exigindo respeito aos seus direitos e uma legislação especial. É uma pena que tenhamos uma memória tão desprezada, uma vez que essas conquistas de hoje só foram possíveis porque existiram pioneiros pela causa desse segmento tão importante na economia.

Joaquim de Barros Leão é uma figura atípica e real-

mente fascinante no elenco dos parlamentares que se sobressaíram em suas trajetórias social e política. Filho de modestos agricultores que lavravam a terra com seus dezenove filhos, passou da enxada para caixeiro de um balcão de casa comercial no Interior do Estado conseguindo, depois, com muito sacrifício, instalar uma pequena loja de ferragens. Estabilizado na sua dura faina, nunca esqueceu de suas origens humildes.

Aflorando seu prestígio na comunidade e sua capacidade de servir, ingressou na política tornando-se, em pouco tempo, uma grande liderança entre os médios e pequenos comerciantes, ocupando uma cadeira no Palácio Tavares Bastos em duas legislaturas.



CAPÍTULO XIX

Joaquim Leão



Comerciante e Político

Comerciante, político, membro respeitado na sociedade em que viveu, chefe de família exemplar, Joaquim de Barros Leão jamais usufruiu de privilégios proporcionados pelas funções públicas que exerceu, seja na política ou nos órgãos de classe em que esteve à frente.

Amigo de seus amigos, honrado e digno, assim foi esse líder alagoano, cidadão nascido na histórica cidade de União dos Palmares.

Foi um deputado ativo, corajoso, cheio de ideias, que representou com denodo a sua classe chegando, depois, a ocupar o cargo de prefeito de Maceió, onde mostrou sua capacidade de administrador operoso.

Trouxe várias melhorias para o anquilosado mundo econômico local. Idealizou e fundou a Cooperativa Banco dos Retalhistas. Juntamente com Cherubim Helcias e Baltazar de Mendonça fundou a Aliança Comercial dos Retalhistas. Como presidente daquela instituição criou uma escola primária que foi, posteriormente, transformada por Artur Bulhões em Escola de Comércio. Lutou e conseguiu prédio próprio para a instituição de classe que representava.

Seu devotamento à filantropia era reconhecido pela comunidade. Como admirador de Allan Kardec, que dizia que "fora da caridade não há salvação", procurava sempre alternativas para prover os necessitados. Dirigiu o Orfanato São Domingos durante quase duas décadas e meia, quando aquela instituição viveu uma fase de grande progresso, trabalhando com ele uma equipe de espíritas, à

frente Odilon Canuto e Coelho Neto.

Foi membro do Conselho de Representação da Escola Técnica Federal, por nomeação do então presidente Juscelino Kubistchek, tendo sido presidente desse Conselho. Representou a Escola Técnica em seminários sobre ensino. Atuou, ainda, como membro do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Alagoas - Produban. Expunha suas ideias na Imprensa, chegando a ocupar o cargo de secretário do Jornal de Alagoas durante alguns anos. Foi atuante associado do Rotary Clube de Alagoas e membro de outras instituições beneficentes, como o Lar das Velhinhas. Frequentava o Centro Espírita "William Crookes". Como prefeito da Capital o que mais o popularizou foi o aumento das pensões de viúvas e órfãos e a instituição de pequenos empréstimos para os funcionários, não ter aumentado nem criado impostos ou taxas e ter deixado além das obras físicas, como pavimentação e melhoria dos prédios públicos já existentes, um saldo no tesouro municipal na ordem de quatro milhões.

Sem meias palavras ou circunlóquios Joaquim Leão passa a figurar na galeria dos parlamentares alagoanos com uma folha de serviços irrepreensível, representante do comércio e dos menos favorecidos, exemplo típico do homem comum, que detém a noção de destino dos heróis gregos que o leva a ultrapassar as dificuldades em nome da dignidade e da capacidade de servir ao próximo. Vejamos, adiante, outros detalhes da vida desse deputado estadual que honrou o Parlamento alagoano.



Deputados reunidos com Manoel de Góes Monteiro, debatendo sobre a eleição para primeiro governador constitucional do Estado, em 1935.



CAPÍTULO XIX

Joaquim Leão



O menino de União

Joaquim de Barros Leão nasceu na Fazenda Riacho Seco, situada cerca de seis quilômetros da sede do município de União dos Palmares, no dia 28 de agosto de 1895, filho do pequeno fazendeiro José de Barros Leão, conhecido como Zé Quartel e de dona Rosa, ambos semialfabetizados e pais de outros dezoito filhos.

A prole ajudava os pais no fornecimento de cana-de-açúcar para a Usina Serra Grande, e à maioria iria permanecer sempre na lida com as coisas do campo. O menino Joaquim, porém, sonhava com a Capital e horizontes maiores. Tinha sede de saber e de frequentar melhores escolas. Nunca teve gosto para a enxada e era difícil vê-lo limpando o canavial, como faziam os irmãos e, mesmo o pai, que se misturavam aos trabalhadores, de modo que era difícil saber quem era patrão e quem era empregado.

Assim, quando acabava de carregar os burricos com as latas d'água apanhadas num poço e enchia os grandes potes de barro da sala de jantar, ele pegava os livros e largava a pé pela estrada para ir à escola mais próxima, no povoado de Caçamba, já nos arredores da cidade palmarina. Apesar dos esforços, jamais conseguiu ir além dos estudos primários pois, aos dez anos, já estava atrás dos balcões de uma loja em São José da Lage, permanecendo na cidade vizinha até a maioridade. Foi ali que veio a conhecer e namorar aquela com quem iria se casar, Georgina Neves.

Depois de casado, com a ajuda do pai e de algumas economias que conseguiu juntar, realizou um velho sonho: transferiu-se para Maceió, instalando-se no Mercado Público com uma pequena loja de tecidos.

Alguns anos mais tarde, já com três das sete filhas que tivera, fundou a Casa Leão, especializada em ferragens, localizada na antiga rua do Açougue, hoje avenida Moreira Lima.

Sabendo fazer amigos, tendo uma conduta sempre correta, adquiriu logo muito crédito no comércio local e, dentro em pouco, era um dos mais conceituados e influentes comerciantes de Alagoas. Sua loja de ferragens tornou-se, então, uma das mais prósperas da cidade.

Era a voz das classes produtoras e, por várias ve-



Usina Serra Grande recebia a cana-de-açúcar plantada na propriedade da família de Joaquim Leão.

zes, representou o Comércio em congressos e eventos no sul do País. Esteve em Araxá (MG) e em Teresópolis (RJ), dissertando sobre assuntos econômicos, quando surpreendia pelo conhecimento que tinha do assunto. Muitos pensavam que era formado. A esses dizia com simplicidade mas, também, com orgulho, que era apenas um analfabeto que gostava de ler.

Durante o Governo Luiz Cavalcante, quando os comerciantes protestavam contra os elevados impostos e taxas, nas chamadas "correntes" que caíam, principalmente, sobre os pequenos negociantes; quando os fiscais invadiam acintosa e bruscamente os estabelecimentos comerciais, Joaquim Leão cerrou as portas de sua loja por vinte e quatro horas em sinal de protesto. Como continuassem as arbitrariedades resolveu encerrar, definitivamente, as atividades comerciais e, com isso, talvez tenha começado a morrer aos poucos. Era o ano de 1962.

Tendo cerrado as portas da Casa Leão, Joaquim foi convidado a dirigir o Fomento Agrícola de Alagoas, órgão da Secretaria de Agricultura.

O político

Deputado estadual constituinte por dois mandatos, Joaquim Leão lutou ardorosamente pela sua classe, principalmente em defesa dos pequenos comerciantes contra a elevação dos impostos e taxas que sempre pesam mais para os mais humildes. Tornou-se um líder respeitado pela classe.

Na tribuna da Assembleia Legislativa enfrentou, com outros bravos companheiros como João Carlos Albuquerque, Inácio Gracindo, Lima Júnior, Albino Magalhães, Lily Lages, Mello Motta, Mário Gomes de Barros, Rodrigues de Melo, Quintela Cavalcanti, Afrânio Lages, entre outros, a

fúria dos governantes de então. Sempre destemido, lutou contra o banditismo no Sertão e, por várias vezes, escapou de ser atingido em tiroteios, quando fazia comícios pelo Interior do Estado. Certa feita, foi armado um complô, por um tal tenente Gastão, que visava a eliminá-lo em virtude das denúncias que fazia na tribuna.

Durante seu segundo mandato na Assembleia Estadual, por ousar contrariar os interesses dos déspotas de então, teve a casa apedrejada com paralelepípedos, tendo sido atingida uma de suas filhas, além da esposa, que se encontrava doente, ter agravado seu estado de saúde.



CAPÍTULO XIX Joaquim Leão



O administrador

Prefeito nomeado de Maceió no Governo Arnon de Mello, ficou no cargo apenas quinze meses, quando foi substituído pelo coronel Lucena Maranhão, através das urnas. Apesar do pouco tempo na Prefeitura, conseguiu realizar um trabalho importante, principalmente no que se refere a restaurar o crédito da municipalidade que, no momento, andava tão desacreditada que não conseguia comprar sequer uma caixa de fósforos no Comércio de Maceió.

Ainda conseguiu realizar, entre outras, as seguintes obras: garagens e oficinas para a Prefeitura; duas pontes, uma ligando a Estrada Nova (hoje Avenida Comendador Leão) à Mangabeira e a outra no Distrito de Carrapato; pavimentação das ruas Agerson Dantas, Zadir Índio, Senador Luiz Torres, Libertadora Alagoana, Uruguai, Vieira Peixoto e parte da Rua Formosa e Avenida Gustavo Paiva, casa para o administrador do Mercado Público; repavimentação das praças Floriano Peixoto e D. Pedro II, além da Avenida Moreira Lima, entre outras; restauração do Frigorífico Municipal; reforma do Montepio dos Servidores Municipais; implantação da merenda nas escolas públicas; construção de uma lavanderia pública no bairro de Ponta da Terra.

Não criou nem aumentou os impostos ou taxas e, ainda, deixou para o sucessor uma boa quantia nos cofres do Município. Para isso, tomou atitudes antipáticas, mas necessárias, como a de demitir quase a metade dos funcionários da Prefeitura, a maioria ociosos, muitos apadrinhados por políticos que os haviam enxertado nos últimos dias da administração anterior.

A medida, justa, provocou, no entanto, uma onda de antipatia que, bem explorada pelos adversários, contribuiu, certamente, para que fosse derrotado pelo coronel Lucena Maranhão nas eleições que se seguiram. Os eleito-

res não souberam avaliar a luta para colocar em ordem as finanças do Município.

Sem ter tido a oportunidade de realizar seus planos maiores, entre eles o de ligar o Centro ao Farol através de um elevador (nos moldes do Lacerda, de Salvador), no local onde hoje se situa a Ladeira do Cortiço, ou de urbanizar a orla da Lagoa Mundaú, além da construção de um grande parque para as crianças, Joaquim Leão deixou o cargo amargurado, frustrado por não ter podido concretizar o que imaginara para a cidade. Os sonhos que tinha para o segundo mandato, um mandato completo, não tiveram continuidade nas administrações que se seguiram.

Decepcionado com os negócios e com a política Joaquim Leão, até o fim dos seus dias, falava com tristeza dos sonhos não realizados. Quase recluso no casarão da Thomás Espíndola, o menino que nascera em Riacho Seco e sonhara com a cidade grande agora tinha saudade da gente simples da fazendinha onde vivera os primeiros anos. Decepcionado principalmente com gente que se dizia amiga e que o traía. Quem conhece a nossa política partidária sabe que a amizade nem sempre é o valor mais considerado. E citava Platão: "A justiça seria simples se os homens também fossem simples".



Joaquim Leão, com professores e alunos do Orfanato São Domingos (hoje Lar São Domingos), onde foi diretor por vários anos.

Outras Atividades

Joaquim Leão foi diretor do Orfanato São Domingos durante 22 anos, em três fases diferentes. Juntamente com um grupo espírita de homens e mulheres, fez aquela instituição, dedicada ao amor ao próximo, viver uma de suas melhores épocas. Presidente do Banco dos Retalhistas, foi conduzido a esse cargo quando a entidade enfrentava seus piores momentos, conseguindo, em pouco tempo, minorar a crise.

Sócio-fundador e presidente da Sociedade dos Retalhistas, tendo adquirido em sua gestão o prédio onde, até hoje, funciona na Rua Dois de Dezembro, ao qual foi dado seu nome.

Foi ainda membro da Associação Comercial de Maceió, da Previdência Alagoana, do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Alagoas, graduado da Maçonaria, sócio do Rotary Club, além de inúmeras instituições beneficentes.

Depoimentos

"Na década de 40, quando os navios brasileiros eram torpedeados pela tirania nazifascista, foi a voz corajosa de Joaquim Leão uma das primeiras a se insurgir, aqui em Alagoas, contra o temerário inimigo, clamando pela luta em defesa da nossa paz e da nossa honra ofendida. Esse corajoso parlamentar, pela vida dedicada à sua gente, merece das novas gerações um imorredouro reconhecimento pelo seu desprendimento e amor à pátria e às causas da liberdade"

José Bandeira

"Pondo de lado seus interesses comerciais, Joaquim Leão dedicava-se de corpo e alma às causas em favor de Alagoas. Tendo ameaçada a própria vida pelos poderosos de então, nunca alguém o viu temeroso de nada e frisava sempre que nenhuma violência o desviaria da luta em que se empenhava."

Arnon de Mello



CAPÍTULO XIX Joaquim Leão



Os últimos dias

Dissemos que Joaquim Leão começou a morrer quando fechou sua casa de ferragens, em 1962. Sete anos mais tarde sofreria um golpe ainda maior, com o falecimento de sua filha mais velha que, tendo vivido em São Paulo, voltara à casa paterna, juntamente com os filhos, após separar-se do marido. Dizia ele que sempre pedia a Deus para morrer antes de qualquer uma das filhas. Foi-lhe impossível, então, permanecer no velho casarão da Thomás Espíndola, cercado de mangueiras e do canto das cigarras.

A mudança para uma casa menor, na mesma rua onde morava sua filha mais nova foi a solução encontrada. Para lá mudou-se com Dona Georgina e viveu os últimos dias.

Voltado, desde cedo, às leituras espiritualistas aprofundou, nessa fase da existência, seus estudos sobre a doutrina kárdercista, sobre as coisas do outro lado da vida. Um dos seus lemas sempre fora a máxima que diz que fora da caridade não há salvação. Assim como havia percebido São Paulo, quando dizia: “Se eu falasse a língua dos anjos, se tivesse o dom da profecia, se penetrasse todos os mistérios, se tivesse fé a ponto de transpor os montes, se pudesse tudo isso mas, não possuísse o fundamental que é o dom da caridade, eu nada seria”. A caridade aí, colocada acima da fé, sim, pois ela está ao alcance de qualquer um, do ignorante, do avarento, do rico e do pobre.

Sentia-se alegre com a visita dos amigos e parentes, principalmente nas datas comemorativas, que eram sempre ocasiões especiais, quando era cercado pelas filhas, genros, netos, afilhados. Até o fim da vida soube manter o bom-humor; porém, a inatividade, o sedentarismo e o peso da própria idade já mostravam sequelas, a esclerose começava a confundir-lhe a mente.

Em agosto de 1976, no Dia dos Pais, Joaquim Leão, alquebrado pela doença, sofre uma queda no jardim de casa, quebrando uma perna. Dois meses depois, a 30 de outubro, vem a falecer aos 81 anos, deixando viúva dona Georgina de Barros Leão.

A maneira de ser da sociedade, as bases da política, os métodos de guerra, as reações da juventude, a escala de valores, tudo muda e nem sempre para melhor. Seria interessante que os jovens sempre tomassem conhecimento da vida dos grandes homens e dela tirassem bons exemplos, pois certamente pautariam suas condutas de maneira mais correta, às custas das experiências vividas por esses cidadãos. E assim como dizia Lauro Romero: “A vida humana é como um drama e só podemos julgar um drama, após descida a cortina”.

Meu pai dizia sempre o que pensava. Não aguentava injustiças, nem violências e arbitrariedades e, por isso mesmo, atacava, da tribuna da Assembleia Legislativa, o governante da época. Por esse motivo foi vilipendiado, caluniado, preso dentro de uma das salas do Palácio dos Martírios e ameaçado de morte. Alagoas deve, portanto, a Joaquim Leão, a sua libertação quando viveu uma das fases mais duras da sua história política. Graças à sua coragem, à sua palavra destemida, à qual se juntavam alguns de seus companheiros de bancada.

Homenagens

Durante a gestão de Dilton Simões na Prefeitura de Maceió, seu nome foi proposto, através de decreto-lei, para designar a praça conhecida como São Vicente, no Centro da cidade.

No dia 14 de março de 1983, era inaugurado pelo então governador Theobaldo Barbosa, o Conjunto Habitacional Joaquim Leão, no Vergel do Lago.



ANILDA LEÃO

Poeta, contista e cronista. Pertenceu à Academia Alagoana de Letras e ao Grupo Literário de Alagoas.

Fontes Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre a História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1989.

BARROS, Luís Nogueira de. **A Solidão dos Espaços Políticos**. Maceió: Sergasa, 1980.

VERA, J. Maria de Carvalho Vera (org.) **Alagoas 150 anos-1817-1967**. Maceió: DEC/Imprensa Oficial de Alagoas, 1967.

GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grota**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1970.

LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu Apimentado**. Maceió: Edufal, 1979.

LIMA JÚNIOR, Alfredo de Barros. **Alguns homens do meu tempo**. Maceió: [s.n.], 1976.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Maceió de outrora**. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1976.

MELO, Arnon de. **A campanha política de 50 em Alagoas**. Maceió: [s.n.], 1957.

PAES, Oséas Cardoso. **Nossa Luta no Parlamento**. Brasília: Senado Federal, v. I e II, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (Equipe Corinto Campelo da Paz). **Prefeitos de Maceió - Contribuição à História Política do Município**. Maceió: Igasa, 1983.

MOTTA, Lourival de Mello. **Retratos de uma época**. Maceió: Edufal, 1984.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal, 1995.





Sampaio Marques

Médico e político vitorioso

Tobias Medeiros

Os primeiros anos da República foram bastante tumultuados no Brasil. A ação de Floriano Peixoto consolidou o novo regime que, no entendimento do historiador Cruz Costa, “foi mais uma transformação de cúpula”. Deu-se a elevação dos políticos burgueses. As oligarquias se fortaleceram nos Estados prolongando-se até 1930.

Gabino de Araújo Bezouro foi eleito governador de Alagoas, em 20 de fevereiro de 1892. As desavenças constantes dos políticos e a deposição desse governante em 16 de julho de 1894 agravaram, ainda mais, a situação do Estado, pois os seus sucessores não aceitaram o cargo.

Reúnem-se os maiores políticos e aclamam uma Junta Governativa composta do Dr. Manoel Sampaio Marques, coronel José Tavares da Costa e Dr. Miguel Soares Palmeira, deputado estadual. Assim, o médico Manoel S. Marques, com apenas 28 anos, assume o cargo de governador, na qualidade de presidente da Junta. Foi um dos mais jovens chefes de Estado que se conhece.

Era, portanto, uma figura que se projetava em todos os segmentos sociais, já com certa experiência na arte da política iniciada na vida acadêmica. Moço estudioso, organizado, personalidade forte, austera, respeitada e muito querida. A esse respeito, o jornalista A. de Medeiros Gualter escreveu:

“Quando (ele) saía levava sempre o chapéu na mão, para poupar-se a cansa de tirá-lo a cada passo; ao vê-lo, potentados e humildes, todos, indistintamente, paravam para saudá-lo; os moços diziam: ‘Padrinho’ e o os idosos ‘Compadre’”. (Diário Carioca, ed. 13.07.51, p.7)

Essa figura admirada e simples nasceu às 17h30 do dia 24 de maio de 1866, em São Miguel dos Campos, cidade, à época, em franco progresso, numa região de campos férteis e bonitas paisagens. Era o primogênito do capitão Antônio Jeronymo Marques e sua esposa dona Jucunda Catharina de Sampaio Marques. Conforme anotação em “caderneta de família”, foi batizado em 11 de janeiro do ano seguinte pelo padre José Filipe, na Capela do Senhor Bom Jesus dos Martírios, em Maceió, onde seus pais residiam. Acontece, porém, que, no livro de Registro de Batizados da Paróquia de N.S. dos Prazeres, consta como celebrante desse ato litúrgico o padre José Vieira Marques.

Dr. Manoel Sampaio Marques, ilustre clínico, político e professor, foi deputado estadual, federal, prefeito de Maceió e secretário da Fazenda, além de ter ocupado outras funções pública e privada, sempre demonstrando honestidade, competência, sinceridade e abnegação.



CAPÍTULO XX Sampaio Marques



Vida estudantil e casamento

Maceió, mesmo com os esforços do presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (02.10.1868 - 22.07.1871), era uma cidade de ruas estreita e maltraçada surgida, espontaneamente, sem planejamento. Em 1905, os carros de boi ainda transitavam pela rua do Comércio, apesar da reclamação do Diário das Alagoas, primeiro jornal alagoano de circulação diária.

Em primeiro de julho de 1872, com seis anos de idade, Manoel, futuro acadêmico de Medicina, é conduzido à escola primária, pela primeira vez. Concluído o curso, submeteu-se aos exames preparatórios no Liceu Alagoano. Em 1885, vai estudar em Salvador na Escola Máter de Medicina do Brasil, onde se formaram João Francisco Dias Cabral, Ale-

xandre de Mello Moraes e Tomás Bonfim Espíndola.

Em 30 de setembro de 1890, defendeu a tese sobre Histeria no homem com brilhantismo, recebendo o título de doutor no dia 23 de novembro.

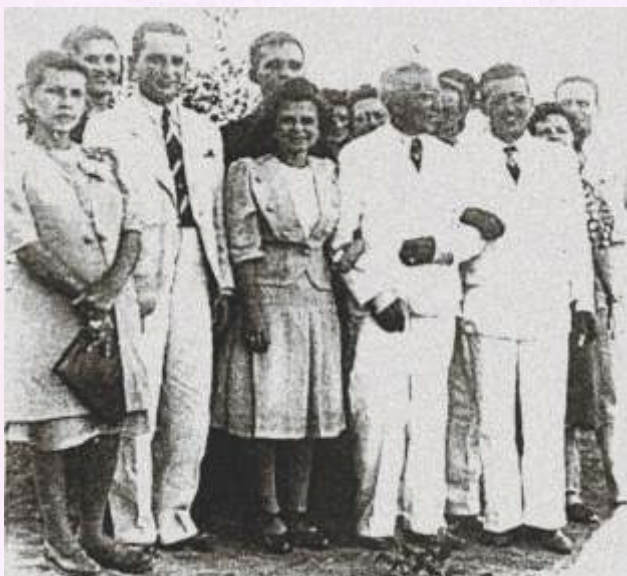
Exerceu com amor e competência a profissão sendo, sem dúvida, um atuante e marcante personagem da história da Medicina alagoana. Atendia aristocratas e pobres revelando o seu humanismo cristão sem distinção de clientes.

Em 1894, o médico Sampaio Marques casou-se com a prima legítima: Carolina, filha de João Correia Sampaio e Eulália E. Sampaio. O casal viveu feliz. Foram 27 anos em clima de compreensão recíproca. Os dois vieram a falecer na casa nº 306, na rua do Apolo, atual rua Melo Moraes.

Maceió ficou abalada com o desaparecimento da senhora Carolina, criatura caridosa, ocorrido às 19 horas do dia 22 de novembro de 1921. Sobre o acontecimento, o Jornal do Comércio, de 23.11.21, assim noticiou:

“Foi uma santa na verdadeira acepção do vocábulo. A pobreza batia-lhe à porta e seu coração magnânimo jamais lhe negou o pão, o amparo e o conforto espiritual.”

O clínico, político, professor e amigo do povo, considerado o Miguel Couto das Alagoas, Sampaio Marques faleceu às 17h15min do dia 2 de julho de 1951. Nos momentos finais, ladeado pelos mais próximos, pediu ao Dr. Antônio Marinho de Gusmão, considerado como filho, que lhe segurasse a mão num gesto de afeto, confiança e amor. O Estado perdia uma das maiores expressões políticas de seu tempo. Seu nome, portanto, deve ser sempre lembrado, pois foi um verdadeiro exemplo às atuais e novas gerações.



Dr. Sampaio Marques e familiares.

Professor e diretor do Liceu Alagoano

O tradicional Liceu Alagoano, fundado em 1849, formou muitas gerações de jovens. Casa de Ensino que sempre buscou educar o aluno dando-lhe condições e coragem para solucionar as dificuldades existenciais.

A passagem de Sampaio Marques, na qualidade de professor de várias disciplinas e diretor, depois de jubinado em 1926, engrandeceu a instituição. Ele soube transmitir os conhecimentos científicos aos estudantes. Era exigente nas matérias que lecionava. Docente que muito elevou o nome do educandário, em virtude de suas atitudes justa e corajosa. Muitas turmas concluintes, gratas, prestaram-lhe homenagens, reconhecendo seus valores. Mestre e educador consagrado pela intelectualidade de seu tempo. Seu nome está gravado no frontispício do Grupo Escolar, em São Brás (AL). Foi o reconhecimento do Poder Público que compreendeu o empenho

do educador estimado e dedicado à mocidade alagoana. Os alunos estimavam e admiravam o mestre. As dedicatórias dos retratos comprovam:

“À mais brilhante estrela do firmamento médico alagoano, uma pálida lembrança do aluno Plátão da Silva Moraes.”

“Mesmo que o tempo, na sua faina destruidora, destinja esse retrato do mais humilde dos seus alunos, guarde-o como viva demonstração da afetiva amizade que o mesmo lhe consagra, devido às suas superiores qualidades de espírito e coração. É isso, simplesmente, o que, sem tartamudear, como costuma fazer nas suas eruditas aulas, tem para lhe dizer o: Mendonça Braga.”
(Do álbum ofertado ao professor).



CAPÍTULO XX Sampaio Marques



Parlamentar e prefeito da Capital

Crescia o prestígio do médico Sampaio Marques cuja profissão abraçou com tanta devoção que, logo cedo, tornou-se admirado por toda a sociedade. Curvou-se aos acenos da política, rendendo-se aos apelos dos amigos. Foi fácil, por isso, ser eleito deputado estadual na terceira legislatura (1895-1896).

Continuando na lide política, filiado ao Partido Republicano, elege-se com 968 votos, Prefeito (Intendente) da Capital, de acordo com a ata da sessão do Conselho Municipal de 18.07.1904. Em tão pouco tempo revelou capacidade para administrar, sobressaindo-se como um dos melhores governantes da municipalidade.

O Departamento Municipal de Estatística, no Álbum dos 50 anos de administração municipal (1889-1939) memorizou, para a posteridade, que a administração dele foi



O jovem Sampaio Marques.

uma das mais profícuas. Foi o primeiro prefeito a se preocupar com a arborização e o transporte urbanos. Tomou medidas sérias e “revolucionárias” para acabar com as casas de taipa e de biqueira. Exigia a frente de tijolo e platibanda das residências, obedecendo ao alinhamento das ruas. Programou os primeiros dados estatísticos, reformou o mercado e o matadouro públicos e construiu a praça Euclides Malta (atu-

al Sinimbu). Deu primazia à limpeza urbana, acabando com o lixo encontrado às portas das casas. Empenhou-se com o serviço das sarjetas. Ele mesmo escreveu na Mensagem ao Con-

selho Municipal:

O benéfico resultado desse pequeno melhoramento já se observa na rua do Comércio, no trecho compreendido entre a Farmácia Calmon e a praça dos Martírios, na travessa do Comércio até o Livramento, na antiga rua da Lama e, especialmente, no Boqueirão, onde, graças a esse modesto saneamento, já o transeunte não obtura as fossas nasais a evitar o odor produzido pela divisibilidade das matérias orgânicas que ali estacionavam em plena putrefação.

Na trajetória política, o povo, reconhecendo o valor desse administrador municipal e médico, elege-o deputado federal na sexta legislatura (1906-1908). Na Câmara Federal, “foi um dos que mais dignificaram o seu Estado no concerto brasileiro”, conforme escreveu A. de M. Gualter.

Outro momento político, em que se projetou o médico Sampaio Marques, foi nas eleições para presidente da República, quando Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa foram candidatos. O baiano, “Águia de Haia”, com seus discursos, empolgou a juventude brasileira, que lhe dera apoio. E ele queria ver o Exército fora da política.

As eleições se realizaram “ao sabor do Governo”. A vitória do general Hermes fora “fictícia”.

O nosso biografado, que apoiou Ruy Barbosa, fez um minucioso relatório sobre o processo eleitoral em Alagoas, demonstrando as graves irregularidades. E no memorial apresentado em 21.07.1910 ao Congresso Nacional, o senador Ruy Barbosa elogiou Sampaio Marques, que fora bem fundamentado no “magistral e admirável relatório”.

No Congresso Nacional, o deputado Sampaio Marques valia por toda a representação alagoana (5 deputados e 3 senadores) para Pinheiro Machado, segundo a afirmativa do jornalista A. de M. Gualter.

Eis alguns traços do perfil do parlamentar da Casa de Tavares Bastos, Dr. Manoel Sampaio Marques, homem que sempre tendo o poder político nas mãos, prestígio e inteligência, nunca diferenciou o tratamento para com os mais desprestigiados da sorte e esquecidos.



Ruy Barbosa recebeu o apoio de Sampaio Marques em sua campanha à presidência em 1910.



Praça Euclides Malta (atual praça Sinimbu), no final da primeira década do séc. XX: obra realizada durante a administração de Sampaio Marques.



CAPÍTULO XX Sampaio Marques



Jornais em cetim

Toda a Maceió, na data do aniversário natalício, 24 de maio, do Dr. Sampaio Marques, prestava-lhe homenagens, reconhecendo a nobreza de sua alma. Era o povo agradecido e leal tributando-lhe respeito e admiração. À sua residência, compareciam parentes, amigos e autoridades. As instituições, onde ele trabalhava, faziam alguma manifestação para testemunhar-lhe o reconhecimento de seu carinho e apreço.

À frente da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, construiu o pavilhão de cirurgia e maternidade que recebeu o seu nome. Muito se dedicou à instituição, quer como diretor do Serviço Médico ou provedor, demonstrando amor e ação. A referida Casa sempre mandava celebrar uma missa, que era assistida pelos diretores, funcionários, pessoas de

destaque da Capital, parentes e amigos. Após o ato religioso, o homenageado era cumprimentado pelos presentes e, em seguida, era servida uma grande mesa recheada com doces, salgadinhos, café e licores.

Ornamentava-se a Santa Casa com flores e ficava aberta para visitação pública. O aniversariante tinha tanto prestígio e amizade que o Correio da Tarde e o Jornal de Alagoas, às vezes, nesse dia, eram editados em cetim, trazendo seu retrato na primeira página, num sincero preito de estima e exaltação às suas virtudes.

Conforme escrevera Augusto Vaz Filho, ele "foi, inegavelmente, um apóstolo do bem distribuindo, com bondade e doçura, os frutos do seu apostolado entre os que necessitavam dos seus serviços médicos".



Acima, imagem da Santa Casa de Misericórdia de Maceió nos primeiros anos do século XX; ao lado, o pavilhão construído por Sampaio Marques e que recebeu o seu nome.



Dr. Sampaio Marques, com um casal amigo em Buenos Aires.

Na Casa das Alagoas e na maçonaria

O dinâmico e inteligente médico Manoel Sampaio Marques foi eleito sócio efetivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano em 10 de maio de 1892. Passou para o quadro de sócio honorário em 8 de março de 1927.

Na Loja Maçônica Perfeita Amizade Alagoana foi admitido no dia 12 de novembro de 1892. O médico Sampaio Marques deixou marcos de homem íntegro, trabalhador e generoso por onde passou. Conseguiu, assim, atingir o Grau 33 e foi grão-mestre, além de ter recebido outros títulos como Grande Inspetor Inquisidor 31, Membro Honorário da Loja Virtude e Bondade e Benemérito de onde ingressou.



TOBIAS MEDEIROS

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, pertence aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano e da Academia Alagoana de Letras.



CAPÍTULO XX Sampaio Marques



Fontes Bibliográficas

ALTAVILA, Jayme. **História da Civilização das Alagoas**. 5. ed. Maceió: Imprensa Oficial, 1967.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, v. VI, 2. ed, 1963.

CASTRO, Guiomar Alcides de. **São Miguel dos Campos**. 2. ed. Maceió: Gráfica e Editora Gazeta, 1991.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. 2. ed. Maceió: Sergasa, 1983.

COSTA, Cruz. **Pequena História da República**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

MARQUES, Manoel Sampaio. **Mensagem ao Conselho Municipal**. Maceió: Typ. da Empresa Gutemberg, 1907.

MORAES, Tancredo. **Resumo Histórico e Antropogeográfico do Estado de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1960.

PINTO, Geosélia da Silva. **História de Alagoas**. Maceió: Editora da UFAL, 1979.

VAZ FILHO, Augusto. **Alagoanos ilustres**. Maceió: [s.n.], v.2, 1962.





Manuel Valente de Lima

Jornalista, político e homem público

Bráulio Leite Júnior

Eu o recordo subindo, todas as tardes, a Ladeira da Catedral. Fisionomia séria, passadas larga e ritmada, roupa de linho, pequena pasta ou papéis que mais pareciam processos, presos em suas mãos. Muito conhecido e conhecendo muita gente, não parava de cumprimentar a quem passava ou lhe acenava.

Vinha naturalmente, findo o expediente da repartição ou mandato que exercesse, como se fosse um anônimo funcionário, sem direito a mordomias, após um dia de trabalho. Como prefeito ou deputado, procurador-geral ou delegado federal, cargos que desempenhou com respeitabilidade e competência, sempre agiu e se comportou como um simples,

um probo servidor público. Para casa, vinha sempre a pés e seus assuntos particulares ou da sua família eram tratados com singular discrição e descortêo de cidadão comum, sujeito a todos os trâmites ou requisitos da obrigatoriedade legal. Nunca se prevaleceu dos cargos que ocupou ou das inúmeras oportunidades surgidas para troca de favores ou vantagens pessoais, usufruindo do bem público ou das facilidades que o poder oficial confere.

Era um homem de caráter, bom cidadão, útil servidor público e exemplar chefe de família.

Foi um homem de bem e por isso serve de exemplo para os que conhecem sua história e enobrece a terra onde nasceu.



CAPÍTULO XXI

Manuel Valente de Lima



Maceió, início do século XX

Na segunda década do século XX, Maceió era uma cidadezinha doce e encantadora, apesar dos seus problemas. Suas ruas estreitas, suas meias-águas de tailpa e biqueira apertadas umas nas outras, suas raríssimas ruas calçadas com pedras irregulares, seus quase nenhum serviço sanitário, sua água não tratada causando doenças, sua luz elétrica deficiente que apagava à meia-noite. Nas noites de lua, a empresa de eletricidade não funcionava.

Seus prédios públicos eram contados a dedo, sobressaindo-se entre eles o Palácio do Governo, o Teatro Deodoro, o edifício do Tesouro, a Delegacia Fiscal, a sede da Intendência Municipal no Largo dos Martírios, a Recebedoria de Jaraguá, o Tribunal de Justiça, o Palácio do Arcebispo e a estação de trens da Great Western. Contava-se, também, o Palácio Velho com seu alto calçadão e o velho Farol plantado no altiplano do Jacutinga.

A Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos - CATU ligava o Centro da Cidade aos arrebaldes com transporte barato, mas vagaroso e os automóveis particulares e os de aluguel não iam além de duas dezenas. Possuir um deles era sinal de riqueza e nível social elevado das famílias mais abastadas.

O orçamento do Estado não chegava a dez mil contos de réis e o açúcar, responsável pela economia alagoana estava, como sempre, em crise porque antes da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, o preço desse produto era imposto pelos atravessadores estabelecidos em Pernambuco e no Rio de Janeiro.

Apesar de tudo nossa Maceió, plantada à beira-mar, era linda e cativante e seus moradores se conheciam e conviviam bem uns com os outros. Suas ruas tinham nomes que refletiam motivos e escolhas populares como Rua do Sol, da Floresta, da Alegria, do Ganso, da Maraba, do Sopapo, do Araçá, do Alecrim, do Arame, das Vacas, do Apolo, do Açougue, das Verduras, tantas mais nascidas da alegria das ruas resplandescentes de sol, pássaros e pregoes cantando e, à noite, cadeiras de balanço nas calçadas, enquanto os pianos enchiam o ar de melodias com as valsas, maxixes, tangos e modinhas.

No Teatro Deodoro, inaugurado em 1910, exibiam-se companhias teatrais do sul do País ou montagens operísticas vindas da Europa em demanda do extremo norte, eldorado dos tempos da borracha. Os artistas viajavam pelos navios da Costeira e do Loyd Brasileiro, compa-

nhas de navegação que escalavam em Jaraguá duas vezes por semana. Nos cinemas Floriano, Delícia e Odeon os filmes com Pola Negri, Greta Garbo, Rodolfo Valentino, Tom Mix, Edie Polo eram exibidos em cenas mudas, com música ao vivo executada por grupos artísticos do local.

As festas tradicionais religiosas como a de São Benedito, os natais no Parque dos Eucaliptos e em Bebedouro, na "República da Alegria" do major Bonifácio, o Santo Antônio, São João e São Pedro comemorados ao acender de fogueiras em todas as ruas, as cavalhadas, os pastores e as cheganças animando as festas com trivolis, barraca de prendas, roletas e caipiras, eram divertimento dos seus frequentadores. A dominigueira missa das dez, na Matriz, e as novenas do mês de maio na Igreja do Livramento serviam como ponto de encontro para os mais jovens, enquanto os adultos, contritos, ouviam os sermões dos grandes oradores sacros de então. Entre os jornais em circulação, o Jornal de Alagoas e O Semeador eram os mais lidos. Os poetas e trovadores faziam conferências e saraus nos salões do Instituto Histórico e Arqueológico, da Perseverança, do Teatro Deodoro e do Delícia, enquanto moças e rapazes faziam o footing tomando chá e sorvete e fazendo lanches no Ponto Chic, no Bar do Alemão, na Porta da Chuva, na Porta do Sol, no Santa Laura e na Helvética.

Os Clubes Sociais Aliados, Politeama, Fênix, Aliança Familiar e Regatas faziam os carnavais e os reveillons mais animados havendo, ainda, nas casas de família, danças e recitativos aos sons de pianos, vitrolas e pequenas orquestras. No futebol, a rivalidade, como sempre, era entre o Centro Esportivo Alagoano, presidido pelo industrial Gustavo Paiva e o Clube de Regatas Brasil, presidido pelo banqueiro Raul Brito. O hino desse Clube tinha versos de Jaime de Altavila e música de Tavares de Figueiredo. Já o do CSA tinha versos de Cipriano Jucá e música de Benedito Silva.



Ladeira da Catedral, antiga estrada da Pólvora, onde se vê o antigo Farol, o qual deu nome ao bairro.



CAPÍTULO XXI

Manuel Valente de Lima



Clodoaldo da Fonseca, que ocupou o Palácio dos Martírios de 12 de junho de 1912 a 12 de junho de 1915.

ra da Europa só seria deflagrada quatro anos depois de iniciada a década e o mundo, até então, parecia viver em paz sob o absolutismo dos regimes monárquicos dos cabeças coroadas.

Foi nesse ambiente calmo e acolhedor da Província que nasceu, a 6 de julho de 1913, na Rua da Praia (hoje Libertadora Alagoana) nº 21, o menino que, na pia batismal, receberia o nome de Manuel e no cartório seria registrado como Manuel Casado Valente de Lima, descendente de uma das mais conceituadas famílias alagoanas. Sua notável trajetória, sua participação nos mundos político, administrativo e jornalístico do Estado e seu exemplo de honradez e amor à causa pública ensinam esse encarte e revalidam a importância da memória sobre personalidades que só engrandeceram nossa Terra.

Neto de Manuel Casado e Benvinda Camelo Casado de Lima, era filho de Antonio Casado de Lima, funcionário público federal e de Noemi Valente Casado de Lima, de prendas domésticas. Manuel Casado de Lima foi o segundo filho desse matrimônio, sendo a primogênita Maria do Carmo Valente Auto, esposa do médico Hêlvio Auto. Os outros irmãos, o médico José Casado de Lima, esposo de Zília Andrade de Lima; Ruth Valente Villas Boas, viúva do comerciante Pedro Villas Boas e Maria de Lourdes Valente Ramalho, viúva do cirurgião Rodrigo Ramalho, se constituíram em um dos marcantes núcleos de uma família, hoje, muito numerosa, na qual encontramos magistrados, educadores, médicos, religiosos, advogados e personalidades públicas da maior valia.

Desde cedo, nosso biografado dedicou-se aos estudos tendo sido aluno da escola do conhecido educador professor Almeida Lei-

Maceió, embora sem características e avanço urbanístico de outras Capitais ou cidades maiores, era deliciosa para se viver.

Alagoas, depois da oligarquia da família Malta em 1912, era governada pelo coronel Clodoaldo da Fonseca que, a exemplo de seus familiares, Marechal Deodoro e Marechal Hermes aspirava, também, à Presidência da República. A guerra

te, depois matriculado no Ginásio de Maceió, cuja direção era dos ilustres viçosenses Cônego Cícero Teixeira de Vasconcelos, seu irmão João Teixeira de Vasconcelos e José Pimentel. Mais tarde, concluiu seus estudos preparatórios no Colégio Diocesano dos irmãos Marista sendo, então, enviado para o Seminário Católico de Olinda, atendendo recomendação do seu tio, padre Antonio Valente, que, anteriormente, já mandara para aquele tradicional Centro de Ensino religioso seus primos Joaquim e João Beckmans Valente de Amorim.

O menino que era estudioso e de temperamento dócil, depois de passar dois anos no seminário (1933/35) teve reação inesperada: mandou dizer a seus pais que aquela não era a sua vocação e que desejava estudar para outros fins. Foi, então, que aconteceu o fato curioso que fez seu pai atender sua decisão. Indo visitá-lo no seminário, seu pai foi informado de que “o seminarista casado” viria logo em seguida. Seu genitor, desse modo, não fez oposição à vontade do seu filho, para não ter, mais tarde, na família, “um padre casado...” A seguir e após exames matriculou-o na vetusta Faculdade de Direito do Recife, de onde se transferiu, dois anos mais tarde, para a Faculdade de Direito de Alagoas, recebendo seu diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Social.

Assim como foi jornalista profissional de tantos méritos foi, também, advogado militante voltado para os interesses dos diversos cargos e funções que exerceu durante sua vida pública.



Colégio Diocesano de Maceió, onde Manoel Valente de Lima concluiu seus estudos preparatórios.



CAPÍTULO XXI

Manuel Valente de Lima



Vida jornalística

Foi no Jornal O Semeador, matutino fundado e mantido pela Arquidiocese de Maceió, que Manuel Valente de Lima iniciou sua vida jornalística. Seu tio, o padre Antonio Valente era sacerdote de prestígio e superintendia o órgão noticioso da família católica da Capital. Para lá, levou o sobrinho e o fez percorrer todas as fases necessárias à formação de um bom profissional de imprensa.

Desde as oficinas, passando pela revisão e recolhimento de notícias, até a redação e secretaria, fizeram do jovem "foca", um responsável e abalizado jornalista, ensejando um convite, em 1935, para trabalhar na redação do Jornal de Alagoas, sendo credenciado cronista parlamentar junto à Assembleia Constituinte e à Assembleia Legislativa do Estado. Ali conheceu e trabalhou juntamente com os melhores profissionais da época, entre eles Raul Lima, Afrânio Melo, Nelson



Time do Jornal de Alagoas em 1940: os três primeiros em pé são Ednor Braga, Correa Lima e Manuel Valente de Lima.

Flores, Luiz Cerqueira, José Lima, Ledo Ivo, Bercelino Maia, Galba Campelo e outros. Em 1939, passou da categoria de redator para redator-secretário, sob a direção do jornalista Arnon de Mello.

Em 1942, foi trabalhar na Gazeta de Alagoas convidado por seu fundador, jornalista Luís Silveira, que o contratou como redator, pois já era o encarregado pela publicidade do Departamento Municipal de Estatística, nomeado que fora, em fevereiro de 1940, pelo prefeito Eustáquio Gomes de Melo. A seguir, passou a escrever como colaborador em todos os jornais dessa Capital, uma vez que os inúmeros cargos para os quais foi nomeado não o permitia prosseguir, profissionalmente, na redação de um só jornal. Até a sua morte escreveu centenas

de artigos, crônicas e discursos que planejava, mais tarde, reunir e publicar. O que, infelizmente, não aconteceu.

Casamento e descendentes

No dia 12 de dezembro de 1942 o Dr. Manuel Valente de Lima casou-se com a senhora Lucila Coelho da Fonseca, filha do proprietário rural Francisco Euclides da Fonseca e de dona Zulmira Coelho da Fonseca. Ele, jovem advogado e jornalista profissional cujas reportagens, crônicas e trabalhos jornalísticos assinava com o pseudônimo de "Cauby", é também autor de um trabalho A Criminalidade em Alagoas editado pelo Departamento Estadual de Estatística e que mereceu os louvores do Instituto Nacional. Ela, pertencente a uma das mais antigas e tradicionais famílias do Estado, descendente dos Fonseca, que já oferecera ao País dois presidentes da República - Marechal Deodoro e Marechal Hermes - e dois governadores de Estado, coronéis Pedro Paulino e Clodoaldo. Moça prendada do Interior, foi a companheira e incentivadora durante vinte e oito anos, de toda a vida pública desse notável alagoano.

Do seu consórcio nasceram dois filhos homens, José Rubens e Luiz Alberto, e uma filha mulher, Maria de Fátima.



Manuel Valente de Lima caminha pela rua do Comércio, Maceió, anos 1940.



CAPÍTULO XXI Manuel Valente de Lima



Atividades políticas



Posse como presidente da Assembleia Legislativa, vê-se da esquerda para a direita: o capitão-tenente Álvaro Calheiros, da Capitania dos Portos, monsenhor Antonio Valente, vigário-geral da Arquidiocese, dom Fernando Gomes, bispo de Penedo, Manuel Valente de Lima, Luís Campos Teixeira, secretário do Governo, coronel Mário Lima, comandante do 20° BC e coronel Carvalho Ribeiro, da Polícia Militar.

Só depois do seu casamento, Manuel Valente de Lima ingressou na política partidária. Seu sogro Francisco Euclides da Fonseca, à época, chefe político no município de Tanque D'Arca e o seu filho mais velho, Luiz Castro da Fonseca, prefeito de Limoeiro de Anadia, lançaram sua candidatura a deputado estadual pelo Partido Social Democrata - PSD, sendo eleito por aquela legenda em 1947.

Alagoas vivia mais um período de turbulência política com a família Góis Monteiro ocupando os mais relevantes cargos da vida pública e política do Estado.

No mesmo ano fora eleito governador Silvestre Péricles e para o Senado da República o seu irmão, o general Pedro Aurélio. O outro irmão, Ismar, também oficial superior do Exército e que já fora interventor federal, cumpria mandato no Senado e presidia o PSD - seção de Alagoas. Seu diretório e membros mais proeminentes do Partido haviam rompido com o governador que se desligara do PTB, fundando o núcleo estadual do Partido Social Trabalhista - PST. Foi nesse tempo que Manuel Valente de Lima foi eleito deputado estadual e, logo no seu primeiro mandato, escolhido por seus colegas para presidente do Poder Legislativo. Homem moderado, com livre trânsito em todas as áreas, sendo amigo pessoal dos demais deputados, Manuel Valente de Lima manteve, enquanto pôde, a harmonia entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Após o rompimento político dos irmãos Edgar e Ismar de Góis Monteiro com o governador Silvestre Péricles e o recém-eleito senador e general Pedro Aurélio, da oposição, então maioria na Assembleia, assumiu o confronto e deflagrou verdadeira campanha contra o Executivo, ao ponto de se comentar ser o impeachment, a necessária solução para o problema. Tal decisão não se materializou por desistência de alguns temerosos da reação oficial, vez que o Governo do Estado tinha o beneplácito federal. Aí, então, aconteceram fatos dolorosos havendo mortos e feridos, fugas e violências contra jornalistas, embora os excessos fossem prati-

cados por ambas as facções litigantes. Enquanto o governador era agredido através de denúncias e histórias jocosas, seus opositores foram perseguidos e até presos; os membros do Tribunal de Justiça foram atingidos por campanhas difamatórias e suas casas emporcalhadas com excrementos humanos. Políticos saíram do Estado, inclusive o presidente Manuel Valente de Lima que, certa noite, viajou com sua esposa para Pernambuco a fim de evitar propaladas ameaças.

Contidos os ânimos e restaurada a convivência respeitosa entre os Poderes, Manuel Valente de Lima envidou esforços para a livre tramitação e aprovação de projetos do Executivo que visassem aos interesses da população. Em todo o restante do seu mandato como presidente da Assembleia, Manuel Valente de Lima foi um permanente conciliador das correntes políticas voltadas para os objetivos em favor da coletividade e do Estado. Talvez, por isso, por não exacerbar os ânimos, nem assumir posturas pessoal e política intransigentes, não logrou êxito na sua pretendida reeleição. Mesmo assim, deixou uma referência de honestidade, de austeridade no trato das finanças e administração do Poder que presidiu, bem como na lhanza e respeito com que sempre teve junto aos seus pares, todos seus amigos e admiradores pelo resto de sua vida.



Manuel Valente, em plena atividade como presidente do Legislativo.



CAPÍTULO XXI

Manuel Valente de Lima



Cargos e funções

Após a sua participação no jornalismo profissional e a formatura em Direito, Manuel Valente de Lima exerceu inúmeros e variados cargos e funções no Serviço Público, sendo sua vida pontilhada de relevantes serviços prestados à nossa capital e ao Estado de Alagoas: em abril de 1941, foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas para Vogal, representante dos empregados na Junta de Conciliação e Julgamento. Em Maceió, maio de 42, foi nomeado pelo prefeito F. Abdon Arroxelas, diretor do Departamento Municipal de Estatística; em outubro de 1943, nomeado pelo interventor federal Ismar de Góis Monteiro, presidente da Comissão de Defesa da Economia Popular; em agosto de 1944, nomeado pelo ministro João Alberto, superintendente da Comissão de Abastecimento no Estado de Alagoas; em abril de 45, nomeado pelo prefeito Mário Mafra, secretário-geral da Municipalidade; em outubro de 1945, o interventor Ismar de Góis Monteiro o nomeou prefeito interino de Maceió; em agosto de 46 foi nomeado pelo presidente da Comissão Estadual da

1960 assumiu, novamente, a Prefeitura de Maceió, até a posse do prefeito eleito Sandoval Caju; em outubro de 61 foi nomeado pelo governador Luiz Cavalcante, diretor-geral do Departamento do Serviço Público; em janeiro de 1963 foi nomeado pelo governador Luiz Cavalcante para o cargo de procurador-geral do Estado; em 1963, nomeado pelo presidente João Goulart, delegado estadual da Secretaria Nacional de Assuntos Municipais e, em setembro de 1966, nomeado pelo governador Lamenha Filho, novamente para o cargo de procurador-geral do Estado.

Manuel Valente de Lima aposentou-se como procurador-geral da Prefeitura Municipal de Maceió e faleceu no dia 29 de setembro de 1970, às 19 horas, após insidiosa moléstia que o abateu aos 57 anos de idade; seu passamento foi assistido por sua esposa e pelo religioso frei Leão, seu corpo foi sepultado no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, em jazigo perpétuo da família.



Transmissão do cargo de prefeito de Maceió: Abelardo Pontes Lima felicita o novo administrador da cidade, Manuel Valente de Lima.

Legião Brasileira de Assistência, Dr. Afrânio de Araújo Jorge e, por indicação do interventor federal, membro do Conselho Consultivo da LBA, como representante do Governo de Alagoas.

Em setembro de 1950 foi nomeado pelo prefeito Abelardo Pontes Lima, diretor do Montepio dos Servidores Municipais; em novembro de 52 foi nomeado pelo mesmo prefeito, diretor do Pessoal e Material e designado, ainda, para elaborar o anteprojeto de Lei estabelecendo normas para o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município; em novembro de 54, nomeado pelo prefeito José Lucena Maranhão, procurador Judicial; em maio de 57 foi designado pelo Dr. Afrânio Salgado Lages, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Alagoas, para representar o Conselho da OAB junto ao Tribunal de Justiça do Estado; em dezembro de 57 foi nomeado pelo vice-governador em exercício, Sizenando Nabuco, secretário de Estado dos Negócios do Governo; em fevereiro de 59, nomeado pelo prefeito Abelardo Pontes Lima, procurador-geral da Municipalidade; em outubro de



Ato de assinatura do termo de posse na Procuradoria Geral do Estado, com as presenças de Herbert Costa, secretário do Tribunal de Justiça, e do des. Olavo Cahet, presidente do Poder Judiciário.



Evento no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, onde vemos sentados, da esquerda para direita: Guedes de Miranda, Abelardo Duarte, A.S. Mendonça Júnior, Murilo Mendes, Jayme de Altavila, Manuel Valente de Lima, Homero Galvão e Félix Lima Júnior.



BRÁULIO LEITE JÚNIOR
Jornalista e ator de Teatro.



CAPÍTULO XXI Manuel Valente de Lima



Fontes Bibliográficas

Coleção do Jornal Gazeta de Alagoas - IHGA

Coleção do Jornal de Alagoas - IHGA

Coleção de O Semeador - IHGA

BARROS, Luís Nogueira de. **A Solidão dos Espaços Políticos**. Maceió: Sergasa, 1980.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Metamorfose das Oligarquias**. Curitiba: HD Livros, 1997.

Informes sobre a Cidade de Maceió. In: **Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Guimarães Passos**. Maceió: Ufal, 1979

Depoimento, documentos da Srª Lucila Fonseca de Lima

Informes obtidos do historiador Moacir Sant'Ana





Euclides Vieira Malta

Administrador universalista e político emérito

José Roberto Gomes da Silva

Euclides Vieira Malta nasceu no dia 16 de setembro de 1861, na antiga vila de Mata Grande, pertencente ao município do mesmo nome, rebatizado logo depois de Paulo Afonso. Posteriormente readquiriu a antiga denominação Mata Grande, município alagoano de grande extensão territorial e muita influência política. Ainda hoje predomina a influência das famílias tradicionais como os Malta e os Vieira e, também, a dos coronéis da política. Seus descendentes continuam o legado original do poder.

Euclides era filho do alferes de milícia, Manoel Francisco Malta e de D. Maria Vieira Malta, ambos proprietários e agricultores rurais. Fez seus estudos iniciais em Maceió, Capital da então província.

Continuou o Curso de Humanidades na Cidade do Recife matriculando-se, em seguida, na famosa Faculdade de Direito da Capital do vizinho Estado, em 1881, graduando-se bacharel em Ciências Jurídica e Social no ano de 1886. Conforme se pode observar, o seu período de estudos superiores verificou-se num período pleno de debates e efervescência, no ocaso do Império em andamento, a campanha abolicionista e republicana. Não resta dúvida de que o jovem estudante teve um cenário privilegiado para assistir a esses acontecimentos que iriam redundar nos grandes eventos de 1888 e 1889: a imponente Faculdade de Direito do Recife e a própria Capital do então chamado Leão do Norte eram fóruns de ressonância nacional.



CAPÍTULO XXII

Euclides Vieira Malta



Vitoriosa vida pública

Recebendo o seu diploma superior, Euclides Vieira Malta, que se destacou como aluno aplicado, regressou à província natal, começando a carreira no campo que abraçou: o jurídico. Exerceu o cargo de promotor na comarca de Atalaia, mas convidado para ingressar na política optou, enfim, por essa nova e sedutora atividade, deixando a magistratura. Iniciou, em plena mocidade, a sua carreira como candidato na aristocrática cidade do Penedo, a mais importante do Interior do Estado. Ligado, mais tarde, por laços de casamento ao poderoso Barão de Traipu, de quem se tornou genro, Euclides Malta alicerçou uma vitoriosa ascensão na vida pública, percorrendo todos os seus caminhos, através de sucessivas eleições. Foi, inicialmente, deputado provincial, com a Proclamação da República, submeteu-se, mais uma vez, ao voto popular e foi eleito deputado estadual. Chegou, igualmente, a ser conselheiro municipal, intendente municipal do Penedo, deputado federal pela primeira vez em 1892, obtendo reeleição em sucessivas legislaturas. Foi senador da República e, por três vezes, governador do Estado.

Embora impopularizado na história como o chefe da Oligarquia dos Malta, na verdade, foi um administrador criterioso, instruído e ponderado. O Estado lhe deve uma boa soma de benefícios, entre os quais estão a reorganização da instrução pública, a melhoria urbana de Maceió e Penedo, a preocupação constante com as obras pias e de benefi-

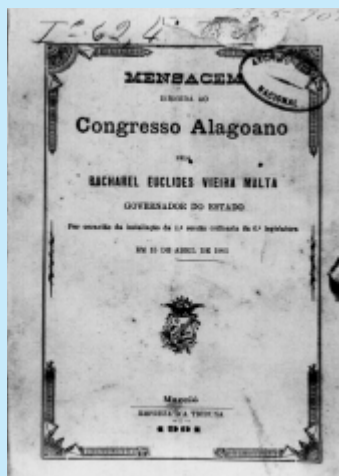


Euclides Vieira Malta foi, por três vezes, governador do Estado.



Euclides Vieira Malta e sua esposa Maria Gomes Ribeiro, filha do Barão de Traipu

cência, o aperfeiçoamento dos serviços de saúde pública ou higiene como se chamava na época. Era orador fluente e simpaticante do mundo intelectual, adquirindo bibliotecas para as escolas e permitindo a localização definitiva do Instituto Histórico e Geográfico pousada para aquela instituição da qual foi sócio entusiasta, garantindo-lhe a permanência do precioso patrimônio adquirido. De ação firme e enérgica era, porém, segundo seus contemporâneos, um homem de extrema gentileza e simplicidade, exercitando uma virtude rara no seu meio: a tolerância. Seu longo período de atuação na política alagoana não seria possível se só tivesse os pecados atribuídos pelos seus adversários. Observadores imparciais salientam que Euclides Malta era um homem indulgente, portanto, sabia perdoar e respeitar seus competidores.



Mensagem de Euclides Vieira Malta dirigida ao Congresso Alagoano, por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura, no dia 15 de abril de 1901.



Relatório apresentado pelo governador Euclides Vieira Malta ao secretário dos Negócios da Fazenda, Joaquim Pontes de Miranda, no dia 31 de março de 1902.



CAPÍTULO XXII

Euclides Vieira Malta



Política dos Governadores

Uma das grandes frustrações dos teóricos republicanos foi verificar que, após o 15 de novembro de 1889, persistiu o sistema oligárquico implantado no Império. Campos Sales, com a sua política dos governadores, foi responsável pela organização partidária que fortaleceu, como nunca dantes, o poder dos coronéis e das oligarquias.

O sistema político, então, da Primeira República, engendrou um processo marcadamente continuísta, que formou em cada unidade da federação um grupo dominante que se perpetuou no poder, gerando oligarquias estaduais: o mapa oligárquico desenha-se embasado pela doutrina positiva e, alguns desses mapas, ultrapassam duas décadas: no Amazonas, os Nery; no Pará os Montenegro; no Maranhão, Benedito Leite; no Ceará, os Accioly; no Rio Grande do Norte, Pedro Velho; na Paraíba, Venâncio e Epitácio Pessoa; em Pernambuco, Rosa e Silva; em Alagoas, Euclides Malta; em Sergipe, Monsenhor Olímpio Campos; na Bahia, os Viana e Severino Vieira; em Goiás, Bulhões; no Rio de Janeiro, os Porciúncula e Nilo Peçanha; no Espírito Santo, os Monteiro; em Santa Catarina, Lauro Muller. Dominando os governos municipal e estadual o Governo Federal tinha controle total da situação. Era o espírito da época na República Velha, um sistema de compromisso político, social e econômico.

Para Alagoas, que atravessou os anos pós-república em clima de tempestade e agitação, a ascensão de Euclides Malta como cônsul do Governo central representou um período de estabilidade política. O primeiro Governo Estadual real-



Euclides Malta, ao centro de chapéu branco, no Rio de Janeiro, em 1912, tendo à sua dir. Raymundo Miranda e Fábio Bueno Brandão; e à sua esq. Eusébio de Andrade, Solfieri de Albuquerque e o maj. Gomes Ribeiro.

mente consolidado na era republicana, subordinado à nova dinâmica nacional, enfrentou uma oposição fragilizada e a complacência da população receosa em ver de volta os sangrentos episódios da década de noventa do século 19. Conforme afirmou Diegues Júnior, pai:

“Como político, enorme foi o seu prestígio pessoal e tradicional e a lealdade aos seus princípios e aos correligionários. Dentre os empreendimentos levados a efeito na sua administração; destacam-se a reforma completa e a conclusão das obras do Palácio dos Martírios, cujo início se deu no Governo Gabino Bezouro; a construção do Teatro Deodoro, do cais sobre o Rio São Francisco na Cidade do Penedo, o Tribunal de Apelação, os monumentos de Floriano, Deodoro, Sinimbu e Rosa da Fonseca. Reorganizou a instrução pública e equipou, convenientemente, algumas escolas, dando atenção especial ao Liceu Alagoano.”

Foi, na verdade, a figura que dotou Maceió de melhoramentos urbanos e os mesmos foram os responsáveis pela consolidação de sua posição de Capital.

O ciclo político de domínio dos Malta finalizou em 1912 quando surgiram as "salvações" lideradas, geralmente, por militares de prestígio que serviam de biombo para a estratégia das oposições. Em Alagoas, o comandante civil foi Fernandes Lima, que lançou como candidato o general Clodoaldo da Fonseca. Mesmo afastado, porém, Euclides Malta não se retirou por completo da cena política. Foi eleito, ainda, deputado federal em duas legislaturas, em 1921 e 1924. Seu afastamento definitivo só se dará na década de 30 e muitos dos seus seguidores permaneceram atuantes na ribalta do poder. Foi um homem de seu tempo, com virtudes e defeitos como todos os mortais, mas é, sem dúvida, dever da Justiça reconhecer seus méritos tão mesquinhamente apagados pelos vencedores da rebelião de 1912. Afinal, seus adversários, metamorfoseados de democratas, continuaram a política oligárquica e continuísta.

A história tarda, mas não falta com a Justiça.



Organização partidária, implantada pelo presidente Campos Sales, fortaleceu o poder dos coronéis e das oligarquias.



CAPÍTULO XXII

Euclides Vieira Malta



Cronologia

1861 - Nascimento de Euclides Malta em Mata Grande.

1873 - Convenção Republicana de Itu.

1881 - Início do Curso de Direito em Recife.

1884 - Questão Militar.

1886 - Euclides Malta conclui o curso de Direito na Faculdade do Recife.

1888 - Abolição da Escravatura.

1889 - Proclamação da República. Nomeação de Pedro Paulino da Fonseca como primeiro governador republicano de Alagoas.

1890 - Apresentada a primeira Constituição de Alagoas pela Comissão Especial designada pelo governador Pedro Paulino.

dos governadores, aproveitando as eleições para o Congresso Nacional. Em todas as unidades federativas surgem as oligarquias que serão a base do novo pacto político. Euclides Vieira Malta vence Miguel Soares Palmeira na disputa para o Governo do Estado e inicia a era maltina ou a chamada oligarquia dos Malta.

1903 - Euclides Malta consegue modificar a Constituição Estadual e faz de Paulo Joaquim Malta o seu sucessor, sob protesto da oposição. Elege-se senador da República. Em decorrência do fato acima, acontece o rompimento de Euclides como o seu sogro, o Barão de Traipu, que pretendia retornar ao Governo.

1905 - Ingresso de Euclides Malta no quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, a instituição cultural mais importante do Estado.

1906 - Euclides Malta reaproxima-se do Barão de Traipu, costura um grande acordo político, renuncia ao mandato de senador e elege-se governador do Estado sucedendo seu irmão Paulo.

1909 - Reeleição de Euclides Malta para o Governo de Alagoas.

1912 - Um novo fato agita a política nacional no Governo de Hermes da Fonseca. Setores civil e militar influentes iniciam uma campanha em todo o território brasileiro para derubar as oligarquias, que impedem a renovação eleitoral: são as chamadas "Salvações". Recrudesce, em Alagoas, a campanha contra o continuísmo de Euclides Malta, liderada por Fernandes Lima. A agitação toma conta do Estado. Num golpe de mestre, a oposição, a exemplo de outros Estados, encontra o seu "salvador", lançando a candidatura do general Clodoaldo da Fonseca, filho de Pedro Paulino, primo do presidente Hermes e chefe de sua Casa Militar. As mortes de Bráulio Cavalcanti e do tenente Brayner acirram os ânimos. Queda do Governo Euclides Malta e fim da era Maltina. Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima são eleitos em chapa única.

1921 - Euclides Malta é eleito deputado federal, cargo para o qual se reelege em 1924, mostrando que o fim de seu ciclo político não significou o fim do mito.

1944 - Já afastado da política, após a Revolução de 30, Euclides falece em Recife, Pernambuco.



Palácio do Governo de Alagoas, concluído por Euclides Vieira Malta que o inaugurou em 1902.

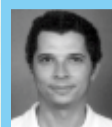
1891 - Primeira Constituição Republicana do Brasil. Renúncia de Deodoro da Fonseca em meio à ameaça de guerra civil. Euclides Malta após ter sido vereador, é eleito deputado estadual constituinte ao tempo que foi também intendente do Penedo.

1892 - Posse do coronel Gabino Bezouro como governador de Alagoas. Euclides Malta é eleito deputado federal, cargo para o qual será reeleito em 1897.

1894 - Grande agitação em Maceió leva à deposição de Gabino Bezouro. Tropas federais garantem a posse de Manoel Gomes Ribeiro, o Barão de Traipu, antigo chefe do Partido Conservador do Império, no sul de Alagoas e adversário de Gabino. O novo governador que já ocupara a vice-presidência e a presidência da província no antigo regime é sogro de Euclides Malta.

1895 - Rebelião da Armada e insurreição no Rio Grande do Sul. O País está conflagrado.

1900 - O paulista Campos Sales inaugura a política



JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA
Professor de História da Universidade Federal de Alagoas.



CAPÍTULO XXII Euclides Vieira Malta



Fontes Bibliográficas

ALMEIDA, Luís Sávio de. A República e o movimento operário em Alagoas (redenção dos filhos do trabalho). In: **Anais Simpósio 100 anos de República**. Maceió: Departamento de História, Edufal, 1990.

BASTOS, Humberto. **Açúcar e algodão**. Maceió: Casa Ramalho, Editora Paz, 1938.

CARONE, Edgar. **A República velha, evolução política**. São Paulo: Difel, 1974.

_____. **A Primeira República**. Difel, São Paulo: 1969.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.

CAVALCANTI, Robinson. **As Origens do coronelismo**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1984.

FRANCO, Gustavo H.B. A primeira década republicana. In: **A Ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IGLESIAS, Francisco. A República velha. In: **Brasil, Sociedade e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1985.

LAGES, Amauri. **O registro do comércio em Alagoas**. Recife: Imprensa Universitária, 1970.

QUEIRÓZ, Álvaro. **Episódios da História de Alagoas**. Maceió: [s.n.], 1990.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Zaluar, um homem de muitas artes**. Maceió: Sergasa, 1987.

SALDANHA, José Alberto. A Polícia civil no início da República. **Revista Debates de História Regional**. Maceió: Departamento de História da Ufal, 1992.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Metamorfose das Oligarquias**. Curitiba: HD Livros, 1997.

_____. **A tragédia do populismo**. Maceió: Edufal, 1995.

_____. O 15 de Novembro, um balanço republicano. **Revista Debates de História Regional**. Maceió: Departamento de História da Ufal, 1992.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, Histórias**. Maceió: Edufal, 1996.

VILELA, Humberto. **A Escola Normal de Maceió: 1890-1937**. Maceió: SEC, 1982.





Fernandes Lima

O Caboclo Indômito

Douglas Apratto Tenório

Desde que os primeiros grupos humanos se organizaram, um disputado objeto do desejo se impôs: o poder. Muita coisa já se disse sobre ele e há sempre muita munição histórica, literária, psicológica, para se escrever sobre o tema. A vontade de se perpetuar no poder é tão antiga quanto os faraós do Egito e é levada ao paroxismo em variados momentos da sociedade humana. Que mistérios, afinal, tem o poder? Quem não o tem quer chegar lá, quem o tem não quer largar, quem o perdeu quer voltar a tê-lo.

José Fernandes de Barros Lima, Fernandes Lima como se tornou famoso, foi um alagoano que fez da luta pelo poder o objetivo máximo de sua vida. No ocaso do Império, ainda estudante, foi um vigoroso participante da Campanha Abolicionista e da Campanha Republicana. Vitorioso e graduado em Recife, pela Faculdade de Direito, voltou à sua terra natal já após a Proclamação da República e, simultaneamente, ao exercício da advocacia, iniciou sua carreira política, elegendo-se deputado estadual. Elegeu-se, em seguida, deputado federal, em 1894. Destacou-se pela liderança da oposição à oligarquia dominante chefiada por Euclides Malta.

Intensificou sua ação ao assumir, em 1911, a direção do jornal *Correio de Maceió*, imprimindo uma orientação panfletária e radical. Favorecido pela chamada política nacional das "Salvações", deu um golpe de mestre lançando a candidatura do coronel Clodoaldo da Fonseca ao Governo. Em meio a um

período de turbulência, agressões e mortes, acirrado também, pela propaganda fernandista, Euclides Malta foi levado à renúncia num episódio dramático.

Eleito vice-governador na chapa única de Clodoaldo, era um verdadeiro grão-vizir no Governo caeté. Fraternal amigo de João Batista Acioli, por razões de impedimento legal, indicou-o na sucessão em 1915, mas terminou de relações estremitadas com o mesmo por sua constante ingerência nas esferas de poder. Em março de 1918 foi eleito governador de Alagoas, sendo reeleito em 1921. Em 1924 foi substituído pelo jornalista Pedro da Costa Rego, trazido do Rio de Janeiro para não lhe fazer sombra, e elegeu-se senador federal. Temperamento forte tanto quanto o de Fernandes Lima, Costa Rego, por não aceitar a desonrosa tutela, rompeu com o seu patrono num acontecimento que marcou época.

A Revolução de 30 interrompeu o seu mandato no Senado, mas ele continuou fazendo o que mais gostava: política. Atuando com o ardor que o caracterizava até ser eleito em 1934 como deputado federal, novamente com mandato interrompido em 1937. Talvez a asfixia que a ditadura impôs à atividade política tenha levado essa figura à apatia e ao definhamento. Faleceria sem assistir à redemocratização, em 45. Hoje, muita gente que passa pela avenida Fernandes Lima, o mais importantes corredor de tráfego de Maceió, não conhece a vida de um dos mais poderosos vultos de nossa história.



CAPÍTULO XXIII Fernandes Lima



O advogado que recitava versos no júri

Temperado nos grandes embates de seu tempo, a Abolição e a República, quando estudante em Pernambuco, o advogado José Fernandes, como lhe chamavam seus conhecidos, trouxe para o Passo do Camaragibe, em 1882, a fama de orador arrebatado e de conhecedor da obra de Tobias Barreto, nome que fascinava a intelectualidade brasileira.

Filho de seu Manuel José de Lima e de D. Constantina Accioly de Barros Lima, que nascera a 21 de agosto de 1868 e fora estudar em outra localidade, agora era um jovem doutor que encantava seus conterrâneos ao citar nos brindes de casamento, nos necrológios de cemitérios e nos agitados comícios políticos, autores festejados como Lamartine, Victor Hugo, Castelar, Martins Júnior e o seu predileto Tobias Barreto.

Assim crescia, sem parar, sua fama pela Região Norte. Dramático, provocava copiosas lágrimas de jurados senti-

Passo nos anos de 1892-1893 e deputado estadual em duas legislaturas, de 1892 a 1894. Mais adiante, em 1917, seria de novo deputado estadual, vice-governador de 1912 a 1915, governador de 1918 a 1921, novamente governador de 1921 a 1924 e senador da República de 1924 a 1930, encerrando a carreira como deputado federal em 1934.

O jovem que fora propagandista da República, publicando folhetos preconizando a mudança do regime, fundador de clube republicano e jornalista veemente preferia, claramente, a carreira política em detrimento da bem-sucedida atividade jurídica. Colaborou no O Norte, órgão de contestação ao antigo regime, O Arrebol, Movimento e Norte de Alagoas. Em 1911 foi redator-chefe do Correio de Maceió, jornal do Partido Democrata de Alagoas, que fustigava a oligarquia maltina. Era um temido homem de oposi-

ção. Poucos políticos desfrutaram de popularidade como a dele. Incomodava como adversário, tinha ambição, coragem e força de vontade. Segundo Guedes de Miranda, "cortejava os humildes, protegendo-os, não sabendo se por método, ou por afinidade. Entre o juiz e o oficial de Justiça, afeiçoava a esse. Abraçava, ostensivamente, o sacristão, desprezando o vigário. No fundo, um aristocrata". Em 1911, iniciou uma campanha em grande estilo oclocrático contra a situação dominante, apoiado nas baixas camadas do povo. Fez da Liga dos Combatentes a sua guarda pretoriana. Varro não se fiaria tanto nas suas legiões como ele nos "sans culottes" do sargento Manuel Luiz da Paz.



A família Fernandes Lima.

mentais quando, no júri, recitava versos para fortalecer sua argumentação. Pouca concorrência no ramo, brilhava nos foros de Passo, São Luís, Porto Calvo, Maragogi e Porto de Pedras. A clientela era vasta e sempre aumentava. Impiedoso, desancava os seus oponentes advogados e até magistrados que sentenciavam contra seus constituintes.

Não fugia de briga. Ousado, sobressaía-se nas contendas, ridicularizando as falhas dos antagonistas e denunciando as venalidades até de juízes. Tornou-se temido e admirado.

Seus inimigos políticos analisam esse seu comportamento desestabilizador como proveniente da fragilidade na formação profissional e na incapacidade de uma maior generalização de pensamento. Seus adversários ainda completaram que sua brilhante oratória murchou quando de sua passagem na Câmara Federal.

Evidentemente que a análise trazia o traço da suspeição pois, cedo, galgou os passos iniciais da carreira política, antes de ser conduzido ao pináculo do poder: prefeito do

Emergiu como líder na turbulência que incendiou o Estado com a deposição de Euclides Malta. Os derrotados, chamados de lebas, foram caçados sem perdão. Insultos, demissões, prisões e agressões. Um ambiente irrespirável de ódio e vingança. Na sucessão de Batista Acioli, concorrendo com o general Gabino Bezouro, repetiu-se a situação de 1912 com novos combates entre a milícia de choque da Liga e as forças governistas. Cerrado tiroteio em frente à Helvética, a obstinação de Fernandes Lima, que ganhou o cognome de Caboclo Indômito; pleito difícil e derrota nas urnas do general Gabino, ex-governador e herói da Guerra do Paraguai.

Precursor do populismo em Alagoas, antecipou-se em muitas décadas a Silvestre Pércles, Muniz Falcão, Vargas, Ademar de Barros e Jânio Quadros. Sabia cortejar a plebe como ninguém. Sua determinação era motivo de admiração e o apelido de Caboclo Indômito, dado pela tez amorenada e a coragem nas sucessivas campanhas em que se envolveu, pegou fácil e acompanhou-o até o fim.



CAPÍTULO XXIII

Fernandes Lima



Continuador da estrutura oligárquica

O fim da era dos Malta é, erroneamente, considerado como o fim das oligarquias em Alagoas. Não é verdade. Há uma continuidade do sistema, com as peculiaridades da nova época.

Com Fernandes Lima consolidam-se as bases de uma nova estrutura oligárquica. Os proprietários do norte açucareiro alcançam a hegemonia do sistema, anteriormente empalmada, com exclusividade, pelos do sul. As alianças regional e municipal são as mesmas. Nada mudará na essência do sistema, que entrará em crise na década de 20.

O fenômeno oligárquico é complexo. Sai o caudilho de Mata Grande e entra o caudilho do Passo. Não esqueçamos que, na oposição, Fernandes Lima combateu, sem tréguas, o mecanismo da reeleição e, ao chegar ao Governo, passou a fazer aquilo que combatia nos Malta. Quando a conjuntura econômica favorável cessa e a questão social aflora nos anos seguintes a I Grande Guerra, vamos ter o endurecimento do Governo do Caboclo Indômito, reprimindo duramente as greves, como a de Jaraguá, através do secretário Castro Azevedo e uma aliança incrível com o arqui-inimigo Euclides Malta para combater o espantinho socialista que começa a aterrorizar o bem comportado mundo da belle époque. Na mesma linha não escapará Costa Rego, renovador e autoritário herdeiro de Fernandes Lima na sucessão de ciclos oligárquicos - que têm a extraordinária capacidade de metamorfosear-se ante à mudança dos tempos.

A política de composição de Fernandes Lima com as forças políticas do Interior, os famosos "coronéis", sua empatia com a raia miúda e sua complacência com os escudeiros leais, dispostos a matar e a morrer pelo chefe incontestável da província, não apagavam o seu caráter temperamental e irascível. Daí o rompimento bombástico com dois de seus indicados para sucedê-lo no Palácio dos Martírios. Batista Acioli era tão íntimo de Fernandes Lima que existia uma foto do primeiro, oferecida ao segundo, com a dedicatória: "Da sombra ao corpo", que serviu para o corpo criticar a sombra quando essa, contrariada, se afastou, separada pelo imprevisto da política.



Fernandes Lima despachando no Palácio dos Martírios.

Segundo Guedes de Miranda, as razões do rompimento estiveram ao lado do maragogiense, que fez o possível e o impossível para não aceitá-las "admitindo-as, por fim, para não se transformar em polichinelo às mãos do chefe autoritário".

Quanto a Costa Rego, de caráter tão ditador quanto Fernandes Lima, o rompimento foi mais rápido com o também patrono de sua candidatura. Pávido curto, Costa Rego achava que o dever de gratidão com o seu antecessor e patrono não merecia o preço de sacrificar seus princípios e sua linha de comportamento.

Segundo Carlos Moliterno, desse rompimento houve algumas consequências que a história registrou, como aquela de uma tentativa de morte contra a sua pessoa e cuja autoria intelectual foi atribuída a um dos filhos do senador Fernandes Lima, o comerciante, deputado estadual e vice-prefeito José Fernandes de Barros Lima Filho.

O episódio deixou marcas profundas. Depoimentos de contemporâneos isentam o filho do Caboclo Indômito da trama. Ele perderia todos os seus bens e os cargos que ocupava. A população se dividiu.

Fernandes estava no final de seu ciclo histórico. Uma consequência política de grande repercussão foi a demissão do conceituado prefeito de Maceió, Moreira Lima, por ter se declarado solidário com o ex-governador. Ele foi substituído no cargo pelo presidente do Conselho Municipal da Cidade, o poeta e historiador Jayme de Altavila



Batista Acioli: Indicado por Fernandes Lima para assumir o governo, acabou rompendo relações por conta das ingerências políticas



Da esq. para a dir.: Manoel Moreira e Silva, secretário de Negócios do Interior; governador Fernandes Lima; Alfredo de Mendonça Uchoa, secretário da Fazenda e José Castro Azevedo, secretário Geral.



CAPÍTULO XXIII Fernandes Lima



Principais obras e vocação de mecenas

Coisa rara no mundo político de hoje, durante a vigência de sua vida pública, Fernandes Lima sempre exerceu o mecenato e procurou prestigiar a intelectualidade da terra. Alagoas se fazia representar nos principais eventos culturais do País. Publicou livros como *Terra das Alagoas*, documentário editado em Milão. Incentivava a comemoração das grandes datas nas escolas. Maceió se engalanava para celebrar fatos como a assinatura do Tratado de Versailhes. O aterro de Jaraguá tornou-se palco dessas festas, passando a chamar-se, por conta da celebração da paz, Avenida da Paz.

Incentivou vocações artísticas, prestigiou as artes e concedeu bolsas de estudos para aperfeiçoamento nas artes plásticas. Escolhia nomes como Diegues Júnior e Moreira e Silva para representar Alagoas no Congresso Brasileiro de Geografia, defendendo os nossos limites territoriais. Ingressou na Academia Alagoana de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Como tinha veleidades literárias, nunca esqueceu as instituições culturais. O prédio atual do IHGA, por exemplo, foi obtido em sua gestão. Ele e seus dois sucessores na República Velha eram jornalistas com presença permanente nas colunas dos jornais. Ressalve-se que a identificação desses governantes com o jornalismo não implicou, necessariamente, em relações amistosas entre a imprensa e o Governo.

Procurava recrutar seu quadro de assessores e auxiliares no efervescente mundo cultural da época. Vários deputados e senadores estaduais por ele apoiados eram integrantes

do Instituto Histórico e da Academia Alagoana de Letras, como Jorge de Lima e Povina Cavalcante, que foram trazidos para o parlamento estadual pelas mãos de Fernandes Lima.

Foi revolucionário no sentido de governar para o Interior. “Rumo aos Campos” era o slogan do seu Governo e se mostrava como um bem de sua prioridade. Foi o iniciador do ciclo rodoviário em Alagoas, resolvendo o problema de ligação entre a capital e os principais municípios litorâneos.

Beneficiado pela conjuntura econômica favorável, ampliou grandemente as fontes do erário. Reabilitou a vida econômica do Estado e administrou, no primeiro Governo, uma era de prosperidade. Construiu várias escolas, dotando-as em prédios confortáveis.



Ponte de Riacho Doce, em trecho da “Estrada do Norte”: obra executada durante a administração de Fernandes Lima.

O melancólico ocaso do guerreiro

Tudo passa na terra. Cada homem tem sua fase. O Caboclo Indômito, que foi presença forte na política de Alagoas, teve seu ciclo histórico declinante após a ruptura com Costa Rego. Os tempos eram outros. A própria República Velha, em sua segunda fase, que tão bem encarnara, agonizava com as sucessivas revoltas tenentistas. O panorama internacional mudara. Agarrado, ainda, ao po-



Fernandes Lima com a esposa e filhas.

der que o atraía como um imã, participou ativamente da campanha política polarizada entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, apoiando esse último.

Fundou um jornal para combater as estrelas, do tempo, Costa Rego e seu afilhado, Álvaro Paes, então governador. Tornou-se fervoroso aliancista. Mas a vitória da Revolução de 30, à qual deu a sua parcela de sacrifício e colaboração, significou o poente de uma época que ele encarnava.

Ainda conseguiu se eleger deputado, mas teve seu mandato interrompido com o fechamento das casas legislativas. Era a retirada de cena do grande caudilho político do Passo que escreveu seu nome na história das Alagoas.

No ocaso da vida, poucos o visitavam lá na Vila Britânia, em Mangabeiras. Pobre e esquecido, morria a 16 de maio de 1938. Guedes de Miranda, com sua pena magistral, nos faz meditar sobre o destino, a grandeza e a fragilidade humana. Adversário e inimigo político durante décadas, diz com imparcialidade e nobreza:

“No calor das polêmicas, tachei Fernandes Lima de desonesto, apontando atos e fatos, que me pa-



CAPÍTULO XXIII

Fernandes Lima



receram indefensáveis. Equivoquei-me. Escusome dessa injustiça com a humildade de quem se penitencia de um feio pecado. O golpe de dez de novembro aniquilou-o, arrancando-lhe o mandato de deputado federal e o deixando sem nenhum recurso financeiro.”

Discorrendo, mais adiante, sobre a natureza do homem e as ilusões do poder, sentencia:

“Os seus derradeiros dias passou-os em Maceió, em extrema pobreza. Os que se haviam arrastado aos

seus pés, como rafeiros (eles são de todos os tempos) esvaziaram-lhe a casa, voltados para os novos senhores. Fernandes Lima - todos lhe reconhecem essa grande qualidade - timbrava em engrandecer os seus amigos, que não lhe souberam ser gratos. Ao cair das tardes, quem passasse pela Rua da Alegria veria um velho tristonho, meio esquivo à janela, contemplando em cismas melancólicas, o crepúsculo que caía. Ficaram-lhe fiéis dois amigos: Ângelo Martins e José de Moraes. Cito-lhes, em homenagem à dignidade humana, os nomes honrados, para não humilhar todos os homens diante dos cães.”

A perseguição aos terreiros

O episódio da queda do ciclo dos Malta e a figura de Fernandes Lima estão ligados à vandálica destruição dos xangôs de Maceió. O famoso quebra-quebra de 07 de fevereiro de 1912, semelhante aos autos de fé medievais foi, inquestionavelmente, um ardiloso plano político. A Liga dos Republicanos Combatentes, sociedade de fins político-partidários e carbonários, centrando fogo na administração maltina, envolveu parte da população na chamada “operação xangô”. A Liga era presidida pelo sargento reformado Manoel Luiz da Paz, que perdera uma perna na campanha de Canudos e extremado oposicionista, comandante de todos os conflitos de rua que tumultuaram a vida do Estado no ocaso do Governo Euclides Malta.

O motivo da perseguição e destruição dos terreiros é claríssimo. A pretexto do que o governador Euclides e pessoas de sua amizade e membros do Partido Republicano Conservador, “protegiam e frequentavam as sessões de xangô”; resolveu silenciar os terreiros. Liga, com um contingente paramilitar pôs em execução uma verdadeira operação terrorista contra os seguidores dos cultos, impedindo o seu funcionamento e surrando, barbaramente, os seus adeptos. Os sacerdotes; pais de santo e mães de santo mais visados fugiram para outros Estados para praticarem, livremente, a sua

religião. A ialorixá tia Marcelina recebeu um golpe de sabre na cabeça que a deixou banhada em sangue, quase a matando. O velho Ma-



Após o “Quebra dos Xangôs”, as peças retiradas dos terreiros foram levadas para a sede da Liga dos Republicanos, onde ficaram expostas por vários dias.

noel Martins, outro conhecido pai de santo, teve seu cavanhaque arrancado com epiderme e tudo.

Além da humilhante passeata pelas ruas de Maceió com os seus participantes presos, os frequentadores dos cultos afro foram vítimas das maiores atrocidades: prisões, torturas; delações, interrogatórios capciosos por uma polícia que tomou partido na luta política quando o movimento das “salvações” já era vitorioso e a derrubada dos Malta já dada como certa. Fernandes Lima, que chefiou o movimento oposicionista, não teria, no futuro, esquecido esse episódio desabonador, creditando os seus inimigos políticos e setores da população como um castigo do além, a razão de muitos infortúnios seus e de sua família.

Depoimentos

“Fernandes Lima, insurgindo-se contra a tese de que o desenvolvimento de Alagoas teria de ser feito da Capital para o Interior, sustentada no Império, como vimos, pelo doutor José Bento da Cunha Figueiredo, ao assumir o mandato de governador, lançou o célebre slogan ‘Rumo aos Campos’ buscando a interiorização da sua obra administrativa. Lançou-se, com entusiasmo, à abertura de rodovias.”

Afrânio Lages

“Fernandes Lima, que governou o Estado de Alagoas entre 1918 e 1924, foi o precursor do populismo em Alagoas. Recebeu o Governo em uma situação favorável pois a economia brasileira vinha desfrutando do penado de progresso entre o ano de 1914 e o de 1918, provocado pela guerra, que nos obrigou a substituir as importações por produtos nacionais.”

Cícero Pércles de Carvalho

“A década de 20 foi vergonhosamente, assinalada por uma série de atentados à liberdade de imprensa, na Capital e no Interior do Estado.”

José Maria de Carvalho Veras



CAPÍTULO XXIII

Fernandes Lima



“A chegada do salvador de Alagoas em 1912 foi uma completa festa popular, restando aos libertadores da terra uma ponta de amargura - os auxiliares diretos do novo governador tinham sido escolhidos no Rio de Janeiro. Não obstante, para consolo deles, em especial do Dr. Fernandes Lima, o vice-governador Clodoaldo passou a orientar-se pelos informantes da terra, assessores do Palácio, sedentos de vingança e de olhos nas vagas deixadas na administração pela onda radical ... A movimentação política do Estado tinha como impulsionador o irascível Fernandes Lima, enquanto o governador, um tanto idealista, desejava apenas governar.”

J. F. Maya Pedrosa

“Na segunda década do século XX a vida social era ativa; havia festas de arte, saraus familiares, com números de música e farta mesa de doces, sequilhos, bolos de goma, creme, além dos refrescos de maracujá, vinho de jenipapo e licor de cacau. Os festivais sucediam-se. Nos programas de música, a moda era cantar os autores italianos. Apesar do período de agitação, a política não matava a vida social nem as letras. Aliás, era até motivo para os sonetos de D. Rosália Sandoval à memória de Bráulio Cavalcanti ou sobre a vitória do Dr. Fernandes Lima, nos quais se exaltava a pátria estremecida e haviam os mais fortes adjetivos para os heróis do dia.”

Manuel Diegues Júnior

“O Estado foi testado durante a greve de Jaraguá e comprovou a sua capacidade de interferência, pelo aniquilamento da organização operária, realizada no Governo de Fernandes Lima. A direita nunca se encontrou desavisada e nunca hesitou em superar divergências internas para enfrentar o que seria reconhecido como inimigo comum; o fator classe superava o fator fração. E o caso de 1922 onde o confuso socialismo da época foi objeto de pacto entre os grupos Euclides Malta e Fernandes Lima.”

Luís Sávio de Almeida

“O Sr. Fernandes Lima, quando no ostracismo, combateu, com veemência, as reeleições dos governadores, por julgá-las imorais. Chegando-se ao Governo, manteve-se fiel aos seus postulados republicanos - ele é um homem de princípios... Reelegeu-se!”

Segundo Livro de Ouro de 1927

“Eu presenciava homens simples falando do Caboclo Indômito, o Dr. Fernandes Lima, num carinho igual que só vi mais tarde, quando um operário falava do Dr. Getúlio Vargas. Aqui para as bandas do Nordeste, Fernandes Lima foi o precursor do populismo.”

Paulo Silveira

“A década de 20 se apresenta como uma das mais florescentes para a vida política, econômica, social e literária de Alagoas. Iniciou-se com o Governo Fernandes Lima, prosseguiu com Costa Rego e encerrou-se com Álvaro Paes. Foram três homens de grande cultura e identificados com a imprensa. A identificação desses governantes com o jornalismo não implicou, necessariamente, em relações amistosas entre a imprensa e o Governo. O primeiro governador das décadas, Fernandes Lima, por suas ligações com os coronéis rurais, chefes políticos do Interior, recebia a carga maior da imprensa independente e oposicionista.”

Joarez Ferreira

“Durante a vigência dos dois períodos do seu Governo, de 1918 a 1924, procurou sempre prestigiar o cenáculo iluminado dos intelectuais alagoanos. Membro da Academia Alagoana de Letras e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, muito ajudou as duas instituições. Conheci-o pessoalmente, já no crepúsculo da vida, quando encerrava o último mandato parlamentar, em 1934. Morria aos 16 de maio de 1938 no bairro das Mangabeiras o Dr. Fernandes Lima, tido e havido tal um homem pobre.”

Medeiros Neto

“É ele o Caboclo indômito, criador de um estilo de ação política, que mobilizava as massas populares para a sua pregação em defesa de princípios, por ele, julgados justo e necessário para a nossa terra e nossa gente; é ele o jornalista contestador em pequeno jornal editado em seu querido Passo do Camaragibe, o combatente em linha de frente que faz e vive a história alagoana por várias décadas.”

Luiz Renato de Paiva Lima

“Um dos mais destacados acontecimentos políticos da década de 20 foi o rompimento do governador Costa Rego, em 1926, com o senador Fernandes Lima, patrono de sua candidatura. Houve, em seguida, a história de uma tentativa de morte contra a pessoa do governador, cuja autoria intelectual se atribuía a um dos filhos de Fernandes Lima. Sem disparar um tiro ou fazer um simples gesto agressivo, um pobre débil mental foi denunciado, pronunciado e condenado por tentativa de morte. O inocente, o comerciante, deputado estadual e vice-prefeito de Maceió, José Fernandes de Barros Lima Filho, perdeu tudo.”

A.S. de Mendonça Júnior



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO XXIII Fernandes Lima



Fontes Bibliográficas

ALMEIDA, Luís Sávio de. Raízes do Comunismo em Alagoas. **Revista Debates de História Regional**, Maceió: Departamento de História da Ufal, n. 1, 1992.

FILHO, José Lages. Depoimento. In: **Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Guimarães Passos**. Maceió: Ufal, 1979.

LIMA, Luiz Renato de Paiva. **Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: IGASA, 1980.

NETO, Luís de Medeiros. Perfis acadêmicos: Fernandes Lima. **Revista da Academia Alagoana de Letras**, Maceió, n. 13, 1987.

MIRANDA, Guedes de. **Eu e o Tempo**. Maceió: Ed. DEC, Impr. Oficial, 1967.

PEDROSA, J. F. Maya. **Alfredo de Maya e seu tempo**. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969.

PORANGABA, Márcio. A Economia Alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Guimarães Passos**. Maceió: Ufal, 1979.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal, 1995.





Freitas Melro

Um deputado chefe de Revolução

Olavo Machado

O advento da Revolução de 30 inaugurou, em Alagoas, a era dos Interventores. A deflagração do processo revolucionário, apesar da agitação verificada em toda a década de 20 e acentuada no último ano da administração Álvaro Paes, tomou de surpresa a população, ainda imersa no mundo imutável da República Velha. De repente as coisas mudaram, parecia que tudo estava de cabeça para baixo. Operava-se uma inflexão sobre o processo histórico nacional e as repercussões chegavam como um grande sismo nas unidades federadas. Alagoas não era exceção.

Foram dramáticos, todos os dias, que transcorreram entre o afastamento do governador Álvaro Paes, no rocambolesco episódio de sua saída, e a tomada do Palácio dos Martírios pela Junta Interventora que assumiu o leme governamental naquela fase de acefalia. Afinal, o que viria a seguir? Era a pergunta que todos faziam em casa, nas ruas, nas casas de comércio ou nas repartições. Quem seria o líder escolhido pelos escalões revolucionários para dirigir a terra alagoana? Um suspense pairava no ar e as especulações se multiplicavam.

Os jornais já circulavam plenamente ajustados com a nova ordem. As tropas circulando na Capital e no Interior num desfile ostentatório, sinalizavam que o fato novo era

irreversível e que o passado estava sepultado. Sabia-se que o triunvirato que dirigia, sem muita fortaleza, a administração, num momento tão delicado, não iria continuar.

Aguardavam as ordens para passar o comando, mesmo tendo militares na sua formação. A presença em território alagoano do “tenente” Juarez Távora, cognominado Vice-Rei do Norte, causava um certo frisson e sinalizava que a escolha do chefe revolucionário caeté, o representante local do movimento vitorioso, era iminente. E os analistas não se enganaram. A unção foi feita. A fumacinha branca anunciava a escolha do Dr. Hermilo Freitas Melro como Interventor do Estado de Alagoas, substituindo a Junta Interina. O próprio Juarez fez o anúncio, da sacada do Palácio dos Martírios, para a multidão. Poucos se lembram hoje de Hermilo Freitas Melro, um político respeitado que deixou seu nome gravado na História de Alagoas. Até a galeria de dirigentes que existe no Palácio dos Martírios omite o seu retrato, pois excluiu os interventores. Resgatamos, aqui, a memória desse penedense ilustre que foi deputado estadual, vice-governador, prefeito, interventor e, por duas vezes, deputado federal. Como deputado estadual presidiu a Assembleia Legislativa na Constituinte de 1935. Vejamos, a seguir, a síntese de sua vida.



CAPÍTULO XXIV Freitas Melro



O revolucionário de 1930

O Poder Político, registrado em cada período da história será, sempre, o retrato do comportamento da sociedade no seu próprio tempo. Com a vitória da Revolução de 1930, deposto o presidente Washington Luís Pereira de Sousa, cai a República Velha é, então, formado o Governo Provisório sob a chefia do presidente Getúlio Vargas.

Em Alagoas, o governador Álvaro Paes abandona o Estado e, em 14 de outubro, o deputado federal Freitas Melro, então membro da Aliança Liberal, partido que sustentou o embate parlamentar de mudança das instituições, é aclamado governador provisório, com a presença do general Juarez Távora - líder revolucionário do Nordeste.

Impunha-se uma nova ordem e a reorganização nacional; o chefe do Governo Provisório da República, sob amparo do Decreto nº 19.398, Ato de 14 de novembro de 1930, nomeia Freitas Melro interventor federal de Alagoas, estabelecendo uma promissora expectativa de futuro para o Estado.

Foi a Revolução de 30, pelo seu significado político, o marco histórico que instituiu no País o Voto Secreto, a Justiça Eleitoral e o Voto Feminino consagrando, assim, os direitos sociais.

A trajetória de vida de Melro Hermilo de Freitas teve início em 30 de setembro de 1880, data do seu nascimento na povoação de Gararu (SE). Cedo, veio residir na cidade de Traipu (AL), sob a tutela de seu tio e padrinho homônimo, abastado fazendeiro na região que, mais tarde, o envia a Penedo a fim de estudar no Colégio de São José, do ilustríssimo professor Manoel de Mello Jacome Calheiros, onde se preparou para a prestação de exames de admissão ao curso de Medicina no ano de 1898, na respeitável Faculdade de Medicina da Bahia, doutorando-se em 1903 com a defesa de tese: Das injeções; soro artificial em altas doses, obtendo distinção.

Regressa a Penedo no início de 1904 para o exercício da Medicina como clínico, prestando serviços, também, de médico da Saúde do Porto.

Em 1907 contraiu núpcias com Dona Maria Cândida de Medeiros, dileta filha do coronel da Guarda Nacional, Antonio Rodrigues de Medeiros, de cujo enlace nasceram os filhos

Aloysio e Lucília, ele, mais tarde, fundador e primeiro diretor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Alagoas.

O ano de 1914 marca o seu ingresso na política quando foi eleito intendente municipal de Penedo, cargo que exerceu por mais de um mandato. Se afirmou como administrador vocacionado e de grande visão, tendo instalado a luz elétrica na cidade, antes iluminada com lâmpadas, e a primeira rede de esgotos municipais no Estado de Alagoas; recebeu

o título de Prefeito Modelo, o que lhe valeu ser eleito vice-governador na chapa José Fernandes de Barros Lima (1918 - 1924) tendo, em 20 de março de 1923, por motivo de licenciamento do titular, Fernandes Lima, assumido a chefia do Executivo estadual durante o período de três meses; nesse espaço de tempo fez criar, pelo Decreto nº 1001, de 2 de abril de 1923, o Serviço Estadual do Algodão de Alagoas; e em 24 do mesmo mês, na qualidade de vice-governador no exercício de governador, apresentou Mensagem ao Congresso Legislativo por ocasião de ser instalada, a 24 de abril de 1923, a 1ª sessão da 17ª legislatura.

Eleito deputado federal

por dois mandatos seguidos defendeu, com grande energia, os interesses de Alagoas na Câmara Federal, se destacando com discurso probo e austero em favor do aperfeiçoamento das instituições e da liberdade de imprensa. Por ocasião do empastelamento do jornal penedense A Semana, dirigido pelo sábio jornalista José Gama, combateu com veemência o arbítrio e o regime, chamando a atenção da Associação Brasileira



O interventor de 30, Freitas Melro, após a sua investidura na chefia da Revolução em Alagoas, tendo ao seu lado direito Dom Santino, o prefeito de Maceió, Baltazar Mendonça, e oficiais do comando do Exército.



Governo Revolucionário. Freitas Melro interventor Federal.



CAPÍTULO XXIV Freitas Melro



de Imprensa e dos grandes jornais do Rio de Janeiro para o que ele intitulou - Alagoas fora da lei -, coletânea de discursos publicados pela imprensa nacional - 1929.

Em 1935, eleito deputado estadual, preside a Assembleia Constituinte e, em seguida, a Assembleia Legislativa, formada por luminares políticos e intelectuais.

Com o Estado Novo em 1937, fechado o Congresso Nacional e as Casas Legislativas, se recolhe a Penedo, onde, por insistente apelo do interventor federal Osman Loureiro - seu antigo diretor do Departamento Estadual de Educação - assume a Prefeitura de Penedo durante mais de quatro anos, dando nova feição à administração municipal, com incentivo à instrução pública criando doze escolas, além da atenção ao antigo Instituto Gabino Bezouro, escola artesanal penedense fundada durante sua interventoria (1930/1931) - Edição O Cruzeiro, setembro de 1940; esse foi o seu derradeiro mandato.

A Fundação Casa do Penedo, no jornal de abril/94 transcreve o perfil de Freitas Melro publicado pelo periódico O Lutador - Ano XV, nº 2293 fazendo destacar:



Juarez Távora e Freitas Melro caminham pelas ruas de Penedo, em 1930.

“Os últimos anos de sua vida passou recolhido ao seu vetusto sobrado na Praça Floriano Peixoto. Mas, mesmo afastado da política, era constantemente visitado por importantes políticos que iam solicitar-lhe conselhos e render homenagens. O Dr. Freitas Melro tinha tanto amor a Penedo, que dizia sempre a seus familiares que trouxessem-no o seu corpo para ser sepultado na Cidade amada, caso viesse a falecer fora dela. Morreu no dia 27 de julho de 1957.”

Foi assim Freitas Melro: o médico eminente, o parlamentar digno, o administrador honrado. Foi o político que não se separou do seu momento histórico. Sua participação na vida pública do Estado reflete o caráter de uma época e que mereceu, do emérito deputado e historiador Medeiros Netto, ao denominá-lo de “adversário respeitável”, o tributo de que jamais deixara “envelhecer a pureza dos seus ideais de cidadão, de profissional e de homem público das Alagoas”.



Freitas Melro e a Assembleia Estadual Constituinte de 1935.

Cronologia histórica da Revolução de 1930

1921 - Reeito Fernandes Lima, cognominado o Caboclo Indômito, que vem dominando a cena política alagoana desde a queda de Euclides Malta em 1912. O vice-governador eleito é Freitas Melro.

1922 - Início das lutas tenentistas com a Revolta do Forte de Copacabana objetivando a derrubada do “status-quo”.

1923 - Sérios conflitos no Rio Grande do Sul entre forças políticas antagônicas e a participação dos tenentes.

1924 - Eleito o jornalista Costa Rêgo em Alagoas. Seu Governo vai ficar famoso com a campanha implacável movida contra o roubo, o banditismo e o jogo do bicho. No aniversário do Levante de Copacabana, a 5 de julho, estoura a Revolução Tenentista de São Paulo liderada pelo general Isidoro Dias Lopes. Depois de um mês e meio de luta na cidade, os revolucionários se reagrupam no interior e liderados por um tenente de grande liderança que, depois, adere ao Movimento Comunista e formam a famosa Coluna Prestes.

1926 - Posse, em novembro, do presidente Washington Luís. Fundação do Partido Democrata, uma cisão importante na monolítica estrutura de poder oligárquica, quebran-



Presidente Washington Luís e Julio Prestes em campanha eleitoral: rompimento da política “café com leite”.



CAPÍTULO XXIV

Freitas Melro



Revolucionários alagoanos de 1930.

do o exclusivismo político do PRP.

1927 - Derrota da Coluna Prestes após um périplo que galvanizou a atenção do País. O tenentismo mantém-se, entretanto, como força principal de contestação ao regime, afastado da orientação marxista de Carlos Prestes.

1928 - Agita-se o quadro sucessório nacional com a determinação de Washington Luís em indicar Júlio Prestes, seu conterrâneo, como candidato a presidente na próxima eleição. Rompe-se o grande acordo da política "café com leite", a aliança São Paulo-Minas, que sustentava os coronéis da República Velha. Os descontentes, liderados por Minas Gerais e Rio Grande do Sul, fundam a Aliança Liberal. Em meio à grande agitação que envolve o panorama nacional é eleito, em Alagoas, o jornalista Álvaro Paes, homem pacato e ligado ao meio intelectual. Será o último governador caeté da Primeira República.

1929 - Quebra da Bolsa de Nova York com nefastos reflexos econômico, social e político em todo o mundo. A economia alagoana sofre.

1930 - A derrota da chapa oposicionista não convence e as acusações de fraude eleitoral sacodem o País. O assassinato de João Pessoa, candidato derrotado a vice-presidente da República, numa confeitaria do Recife, em 26 de julho, por um inimigo político regional, desenvolve um clima propício para um verdadeiro vendaval revolucionário. A agitação toma conta das ruas e, a 3 de outubro, eclode a Revolução no Rio Grande do Sul e, quase ao mesmo tempo, no dia seguinte, o Nordeste se levanta. No dia 24 de outubro as tropas sulistas marcham em direção à capital da República. O presidente Washington Luís se vê obrigado a renunciar. Assume uma Junta Governativa Provisória, composta por militares que entregam em 3 de novembro, o bastão de comando a Getúlio Vargas, o chefe da revolução vitoriosa. Em Maceió, no dia 9 de outubro, um avião sobrevoa a cidade soltando boletins, através dos quais convocava a população a apoiar o Movimento Revolucionário. Apesar dos desmentidos do Palácio dos Martírios, de que tudo estava bem e a situação inteiramente sob controle, a população desconfia de que havia algo mais no ar que aviões de carreira. No dia seguinte, constata-se que a Revolução chegara a Alagoas com o afastamento do governador Álvaro Paes. A posse de Hermilo de Freitas Melro no dia 14 de outubro inaugura a era dos interventores. A escolha do líder político penedense é anunciada pelo próprio Juarez Távora na sacada do Palácio Floriano Peixoto.



Em outubro de 1930, chega a Maceió a Coluna Revolucionária, vinda de Recife. Desfila na rua do Comércio, sendo recebida com entusiasmo pela população.



Freitas Melro, Arnon de Mello, monsenhor Valente, general Juarez Távora e Álvaro Paes.



OLAVO DE FREITAS MACHADO

Engenheiro agrônomo. Integrou o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e a Fundação Casa do Penedo.



CAPÍTULO XXIV Freitas Melro



Fontes Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre a História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1989.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. A República e o Movimento Operário em Alagoas (A Redenção dos Filhos do Trabalho). In: **Anais do Simpósio 100 anos de República**. Maceió: Departamento de História da Ufal, 1989, p. 38-58.

Raízes do Comunismo em Alagoas. **Revista Debates de História Regional**. Maceió: Departamento de História da Ufal, 1992.

FAUSTO, Bóris. **A Revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

GOIS, Antonio. **Alagoas e a Revolução**. Maceió: [s.n.], 1933.

GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grota**. Maceió: Editora Gazeta de Alagoas, 1970.

LIMA, Mário de Carvalho. A Revolução de 30 em Alagoas. **Revista IHGA**. Maceió: Sergasa, 1978.

LOPES, Nabuco. A Fuga. **Revista IHGA**. Maceió: Sergasa, 1978.

OCTAVIO, José. **A Revolução Estatizada**. João Pessoa: Tip. União, 1984.

MEDEIROS NETTO, Luís de. Freitas Melro, o Interventor de 30. **Jornal de Alagoas**, Maceió: 19 out.1950.

MELLO, Arnon de. Depoimento. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: Ufal, 1979., p.43-48.

PINTO, Geosélia da Silva. **História de Alagoas**. Maceió: Editora da UFAL, 1979.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Crítica/Décio Freitas Parte III. **Tribuna de Alagoas**. Maceió: 27 set. 1996.

SANTA ROSA, Virgínio. **Que foi o tenentismo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

TENORIO, Douglas Apratto. A Sociedade e a Política Alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979, p. 34-43.

_____. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal, 1995.





Aurélio Vianna

O combativo e coerente

João Azevedo

O combativo e coerente Aurélio Vianna é o personagem desta síntese, de difícil composição, porquanto é vastíssimo o seu acervo, riquíssimo seu conteúdo, importantíssimo na compreensão da vida política, administrativa e cultural de Alagoas e do Brasil, com inúmeras passagens cujo lapso de tempo ainda não permite penetrar em seu âmago.

A ousadia, no entanto, me faz vasculhar sua trajetória - mesmo com os limites das circunstâncias -, por se tratar de um alagoano de enorme valor, esquecê-lo é profunda injustiça, bem como o débito que possuo para com ele, pois mais de

vinte e sete anos, direta ou indiretamente, convivi sob as ações de seu dinamismo e sua inteligência, ao longo de nossas atividades na Universidade Federal de Alagoas e de nossas conversas, horas a fio, aqui e em Brasília.

O resgate desse débito não se concretiza nessa síntese, porém me ameniza, um pouco, a ingratidão.

Meus agradecimentos a Aurélio Júnior, ao professor Guilherme da Cunha Lima, ao doutor José Sebastião Bastos e a doutora Helga Melopor terem contribuído na cessão do material de pesquisa utilizado.



CAPÍTULO XXV Aurélio Vianna



Origem e formação

O alagoano, pilarense, professor, contabilista, advogado, jornalista, funcionário público dos quadros do então IAPI, orador consagrado, deputado estadual, deputado federal e senador da República, pelo então Estado da Guanabara, hoje, Rio de Janeiro, Aurélio Vianna da Cunha Lima, nascido em 9 de junho de 1914, era o segundo filho dos seus (Elza, Leonardo, Eunice, Galba e Eurídice) de José Vianna da Cunha Lima, um dos proprietários do Engenho Oriente, no município do Pilar, e de dona Maria Wanderley Pinheiro da Cunha Lima, palmeirense, filha do capitão Pinheiro, um dos signatários do termo da Comarca de Palmeira dos Índios.

O curso primário fez no Grupo Escolar Diégues Júnior, na Pajuçara, pois “minha mãe não podia me colocar num colégio particular”. Foi aluno da professora Irene Garrido, sua professora predileta, como veio a registrar mais tarde, em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa (27/10/1952), em homenagem ao centenário de nascimento de Manoel Balthazar Pereira Diégues Júnior, patrono daquela unidade escolar e que muito contribuiu para a formação de Aurélio Vianna.

Posteriormente, convertido ao protestantismo, pas-

sou a integrar a Igreja Batista, ocasião em que iniciou seus preparativos para a formação de pastor, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, onde veio a terminar o primeiro grau, transferindo-se, em seguida, para o Colégio Salesiano do Recife, concluindo o 2º grau.

Em Recife, realizou os cursos de Contabilidade; Filosofia, na Faculdade de Filosofia Manoel da Nóbrega; e de Geografia e História, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco. Em Maceió, concluiu o curso de Direito, na Faculdade de Direito de Alagoas.

Casou-se com Dona Ruth Botelho Vianna, esposa com quem contou durante todos os seus embates políticos e nas diversas ações sociais que desenvolveu. Do casal, nasceram quatro filhos: Velela, Lídice, Múcio e Aurélio Júnior.

Aurélio lecionou em vários educandários maceioenses, e integrou o quadro de magistério da Universidade Federal de Alagoas, como professor titular de História da Antiguidade e Idade Média. Após exercer as funções legislativas, a partir de 1971, Aurélio se dedicou, entre outras coisas, a cuidar dos interesses da Universidade Federal de Alagoas, junto a órgãos federais, em Brasília.



Líderes sindicais cariocas comemoram a eleição de Aurélio Vianna para o Senado Federal, defronte ao Palácio Tiradentes, em 1962.

Funções legislativas

Em 1947, é eleito pela União Democrática Nacional - UDN, para constituinte e membro da Assembleia Legislativa de Alagoas, sendo reeleito para o mandato que se encerrou em 1955. Deixou de integrar a ala udenista, quando veio a fundar, em Alagoas, o Partido Socialista Brasileiro - PSB, sob a liderança nacional do Dr. João Mangabeira.

José Sebastião Bastos, em suas memórias, registra:

“Na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, privando da convivência salutar do valoroso político e intelectual Aurélio Vianna, à época deputa-

do estadual, ele convidou-me para fundar, neste Estado, o Partido Socialista Brasileiro, em 1950, pelo qual me elegi vereador na Câmara Municipal de Maceió, no período de 1951-1955. Orgulho-me de haver desempenhado o mandato com destemor e o idealismo de um Partido que tinha um programa não somente nacional, mas também universal, fundamentado na fraternidade do mundo do amanhã.”

(BASTOS, pp. 4 e 5).

Em discurso pronunciado na sessão de 23/07/52,



CAPÍTULO XXV Aurélio Vianna



da Assembleia Legislativa, Aurélio Vianna, entre outros temas, traz à baila a questão de mudança partidária:

Aurélio Vianna: Os jornais vêm dizendo, quase todos os dias, que eu, por medo, por covardia, deixei um certo partido, isto é, por medo do ex-governador. Ora, Sr. presidente, já li, daqui, declarações do líder daquele partido, feitas depois da minha saída, que diziam o seguinte: temos certeza absoluta de que a saída de V. Excia. não se prendeu à covardia, mas, sim, a princípios, e respeitamos a V. Excia. Todos sabem das minhas ideias socialistas!

Lucena Maranhão: V. Excia. é um deputado que quanto mais é atacado, mais cresce o seu conceito no seio do povo.

(...)

Aurélio Vianna:...Sr. presidente, mas durante a minha vida parlamentar, vez por outra eu ouvia daqui as mesmas expressões: sempre contamos com o Sr. deputado Aurélio Vianna, em qualquer momento. O Sr. deputado Mello Motta - há muito tempo que não me refiro a esse nome, e só me refiro como político -, daqui, desta tribuna, certa vez, passou, duas ou três sessões, se defendendo. Um dia, ainda trarei um discurso do líder da UDN, daquele tempo, contendo declarações a meu respeito, nos momentos mais difíceis da vida alagoana. (...) E,



Nelson Carneiro, Aurélio Vianna e Herbert Levy participam da 48ª Conferência Interparlamentar, Varsóvia, Polônia, 1959.

ainda, vem tocando nesta velha tecla: o deputado Aurélio Vianna quase não foi eleito, teve uma votação insignificante. (...) Sr. presidente, com pequena votação, ou com grande votação, estou aqui pela vontade do povo, pela segunda vez, e não critico aqueles que não estão aqui. É uma questão de opinião: o povo quis que eu voltasse, e estou na Assembleia pela vontade soberana do povo, sem comprar votos, confiando exclusivamente na consciência do povo alagoano. Sou dos deputados que se orgulham de dizer: tive votos na maioria dos municípios alagoanos; é verdade que foram poucos: 5 votos, aqui; 30, ali; 50, em certa fábrica, mas, foram votos principalmente de proletários, comerciantes e de operários, de elementos que vivem do seu trabalho, do seu suor.

Após dois mandatos de deputado estadual, foi eleito deputado federal, por Alagoas. Nas eleições de outubro de 1962, foi eleito senador, pela coligação dos Partidos Socialista Brasileiro e Trabalhista Brasileiro, pelo Estado da Guanabara, hoje, Rio de Janeiro, iniciando o mandato em 1º de fevereiro de 1963, quando foi escolhido líder do PSB, exercendo, ainda, a vice-liderança dos pequenos partidos, e vice-presidente da Comissão do Polígono das Secas.

No ano seguinte, continuou na liderança de seu partido, além de ter sido eleito presidente da Comissão do Distrito Federal e vice-líder do Bloco Parlamentar Independente.

Com a reforma partidária, passou a integrar o Movimento Democrático Brasileiro - MDB sendo, de 1966 a 1970, escolhido para seu líder, exercendo, também, a vice-presidência da Comissão de Finanças do Senado Federal. Na sessão legislativa seguinte, foi reconduzido à liderança do MDB, integrando, ainda, as Comissões do Distrito Federal, Polígono das Secas, Finanças, Constituição e Justiça, Relações Exteriores, Projetos do Executivo e de Agricultura. Além dessas, participou de outras comissões como a de Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Segurança Nacional e Legislação Social, Energia Nuclear, Redação e a da Valorização da Amazônia. Inúmeras foram as vezes que representou o Brasil em missões no Exterior, por delegação do Congresso Nacional ou a convite de governos estrangeiros.



Aurélio Vianna e o vereador por Maceió, José Sebastião Bastos, no Rio de Janeiro, em 1955.



CAPÍTULO XXV Aurélio Vianna



O Parlamento

Em várias ocasiões, Aurélio Vianna emitiu suas ideias relativas ao papel do poder legislativo.

Na instalação dos trabalhos da 2a sessão ordinária, da 2a legislatura da Assembleia Legislativa, em 21/04/52, após prestar homenagem a Tiradentes, o orador assinalou:

“O Brasil, segundo o insuspeito Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, dá, a todos os que se preocupam com a coisa Milica, a impressão de uma nação de desamparada e sem Governo. ‘É preciso que o povo sinta a presença efetiva de um Parlamento na solução dos seus problemas. É preciso que o Congresso não esteja ausente da vida nacional, para evitar que a maré montante das questões sem solução venha a surpreendê-lo’.

Mutatis mutandis. No âmbito estadual o mesmo vem acontecendo e as medidas preconizadas pelo Diário de Notícias’ devem ser postas imediatamente em prática, sob pena de uma cortina de absoluto descrédito descer sobre as Assembleias Legislativas dos Estados, aumentando a descrença do povo e auxiliando os eternos golpistas na sua obra nefasta de desagregação nacional para o estabelecimento de estados fascistas ou parafascistas, de cuja experiência estamos fartos e cujos resultados aí estão à vista dos que não são, propositadamente, cegos.

Ou o Parlamento estadual dá um exemplo claro e concreto de amor e dedicação à causa pública, legislando como poder independente no sentido da solução dos problemas do povo, ou afundar-se-á no ódio e no desprezo da coletividade.

Num País em que milhares e milhares de nordestinos vivem o drama angustiante da seca, caindo uns no ‘conto da borracha’ e morrendo na misteriosa e gigantesca Hileia Amazônica, outros, pelas estradas, abandonados à doença e à fome;

Num País em que só as indústrias de artefatos de borracha auferem lucros de mais de 300 por cento, distribuindo algumas delas 356 por cento de dividendos aos seus acionistas, enquanto os operários dessas mesmas organizações curtem miséria e afundam-se no lodo do desespero;

Num País em que o funcionário público é sinônimo de proletário, e em que o proletário é mais sofrendor;

Num País em que, para maior corrupção da juventude, organizam-se concursos de cachaça sob as vistas complacentes dos poderes públicos;

Num País em que o jogo é proibido, chefes de Governo declaram que o acabaram, e joga-se clandestina e abertamente;

Num País em que os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, quando um dos can-

didatos à Presidência da República declara que precisamos criar uma nova ordem em que os ricos sejam menos poderosos e os pobres menos sofrendores, palavras que não encontraram, na prática, eco dentro do seu próprio partido, porquanto nenhuma medida, objetiva e clara, tomou até agora, no Parlamento Nacional, contra a ganância e a voracidade dos tubarões que ameaçam a estrutura pátria e o futuro nacional.

Num País em que o chefe do Governo trabalhista tem como ministro da Fazenda um multimilionário banqueiro, como presidente do Banco do Brasil, um não menos poderoso multimilionário e que designa para embaixador, em Washington, um outro multimilionário, e que, como ministro da Agricultura, um outro potentado;

Num País em que, à medida que aumenta o número de doentes e subnutridos em proporção fantástica, cresce, concomitantemente, o preço dos gêneros de primeira necessidade e dos medicamentos, sem que as tais comissões de Abastecimento e controle de preços tomem medida senão a de autorizarem, sempre e sempre, o aumento dos preços das utilidades;

Num País de fome crônica, em que a mortalidade infantil é das mais altas, mas que, paradoxalmente, é, na América do Sul, ‘que mais importa carros novos de luxo, apesar da escassez de dólares e da proibição em vigor’;

Num País como o nosso, quando a inquietação lava e o poder suportar os sofrimentos está quase esgotado, só pela libertação dos Parlamentos estadual e federal das interferências constantes e indébitas do Executivo, só pela organização da massa trabalhadora em sindicatos que tenham voz ativa e soberana, sem interferências estranhas de pelegos mi-



Na Câmara Federal, no Rio de Janeiro: Odilon Souza Leão, Aurélio Vianna, Muniz Falcão, José Sebastião Bastos e Galba Vianna, irmão de Aurélio.



CAPÍTULO XXV Aurélio Vianna



nisterialistas, só com reformas de base, extinguindo-se realmente os latifúndios, realizando-se 'uma outra libertação' a libertação do homem econômico, explorando-se as nossas riquezas minerais, adotando-se a tese do petróleo, monopólio do Estado, fomentando-se a produção pelo auxílio direto e imediato à lavoura, criando-se um sistema de transportes à altura das nossas necessidades e da vastidão

territorial de mais de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, e elegendo-se governantes mais amantes da verdade e do trabalho que da propaganda dirigida e dos veraneios em épocas de crise, num verdadeiro desprezo à angústia do povo, só desta maneira é que o Brasil emergirá do caos e se firmará definitivamente no conceito das nações mais avançadas da terra.

Alguns projetos e ideias

Aurélio Vianna, em todo o percurso de sua vida, foi um homem incansável, irrequieto, torrencial em suas ações e ideias. Mas de uma quietude espiritual impressionante.

Certa vez, um amigo senador iria viajar ao exterior, e, antes de sair do Senado, foi se despedir de Aurélio. Esperou bastante tempo, enquanto o alagoano estava na tribuna. Desistiu, e viajou. Ao retornar, procurou o pilarense para abraçá-lo, e o encontrou falando na tribuna. Aguardou o término do discurso, e exclamou: - Ô Aurélio, viajei e você falando, não pude me despedir. Voltei e você ainda continua na tribuna!

Portanto, o acervo de Aurélio é exuberante. Impossível, assim, aprofundar, em sua análise, numa síntese como esta. Em momento algum, durante suas atividades, deixou de participar, ativamente, dos problemas local, estadual e nacional. E mais, sempre de forma profunda das questões. Nunca foi superficial. E duma coerência fantástica. Combateu a violência, como casos de prisões por perseguição política, as lutas no Interior do Estado, como de Arapiraca, Palmeira dos Índios, a questão do impeachment, entre outras; a improbidade administrativa; a clandestinidade do jogo do bicho; as negociatas nas compras de votos; a demagogia; os áulicos.

Combateu o descaso de Alagoas com os investimentos da Chesf, quando, citando as preocupações do deputado Oceano Carleial (25/08/52), falava sobre os esbulhos “de que foi vítima o povo alagoano (com) o desprezo em que ficou relegada a construção da Usina da Hidroelétrica, que foi transferida para o Estado da Bahia, (ou) o segundo esbulho [...] quando o Estado da Bahia levou-nos, sob o silêncio criminoso do Governo, o hotel que seria construído no nosso Estado, e o terceiro, foram os milhões que seriam gastos na construção de um grande hospital e to-

maram para a Bahia”. Além de tantas outras questões cuja omissão do Estado traria enormes prejuízos para o seu desenvolvimento econômico e social.

Ao tempo em que defendia os servidores públicos, os pobres, os operários, os injustiçados, os perseguidos, os presos injustamente (quer fossem amigos quer adversários); a organização judiciária numa época em que a justiça vivia calamitosamente; o cooperativismo, criticando, inclusive, a experiência alagoana, onde “em geral, os nossos cooperativistas destinam as suas energias para os interesses político-partidários”. As cooperativas são organizadas para servir aos mais argutos, aos irresponsáveis, cujos movimentos são acobertados pelos donos da situação política do momento, (cita exemplos de descasos das cooperativas alagoanas, levando o povo à descrença no sistema); a crucial questão da seca e da emigração; a denúncia do escândalo da pecuária, “quando muita gente pediu empréstimo para construir apartamentos e casas riquíssimas nos grandes centros, e não para o aperfeiçoamento da criação, de tal maneira que isso, hoje, é uma vergonha para nós, estarmos tentando importar bois do Paraguai” (discurso de 15/09/52); a precaução que se deveria ter para evitar as ditaduras, como no caso Jânio Quadros, entre várias outras posições.



Aurélio Vianna, no centro da foto, em reunião de Comissão na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro.



CAPÍTULO XXV Aurélio Vianna



Discípulo de João Mangabeira

Aurélio sempre admirou o fundador do Partido Socialista Brasileiro, o discípulo predileto de Rui Barbosa, o reconhecido tribuno baiano, João Mangabeira, que afirmava sempre: “Não sou escritor. Não fui jamais homem de letras. Não sou historiador. Sou apenas um homem que não corteja a riqueza, não lisonjeia a força, não adula o poder”. (Cit. in BROSSARD, p. 7).

Barbosa Lima Sobrinho, fazendo a apresentação de João Mangabeira na UnB (p. 4), considera Mangabeira “uma das maiores figuras que já ocuparam o cenário da vida pública do Brasil. Senão tanto pelas posições ocupadas, e que, por sinal, não foram muitas, mas decerto pela singularidade de ter sido uma dessas personalidades, em que as conveniências e as ambições valeram menos que a sinceridade de suas convicções e a autenticidade de suas posições pessoais. Não foi um robô, sob o comando de um controle distante, mas um homem que ia buscar, no íntimo de sua consciência, as inspirações que orientaram a sua vigorosa atuação política”.

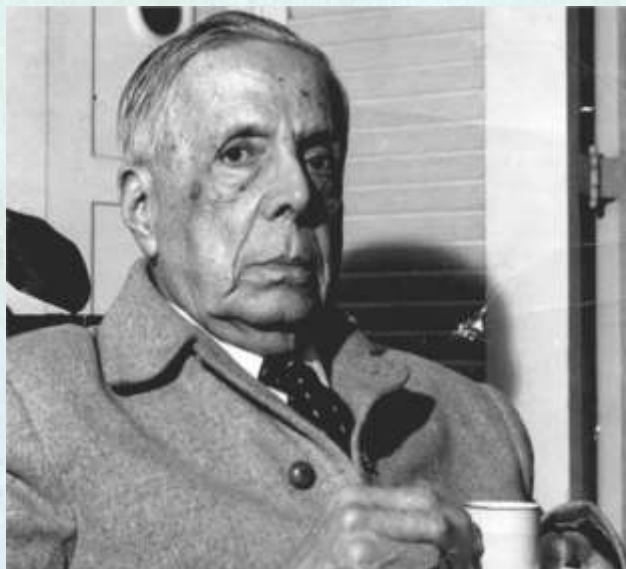
Luiz Vianna Filho destaca, em sua conferência na UnB, sobre o tribuno baiano e ex-ministro da Justiça: “verdadeiramente, as batalhas mais lhe alteavam a flama da bravura. Diante da violência, mostrava-se impávido, diria até, arrogante. Assim, no manifesto à Nação, em janeiro de 1937, após nove meses de prisão, concluiria com altiva dignidade: A prisão arbitrária não me abate. Ao contrário, me enobrece. E o prêmio da minha devoção ao Direito e à liberdade, num País sem Justiça!”.

No Simpósio realizado pela Universidade Brasileira, comemorativo do centenário de nascimento do ex-ministro da Justiça, Aurélio assim comentou:

“Falar de João Mangabeira - inteligência nobre e desinteressada -, tecer comentários à sua obra ciclópica de lutador intermerato, às suas atitudes e ações sempre positivas, sem o registro dos seus pensamentos fundamentais, das suas ideias construtivas, das suas maravilhosas frases esculpidas num Português escoreito e belo, numa como 'que preocupação de preservar e aformosear o idioma de Camões, esta última flor do Lácio tão desconhecida, na sua pureza, da generalidade dos brasileiros, tecer comentários, dizia eu, à sua obra de construtor político e mestre 'em Direito Política e Direito Constitucional', (...) não seria justo, nem probo, nem mesmo inteligente.”

A partir desse introito, Aurélio discorre sobre o pensamento de seu amigo e mestre com quem, desde a década de quarenta, manteve grandes ligações políticas. Entre outras ideias, Aurélio Vianna salienta:

“Nunca li, em qualquer tempo, de nenhum autor, uma definição mais completa e mais perfeita de



João Mangabeira: jurista, político, ministro de Estado e fundador do Partido Socialista Brasileiro.

partido político, do que a de João Mangabeira, nestes termos: 'Um partido é um grupo politicamente organizado para sustentação e propaganda de um pensamento, que se desdobra e se articula num programa, que ele promete defender na oposição e executar no Governo'. É exatamente isso que constitui a substância de um Partido. Sem isso, um partido, por mais numeroso que seja e seja qual for o nome com que se intitule, não é social e politicamente um partido - é tão somente uma partida, isto é, um ajuntamento de interesses para o assalto ou a exploração do Poder.”

Como justificamos no início, não é possível discorrer sobre a vida e as atividades do combativo e coerente Aurélio Vianna, numa síntese como essa. Porém, já é gratificante lembrá-lo.

José Sebastião Bastos, um de seus amigos e admirador, assim comentou: “Quem conhece as notas biográficas e os pronunciamentos de Aurélio Vianna na Assembleia Legislativa de Alagoas, na Câmara dos Deputados e no Senado da República, haverá de proclamar o seu valor, a sua inteligência, a sua combatividade, a sua lealdade e a sua honestidade, rendendo-lhe a sua homenagem, quando Aurélio repousa de suas lutas físicas, ao lado de sua valorosa mulher, d. Ruth e seus ilustres filhos, em Brasília (...). Realmente Aurélio Vianna se constitui numa vida paradigma”.



JOÃO AZEVEDO

Professor e ex-reitor da Universidade Federal de Alagoas.



CAPÍTULO XXV Aurélio Vianna



Fontes Bibliográficas

BASTOS, José Sebastião. **Uma longa jornada percorrida**. Maceió: Sergasa, 1998.

BROSSARD, Paulo. **Discurso de 23 de junho de 1980, no centenário de João Mangabeira**. Brasília: Senado Federal, 1980.

FLEISCHER, David Verge. **Repertório biográfico dos Senhores Deputados, abrangendo o período de 1946-1967**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1981.

LIMA, Aurélio Vianna da Cunha. **Aposentadoria ordinária e Previdência Social**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

Discursos parlamentares. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

A Presidência do Congresso na Constituição de 1967. Brasília: Serviço Gráfico do Senado Federal, 1967.

Atividades parlamentares. Brasília: Serviço Gráfico do Senado Federal, 1970.

MANGABEIRA, João. **Ideias políticas de João Mangabeira. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa**. Rio de Janeiro Senado Federal. Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 1, 2 e 3, 1980.

João Mangabeira na UnB: conferências, comentários e debates de um simpósio realizado de 3 a 6 de novembro de 1981. Brasília: UnB, 1982.





Povina Cavalcanti

Político bissexto e intelectual atuante

Douglas Apratto Tenório

Um dos mais sérios e talentosos intelectuais alagoanos, autor de quase duas dezenas de trabalhos que esquadriharam a literatura brasileira em diferentes áreas, além de autor de cinco livros de Direito Público e Administrativo, Carlos Povina Cavalcanti, nasceu na cidade de União dos Palmares.

Se é verdade que o tempo cicatriza as feridas de célebres conflitos, apara as arestas pessoais, a tudo nivelando, indistintamente, é igualmente certo que num país onde a memória histórica é vítima da amnésia dos governos e do seu povo, o tempo se torna, às vezes, um vilão da lembrança de figuras respeitadas, implacável com o edifício da cidadania regional. Cidadania que também se constrói com o exemplo de homens que não viveram em vão, deixando um legado de obras e exemplo de dedicação à causa pública e à práxis intelectual.

A História comete muitas injustiças, o tempo apaga muitas marcas das realizações dos homens. É preciso festejar o mérito de quem merece. No caso de Povina Cavalcanti relembremos a figura de um intelectual de primeira linha, participante de importantes fases da vida alagoana e da vida nacional. Pouco se ouve falar hoje de uma figura que presenciou a ebulição cultural que vivemos após a I Grande Guerra, um dos fundadores da Academia Alagoana de Letras, deputado estadual e grande amigo de Jorge de Lima que, transferindo-se para o Rio de Janeiro durante a década de 20, na capital da República continuou com a mesma intensidade sua atividade literária, jornalística e como bem-sucedido advogado. Sintetizemos a trajetória de nosso personagem.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano e fundador da Casa das Letras de Alagoas, Carlos Povina Cavalcanti nasceu a 14 de agosto de 1898 na terra de Zumbi dos Palmares. Após a conclusão do curso básico e de primeiras letras em Maceió, ingressou na Faculdade de Direito da Bahia transferindo-se, posteriormente, para a tradicional Faculdade de Direito do Recife onde, aos 20 anos, recebeu o grau de bacharel.

Jornalista por vocação, foi redator do Diário da Bahia e, em Maceió, colaborou no Jornal de Alagoas, tendo fundado, também, um diário de caráter político. Chegou a dirigir a redação do Jornal de Alagoas. Ingressou na Assembleia Legislativa de Alagoas juntamente com Jorge de Lima. Sua atuação parlamentar foi destacada, mas foi curta sua permanência na política.

Transferiu-se em 1922 para o Rio de Janeiro, tendo na Capital do País retornado às lides jornalísticas vitoriosamente, convivendo com as figuras mais expressivas da época. Nomeado em 1931 para a Prefeitura do Distrito Federal foi, sucessivamente, advogado, procurador e procurador-geral da municipalidade carioca, atingindo o cargo de consultor jurídico do Estado da Guanabara.

Como jurista, deixou publicados cinco volumes sobre Direito Público e Administrativo. Exerceu, de 1962 a 1965, a presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Participou de vários congressos e encontros no País e no estrangeiro. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 04 de dezembro de 1974.



CAPÍTULO XXVI Povina Cavalcanti



Os dias felizes da infância em Alagoas

O escritor compôs em belas páginas de memorialista os dias idílicos de sua infância passada em União dos Palmares. Viajante infatigável por outros países, demonstrava, contudo, em seus colóquios e escritos, um comovente apego à terra natal. Os múltiplos atrativos da metrópole carioca e das grandes capitais europeias não apagavam da retina do alagoano vitorioso a visão paradisíaca dos remansos do Rio Mundaú, dos passeios à Bica da Pedra e, principalmente, à mancha verde da Serra da Barriga com sua gloriosa epopeia dos Palmares.

São uma saborosa crônica proustiana suas narrações da infância vivida na antiga Vila Imperatriz, ex-Cerca-Real-dos Macacos. As alegrias vividas pelo menino no festivo período natalino, as procissões da Padroeira Santa Maria Madalena, adorada nos dias de novena por homens contritos e mulheres usando chapéus vistosos e luvas da moda. A descrição dos banhos demorados do Rio Mundaú, com suas lavadeiras, das ingazeiras sombreando as margens, a algaravia da fábrica, o apito do trem, a igreja sobranceira dominando a praça central, os logradouros com nomes exóticos como Rua do Virador, Rua das Cordas, Rua do Boi, Rua do Consome Homem.

Seu pai era o chefe da estação da Great Western, depois de ter sido telegrafista na vizinha Murici. Pessoa muito estimada em União e que, após o jovem Carlos terminar as primeiras letras com dona Mocinha Medeiros, a professora do lugar, decidiu mandá-lo para Maceió para continuar os estudos. Novos horizontes se abririam; dali ele seguiria para Salvador, matriculando-se na Faculdade de Direito e, em seguida, concluiria o curso na tradicional Faculdade de Direito do Recife, mas seu coração estaria sempre ligado à terra palmarina, refúgio amoroso de doces lembranças com suas campinas, suas serras libertárias e seu rio sinuoso. União seria sempre um painel apaixonante em suas conversas: rixas, amores, as bodegas e os borgeiros, os carros de boi, a matalotagem dos roceiros, os grilos da noite, as barrancas, as santas missões, feiras, velórios, visita de ciganos, histórias de assombração, espetáculos de circo, folguedos populares, lutas políticas de clãs poderosos, enfim, uma sinfonia de muitos movimentos e um só tema.



Estação ferroviária de União dos Palmares: pai de Povina Cavalcanti era funcionário da Great Western.



Aspecto de uma rua de União dos Palmares, na década de 1920.

*Serra da Barriga sempre povoou
o imaginário de
Povina Cavalcanti.*





CAPÍTULO XXVI Povina Cavalcanti



Na política, um deputado independente

Já em Salvador, Povina demonstrava sua inclinação para o jornalismo e para as letras. Na capital baiana publicava seus trabalhos literários e ingressava como redator do Diário da Bahia, a convite do senador Severino Vieira, seu professor de Direito Civil. Em 1918, aos vinte anos, ao receber o grau de bacharel na Faculdade de Recife, para onde se transferira no meio do curso, dedicou-se em definitivo ao jornalismo militante, uma das facetas significativas da sua vocação intelectual. Regressando a Maceió foi redator do Jornal de Alagoas, fundando e dirigindo, também, um diário de caráter político.

No período de pós-guerra, após o grande conflito de 1914, vivia Maceió uma era de intensa ebulição intelectual, uma era de renovação de valores e comportamento. Frequentemente havia exposições artísticas, festivais lírico musicais, vespereais dançantes, uma imprensa literária ativa. Os escritores se movimentavam e movimentavam a província. A oratória, a declamação e o jornalismo eram atividades prestigiadas. Todos se encontravam e todos se conheciam na pequena Capital que começava a ter luz própria. O Teatro Deodoro recebia as melhores companhias nacionais e muitos artistas estrangeiros faziam a nossa praça. As sessões do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano atraíam a atenção da Cidade.

Nesse panorama de renovação social, os intelectuais eram olhados com admiração pelo povo e pelos governantes. A Câmara e o Senado Estadual - naquela época existiam as duas casas formando o Congresso Estadual - eram compostas das figuras mais expressivas da sociedade local. Os intelectuais eram atraídos para a política e a representação parlamentar e os cargos públicos estavam cheio deles. Em uma das legislaturas da década de 20, por exemplo, dos trinta e cinco deputados, dezoito tinham curso superior, sete pertenciam à Academia Alagoana de Letras e, alguns outros, ao Instituto Histórico. Entre esses Carlos Pontes, Guedes de Miranda, Lima Júnior, Jaime de Altavila, Américo Melo, Artur Acioli, Tito de Barros, Otávio Amazonas e José Calheiros.

Por conseguinte, não é difícil explicar a presença de um jornalista e intelectual respeitado tal qual Povina Cavalcanti como candidato à Câmara de Deputados, depois eleito e exercendo, com seriedade, o mandato parlamentar. Sua atuação no Legislativo alagoano foi marcada pela assiduidade, pelo zelo com os problemas da população e por sua independência. Ao lado do poeta Jorge de Lima, moveu campanha fiscalizadora contra os desmantelos da poderosa Companhia de Eletricidade de Maceió, responsável pela iluminação da cidade.

A empresa, amparada no prestígio de velhas raposas partidárias do bloco governista, tentava a renovação do contrato em condições desfavoráveis para o erário e sem atentar para as suas obrigações com o público. Não esmoreceu e foi combatido implacavelmente, sendo chamado de demagogo. Fernandes Lima, governador e dirigente do partido de Povina, chamou empresários e deputados ao Palácio dos Martírios para analisar a delicada questão e deu razão a Povina Cavalcanti e Jorge de Lima. Mas o relacionamento com os colegas governistas não foi mais o mesmo. Tornou-se um estranho no ninho e antecipou a duração de seu mandato ao decidir transferir-se para o Rio de Janeiro. Foi curta mas intensa a sua carreira política. Na capital federal teve muitos amigos na política e com o advento da Revolução de 30 chegou a ser lembrado e quase foi nomeado interventor de Alagoas, substituindo Tasso Tinoco.



Povina Cavalcanti assina artigo sobre Alagoas, em edição da Revista Fon-Fon



Fundador da Academia Alagoana de Letras

O fracasso de uma tentativa feita em 1915 não desanimou os intelectuais alagoanos de fundar a sua Casa de Letras. Em 1 de novembro de 1919, um grupo de homens obstinados tornava o sonho realidade. Criava-se a Academia Alagoana de Letras, uma casa de cultura que desempenharia papel importante na vida literária da província.



Fundadores da Academia Alagoana de Letras, em 1919.

A segunda Academia estadual, surgida no País, contou entre os seus fundadores com os mais importantes inte-

lectuais da época, cuja memória está imortalizada no primeiro quadro efetivo da instituição: Theotonio Ribeiro, Lima Júnior, Povina Cavalcanti, Arthur Accioly, Agripino Ether, Mário Wanderley, Cypriano Juca, Theodoro Palmeira, H.B. de Araújo Soares, Ranulpho Goulart, Rodriguez de Melo, Jayme de Altavila, Carlos Garrido, Fernando de Mendonça, Virgílio

Guedes, Barreto Cardoso, Moreira e Silva, Guedes de Miranda, Jorge de Lima e Luiz Accioli.

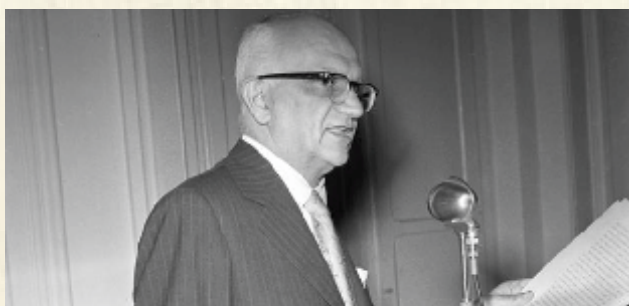


CAPÍTULO XXVI Povina Cavalcanti



A saída de Alagoas: um alto sentido de honra

Por que teria saído Povina Cavalcanti de Alagoas, um homem com situação estabilizada e prestigiado? Barbosa Lima Sobrinho reporta-se a essa interrogação na vida de seu amigo, escrevendo no *Jornal do Brasil* que ninguém sai espontaneamente da terra natal sem motivo. Já narramos o incidente havido na política, com sua atuação independente e sua ojeriza ao carneirismo parlamentar e ao fisiologismo. Há um motivo importante. Diz Oliveiros Litrento que Povina já havia iniciado, em Alagoas, uma brilhante carreira de homem público, no jornalismo e na política; sentindo-se atingido por nota oficial publica-



Barbosa Lima Sobrinho: Povina Cavalcanti sabia unir a lucidez e a prudência no caminho para a vitória.

da, à sua revelia, no próprio jornal do qual era diretor, nota que, na verdade, não autorizara, o grande palmarino não se fez de rogado. Deixou o já construído na província e foi tentar a vida no Rio. Alto sentido de honra, de ética e dignidade pessoal, coisas raras no mundo de hoje.

Seus contemporâneos lembram ainda que viveu e triunfou, lutando sempre, com extraordinário espírito de solidariedade humana, que era o transbordamento de uma personalidade que amava, acima de tudo, a ação. Barbosa Lima Sobrinho diz que no Instituto e na Ordem dos Advogados, que Samuel Duarte recordou - como no Automóvel Clube, ao lado do general Santa Rosa, ou no Elos Clubes, com Tomás Leonardos -, foi não apenas um companheiro como, também, um consultor avisado, que sabia unir a lucidez e a prudência no caminho para a vitória. Segundo ainda Barbosa:

“Um homem que gostava de ajudar, de cooperar, de servir. Sem nunca deixar de amar a vida com entusiasmo de uma índole extrovertida, afastando de tudo que a pudesse amesquinhar, para que nunca deixasse de ser um milagre de beleza, de ternura, de cordialidade.”

Biógrafo de Jorge de Lima: alagoano vitorioso no Rio

Temperamento comunicativo e profundamente afetivo, formou um novo círculo de amizades no Rio. Prado Kelly, Barbosa Lima Sobrinho, Valdemar Cavalcanti, José Condé, Diegues Júnior, Austregésilo de Ataíde, Adonias Filho, Raimundo Magalhães Júnior, Afrânio Melo, Antônio Olinto, Oscar Tenório, Ledo Ivo, Oliveiras Litrento, todo o chamado grupo insular de Alagoas na Capital Federal. Mas a sua maior ligação era com o conterrâneo de União, o poeta Jorge de Lima. E ninguém mais apropriado que ele para escrever a biografia do autor da *Invenção de Orfeu* e de *O Acendedor de Lampiões*, ligado a Jorge desde a mocidade por muitos e fortes laços, inclusive o de ter sido um de seus primeiros críticos. Como bem o disse Valdemar Cavalcanti, contemporâneo e conterrâneo, amigo de acompanhar-lhe os passos ao longo dos anos, era Povina quem estava nas melhores condições, por sua experiência de crítico e de biógrafo, de dar-nos o retrato humano do poeta e indicar-nos as perspectivas de sua obra.

Povina veio, viu e venceu na concorrida metrópole carioca, graças ao seu esforço. Publicou ensaios, fez conferências, crítica literária, escreveu livros, colaborou na grande imprensa foi, com merecimento, sagrado cavaleiro das letras no centro cultural do País. No campo jurídico alcançou, também, lugar proeminente. Ao falecer, sua personalidade foi elogiada e os grandes órgãos de imprensa lembraram palavras que ele proferiu certa vez “cada um de nós traz consigo uma mensagem, uma missão.

Vimos ao mundo para realizar alguma coisa”. Sem sombra de dúvida, Carlos Povina Cavalcanti trouxe sua mensagem e realizou, com êxito, sua missão. Ele é motivo de orgulho para sua terra natal.

Obras de Povina Cavalcanti:

- *Acendedor de Lampiões. Estudos literários. Jacinto Ribeiro dos Santos, Editor, Rio de Janeiro: 1923;*
- *A Mulher e a Dança. Conferência, Rio de Janeiro: 1925;*
- *Telhado de Vidro. Estudos literários. Of. Gráfica de A Pernambucana, Rio de Janeiro: 1928;*
- *Hermes Fontes. Biografia. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro: 1932;*
- *Candeia de Azeite. Crônicas. Ed. Record, Rio de Janeiro: 1935;*
- *Ausência da Poesia. Ensaio Literário. A. Coelho Branco Filho Editora, Rio de Janeiro: 1943;*
- *Perfil de Tavares Bastos. Conferência, Rio de Janeiro: 1944;*
- *Viagem ao Mundo da Poesia. Estudos Literários. Irmãos Pongetti Editora, Rio de Janeiro: 1957*
- *Gajeiro da Nau Catarineta. Conferência. Edição do Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro: 1960*
- *Hermes Fontes - Vida e Poesia. Livraria José Olympio, Editora, Rio de Janeiro: 1964;*
- *Vida e Obra de Jorge de Lima, Editora do Correio da Manhã, Rio de Janeiro: 1969;*
- *Retoques no Meu de Volta da URSS de André Gide. Tradução, Editora Vecchi, Rio de Janeiro: 1938*
- *Volta à Infância. Memórias. Livraria José Olympio, Editora, Rio de Janeiro: 1972.*





CAPÍTULO XXVI Povina Cavalcanti



Cronologia

1898 - Nascimento em 14 de agosto de Carlos Povina Cavalcanti, na Cidade de União dos Palmares, Alagoas.

- No ano anterior assumia o Governo de Alagoas o Dr. Manoel José Duarte, médico e professor do Liceu Alagoano, após um período tumultuado em que o seu antecessor foi deposto e substituído por uma Junta Governativa e, posteriormente, reposto no cargo por interferência direta do presidente da República, Prudente de Moraes.

1899 - Para se candidatar a uma vaga no Senado da República, o governador Manoel José Duarte renuncia, um ano antes do prazo legal, passando o exercício do cargo ao vice-governador, coronel Francisco Manoel dos Santos Pacheco.

1900 - Início do Ciclo dos Malta com a vitória de Euclides Malta sobre Miguel Soares Palmeira.

1903 - Joaquim Paulo Vieira Malta substitui Euclides Malta, seu irmão, no Governo do Estado.

1906 - Euclides Vieira Malta candidata-se novamente ao Governo de Alagoas e vence Gabino Bezouro no pleito eleitoral. Nesse mesmo ano assume a Presidência da República Afonso Pena, que falece em 1909, não concluindo o mandato e sendo substituído pelo vice-presidente Nilo Peçanha.

1910 - Campanha Civilista. Hermes da Fonseca derrota Rui Barbosa em pleito renhido que apaixona a nação. Surgimento das "Salvações", que vigam derrubar as oligarquias estaduais em nível nacional.

1912 - Revolta da Chibata. Derrubada de Euclides Malta e Governo Clodoaldo da Fonseca, tendo Fernandes Lima como vice-governador.

1914 - Deflagração da I Grande Guerra Mundial.

1915 - Posse de Batista Acioli como governador de Alagoas, lançado por Fernandes Lima.

1917 - Revolução Russa - Comemoração do primeiro centenário da Emancipação Política de Alagoas.

1918 - Povina Cavalcanti recebe o grau de bacharel na tradicional Faculdade de Direito do Recife. Rendição da Alemanha. Início do Governo Fernandes Lima.

1919 - Criação da Academia Alagoana de Letras, Po-

vina, um dos intelectuais mais atuantes da época, é um dos fundadores da Casa das Letras alagoanas. Criação do primeiro Partido Comunista no Brasil.

1921 - Reeleição de Fernandes Lima. Eleição de Povina Cavalcanti para a Assembleia Legislativa.

1922 - Transferência de Povina Cavalcanti para o Rio de Janeiro. Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana. Início das Revoluções Tenentistas no Brasil. Semana de Arte Moderna em São Paulo.

1924 - Segunda revolta tenentista. Fim do segundo Governo Fernandes Lima e início do Governo Costa Rego.

1925 - Rompimento de Fernandes Lima e Costa Rego, que tinha sido lançado e apoiado pelo Caboclo Indômito. Atentado contra Costa Rego.

1926 - Chegada festiva, a Maceió, do senador paulista Washington Luiz, recém-eleito presidente da República. Povina Cavalcanti lança A Mulher e a Dança.

1927 - Inauguração do serviço de telefonia de Maceió, o segundo do Brasil.

1928 - Posse do jornalista Álvaro Paes como governador de Alagoas. Povina escreve o ensaio Telhado de Vidro.

1930 - Revolução dos Tenentes. Afastamento de Álvaro Paes e início da era dos Interventores com a assunção de Hermilo de Freitas Melro.

1931 - Nomeação de Povina Cavalcanti para o setor jurídico do Distrito Federal onde chegaria a procurador-geral. Interventoria de Tasso Tinoco.

1932 - Revolução Constitucionalista de São Paulo. Povina pronuncia a famosa conferência sobre Hermes Fontes.

1933 - Interventoria de Afonso de Carvalho.

1934 - Interventoria de Osman Loureiro. Povina lança o livro de crônicas Candeia de Azeite. Constituição influenciada pelos regimes totalitários em moda.

1935 - Intentona Comunista.

1937 - Início do Estado Novo. Golpe de Estado.

1940 - José Maria Correia das Neves assume, interinamente, o Governo com o pedido de demissão de Osman Loureiro.

1941 - Governo de Ismar de Góis Monteiro.

1943 - Povina lança Ausência de Poesia e, no ano seguinte, Perfil de Tavares Bastos.

1945 - Fim da I Grande Guerra. Ismar é substituído por seu irmão Edgar de Góis Monteiro por 48 dias e, em seguida, por Guedes de Miranda, o último dos interventores varguistas.

1947 - Realizadas as eleições no ano anterior, Silvestre Péricles de Góis Monteiro vence Rui Soares Palmeira no primeiro pleito livre realizado após a era dos tenentes e do Estado Novo.

1950 - Vitória de Arnon de Mello. Fim do Ciclo Góis Monteiro em Alagoas.



Praça D. Pedro II, palco das comemorações do Centenário da Emancipação Política de Alagoas.



CAPÍTULO XXVI Povina Cavalcanti



1956 - Muniz Falcão é eleito governador. Auge do período populista em Alagoas. No ano seguinte dá-se o episódio do impeachment.

1960 - Vitória do major Luís Cavalcanti no pleito governamental. Refluxo da era populista.

1962 - Povina Cavalcanti é eleito para a presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

1964 - Afastamento de João Goulart da Presidência da República. Início da intervenção militar no Brasil.

1966 - Interventoria do general João José Batista Tubino após o impasse criado com a vitória eleitoral de Muniz

Falcão para o Governo do Estado. Eleição de Lamenha Filho em pleito indireto.

1969 - Após trinta e oito anos ausente, Povina Cavalcanti retorna à sua terra natal, em visita marcada pela emoção e por grandes manifestações de seus conterrâneos.

1971 - Eleição de Afrânio Lages em pleito indireto.

1972 - Povina Cavalcanti lança o livro de memórias De volta à Infância.

1974 - Falece, no Rio de Janeiro, no dia 04 de dezembro, o intelectual alagoano e ex-deputado estadual Carlos Povina Cavalcanti.

Depoimentos

"Nascido no final do século passado, na cidade de União dos Palmares, contemporâneo e cunhado de Jorge de Lima, Povina Cavalcanti, filho de família pobre, enfrentando todas as dificuldades de sua época, veio a ocupar lugares de destaque na Literatura, no Jornalismo e no Direito de nosso País."

Sílvio Sarmiento Neto

"Sofreu o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas perda irreparável com o falecimento, no dia 04 de dezembro de 1974, do seu sócio honorário Carlos Povina Cavalcanti, ocorrido na Guanabara. Alagoas perdeu um grande filho, o Brasil, um intelectual de primeira grandeza."

Revista do IHGA

"Ninguém sai espontaneamente, ou pelo simples prazer da aventura, da terra que o viu nascer. Tanto mais quando parece que saem exatamente os que a amam de maneira mais fervorosa. E Povina já havia iniciado em Alagoas uma brilhante carreira de homem público, no jornalismo e na política."

Barbosa Lima Sobrinho

"Testemunho que permanecerá como esclarecimento decisivo em qualquer época que se tente o julgamento ou a revisão do poeta Hermes Fontes. Temos, pois, um livro que faltava no espaço maior da literatura brasileira."

Adonias Filho

"A presença de Povina Cavalcanti, biógrafa e ensaísta, que nos deu Hermes Fontes, Vida e Poesia, Vida e Obra de Jorge de Lima, biografias de sentido crítico que jamais perderam contato com a dimensão lírica, parece ressurgir agora, mais forte do que nunca, pelo imperativo inelutável da morte. Tanto em O Acendedor de Lampiões quanto em O Telhado de Vidro, o estudioso da literatura exerce benéfica e poderosa influência, tendo aquela sua prosa ritmo de poema, com intervenções de um sentido intuitivo com vistas, sempre, ao predomínio da pessoa humana nos textos do escritor estudado."

Oliveiros Litrento

"Os arcanos me conduziram a ocupar, na Casa das Letras das Alagoas, a cadeira de um homem que soube ser um intelectual de primeira linha, um ensaísta, um historiador, um estudioso do folclore, um memorialista, um poeta, um jurista, um advogado foi, inclusive, um político. Honra-me e desvaneca-me, neste particular, esta coincidência, ao fazer o elogio de Carlos Povina Cavalcanti."

Divaldo Suruagy

"No caso de Jorge de Lima, conseguiu Povina Cavalcanti fugir ao puro elogio e reconstituir, em traços vigorosos, a personalidade de quem mais longe foi entre nós na feitura de versos."

Antonio Olinto

"Ensaísta que goza de muita e merecida autoridade no Brasil, sua pátria. Povina, como costuma assinar-se, é muito jovem, pois ainda não tem 30 anos, o que não impede de sua obra de crítica lhe ter granjeado já um invejável renome. Amigo das letras espanholas, ocupa-se delas com frequência em seus artigos de crítica, estando bem a par de nossa atividade e prestígio literários."

José Maria de A. Costa

"Um dos fundadores da Academia Alagoana de Letras, intelectual de atividade constante e excelente homem de letras, embora mantivesse até o fim uma intransigência injustificável contra a literatura moderna instaurada em 1922."

Carlos Moliterno

"Fez obra de psicólogo, de crítico e de historiador, estribando-se nos mais expressivos documentos que reuniu pela vida afora."

Aires da Mata Machado Filho



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO XXVI Povina Cavalcanti



Fontes Bibliográficas

ACOSTA, José Maria. **Carlos Povina Cavalcanti**. Madrid: [s.n.], 1927.

CAVALCANTI, Povina. **Volta à Infância**. Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1972

_____. **Conferências**. Rio de Janeiro: Editora Sauer, 1940.

_____. **O Acendedor de Lampiões**. Rio de Janeiro: Editora Jacinto Ribeiro, 1923.

_____. **Telhado de Vidro**. Rio de Janeiro: Editora Pernambucana, 1928.

_____. **Vida e Obra de Jorge de Lima**. Maceió: Salgema, 1995. 2. ed.

BRAGA, Mendonça. Depoimento. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Carlos Povina Cavalcanti. **Rev. do IHGA**, XXXI, 1974/ 1975, Maceió.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Povina Cavalcanti. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro: 08 dez. 1974.

LITRENTTO, Oliveiras. **Apresentação da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: TI, Bibliex/Forense, 1974.

O Escritor e o Homem. **Jornal de Alagoas**. Maceió: 06 set. 1975.

PEDROSA, J. F. Maya. **Alfredo de Maya e seu tempo**. Maceió: Gráfica São Pedro, 1969.

MORAES, Tancredo. **Resumo histórico antropogeográfico do Estado de Alagoas**. Imprensa Oficial, Maceió, 1957.

PORANGABA, Márcio. A Economia Alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

SURUAGY, Divaldo. **Momentos**. Brasília: Gráfica Senado Federal, 1993.

TENÓRIO, Douglas Apratto. A Sociedade e a Política Alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.





Ezechias da Rocha

O “parlamentar do petróleo”

Douglas Apratto Tenório

Clio, a musa da História, é uma deusa caprichosa. Adora pregar peças em enfatuados analistas, cientistas sociais e políticos que fazem de seus prognósticos um exercício de soberba. Quem, dos graduados estudiosos, previu a derrubada do Muro de Berlim e o sepultamento tão inopinado de uma ordem internacional estruturada há décadas? Em vários momentos da história os ciclos são interrompidos com acontecimentos espetaculares que registram a ruptura de “anciens regimes” e o surgimento de novas situações.

Em Alagoas, por exemplo, as eleições de 1950 assinalaram o fim da era dos Góis Monteiro, a passagem triunfante de grandes transformações de ordem social, política, econômica e cultural que mudaram os perfis urbano, agrário e provinciano da chamada Terra dos Marechais. Um fato marcante mostrou essas mudanças com intenso simbolismo: a derrota para o Senado da República do poderoso general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, condestável do regime getulista desde a década de trinta, para uma figura singela, um médico conceituado, mas discreto, que não vivia sob os holofotes do grande teatro da política brasileira.

Nem o triunfo de Arnon de Mello sobre o candidato de Silvestre Pércles, Campos Teixeira, para o Governo, foi tão comentada como a vitória de Ezechias da Rocha sobre o generalismo. Afinal, Arnon era um jornalista conhecido nacionalmente desde a Revolução Constitucionalista de 32; tinha laços na imprensa e na intelectualidade da Capital da República. A surpresa maior era a eleição para a Câmara Alta. Um verdadeiro cataclisma eleitoral. O assunto era discutido do Oiapoque ao Chuí. Castro Azevedo, do Rio, escrevia para o amigo Quintela Cavalcanti sobre o resultado do pleito de outubro de 50: “Essa Alagoas não tem água bastante para lavar todos vocês da mancha calabarina. São traidores e ingratos. Como é que vocês derrubam do pedestal o maior filho da terra, o grande soldado do Brasil? Isso não é coisa que se faça”.

Nos bondes, nos ônibus, nas praças, nas casas, nos campos, nos salões de luxo, o que se ouvia era comentário sobre o fato e um refrão “grande povo o alagoano, expulsou pelo voto os seus dominadores”. Mas, afinal, quem era Ezechias da Rocha, agora senador da República, com a auréola de Davi das Alagoas?



CAPÍTULO XXVII Ezechias da Rocha



Um homem virtuoso e o anonimato de Deus

La Rochefoulcaud explicava, a seu modo, essas situações espetacular e imprevisível para os sábios da filosofia, hoje transformados em sociólogos, economistas, historiadores, cientistas social e político, com uma frase lapidar: “É o anonimato de Deus”.

Mas o surpreendente terremoto eleitoral de 50, o chamado “anonimato de Deus”, não teria acontecido se não houvesse um instrumento. Um homem de mérito. O que os antigos chamavam um homem virtuoso.

Lacordaire dizia que: “Não é pelo gênio, nem pela glória, que se mede a dimensão da alma. É pela bondade”. Ezechias Jerônimo da Rocha foi uma figura respeitada na sociedade em que vivia. Austero aparentemente, era jovial e pi-
lhérico e defendia suas convicções com o maior ardor, como sublinha Ib Gatto Falcão que o conheceu de perto e o substituiu na Faculdade Alagoana de Letras. Em um ponto todos concordavam: era um bom homem. Ocupou vários cargos públicos e foi, talvez, quixotesco demais para o exercício da política. Hipocrisia e maquiavelismo eram palavras que não constavam de seu dicionário. Era essencialmente um puro. Mas não acomodado. Tinha uma firmeza gandhiana na defesa de seus ideais. Seu nome é exaltado pela obstinação e pela bondade. Virtuoso, viveu com obstinação e bondade e, com esses predicados, se eternizou.

Deputado estadual, médico do Serviço de Profilaxia da Peste Bubônica, diretor do Departamento de Saúde Pública, jornalista, intelectual participante dos movimentos de renovação literária, membro da Academia Alagoana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, professor catedrático de História Natural do Liceu Alagoano e do Instituto de Educação, professor da Faculdade de Medicina, mesmo sem ter uma personalidade carismática a buscar gestos bombásticos, tão comum na vida pública, era



Ezechias da Rocha, à esquerda, e o poeta sergipano Hermes Fontes

um homem que ocupava seu lugar com proficiência e retidão. Marcou presença nos eventos político, científico e cultural de sua época.

Em toda sua trajetória não há uma mancha, por menor que seja, que lhe empane a honestidade e a integridade. Defendia ideias sem qualquer espécie de receio. Educação, cultura, saúde pública, nacionalismo, cristianismo, combate aos regimes totalitários, justiça social, liberdades democráticas, liberalismo, campanha do petróleo, planejamento familiar, civismo, o papel social do médico, foram temas que abraçou e advogou em escritos e na tribuna.

Camicase na luta eleitoral em 50, integrou a chapa majoritária de oposição

quase a contragosto, pois resistiu o quanto pôde em se candidatar. Entrou na História como o Davi que venceu Golias, ao derrotar o general Góis. Da mesma forma que na Assembleia Legislativa de Alagoas, também no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, foi um senador operoso

que cumpriu com dignidade o seu papel. Um homem bom, simples, idealista, de extrema modéstia que honrou e engrandeceu Alagoas.



Ezechias da Rocha, o mais baixo do grupo, ainda estudando Medicina na Bahia, em 1916.



Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, abrigou o Senado entre 1925 e 1960.



CAPÍTULO XXVII Ezechias da Rocha



Filho do patriarca de Sertãozinho

Ezechias Jerônimo da Rocha nasceu na antiga vila de Sertãozinho, atual município de Major Izidoro, aos 8 dias de dezembro de 1898. Originário de família preeminente daquela localidade, era filho de Maria Umbelina Rocha e Izidoro Jerônimo da Rocha. O lugar fica no polígono das secas, numa elevação de 200 metros e foi desmembrado de Santana do Ipanema com a original denominação de Sertãozinho. Já foi um grande produtor e beneficiador de algodão e continuava com a outra atividade econômica que o projetou, a pecuária.

A história da cidade está ligada aos seus familiares, pois a atual denominação é uma homenagem ao major Izidoro Jerônimo da Rocha, fundador da povoação. Seu avô, o fazendeiro Antonio Jerônimo da Rocha, que residia na Volta dos Dois Riachos, em Santana do Ipanema, tendo adquirido alguns hectares de terra nas margens do ribeirão denominado Riacho do Sertão, para aí transportou sua família em 7 de setembro de 1857. Fundou uma fazenda a qual deu o nome de Sertãozinho por ficar próxima ao povoado Sertão, também conhecido por Riacho do Sertão ou Sertão de Baixo.

De seus filhos, Izidoro - ou como era conhecido, major Izidoro - dedicou-se a desenvolver a propriedade do velho Antonio, onde continuou até a morte, ligando o nome a todos os empreendimentos em prol da terra. Por gozar de grande prestígio e popularidade, era conhecido como o "patriarca do Sertãozinho". Deve-se a ele a luta para que o distrito ganhasse autonomia municipal. Chegou o major Izidoro a conseguir, em 1920, que o Congresso Legislativo de Alagoas - naquele tempo o Parlamento alagoano era constituído de Câmara e Senado estadual pela lei estadual n. 946 - autorizasse o Governo a elevar Sertãozinho a município, o que não se concretizou por não ter o governador da época dado o aval. Em 1949, após a morte de seu ilustre batalhador, Sertãozinho foi finalmente elevado a município, pois Ezechias da Rocha - já estabelecido há muitos anos em Maceió e com penetração nos círculos político e social - não mediu esforços para continuar a luta do pai e foi além, conseguiu mudar a primitiva denominação, substituindo-a pelo nome do ilustre patriarca da terra - numa justa homenagem.

Professor com status de juiz e promotor

O filho do "patriarca do Sertãozinho", como bom sertanejo, não teve facilidades. Após aprender as primeiras letras em sua terra, na escola da professora Leopoldina Ferreira, foi enviado para continuar seus estudos na capital. Fez o curso secundário no Colégio 11 de Janeiro do velho professor Higinio Belo, conhecido pela sua respeitabilidade. Em seguida, transferiu-se para Salvador, onde cursou Medicina na velha Faculdade que atendia a Região Norte. Defendeu tese em 17 de fevereiro de 1921. Naquela unidade de ensino superior soteropolitana o falar e escrever bem eram exigências básicas tanto quanto as questões da carreira médica. Segundo Ib Gatto Falcão, "Ezechias ousou levar a seus mestres, para o doutoramento, problema controvertido de filologia, associado à medicina, demonstrando o trato diuturno dos grandes mestres da língua e a elegância do bem escrever".

Regressou para clinicar em Maceió. Os tempos eram difíceis, mas o jovem sertanejo era obstinado e calejado nas provações. Não pretendia ceder às dificuldades que surgiam para um recém-formado. Abriu caminho para alcançar o seu lugar ao sol. Foi chefe de clínica da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, professor de História Natural do Liceu, e professor do Instituto de Educação. Naquela época existia reverência pelos mais novos, aos luminares da medicina, detentores das clínicas mais prestigiadas, como Sampaio Marques, por exemplo. Independente, cordial com todos, não quis, entretanto, ser tutelado pelas grandes expressões médicas da época, preferindo seguir carreira solo, construindo o seu próprio espaço. Tinha muita personalidade o moço.

Um episódio deixou a pacata Maceió em suspense. Foi aberta uma vaga no Liceu Alagoano. Naquele tempo a dis-



Ezechias da Rocha, na época chefe da Clínica da Santa Casa, jornalista Melchhiades da Rocha e doutor Lages Filho, em 1938, na exumação das cabeças dos cangaceiros de Lampião.

puta de uma cadeira para professor do tradicional estabelecimento era um acontecimento que movimentava a vida política e cultural do Estado. Bons tempos aqueles! Um professor ganhava mais que um juiz, procurador ou promotor público. Juizes e promotores como Hermínio de Castro Barroca, por exemplo, pediam demissão de seus cargos para serem professores do Liceu. A vaga aberta tinha um forte candidato que afastava os muitos pretendentes. Era um médico de muito conceito, pertencente a uma família de relevo. Grande cirurgião da Santa Casa, presidente do Clube Fênix, vivo, exuberante, bem relacionado na sociedade. Já tinha elaborado uma tese sobre o sururu. De repente, não mais que de repente, um recém-formado, quase desconhecido chamado Ezechias da Rocha apresenta-se para concorrer. Estupefação ge-



CAPÍTULO XXVII

Ezechias da Rocha



Presidente Getúlio Vargas e o senador Ezechias da Rocha.

ral. Quem seria aquele atrevido?

Pois o jovem médico não apenas manteve sua inscrição, insistindo na temerária decisão, como foi a Salvador, Bahia, para examinar a documentação do oponente, descobrindo uma alteração da idade do mesmo ao ingressar anos antes na velha Faculdade, o que provocou o cancelamento da sua inscrição. Escândalo na sociedade! O médico, magoado, retirou-se para o Sul, não mais retornando a Alagoas. Ezechias ganhou a cadeira.

A carreira profissional decolou. Fez amigos, admiradores, clientes. Atendia no consultório e fora dele. Medeiros Neto diz que era o facultativo generoso e gratuito do Seminário Provincial do Jacutinga. Fazia da medicina um sacerdócio e “nada recebia dos levitas do Seminário, mesmo que identificasse em um ou outro a riqueza de família”.

A clientela crescia. Casado com dona Ahia da Rocha (Maria Annunciata B. Marques da Rocha), filha do prestigiado médico dr. Manoel Sampaio Marques, possuía dois filhos do matrimônio e consolida uma carreira em ascensão.

Participa da vida da comunidade. Seus contemporâneos recordam Ezechias no Mutange, entrando em campo com uma bolsa a tiracolo para atender os jogadores do CSA, aplicando arnica - o remédio da moda. Foi o primeiro médico esportivo de Alagoas.

Colaborador frequente do Jornal de Alagoas, seguia seu temperamento questionador quando escrevia para O Imparcial, da capital baiana, não se limitando a louvar, como católico praticante, as virtudes de sua religião e dos seus santos prediletos, nem a fazer versos, dando vazão à inclinação literária.

Trata dos problemas do dia a dia, das grandes questões do seu tempo. Ib Gatto Falcão, grande observador da história alagoana deste século, registra: “Espírito associativo, dedicou-se às letras médicas na Sociedade de Medicina, de que tornou-se uma liderança positiva. E um dia, dedicado aos labores do magistério, da clínica e das letras, o interventor Afonso de Carvalho, literato e militar entre a condução da saúde pública do Estado à Sociedade de Medicina e Ezechias como líder natural, ingressa no serviço público, realizando obra interessante de higienista, lúcido e competente”.

A Revolução de 30, na era dos interventores, pretendia renovar a política, trazendo para a administração, quadros novos e gente de valor.

Ezechias foi descoberto como um desses valores. Já exercia efetiva liderança na sociedade alagoana. É a primeira vez que a classe médica vai ser prestigiada com a indicação de uma das suas lideranças emergentes para comandar a Diretoria da Saúde Pública, que equivalia à atual Secretaria de Estado da Saúde. Como católico extremado participava das cerimônias religiosas e cultural promovidas pela Igreja. Divide com Lima Júnior a liderança do pensamento cristão em Alagoas. Adequa a filosofia cristã à realidade em que vive. Dentro de sua esfera de atuação desenvolve a máxima de seu chefe Afonso de Carvalho “antes de salvar a terra, é preciso salvar o homem”, priorizando o que considera dever dos homens de Estado naquele momento: educar e sanear, elevando o nível social e intelectual do povo. Para auxiliar na, tarefa de combate à concepção rotineira e fatalista do nosso homem do Interior usa um instrumento original: campanhas sanitárias em versos, levando à gente interiorana a importância da higiene e das vacinações através do seu próprio universo, como a palavra de suas crendices e adivinhações e da autoridade mística do Padre Cícero Romão Batista.

Presidente da Sociedade de Medicina de Alagoas, o ingresso na política foi inevitável. Em outubro de 1934 candidatou-se a deputado estadual e obteve uma suplência, num episódio em que muitos de seus contemporâneos asseguram ter sido eleito. Foi deputado classista representando os médicos. Em 1936 assumiu uma cadeira, permanecendo na Casa de Tavares Bastos até 10 de novembro do ano seguinte, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do País. Continuou participando da discussão política naquela atmosfera rarefeita. A eclosão da II Grande Guerra naquelas circunstâncias do Estado forte não inibiu sua ânsia de participação política. Escrevia contra o nazismo e o fascismo. Falava ao povo. Defendia a causa dos aliados e da demoracia nos ambientes variados que frequentava,



Poço São João II, em Riacho Doce, durante exploração em 1938. Ezechias da Rocha se destacou na campanha o “O Petróleo é Nosso”, sendo identificado como “o parlamentar do petróleo”.



CAPÍTULO XXVII Ezechias da Rocha



nos hospitais, nas cátedras, no consultório, na roda de amigos.

Em 1950, filiado ao Partido Republicano, foi escolhido pela frente de oposição, quando ninguém aceitava enfrentar o poderoso general Góis, para ser candidato ao Senado. Relutou muito, pois, homem pobre, não dispunha de recursos nem para fazer cartazes de propaganda eleitoral. Mas Davi venceu Golias e ele foi eleito senador por Alagoas. No Senado foi escolhido quarto secretário da Mesa, presidente da

Comissão de Redação e Saúde, membro das comissões de Cultura e Saúde. Foi delegado brasileiro nas conferências interparlamentares de Viena e Helsinque. Comportou-se com dignidade e relevo. Engajou-se, como era de seu estilo, com obstinação na campanha do "Petróleo é Nosso", passando a ser conhecido como "o parlamentar do petróleo". Nacionalista e defensor dos problemas nordestinos e de Alagoas, dignificou o mandato.

Homem de letras

Desde a juventude, seus trabalhos científico e literário mostram um pendor para a prática intelectual. Ainda segundo Ib Gatto Falcão, "sob uma aparência austera, Ezechias cultivava uma fina ironia, e nas trovas e epigramas que improvisava ou escrevia, gisava, com mão de mestre, perfis memoráveis que fizeram época e criaram foro de cidadania". Em pleno boom das letras alagoanas marcou presença nas rodas culturais. Seu talento não tardou a ser reconhecido e, mais tarde, ingressaria nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Federação das Academias de Letras do Brasil e Academia Alagoana de Letras. Escreveu vários trabalhos científicos e literários.

No centenário da independência brasileira, quando estiveram na capital da República os aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, compôs um longo poema em versos condoreiros a que deu o título de Lusitânia. No parlamento, ficou conhecido como o cantor da sua região, o intérprete das aspirações, da ternura e da bondade do povo alagoano. Sabia sentir as tradições dos recantos nordestinos e expressá-las com a singeleza dos cantores populares. Carlos Moliterno assinala que nos últimos anos da sua vida ele gostava de se divertir com uma poesia de tipo popular que estava muito aquém de sua força cultural.

Ao terminar o mandato, não pleiteou sua recondução, alternando presença em Maceió e no Rio de Janeiro. Me-

Livros de Ezechias da Rocha

- *Síndrome. Tese defendida na formatura*
- *Metamorfose do Organismo Bryozoário. Tese do concurso à cadeira de História Natural no Liceu Alagoano. A Nova Gráfica, Salvador: 1920*
- *Lusitânia. Poesia. 1922*
- *A vida dos Cristais. Tese de concurso. A Nova Gráfica, Salvador: 1926*
- *Intoxicação Cênica Endógena. Medicina*
- *Dois Discursos. Livro. Machado, Maceió: 1933*
- *A Eucaristia, o pão e a paz. Religião. Gráfica São Domingos, Maceió: 1935*
- *Musa Antiga. Poesia. Oficina Gráfica São Domingos, Maceió: 1947*
- *Contos de Natal. Livraria H. Antunes, Rio de Janeiro: 1956*

Obras menores

- *Exaltação ao Brasil e a Alagoas*
- *Minha Terra*
- *Anticristo, 666*
- *Por Deus e pela Pátria*
- *Petróleo para Alagoas*
- *Vamos caçar Cegonha*
- *Cidade Maravilhosa*
- *Quem Pode Cantar?*
- *Este Rio É Sempre Rio*



deiros Neto diz que ele envelheceu como as árvores envelhecem. Sem temer a idade, venceu as idades. Como era um poeta nato, os versos não o deixaram envelhecer. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 8 de abril de 1983.

Depoimentos

"Neste panorama geral da imprensa alagoana nas décadas de 20 e 30 não podemos deixar de evidenciar o papel da nossa imprensa literária. Imprensa que se abriu para a polêmica das grandes questões da época. De um lado, os meninos impossíveis do Grêmio Guimarães Passos e, de outro, os conservadores. Foi uma época de ouro para as letras e para a imprensa da terra que abriu espaço para nomes conhecidos como Jorge de Lima e Graciliano Ramos e para os novos valores como Diegues Júnior, Valdemar Cavalcanti, Arnon de Mello, Abelardo Duarte, Raul Lima, Carlos Paurilio e Ezechias da Rocha."

Joarec Ferreira

"Homem de letras, poeta e estudioso das ciências naturais, publicou diversos trabalhos. Médico conceituado mantinha com a política um relacionamento discreto mas constante."

Tancredo Moraes



Aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral foram homenageados por Ezechias da Rocha com o poema "Lusitânia".



CAPÍTULO XXVII

Ezechias da Rocha



“O médico Ezequias da Rocha incorporou ao seu curriculum suas qualidades poéticas. Aproximei-me dele ao ingressar na Academia Alagoana de Letras, onde assisti a sua atividade literária se ampliar com a elaboração de sonetos parnasianos sobre reminiscências da infância e a figura do seu pai. Profundamente católico escreveu poemas exaltando o Natal e outras festas religiosas do calendário. Foi um político de grande força, destacando-se pelo acervo cultural de que dispunha. Nos últimos anos de sua vida gostava de se divertir com uma poesia de tipo popular que estava muito aquém da bagagem intelectual. Foi a forma que encontrou para preencher os últimos dias de sua velhice.”

Carlos Moliterno

“Na Academia Alagoana de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Alagoano se encontravam os mais expressivos valores da cultura alagoana: historiadores Moreno Brandão e Craveiro Costa; oradores Demócrito Gracindo, Craveiro Costa e Alfredo de Maya; polígrafos Luís Lavenère, Paulino Santiago e Rodrigue de Melo; poetas Jorge de Lima, Júlio Auto, Ezechias da Rocha, Tito de Barros e Jayme de Altavila.”

A.S. de Mendonça Júnior

“Amigo de meu pai, José Maria de Melo, tive a oportunidade de conhecer Ezechias da Rocha, homem de múltiplas dimensões. É a de médico dedicado e humano a que mais se sobressai nas minhas recordações de infância. Destaco, ainda, sua passagem na política e a surpreendente vitória para o Senado na eleição de 1950.”

Denis Portela de Melo

“Eu nunca deixei de acreditar na sobrevivência da poesia em versos, do soneto, especialmente porque nunca o deixariam de escrever os verdadeiros poetas, como Ezechias da Rocha. Os treze que ele me deu a ler são todos dignos da sentença de Boileau: valem longos poemas. Mais do que poemas: livros inteiros. Como Afranio Peixoto, exclamo Bendito seja Deus! Poesia em versos! Sonetos! Pensei que não os veria mais. É a volta da primavera... Deles não sei qual o melhor. Qualquer deles afirma um poeta. Um grande poeta. Um mestre autêntico do soneto clássico.”

Lima Júnior

“Facultativo, generoso e gratuito com a maioria de seus pacientes, fez do exercício da medicina um sacerdócio. Engajou-se na atividade política sendo suplente de deputado estadual, deputado estadual, secretário e senador da República, chegando à Câmara Alta em memorável campanha pela coligação UDN-PSD-PR. Seu trabalho parlamentar foi excepcional.”

Medeiros Neto

“Homem de ciência, forrado de um temperamento inquieto, formulou proposições arrojadas, estruturou teorias interessantes, propôs medidas terapêuticas revolucionárias. Sincero nas suas convicções que a lógica e o respaldo científico fortaleciam, fez experimentação, e o que é impressionante, autoexperimentação. Fez política partidária, foi deputado estadual e, em pleito memorável, de repercussão nacional, senador da República. Comportou-se com dignidade e relevo. Os problemas do petróleo foram analisados, discutidos, empunhando a bandeira hasteada por Monteiro Lobato. Defensor diligente dos problemas do Nordeste e das Alagoas, dignificou o mandato. Católico, dividiu com Lima Júnior o primado da representação católica do Estado.”

Ib Gatto Falcão

“Estamos, pois, acordes em que o Sr. Ezechias da Rocha é um cientista que dá encanto aos seus conhecimentos, sem prejudicar a essência do seu credo profissional. Ele apenas aquarela, em tons delicados, os seus misteres, sendo médico no seu consultório e poeta no oásis do seu lar. Muita gente, habituada aos instrumentos monocórdios, não pode conceber como haja indivíduos que sejam, ao mesmo tempo, cigarra e formiga, isto é, que trabalhem e que revistam a existência num diáfano véu de ilusão. Felizes os que podem abrir as mãos, semeando os germens da harmonia universal, como o Sr. Ezechias da Rocha.”

Jayme de Altavila

“O discurso do ilustre congressista conterrâneo, Ezechias da Rocha, continuador de Emílio de Maya na batalha parlamentar do petróleo, não podia fugir à órbita divulgadora da Federação das Indústrias de Alagoas. Seu patriótico apelo, que ressoou e prendeu atenções gerais nos âmbitos da Câmara Alta, teria de vir de ajuízo com uma fiel recapitulação dos fatos, que revivem, desde os seus primórdios, os lances mais impressionantes da luta pela exploração do petróleo alagoano.”

Federação das Indústrias de Alagoas

“Filho de Alagoas, da terra onde nos veio esse inspirado Guimarães Passos, que ficou em todas as memórias com as rimas dolentes da Casa Branca da Serra, Ezechias da Rocha não é apenas o nobre representante do seu Estado na Câmara Alta. E também o cantor da sua região, o intérprete das aspirações, da ternura, da bondade de seu povo.”

Livraria H. Antunes



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO XXVII Ezechias da Rocha



Fontes Bibliográficas

ACADEMIA ALAGOANA DE LETRAS. Ezequias da Rocha. **Revista da Academia Alagoana de Letras**, ano IX, n. 9, Maceió, 1983.

ALCÂNTARA, Edson Mário de. Arte, Teatro e Cinema em Alagoas. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

AVELAR, Romeu de. **Figuras da Terra**. Caderno/XVIII. Série de Estudos Alagoanos. Maceió: Departamento Estadual de Cultura de Alagoas, 1963.

FALCÃO, Ib Gatto. Discurso de posse na cadeira vinte da Academia Alagoana de Letras. Maceió: Separata do Diário Oficial de 11 de dezembro de 1984.

LAGES FILHO, José. Depoimento. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

MEDEIROS NETO, Luiz de. Ezequias, Vida e Obra do Mestre. **Jornal de Alagoas**. Maceió: 24 abr. 1983.

MENDONÇA JÚNIOR, A. S. Depoimento. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

MORAES, Tancredo. **Resumo histórico antropogeográfico do Estado de Alagoas**. Imprensa Oficial, Maceió, 1957.

ROCHA, Ezechias da. Discurso. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 05 mai. 1944.

_____. **Musa Antiga**. Maceió: Gráfica Orfanato São Domingos, 1947.

ROCHA, Ezechias da; TENORIO, Igor. **Petróleo para Alagoas**. Maceió: Casa Ramalho, 1956.

ROCHA, Tadeu. **Modernismo e Regionalismo**. Cadernos DEC, n. XXIV, Maceió: 1964.

SENADO FEDERAL. Senadores Brasileiros. Brasília, 1986.

TENORIO, Douglas Apratto. A Sociedade e a Política Alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

_____. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal, 1995.

_____. **Alagoas: Da Belle Époque à Revolução**. Maceió: [s.n.], 1998.

VERAS, José Maria de Carvalho. A Imprensa Alagoana nas décadas de 20 e 30. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.





Ladislau Netto

O Pai da Botânica Brasileira

Nádia Fernanda Maria de Amorim

Se a História é, como afirmavam os antigos, a mestra da vida, estudar a História através das biografias de personalidades que deram uma verdadeira contribuição para a melhoria da nação, constitui uma das maneiras eficientes de buscar inspiração para corrigir imperfeições, ou ainda para espelhar-se buscando acertar e evitar dar continuidade a fatos e práticas que a nada conduzem, a não ser dar vazão a instintos marcados por ódios, desavenças, busca de derrubar o adversário, para sobressair-se e ser tido como modelar empreendedor, o magnânimo, o correto.

Ao redigir o 'nariz de cera', estamos nos inspirando no exemplo de um alagoano, que saído da terra Caeté, soube se impor, demonstrar suas habilidades políticas e ser considerado em seu Estado, em seu país e em países altamente desenvol-

vidos, como um pensador modelar, que soube mais que ninguém pensar a Nação e ter dela uma visão adiantada de nada menos de cem anos; constituía-se, pois, um genial pensador político cuja ação e obra, fizeram com que importantes veículos de comunicação como o "Times", de Londres, reconhecessem a importância de seu pensamento avançado.

Será que os alagoanos conhecem esse notável conterrâneo reverenciado por exemplo, através das páginas do jornal alemão HUMBUNGER NACHRICHTEN, quando, em 20 de janeiro de 1863, a seu respeito assim asseverou:

"São estas cartas (Cartas do Solitário) uma das produções mais notáveis da imprensa brasileira e garantem uma lugar proeminente na história das tendências reformistas na economia do Império".



CAPÍTULO XXVIII Ladislau Netto



1ª Fase: Nascimento e primeiros estudos

Até os dezesseis anos, a vida de Ladislau Netto transcorreu entre Maceió e Marechal Deodoro. Nascido no dia 27 de junho de 1838, em Maceió, filho do comerciante português Francisco de Souza Mello Netto e de Maria da Conceição de Souza Mello Netto, brasileira, com filiação paterna portuguesa, por ela, Ladislau Netto, seria encaminhado para Marechal Deodoro a fim de ser iniciado nos estudos pelo professor José Prudente de Barros. Uma vez obtida a educação básica, voltou para Maceió ficando, então, sua educação sob os cuidados do padre João Barbosa Cordeiro, que sobre ele exerceria grande influência intelectual - ensinando-lhe o Português, o Latim, a retórica e

moral. Politicamente militante e literato, o padre João Barbosa Cordeiro, forneceria a Ladislau Netto, os estímulos intelectual e espiritual indispensáveis ao desenvolvimento dos pendores do discípulo, em nada estimulado pelo pai, homem de concepção prática acerca da vida e que ao filho destinava a atividade de comerciante na qual, inclusive, fizera fortuna.

Espírito vibrátil e determinado, Ladislau Netto não se deixou subjugar. Em 1854, partiu de Maceió para o Rio de Janeiro, de vapor, tomado no Porto de Jaraguá, à revelia da autorização paterna. Teria, então, início a 2ª fase da vida desse naturalista alagoano.



Casa onde nasceu Ladislau Netto, na antiga rua do Comércio, em Maceió.



Os pais: Francisco de Souza Mello Netto e Maria da Conceição de Souza Mello Netto.



Laurentina Muniz Freire Netto (laia Netto), esposa de Ladislau.

2ª Fase: 1854 - 1864 (Rio de Janeiro)

Cedo, Ladislau Netto demonstrara talento para o desenho. E foi essa atividade que possibilitou sua permanência no Rio de Janeiro, nos árduos tempos em que ali preparava o seu futuro. Três anos após sua chegada, já em 1857, ingressa na Imperial Academia de Belas Artes, onde permanece até 1859, quando assume o posto de desenhista e cartógrafo da Comissão Astronômica e Hidrográfica de Estudos e Exploração do Litoral de Pernambuco e, em 1862, acompanha o engenheiro francês Emanuel Liais, contratado pelo Governo Imperial em viagens destinadas ao estudo do São Francisco na condição, mais uma vez, de desenhista e cartógrafo.

Astrônomo e geógrafo, geólogo e botânico, Emanuel Liais exerceu decisiva influência sobre Ladislau, iniciando-o nos meandros da pesquisa científica. A viagem de estudo para a Região do São Francisco e o relacionamento com o cientista francês, descortinam os mundos da natureza e da Ciência para o jovem alagoano, com elas tendo se identificado. A Botânica e a Arqueologia já centralizavam seus interesses e surgem suas primeiras publicações científicas em revistas da Europa. Bem recebidas pela crítica, despertam também a atenção do Imperador D. Pedro II, que patrocina seus estudos na Europa - França -, a partir de 1864.



CAPÍTULO XXVIII Ladislau Netto



3ª Fase: 1864 - 1866 (Paris)

A Sorbonne, o Jardim das Plantas de Paris e a Sociedade Botânica da França foram o palco do seu aprendizado, da sua concentrada atividade científica e do reconhecimento do seu valor. Seus trabalhos, ilustrados com seus próprios desenhos, eram tidos como os trabalhos do "sábio botânico brasileiro". O Prof. Abelardo Duarte frisa a publicação, em Paris, de algumas de suas obras:

"Remarques sur la destruction des plantes indigenes du Bresil et sur le moyen de les en preserver, suivis d'une note le mene sujet par Naudin; Sur la structure anormale des tiges de lianes; Additions à la Flore brésilienne (Trembleya Pradosiana); Additions à la Flore bréssienne (Pisonia noseia, Pisonia caparrosa, Pisonia campestre, Pisonia laxa et odina Francoana."

A excursão à África amplia e consolida seu saber. Não estuda somente a flora. Estuda, observa e analisa povos.



Jardim das Plantas de Paris: palco do aprendizado de Ladislau Netto.

Homens e costumes. É o arqueólogo que, unido ao naturalista, terá seu nome incluído entre os que primeiro estudaram o indígena brasileiro.

O convite de D. Pedro II para integrar os quadros do Museu Nacional, sensibiliza-o. Volta para o Brasil com título de Doutor em Ciências Naturais pela Sorbonne.

4ª Fase: 1866 - 1893: A volta para o Brasil e o desempenho junto ao Museu Nacional

Aceito o convite para dirigir a seção de Botânica do Museu Nacional, cargo que assumiria no final de 1866, inicia-se, na vida de Ladislau Netto, o período mais longo e fecundo. No Museu, trabalhou vinte e sete anos e após a aposentadoria, em vinte e oito de dezembro de 1893, sobreviveria menos de três meses.

Aos vinte e oito anos de idade, eis que surge, lado a lado com o cientista, o administrador. Impossível compreender sua trajetória desvinculando-a de sua atividade à frente do Museu Nacional. Impossível, igualmente, compreender a história dessa Instituição relegando a segundo plano o período em que Ladislau Netto esteve traçando-lhe os rumos e, transformando-o, em respeitável centro de pesquisa, consolidação e divulgação do saber.

Criado por D. João VI em seis de junho de 1818, o Museu Nacional - Real Imperial - encontraria, na personalidade apaixonada pelas causas que abraçava, como assim possuía Ladislau Netto, no seu espírito lúcido e empreendedor, o impulso de que necessitava para adquirir status de instituição verdadeiramente científica, preocupada com a produção e divulgação do saber.

De 1866 a 1870, esteve Ladislau Netto à frente da seção de Botânica. Em 1870, encontrando-se combatido o diretor, conselheiro Freire Allemão, o expediente do Museu passa a ser assinado pelo chefe da seção de Botânica. Em 1874, o falecimento de Freire Allemão leva o naturalista à direção do Museu em caráter efetivo.

A concepção, notavelmente atual, sobre o papel dos Museus como ativos centros não somente de conserva-

ção, mas também de divulgação e atualização do saber, a influência do pensamento europeu em sua formação e a clareza expressas, quer nas atividades de pesquisador que, nos desempenhos das funções administrativas, demonstram o valor desse alagoano, legítimo representante de uma época em que o conhecimento adquiria foros de enciclopédismo naqueles que o possuíam a mercê de ingentes esforços, talento e rigor: "Quem se atirou aos 16 anos, mundo afora, do lar paterno e da tutela da mais tenra juvenildade, para adolecer ao relento das lutas sociais; quem teve de ganhar o próprio pão que nutre o corpo para poder adquirir o que lhe estava a pedir com instâncias mil o faminto espírito..." conforme escreveu Ladislau Netto, referindo-se a si, não esmorece na trajetória da vida enquanto animada pela paixão intelectual e pela consciência do papel social desse trabalho.

No seu Investigações Históricas e Científicas sobre os Museus Imperial e Nacional do Rio de Janeiro, publicado em 1870, nas palavras dirigidas ao Leitor como apresentação, expressa, no respeito pelo "público brasileiro", na indignação pelo "descuido e a vilipendiosa apatia em que, por tão largos anos, se há deixado ficar o museu brasileiro", na crítica à política cultural da época e aos intelectuais comprometidos com outra ordem de interesses, sua concepção pedagógica de Museu, seu repúdio aos oportunistas e seu espírito apaixonado e bravo: "Dêem-nos, depois, o nome do visionário, de utopista e o que mais e melhor lhes aprouver ainda, que se nos não há de atibiar o ânimo nem lhes haveremos de querer mal por isso".

Paladino da Ciência constata e conclama: "No Bra-



CAPÍTULO XXVIII

Ladislau Netto



Palácio de São Cristóvão, sede do Museu Nacional, e o prédio tomado pelas chamas do incêndio que destruiu grande parte do seu acervo em 2018.

sil, mal começamos a rotear o campo da Ciência e as especialidades são arbustos que só vingarão onde o tamanho mais acurado da terra lhe permite”.

Sua concepção de Museu andava de braços dados com sua visão pedagógica do pensamento que concerne a essas, o espírito de sua época faz-se presente, marcadamente, pela influência do pensamento religioso contido na sua visão de conhecimento científico.

As ciências naturais com todas as suas úteis aplicações, na indústria e nas artes; a demonstração eloquente das grandes verdades do Gênesis, a história plástica da humanidade, os costumes e caracteres dos povos antigo e moderno; as fases diversas por que têm passado todos os povos da terra; enfim, a fauna, a flora e a idade geognóstica de todas as zonas do Globo, - tudo isso são conhecimentos que se podem colher nos museus de história natural.

A referência à “história plástica da humanidade, aos costumes e caracteres dos povos antigo e moderno, às fases diversas por que têm passado todos os povos da terra”, permite, nela, entrever o artista, o arqueólogo e antropólogo que, segundo Arthur Ramos, compõe os quadros da terceira fase dos estudos sobre o índio no Brasil.

Numa demonstração de fina sensibilidade e de respeito pelo saber do povo, numa aguda percepção da ponte entre o saber popular e o saber científico diz, na apresentação da obra citada: “E pois ao povo que nos dirigimos (...) ao povo, finalmente, que as flores, as classifica pelo perfume e pelas cores e, as aves, pelas suas melodias, bem era que em um singelo discorrer o tratássemos sobre assuntos que as ciências, de ordinário não cuidosa de instruí-lo, costuma revestir de formas e caracteres para ele indecifráveis”.

Detendo-se sobre a utilidade da criação dos museus, explica reportando-se às atribuições das ciências naturais, atribuições que envolvem análise, comparação e classificação: “A primeira dessas operações, diz ele, pode ser feita

no gabinete de estudo (...) mas não se dá o mesmo com as duas outras que, só ao lado das grandes e completas coleções, podem ser convenientemente realizadas.

Daí procede, pois, a necessidade dos museus de história natural, onde quer que o culto das ciências seja compreendido e contado entre os preceitos supinos de uma Capital, ou melhor, de uma nação civilizada e amante do progresso.

(...) Sabe-se que, com a criação dos museus públicos, vê-se aliado o desenvolvimento da instrução moderna; mas é preciso que eles marchem com ela e que tomem, de mãos dadas com o progredir contínuo e acelerado dos descobrimentos do engenho humano, o caminho incomensurável que nos aponta e nos faz perdermos, num imenso horizonte, as conquistas científicas que, avidamente, vão agora trilhando”.

Analisando-se o caráter cortante e incisivo da crítica destemida de Ladislau Netto às autoridades da época no que tange à política de apoio ao Museu e às instituições científicas, compreende-se os desafetos que angariou ao longo de sua carreira e que estão na biografia de Ladislau Netto escrita pelo Prof. Abelardo Duarte. Colocando-se frente às dificuldades que o afligiam na direção do Museu diz que “o indiferentismo e desatenções de alguns administradores quem parece que a natureza tão rudes e de engenho tão remisso, que a muitos lhes dá pouco ou nada disso”.

E páginas adiante: “Expliquemo-nos: falando dos homens da administração que pouquíssimo entendem do que se move além da órbita eleitoral e que, por isso, olham indiferentemente para um museu, um observatório, uma academia artística ou literária, uma repartição telegraphica, um laboratório clínico e tudo, enfim, que não é uma trama eleitoral, bem uida e bem deslindade na vila que lhes foi campo vitórias”.

Admirável visão e têmpera desse homem que não se intimidava ante os poderosos, não lhes fazia concessões, não lhes poupava a crítica autorizada dos competentes, íntegros e coerentes. Homens que transcendem o seu tempo e o seu espaço seja pela visão de longo alcance, seja pelo que



CAPÍTULO XXVIII

Ladislau Netto



legam aos pósteros em trabalho e lição de vida.

Nesse homem, impressiona a visão pedagógica de Museu na segunda metade do século passado, quando já estabelecia a relação entre Museu e instrução pública, quando captava a ponte entre a classificação popular dos fenômenos e a classificação científica, quando rebelava-se contra o oportunismo e mediocridade dos políticos e administradores cegos ao mundo, que não cabia no limitado espaço dos seus interesses pessoais.

Ainda na condição de diretor da seção de Botânica, Ladislau Netto começou a imprimir sua marca na instituição, conservando as coleções ali existentes e aumentando seu número, promovendo ciclos de conferências, investindo no aumento do pessoal técnico.

Ainda na condição de diretor interino, condição que assumiria a partir de 3 de dezembro de 1870, Ladislau Netto, segundo Roquete Pinto in Abelardo Duarte, conferiu ao Museu “a importância internacional” daquela “Casa de estudo e ensino”, o período de sua administração chegou a ser considerado “a idade de ouro do Museu Nacional”.

Com o apoio do Imperador D. Pedro II, elaborou um novo regulamento para o Museu com fito de reorganizá-lo e de nele implantar as características de um dinâmico Centro de Pesquisa, Ensino e Estudo. Com o propósito de moralizar a instituição e impedir a política do apadrinhamento, tomou medidas saneadoras tais como a da “instituição do regime dos concursos para ingresso nos cargos do Museu” isentando, dessa medida, os que tivessem “professado, com distinção, em Universidade, Faculdade ou Escolas nacional ou estrangeira, as matérias sobre que versarem as provas”. São medidas dessa natureza que abrem caminho para a explicação dos desafetos que adquiriu e até de ardis em que foi envolvido.

O novo regulamento do Museu foi implantado em 1876. Instituiu cursos públicos e gratuitos ministrados por nomes expressivos. Criou a Revista Arquivos do Museu Nacional, redefiniu a divisão em seções, assim denominadas:

1ª Antropologia, Zoologia geral e aplicada, Anatomia comparada animal e Paleontologia;

2ª Botânica geral e aplicada e Paleontologia vegetal;

3ª Ciências físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia.

Havia, também, o projeto de criação de uma seção de Arqueologia, Etnografia e Numismática e fundou-se o Laboratório de Fisiologia Experimental, local das primeiras experiências na área, na América do Sul, conforme registra o Prof. Abelardo Duarte.

Em 1877, Ladislau Netto empreende uma visita de exploração ao território alagoano tendo em vista o conhecimento da Região do São Francisco. Acompanhado, por auxiliares naturalistas do museu, estudou a Flora e a Fauna da região e, já em Porto Real do Colégio, voltou sua atenção para a cerâmica indígena encontrada ali. No ano seguinte, retorna ao Rio de Janeiro.

O empenho intelectual e científico de Ladislau Netto ia além do âmbito das Ciências Naturais. Na adolescência demonstrara grande interesse pela arte. Na juventude, a Ciência o conquistou inteiramente e, à frente do Museu, uniu à vocação para a pesquisa a competência administrativa. A observação e análise do mundo natural não o fez cego à interação do homem com esse ambiente. Ao contrário e, mais uma vez, antecipando-se ao seu tempo, soube extrair da observação dos fenômenos da natureza, o gosto e a paixão pelos resultados da ação humana representados pelos artefatos e costumes dos primitivos habitantes das regiões em estudo.

O cientista que daí emerge é um cientista, sem fronteiras. Ao naturalista junta-se o humanista que, empolgado com as pesquisas arqueológicas, envereda pelos domínios da Antropologia não mais restrita

aos quadros de uma Ciência Natural mas que se amplia na concepção de uma ciência dos costumes. Costumes instituídos pelos povos que lhes conferem sentido e significado e que os materializam em objetos e artefatos.

No discurso de abertura de Exposição Antropológica Brasileira realizada em 29 de julho de 1882, no Museu Nacional, Ladislau Netto expressa sua preocupação com o indígena brasileiro, sua concepção acerca da origem do homem americano e solicita, do Governo Imperial, uma ação voltada para o reconhecimento da importância e valor desses povos e da sua cultura:

“Misérrima nação que vaga, há mais de três sécu-



Ladislau Netto, retratado em charge de Teixeira da Rocha.



CAPÍTULO XXVIII Ladislau Netto



los, desventurosa e proscrita, na terra querida que só, a medo, ou nos mais impenetráveis esconderijos das suas selvas, ousa chamar sua pátria.

(...)

Há mais de três séculos que, uma a uma, se têm apagado as nobres feições moral e física do povo americano, que se não foi tronco, tudo nos faz crer que ramo colateral deverá ter sido das mais antigas fontes da humanidade nas altiplanuras da Ásia.

(...)

A imaginação, guiada pelo que neste recinto se nos depara a nos maravilha, ora vencendo o espaço, rompe por sobre as ínvias florestas do grande estuário do Amazonas, e vai pousar à beira do lar hospitaleiro dos Ipurinãs, nas margens do extenso Aquiri ou nas tristonhas malocas dos últimos descendentes dos nobres Turinaras e Temembés, no alto vale do Capim; ora abstraindo do decurso dos séculos, penetra fundo nos necrotérios sagrados dos valentes Aruãs, na Ilha de Marajó e acompanha o cerimonial solene e grave com que ali vai ser depositada a urna funerária e, suntuosamente adornada, a que foram confiados os ossos venerandos do chefe mais bravo ou do mais velho guerreiro da tribo.

Pois bem, Senhor, faça o Governo de vossa Majestade que, não em mente, mas de fato, se tornem conhecidos, examinados e vulgarizados esses caracteres da pura raça brasileira e esses documentos de antemanhã da história nacional, e que seja o dia de hoje, publicamente festivo para os brasileiros, a garantia dos nossos votos e das nossas esperanças.”

Esse é o discurso de um antropólogo, de um humanista, de um cientista que, treinado no rigor da pesquisa, não deixou morrer a veia apaixonada e poética que norteou seus sonhos e aspirações de jovem.

A Exposição Antropológica Brasileira reuniu material arqueológico e etnográfico existente no Museu e, em grande parte, resultante da expedição à Amazônia, por ele organizada, no início de 1882. À frente da expedição seguiu para Marajó procedendo a exumação de material arqueológico que passaria a fazer parte do acervo do Museu. O fascínio que demonstrava pela pesquisa de campo desdobrava-se para além da Arqueologia, sendo por ele mesmo explicitado: “Agora, deixando a Arqueologia em repouso, vou ocupar-me da Antropologia e da Etnografia e sigo por esses dois dias para o Interior a fim de me pôr em contacto com umas três tribos selvagens, cujos costumes quero estudar ao vivo, e de perto, e cujos cemitérios vou revolver para deles exumar os ossos desses filhos primitivos das nossas selvas”.

A figura que emerge das palavras, da prática e da produção é a de um cientista que, no Século XIX, pensa e age em consonância com a visão de Ciência do Século XX na medida em que pesquisa de gabinete e pesquisa de campo se complementam no processo de produção do conhecimento.

No prefácio ao volume VI dos Arquivos, conclama ao es-



Exposição Antropológica Brasileira, organizada por Ladislau Netto, reuniu material arqueológico existente no Museu Nacional.

tudo dos primitivos habitantes do Brasil “onde vagam, há três séculos, forasteiros e perseguidos, seus malfadados descendentes”.

A publicação de trabalhos científicos era grandemente incentivada por Ladislau Netto. Tanto que, em sua gestão, foram publicados oito volumes dos Arquivos contendo no volume VI, ilustrações do próprio Ladislau.

O advento da República não acarretou a saída de Ladislau Netto à frente do Museu. Em 1892, representa o Brasil na exposição de Chicago, Estados Unidos. Já representara o Brasil em outros países anteriormente: Alemanha, em 1888, no Congresso de Americanistas e na Argentina, em 1882, fora hóspede oficial do Governo argentino.

Sua aposentadoria ocorreu em dezembro de 1893 em meio a tensões derivadas do relacionamento de Ladislau Netto com funcionários, diretores de seções e com o corpo docente por conta de medidas severas tomadas pelo mesmo e que já foram explicitadas anteriormente nesse trabalho.

Detentor de honrarias e títulos internacionais, autor de várias e importantes publicações científicas manteve-se, ao longo da vida, afastado da política tendo recusado os mandatos de deputado da Assembleia Provincial de Alagoas (1876-1877) e da Constituinte Federal de 1891.

Suas “Investigações sobre a Arqueologia Brasileira” justificam o fato de ser considerado o “pai da Arqueologia Brasileira”. Segundo, o Prof. Abelardo Duarte, o arqueólogo Anyone Costa assim avaliou a contribuição de Ladislau Netto:

“Foi aquele que procurou reunir e estudar sob um critério de escola as atividades da Cerâmica de Marajó, avançando no seu tempo quanto era possível num território que começava a ser frequentado por alguns, mas sobre o qual não se fizera nenhum estudo definitivo, nem se tentara qualquer sistematização.”

Também da questão pedagógica ocupou-se Ladislau Netto. Nesse sentido, organizou a primeira Exposição Pedagógi-



CAPÍTULO XXVIII

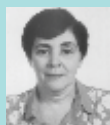
Ladislau Netto



ca Brasileira, realizada no Rio de Janeiro com a finalidade de cultivar o interesse pelas Ciências Naturais e promover um ensino primário, hoje 1º Grau, constituiu pelo seu espírito e pelo material reunido, uma antecipação aos modernos métodos de ensino e aprendizagem.

Ladislau Netto não está imune à crítica. Enfrentou-a ao longo da vida profissional, partindo de respeitáveis nomes dos cenários científico e intelectual de sua época. No entanto, para que sobre elas nos detivéssemos, necessitaríamos do dobro de tempo e espaço gráfico de que dispomos para a elaboração do presente esboço biográfico. Foi também vítima de ardis, calúnias e difamações que tinham, como alvo, denegrir sua reputação. Uma e outra, isto é, a crítica saudável, necessária, justa e construtiva assim como as calúnias e difamações merecem ser avaliadas, reavaliadas no momento presente. Isso implicaria numa demorada pesquisa bibliográfica sobre a correspondência do biografado. Pelas

razões já expostas, ficamos devendo ao leitor a análise desses aspectos da vida de Ladislau Netto, falecido no dia 18 de março de 1894, no Rio de Janeiro, vítima de colapso cardíaco.



NÁDIA FERNANDA MAIA DE AMORIM

Antropóloga, Mestra e Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada da Universidade Federal de Alagoas.

Fontes Bibliográficas

DUARTE, Abelerado. **Ladislau Netto, 1828-1894**. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.





Balthazar de Mendonça

O político de mãos limpas e sem ódio no coração

Hélio Rocha Cabral de Vasconcelos

Nascido no Estado de Pernambuco, em 6 de janeiro do ano de 1881, na então Vila de Quipapá, Antônio Balthazar de Mendonça fez toda a sua vida pública em Alagoas, onde constituiu família, envelheceu e veio a tomar sepultura no Cemitério Nossa Senhora da Piedade. Granjeou reputação, tendo representado o povo na então Câmara Estadual dos Deputados em 1919 e, por fim, na Assembleia Legislativa Estadual, em 1947, depois da redemocratização do País, em 1945.

A sua luta política vem da Velha República, onde o

jornalista desaforado fez tremer os potentados da época através de sua pena, às vezes sibilina, mas sempre com endereço certo o que, muitas vezes, o levou à retirada como tática na luta democrática.

Sua ascensão política, fruto da democracia pela qual tanto se bateu, tem raízes mesmo na Velha República, época em que aqui se instalou na qualidade, sucessivamente, de comerciante, jornalista e advogado, levado à política por princípios sócio-democráticos que já eram apregoados pelo mesmo quando espocou a Nova República em 1930.



CAPÍTULO XXIX Balthazar de Mendonça



Jornalista e Bacharel

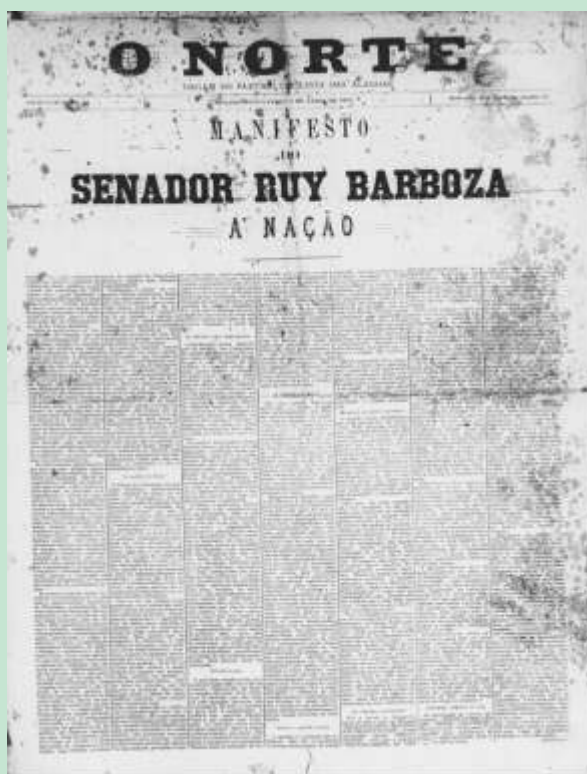
Quem lê os anais da imprensa alagoana encontra em Balthazar de Mendonça - o Carlos Mário, o jornalista, o crítico literário, "plantador de jornais", a exemplo de A Redação, porta-voz da causa que visava à eleição do conselheiro Rui Barbosa à Presidência da República na chamada Campanha Civilista. Mas, antes, no combate a Euclides Vieira Malta, que fora "despojado" do Governo estadual em 1912. Integrou o corpo redacional do Correio de Maceió, no tempo da chefia política de José Fernandes de Barros Lima tendo, mais tarde, juntamente com Miguel Palmeira, Sampaio Marques e Dano Cavalcante, fundado o matutino O Norte.

No Governo do coronel Macário das Chagas Rocha Lessa, presidente da Câmara dos Deputados que completou o mandato do governador Euclides Vieira Malta no seu segundo Governo, exerceu o cargo de redator-chefe do Diário Oficial do Estado, seguido do cargo de oficial de Gabinete do chefe do Executivo.

No ano de 1914, voltou à oposição, fundando com seus companheiros do O Norte e o Diário do Norte, acompanhado de Correia de Oliveira, João Tertuliano de Almeida Lins, Ajalmar Mascarenhas, Godofredo Ferro e outros que se alistaram na Campanha Civilista derrotada por Wenceslau Braz.

No ano de 1915, bacharelando-se em Direito pela vetusta Faculdade de Direito do Recife, montou banca de advocacia nesta capital já com outro cacife. Militou no Fórum de Maceió, destacando-se nos pleitos forenses eleitorais em todo o Estado.

Esperava por Balthazar de Mendonça uma nova etapa política quando se incorporou às correntes partidárias que sufragaram a candidatura do general Gabino Bezouro à sucessão do governador Batista Acioli no ano de 1918, a qual não logrou êxito ante a vitória de José Fernandes de Barros Lima. Mas a derrota de seu candidato não lhe esmaeceu a luta políti-



O Norte, órgão do Partido Civilista das Alagoas.

ca; daí, no ano seguinte, ter sido eleito deputado estadual à então Câmara Estadual dos Deputados, na qualidade de candidato avulso, apoiado por vários líderes do comércio retalhista e outros elementos independentes.

Sobrevindo o ano de 1922, voltou o homenageado às atividades jornalísticas, fundando o jornal A Noite, situado na Praça Deodoro, que se tornou intérprete jornalístico local da "Reação Republicana", movimento surgido para apoiar

a candidatura Nilo Peçanha à Presidência da República, já tendo, no ano anterior, sido redator-chefe do Correio de Maceió, sob a direção do Cônego Antônio Valente.

Acontecimentos originários da luta política regional forçaram-no, em 1924, a voltar ao Estado de Pernambuco, em cuja Capital instalou banca advocatícia, exercendo a profissão com proficiência, segundo se noticiava e no ano de 1926, fundou o jornal Norte do Brasil que se dedicou, inclusive, a noticiar interesses gerais da vida alagoana.



Tradicional Faculdade de Direito do Recife, onde Balthazar de Mendonça conquistou o título de bacharel.



CAPÍTULO XXIX Balthazar de Mendonça



Fim da Velha República - Prefeitura de Maceió

A luta pela sucessão do presidente Washington Luiz, em 1929, deu-lhe nova oportunidade para o exercício das atividades políticas, como participante da "Aliança Liberal", patrocinadora da candidatura de Getúlio Vargas, que redundara no movimento revolucionário de 1930. Chefiado no Norte pelo general Juarez Távora, esse fê-lo voltar a Alagoas, conduzindo-o ao cargo de prefeito de Maceió, no qual permaneceu até o ano de 1933, tendo como secretário da Municipalidade o jovem Rui Soares Palmeira, que se iniciava na política.

Concluída sua missão à frente da edilidade maceioense, onde realizou marcante administração, fundou o matutino O Estado, cujo desaparecimento e, novamente desfavorado pela conjuntura política partidária em 1935, fê-lo retornar à advocacia na capital pernambucana, onde permaneceu até 1941, quando, convidado pelo interventor Ismar de Góis Monteiro, em pleno Estado Novo, voltou ao nosso Estado para exercer o cargo de procurador da Fazenda.



Prédio da Intendência Municipal, antiga sede da Prefeitura de Maceió.

Com a redemocratização do País em 1945: fundado o Partido Social Democrático no Estado, passou a integrar o Diretório Regional, organizando, em 1946, comitês em prol da candidatura do deputado Silvestre Péricles de Góis Monteiro ao Governo do Estado.

Assembleia Constituinte Estadual

Instalada, solenemente, a Assembleia Constituinte Estadual em 10 de março de 1947, sob a presidência do desembargador Hermann Bayron de Araújo Soares, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no recinto da Associação Comercial, Antônio Balthazar de Mendonça, deputado, foi eleito presidente da Assembleia Constituinte Estadual, em que a presença de autoridades e, sobretudo, do povo, foi a grande tônica, na qual desincumbiu-se à altura com a promulgação finalmente da Constituição Estadual de 9 de julho de 1947. Sua atuação foi marcante e, administrativamente, fez o nosso Poder Legislativo se impor perante a sociedade, teatro onde se revelaram grandes nomes da política alagoana que não se contagiaram com o recesso que lhe fora imposto pelo Estado Novo em 1937, quando foi fechado.

Circunstâncias independentes de sua vontade, mas imperativas diante dos princípios democráticos que sustentou em toda sua vida pública, levaram-no a romper com o governador que elegeu, formando uma bancada independente na Assembleia Legislativa, onde se manteve até sua sucessão pelo governador Arnon de Mello em 1950 e quando foi trazida uma mensagem de renovação política para o Estado.

A época, Antônio Balt-

hazar de Mendonça ainda exercia o mandato legislativo, tendo presidido a Sessão Solene da Assembleia Legislativa que tomou o compromisso de Arnon Farias Mello no Governo do Estado, no dia 31 de janeiro de 1951.

Na qualidade de um dos próceres da coligação oposicionista na tumultuosa campanha eleitoral de 1950, foi nomeado, com a assunção do governador Arnon de Mello, membro e presidente do Conselho Deliberativo do Conselho de Finanças do Estado, hoje Tribunal de Contas Estadual, cargo que exerceu até 1º de setembro de 1953, data de seu falecimento.



Antônio Balthazar de Mendonça, presidindo a Sessão Solene da Assembleia Legislativa, em janeiro de 1951, que tomou o compromisso do governador Arnon de Mello, eleito no pleito de 1950.



CAPÍTULO XXIX Balthazar de Mendonça



Se no jornalismo político apareceu como uma figura combativa, na qualidade de crítico esmerou-se, contribuindo para o desenvolvimento cultural de nossa terra, deixando o livro inédito *Ouro Velho*. E não ficou atrás o causídico, cuja fama se espalhara por todo o Estado.

No enfrentamento da coisa pública, como demonstrou no Legislativo, através de proposições e pronunciamentos na Assembleia, vê-se que a sua visão era ampla, quando abordou problemas de Educação, Saúde, Comunicação, Crédito e Fomento à Produção. Aliás, em enquête anteriormente realizada pelo então Departamento Estadual de Informações, já no ano de 1946, promovido por Mendonça Júnior, demonstrava familiaridade com ditos problemas que até hoje persistem, não se limitando só ao jogo político-partidário. Seus pronunciamentos na antiga Câmara

de Deputados em 1922, na Assembleia a partir da instalação da Assembleia Constituinte de 1947 e na própria imprensa diária, revelam o homem do qual já se disse que, “a vida fora-lhe, na terra alagoana, um esporte bem perigoso, mas ele o jogava com perícia; e no palco do seu novo destino, desempenhou grandes e difíceis papéis”.

As homenagens póstumas que lhe prestaram foram um atestado do que se descreve, salientando-se aquela prestada pela Sociedade Montepio dos Artistas Alagoanos, da qual era sócio benemérito, fazendo a aposição do seu retrato no salão nobre. É bom que se lembre que aquele homem público, quando prefeito de Maceió, deu nome de Praça do Montepio dos Artistas ao logradouro onde é sediada a referida associação e, passados anos, a municipalidade deu-lhe aos seus restos, túmulo eterno.

O homem público

Instituições de caridade, a exemplo da Casa do Pobre de Maceió, e da própria Santa Casa de Misericórdia, foram por ele lembradas e mesmo beneficiadas, salientando-se em sua vida o seu apego à pobreza; acredita-se que, ao aqui chegar, não tivesse trazido recomendações nem dinheiro. Segundo Romeu de Avelar viu-se, no seu aparecimento, o capital que trouxe; inteligência ágil e muito “peito”; nunca, porém, desejou sobrepor-se aos direitos legítimos dos filhos da terra. Esse seu biógrafo, afirmou com a precisão que chegamos a testemunhar, ser o lutador congênito. Impossível adivinhar-se, na definição de Avelar, quando descansava. E completou: “De uma sagacidade bismarqueana, sabia pesar a substância venenosa que contém certas palavras, medir a curva das consequências, deixar os fatos se afastarem, para melhores perspectivas”. Foi assim que esse homem de membros frágeis, sem família histórica nem fortuna, venceu por meio século as burdanas dos caciques e o “papa amarelo” dos sobas da política alagoana. Naturalmente, como todos os políticos, tinha seus defeitos, suas decaídas - que talvez, em política, sejam “qualidades”. Foi na política de oposição que nunca se habituou ao Governo.

Balthazar, enfermo, mas sempre combativo, rea-

firmava o seu espírito de luta ao lado da causa abraçada e, em entrevista à *Gazeta de Alagoas* poucos dias antes do seu passamento no seu quartel-general, na Rua Silvério Jorge nº 274, de onde saíam suas diretrizes políticas para os seus seguidores, quando concluía obtemperou: “Como lhe digo, morro com as mãos limpas e o coração sem ódio. Nunca tive ambições. Sempre fui mal compreendido”. Uma geração atesta.

Então, numa imitação burlesca de um registro escrito de seu chefe e guia político - Juarez Távora, podemos afirmar de sua existência: “uma vida e muitas lutas”.



“Quartel General”, como era conhecida a casa de Balthazar de Mendonça, onde viveu os seus últimos dias.



HÉLIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELOS
Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.



CAPÍTULO XXIX Balthazar de Mendonça



Fontes Bibliográficas

Arquivo da Gazeta de Alagoas.

Arquivo do Diário Oficial do Estado.

Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

MARROQUIM, Adalberto Affonso. **Terra das Alagoas**. Roma: Maglione & Strini, 1922.

AVELAR, Romeu de. **Figuras da Terra**. Caderno/XVIII. Série de Estudos Alagoanos. Maceió: Departamento Estadual de Cultura de Alagoas, 1963.

GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grota**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1970.

MOTTA, Lourival de Mello. **Retratos de uma época**. Maceió: Edufal, 1984.





Afrânio Lages

O ideal de servir

Solange L. Chalita

Após intenso trabalho conduzindo o destino de Alagoas, de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, Afrânio Salgado Lages prestou contas aos conterrâneos, das atividades desenvolvidas à frente do "Governo da Construção", com a consciência tranquila de quem se empenhou em cumprir, da melhor maneira possível, a alta missão político-administrativa que lhe fora confiada.

O surto progressista desse período governamental ficou registrado para a posteridade não só nos planos econômicos tecnicamente elaborados, mas, sobretudo, na execução criteriosa dos mesmos. Os sucessivos relatórios, as Mensagens dirigidas à Assembleia Legislativa, a voz da imprensa local permanece no tempo, como testemunhos do processo de crescimento de um Estado administrado com competência e austeridade.

A revista "Alagoas, o grande avanço", editada com a

finalidade de expor ao público o resultado da atuação dos diversos setores dessa gestão profícua, foi apresentada pelo então governador Afrânio Lages, em matéria curta, porém bastante significativa pois, além de lhe revelar a personalidade e o pensamento político, permite uma avaliação de sua capacidade administrativa.

Escrito com o coração de quem amou profundamente a terra natal, o texto "Uma lição para o futuro" sintetiza a auto satisfação do homem público diante do dever cumprido, consciente do êxito da práxis adotada. Sua análise conduz à rememoração de fatos socioeconômico e histórico, sugere interpretações de natureza ideológica, permite a reconstrução de aspectos psicológico e cultural de seu autor, agente de ações políticas decisivas para o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade alagoana.



CAPÍTULO XXX

Afrânio Lages



Tempo e História

No Juízo Final, pintado na Capela Sistina, por Michelangelo, Cristo ocupa majestosamente o centro da composição pictórica, cercado de homens cujos atos serão julgados e, a depender do resultado, alcançarão a recompensa celeste ou sofrerão a definitiva condenação dos infernos. Na cena terrivelmente dramática, as expressões, deformadas pela angústia da culpa e o medo do castigo eterno, amedrontam o espectador sensível às verdades cristãs.

O tema do julgamento é, sem dúvida, arquetípico, constantemente presente na psique dos homens. Por sua vez, imbrica-se com a noção de responsabilidade e corresponsabilidade.

Se para os cristãos existe um código ético que dita normas de conduta cuja avaliação se cumprirá, definitivamente, após a morte, para os cidadãos prevalecem leis que disciplinam a vida em sociedade, ficando a transgressão a esses princípios sujeita a uma permanente vigilância, garantia para a sobrevivência do grupo.

Dessa forma a corresponsabilidade é uma atitude imanente ao convívio social, regulado por uma interação entre direitos e deveres.

Entretanto, a responsabilidade perante terceiros torna-se ainda maior quando originada de quem exerce o poder em nome do povo. O direito de organizar e comandar a vida social impõe ao líder democrático a necessidade de respeitar interesses individual e coletivo.

Nesse nível de relações plurilaterais, o administrador, o político ou quem quer que ocupe função pública obriga-se a prestar conta de seus atos, submetendo-se ao julgamento de seus contemporâneos e da posteridade. A imagem do líder social, sua obra material ou intelectual ficará sempre, à mercê de avaliações temporais, sujeitas ao olhar crítico de novos parâmetros ideológicos, filosóficos, históricos, políticos, econômicos e culturais.

Afrânio Lages, consciente do dever cumprido, vendo aproximar-se o término de seu mandato político-administrativo, desempenhado com o apoio de uma equipe harmônica, achou por bem expor à opinião pública as realizações dos quatro anos de Governo, como ainda ratificar suas convicções democráticas, enfatizar a obstinada vocação política, reacender

a chama do sentimento telúrico, gratificado pela perseguição, à vida inteira, de um ideal de natureza social.

Quem teve oportunidade de acompanhar, de perto, a vida desse ilustre alagoano percebe a autenticidade do discurso objetivo acima referido, a confirmar a conhecida citação de Buffon de que “o estilo é o homem”.

Ao se dirigir ao povo, destacou primeiramente a honra que lhe coube através da Assembleia Legislativa, de cuidar dos destinos de uma terra promissora, a sua Alagoas, por ele considerada “um oásis dentro do Nordeste”.



Momento em que Afrânio Lages assume o Governo, tendo ao seu lado o antecessor, Lamenha Filho.

Sobre seu plano de trabalho, a Izaias Monteiro, repórter de O Cruzeiro, prometera: “Um dos principais pontos que desejo atacar será um melhor aproveitamento da agricultura. Temos todas as possibilidades, nossos rios não são intermitentes e a terra de Alagoas se presta a todos os tipos de cultura”. Quatro anos depois, a promessa se cumpria com a elevação dos índices de produção e produtividade agrí-

cola. Por exemplo, no setor açucareiro, observou-se que uma produção de seis milhões de sacas, no começo da administração, deu um salto, em 1974, para 14 milhões de sacas anuais. A produção de feijão passou de 600 mil para um milhão e 200 mil sacas; o arroz de 350 mil para 700 mil sacas; o algodão de 20 mil para 40 mil toneladas e a produção de milho de 800 mil sacas para um milhão e 300 mil sacas.

A industrialização, por sua vez, expandiu-se, apoiada nas atividades específicas da CODEAL. Foram atraídos capitais de outros Estados e do Exterior. Além da consolidação da indústria açucareira, a mais tradicional, outras surgiram como a de alimentos, a mecânica pesada para exportação, sem contar com a implantação da grande indústria do sal-gema, que entrou em funcionamento no Governo seguinte.

Outros setores receberam a maior atenção do Governo Afrânio Lages como o do abastecimento de água e o de saneamento.

A educação e a cultura encontraram grande incentivo, através de iniciativas louváveis. Na zona rural, construíram-se novas salas de aula com a abertura de 25 mil novas vagas.

Implantou-se um modelar plano de saúde no Estado, a partir de 1971, através de convênios com entidades na-



CAPÍTULO XXX

Afrânio Lages



Solenidade no Palácio dos Martírios, quando, ao lado de sua esposa, dona Lilita Lages, Afrânio Lages ocupava o Governo de Alagoas, estando presente o prefeito da Capital, João Sampaio, o vice-governador José Tavares, diversos secretários de Estado.

cional e internacional. Houve um aumento de 300% de leitos hospitalares. Criado o Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas S. A. LIFAL, passou a ser um dos suportes do programa assistencial executado pelo Governo.

Acrescente-se, ainda, a duplicação de estradas, no período de quatro anos de trabalho, permitindo Alagoas colocar-se em destaque no setor rodoviário do Nordeste. Também se verificaram expansões nos campos da eletrificação e das telecomunicações.

A vocação turística de Alagoas foi anunciada como uma das fontes de renda mais promissoras para o futuro do Estado. A Ematur, criada em 1971, deu início ao desenvolvimento dessa nova atividade que seria expandida com a consolidação posterior do parque hoteleiro, iniciado pela construção do Hotel Luxor, na praia da Avenida da Paz. Assim, na conclusão do mandato, ao pronunciar sua última "Mensagem" à Assembleia Legislativa, em 15/01/1975, Afrânio Lages afirmou:

"Quero testemunhar para a História de Alagoas de que, sem vaidade e sem falsa modéstia, fui um servidor atento às grandes causas de meu Estado. Chego, hoje, à etapa final, ao último recado, à derradeira mensagem a esta casa Emérita, como um velho companheiro, um viajor impertinente que no fim da caminhada pode exclamar: missão cumprida."

O êxito dessa honesta administração teve, como ponto alto, o controle das finanças do Estado com a adequada articulação entre a Secretaria da Fazenda, o Banco do Estado e a Produban Financeira, proporcionando a abertura de amplas frentes para a implantação e ampliação de atividades industrial e comercial.

O conhecimento da realidade local, sedimentado

pela vontade de servir, foi um fator decisivo nas determinações desse governador obstinado.

Na verdade, quando Afrânio ascendeu ao poder, já era um homem maduro e trazia consigo larga bagagem de experiências, adquiridas ao longo de uma vida de muito estudo, dedicação ao ensino do Direito, considerável militância política, relevante prática advocatícia, saudável vivência administrativa, constante labuta jornalística, enfim não era, de forma nenhuma, um arrivista a se deparar com empreitada que não pudesse enfrentar.

O olhar retrospectivo sobre seu currículo revela o caminhar seguro de um consciente construtor de seu próprio destino. Talvez, o constante otimismo, mantido mesmo nos momentos mais difíceis da vida e uma vontade férrea, direcionada para a realização de um ideal maior, tenham sido os traços do temperamento que mais o ajudaram a conquistar o que sempre pretendeu.

A esses aspectos, somem-se outros igualmente importantes na caracterização psicológica desse homem singular, com inteligência perspicaz, controle emocional, senso de equilíbrio e de justiça, racionalidade, honestidade, combatividade, gosto pelo trabalho, austeridade, fé em Deus e no progresso da humanidade, admiração pelas conquistas da Ciência.

É certo que uma relativa timidez de gestos e objetividade na fala distanciavam, no primeiro momento, seus interlocutores. Mas, os que persistiam nessa convivência deixavam-se encantar por tantas qualidades humanas, mantidas sob permanente discrição.

É certo, também, que o comportamento pouco ruído não o favorecia nas campanhas eleitorais, feitas, nos palanques, para ouvidos carentes de promessas demagógicas. E seu discurso técnico, sem imagens, nem devaneios, consistente e sem muito riso não entusiasmava a multidão.



CAPÍTULO XXX

Afrânio Lages



Atividades parlamentares

Esse estilo de ser não lhe arrefeceu a paixão pela política, herdada de seu pai, o comerciante e deputado José Lages. Assim, várias vezes, desempenhou atividades legislativas. Elegeram-se deputado pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, onde pontificou de 1935 a 1937. Entretanto, o golpe getulista, que instituiu o Estado Novo no País, levou-o a abandonar aquela Casa.

Em 1954, elegeram-se suplente de senador. De 1961 a 1963, como senador da República, distinguiu-se pela combatividade, fazendo prevalecer, na análise, discussão e aprovação dos projetos de lei, seus conhecimentos jurídicos e sua atualização no campo das Ciências Política e Social.

Foi vice-líder da bancada da UDN no Senado (1962/1963) e integrou a Comissão de Constituição e Justiça. Em 1962, coube-lhe a presidência do diretório regional da UDN, em Alagoas. Em 1961, atuou como observador parlamentar do Senado, junto à delegação do Brasil na XVI Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.



Teotônio Vilela e Afrânio Lages, duas grandes lideranças da UDN.

Advogado e docente

Da mesma maneira que seu irmão mais velho, José e seu irmão mais moço, Armando, Afrânio, já alfabetizado pela mãe, Maria das Dores Salgado Lages (Marieta), estudou, em Maceió, no Colégio Diocesano, de 1918 a 1926, tendo guardado, vida afora, as melhores lembranças de seus bons professores, os Irmãos Marista, responsáveis pela formação de gerações inteiras, como ele teve oportunidade de declarar no discurso de paraninfo da turma de seu filho, Afraninho, em 1957.

À semelhança dos irmãos e da irmã, Lily, cursou faculdade na Bahia, porém, enquanto os três escolheram a carreira médica, ele, fugindo à regra, ingressou em 1927, no curso de Direito, colando grau de Bacharel em Ciências Jurídica e Social, no dia 7 de setembro de 1931.

Em seguida, apto ao exercício da profissão, Afrânio



Afrânio Lages, quando estudante (o segundo, da esquerda para a direita, na última fila) entre colegas de turma da Faculdade de Direito da Bahia.

instalou, no mesmo prédio onde já trabalhavam os doutores Lily e José Lages, seu escritório de Advocacia, à rua do Comércio, 235. Dedidou-se à prática do Direito, durante quase toda a vida, tendo sido advogado da Companhia Energética de Alagoas, da Cooperativa dos Usineiros, do Grupo Nogueira, de Comércio e Importação Bentes S/A, de Flávio Luz e da maioria das usinas de açúcar alagoanas.

Em 1936, elegeram-se presidente do Instituto dos Advogados de Alagoas. Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Alagoas, foi seu presidente de 1951/1961 e membro do Conselho Federal da OABrasil, em 1962.

No magistério superior, a que se dedicou com afinco, o prof. Afrânio encontrou estímulo à vocação intelectual, através do convívio com colegas ilustres e alunos ávidos de saber.

Em 1933, mediante concurso de títulos e apresentação da tese O Conceito de Filiação no Direito de Família Moderno, o jovem aspirante a professor obteve o cargo de Docente Livre da cadeira de Direito Civil da Faculdade de Direito de Alagoas.

Nova oportunidade lhe surgiu, na área docente, em 1937, inscrevendo-se no concurso de títulos e provas para provimento da cátedra de Direito Civil da Faculdade onde já ensinava. Defendeu a tese Da promessa de casamento e foi aprovado com brilhantismo como professor catedrático.

Em 1938, exerceu, em caráter interino, as cadeiras de Direito Comercial, Teoria Geral do Estado e Direito Romano e, em 1940, ministrou na Faculdade de Direito, hoje integrante da Universidade Federal de Alagoas, a disciplina, Direito Privado Comparado.

O magistério ocupou, na vida do professor Afrânio Lages, um lugar privilegiado. Orgulhava-se dessa profissão e ao paraninfo, em 1971, uma turma de formandos do Instituto de



CAPÍTULO XXX

Afrânio Lages



Letras e Artes da UFAL, confessou o fascínio pela cátedra de Direito Civil, onde gostaria de estar, não fossem as solicitações do cargo de governador.

Com muita justiça, reconhecendo-lhe o valor intelectual, a Universidade Federal de Alagoas, através da unanimidade de seu Conselho, conferiu-lhe a Medalha de Mérito Universitário, justificada pelo ofício número 337/75 do reitor Nabuco Lopes: “Assim, esta Reitoria cumpre manifestar-lhe o seu sincero regozijo pelo justo reconhecimento da UFAL ao caro mestre por tudo quanto, com alto espírito público, realizou para a integração do Governo de Alagoas com a Universidade”.



Afrânio Lages (primeiro da esquerda para direita) participa de solenidade acadêmica na Ufal, presidida pelo professor Osman Loureiro.

Cargos e funções

Homem dinâmico e sempre disposto a ocupar cargos quando lhe solicitavam a colaboração, Afrânio provou, reiteradas vezes, capacidade administrativa e honestidade no trato da coisa pública.

Assim, em 1950, desempenhou a função de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, classe jurista. Em 1951, foi escolhido conselheiro do Conselho de Finanças do Estado de Alagoas, hoje Tribunal de Contas do Estado.

De 1952 a 1956, presidiu a Caixa Econômica Federal de Alagoas. O médico e intelectual alagoano Théo Brandão, tendo acompanhado, de perto, esse período, depôs sobre ele no jornal Crítica, editado no Recife, em março/abril de 1971:

“Afrânio Lages com seu prestígio pessoal nos meios empresariais alagoanos, com o seu descortínio, com o seu conhecimento dos homens e das coisas de Alagoas, com o seu idealismo prático, com o seu otimismo realizador, pode, dentro de pouco tempo, fazê-la voltar aos velhos dias e até mesmo a ultrapassar todas as metas conquistadas anteriormente na administração de Mendonça Junior, projetando-se para o futuro como um dos grandes estabelecimentos de crédito e de poupança deste Estado; inaugurando agências pelo Interior, espalhando agências postais pelos mais distantes rincões, financiando casas próprias a pessoas dos mais variados níveis social e econômico e empreendendo mesmo a construção de um bairro residencial no Trapiche da Barra. Sob sua orientação aumentaram os depósitos da Caixa, desenvolveram-se os empréstimos sob penhor, consignações e hipotecários, deixando-a, ao terminar o seu mandato, como uma das colunas mestras das finanças em Alagoas.”

Êxito semelhante foi alcançado por Afrânio Lages na direção da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, em 1961. Desta feita, o informante é José Cabral Acioli, cujo testemunho consta igualmente de artigo publicado no pe-

riódico supracitado:

“Como sempre um otimista, não se arreceiou ante as dificuldades encontradas por ausência completa de uma estrutura adequada, em face da inatividade em que mergulhara a Carteira durante prolongado período. Arregaçando as mangas no que foi bem imitado, deu início aos trabalhos de um programa cuidadosamente elaborado, cujos reflexos, logo se fizeram sentir em toda a extensão da Casa, através de instruções judiciosas e objetiva que, invariavelmente, levavam no bojo a própria imagem de uma grande sensibilidade à valorização do homem, notadamente aos que se dedicam ao amanhã da terra.

Numa sequência contínua de resoluções e pronunciamentos os mais abalados, destacou-se sobremaneira dentre os seus pares, graças à sua capacidade diretiva, sua ação dinamizadora e aos indiscutíveis méritos de homem público. Foi agradável surpresa, não para mim, mas de tantos outros que viram nos seus gestos e atitudes não só a personificação de um grande caráter, também a restauração de princípios que asseguraram novos rumos para a Instituição. Uma nova mentalidade então ali se fixou, cheia de confiança, entusiasmo e idealismo. E tudo isso, vale acrescentar, ensejando a todos um ambiente de cordialidade, respeito e trabalho, em forma tão justa quanto humana.”

Sempre projetando-se pela competência, Afrânio Lages foi, ainda, Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (1963/1966); Membro Suplente do Conselho Consultivo do Planejamento - criado pelo Ministério do Planejamento (1965/1966); Conselheiro representante do Estado de Alagoas no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Membro do Conselho Consultivo do Banco do Nordeste do Brasil S/A (1965); Membro do Conselho de Desenvolvimento de Macaíó (1966/1967).



CAPÍTULO XXX Afrânio Lages



Atividades socioculturais e homenagens

Afrânio Lages participou do quadro de sócios das seguintes entidades locais: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas; Associação Alagoana de Imprensa; Rotary Club de Maceió, tendo sido indicado governador do Distrito 455, no ano rotário 1961/1962; Clube Fênix Alagoana, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo.

O reconhecimento de seus serviços à sociedade alagoana e brasileira valeram-lhe homenagens da maior significação, tendo-lhe sido concedidos Títulos e Medalhas como os que se seguem: Professor Emérito da Universidade Federal de Alagoas; Professor Honoris Causa do Centro de Estudos Superiores de Maceió; Medalha Cultural Ernesto Chaves da Universidade Federal do Pará; Medalha comemorativa do nascimento de Clóvis Bevilacqua; Medalha do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Diploma e Medalha do Mérito Cívico; Medalha comemorativa de José Plácido Castro de 12/9/1972; Comenda Eustáquio Gomes de Melo, concedida pelo chefe do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Maceió; Medalha Floriano Peixoto, outorgada em 1976 pelo governador do Estado; Medalha Santos Dumont, concedida em 1976.

Casado com Élia de Aguiar Porto Lages, Afrânio Lages, nascido no dia 14 de março de 1911, faleceu em 12 de fevereiro de 1990, em Maceió, deixando os filhos Vera Lages Sarmiento, Afrânio Lages Filho, Vania Lages Coutinho, Ione Lages Omena, Alice Maria Lages Lustosa Cabral.

O exemplo de sua honestidade, do seu respeito à justiça e dedicação à causa social permanecem na lembrança de quantos o conheceram e o admiraram. Esperamos que as novas gerações se interessem também pela biografia desse homem probo cuja vida orientou-se precipuamente para a conquista do ideal de servir à gente de sua terra.

Publicações

Apesar da intensa participação na vida de Alagoas e, em alguns momentos, na vida nacional, através do exercício de múltiplas funções públicas, Afrânio Lages ainda encontrou tempo para escrever livros, colaborar com trabalhos na Revista de Jurisprudência Brasileira e militar em vários periódicos como Jornal de Alagoas, Gazeta de Alagoas, A Província, Gazeta da Tarde e Correio de Maceió; Diário Carioca da Guanabara e Jornal do Commercio do Recife.

Além das teses acadêmicas já mencionadas, merecem referência as seguintes publicações: Do abuso do Direito na inexecução da promessa de casamento; Diversificação da Economia Alagoana; A Revolução e a Realidade Econômica Brasileira; Visão histórica do desenvolvimento de Alagoas; Visão geral da realidade econômica de Alagoas; Brasil-Potência Mundial; ONU - esperança de um mundo melhor; Portos e desenvolvimentos.



Lideranças políticas na década de 1970: Tarcísio de Jesus, Edson Lins, Nelson Costa, Humberto Melo, Geraldo Melo, Antônio Ferreira, Divaldo Suruagy, Afrânio Lages, Castro Filho, Theobaldo Barbosa, Alcides Falcão, Walter Figueiredo, Guilherme Palmeira e Jorge Quintela.



Formatura de Afrânio Lages (segundo da direita para a esquerda) na Faculdade de Direito da Bahia.



Visitando obras em companhia de suas esposa, dona Lilita Lages. Ainda se vê na imagem o industrial Carlos Lyra, o senador Arnon de Mello e o deputado Theobaldo Barbosa.



SOLANGE L. CHALITA

Mestra em Letras pela Universidade Federal de Alagoas, pertence aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano e da Academia Alagoana de Letras.



CAPÍTULO XXX

Afrânio Lages



Fontes Bibliográficas

ACIOLI, José Cabral. Em poucas palavras. In: **CRÍTICA - Política e Letras**. Ano XIV. N.º 5. Março/Abril Recife, 1971.

BRANDÃO, Théo. Afrânio um idealista realizador. In: **CRÍTICA - Política e Letras**. Ano XIV. N.º 5. Março/Abril, 1971.

LAGES, Afrânio Salgado. **Do Abuso do Direito na Inexecução da Promessa de Casamento**. Maceió: Imprensa Oficial, 1932.

_____. **O Conceito de Filiação no Direito de Família Moderna**. Maceió: Vilas Boas, 1933.

_____. **Da Promessa de Casamento**. Maceió: Litografia Menezes, 1936.

_____. **Ideias Básicas para a formulação de um progresso integrado no desenvolvimento de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1971.

_____. **Perspectivas para o desenvolvimento de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1972.

_____. Mensagem (apresentada à Assembleia Legislativa Estadual) 4v.. Anos 1972/ 73/ 74/ 75.

_____. Uma Lição para o Futuro. In: **Revista Alagoas, o grande avanço**. Rio de Janeiro: Editora GUAVIRA, 1974.

MONTEIRO, Izaías. Vou Governar Alagoas. In: **Revista O Cruzeiro**. Rio de Janeiro: 3 nov. 1970.





Demócrito Gracindo

Um meteoro fulgente nascido em Viçosa

Ib Gatto Falcão

O ano da graça de 1984 registrou, a 28 de abril, o centenário de nascimento de Demócrito Gracindo. Transcorreu ignorada e, silenciosamente, a efeméride que recordava o alagoano eminente, contrastando com a profunda emoção que envolveu os alagoanos a 25 de setembro de 1927, enlutados pela perda do maior de seus filhos. Parcos em homenagear, conspiramos contra a memória comum, olvidamos os nossos valores como se fôssemos uma planície sáfara e horizontal sem os relevos que iluminam e movimentam as paisagens.

Os gregos nos deixaram as imagens e monumentos dos seus deuses, filósofos e heróis, enquanto nós outros, aqui, nos limitamos, no alvoroço da República, nas homenagens do bronze a Rosa da Fonseca, Deodoro, Floriano e Sinimbu, e somente no período monárquico com a reverência dos áulicos agradecidos pela presença real de Pedro II, corporificamos a

homenagem na coluna artística que o consagra. E, numa iniciativa polêmica, foi há alguns anos erigida a estátua do general Góis Monteiro.

Assim, a iniciativa do Legislativo de homenagear figuras marcantes é quase revolucionária, merecendo apreço incomum no interesse da cultura da província e formação das novas gerações.

E a monotonia dos dias e das noites iguais se sucedendo no marasmo da província, embalada qual cantochão monocórdico na placidez de uma vida incolor, sem o encantamento e emoção dos cânticos sublimes que exaltam os espíritos e enlevam as almas, ou vibrando com gestos de grandeza que conduzem e estimulam os homens na busca interminável de um ideal de perfeição. Para agitar esse ambiente surgiu Demócrito Gracindo em 1884.



CAPÍTULO XXXI Demócrito Gracindo



Trajeto Marcante

Demócrito Brandão Gracindo foi um meteoro fulgente que, durante o seu curto período de existência terrena, iluminou os céus das Alagoas. Nasceu em Viçosa a 28 de abril de 1884, bacharelando-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1903, aos 19 anos de idade, filho do coronel Epaminondas Hipólito Gracindo e de D. Maria Brandão Gracindo. Era casado com dona Argentina Guimarães Gracindo, deixando do seu consórcio, em virtude do falecimento anterior do filho mais velho de nome Epaminondas, apenas um herdeiro, de nome Pelópidas Gracindo que, anos após, tornou-se famoso no País como ator teatral, sob o nome de Paulo Gracindo. Exerceu a judicatura como juiz substituto nas Comarcas de Paraíba (hoje Capela) e Palmeira dos Índios, retirando-se do Estado por um pequeno período para o exercício da Magistratura no Estado do Pará.

Retornando à terra natal ingressou como catedrático de História Geral e Corografia do Brasil no Liceu Alagoano exercendo, simultaneamente, intensas atividades profissional, literária e política. Foi intendente da Capital (hoje Prefeitura), secretário de Estado dos Negócios do Interior por duas vezes, deputado estadual, deputado federal, revelando sempre excepcional desempenho. Além do sucesso nas lides forenses como advogado, foi diretor-secretário da Associação Comercial, da Companhia União Mercantil, do Banco Norte do Brasil realizando, nesses órgãos empresariais, além da assessoria jurídica, atividades empresariais pela participação oficial e real nas atividades de gestão. Enfermo, em agosto de 1927 transferiu-se para o Rio de Janeiro em busca de melhores recursos médicos, vindo a falecer a 28 de setembro de 1927.

Foi, como se vê, uma intensa trajetória interrompida para mal das Alagoas, por processo mórbido que resistiu às atividades médicas dispensadas.

Conheci pessoalmente Demócrito e, naturalmente, com a distância existente entre o professor eminente e o



Coronel Epaminondas Gracindo, pai de Demócrito.

ginasiano de 13 anos de idade fui por ele distinguido e objeto de seus rigorosos cuidados de professor exigente. Com Marcial Coelho, Ciro Coelho, Raul Barbosa, Evilásio Torres, Oscar Lobato, Mauro e Túlio Gracindo, constituímos os últimos alunos a quem ensinou Geografia e Corografia Geral no Liceu Alagoano nos idos de 1926.

Não aceitava os nossos recreios na praça Dona Rosa da



Liceu Alagoano, onde Demócrito Gracindo ingressou como catedrático de História Geral e Corografia do Brasil.

Fonseca, hoje desaparecida e, a mim pessoalmente, tracionava-me pelo pescoço para retorno às salas de aula do Liceu, a nos dizer com o seu vozeirão que lugar de aluno é na sala de aula. No final do ano letivo era norma fornecerem aos professores, a listagem de assuntos a serem sorteados para os exames finais. Surpreendentemente, Demócrito não nos forneceu a esperada relação. Em pânico, em movimentada reunião, fomos escolhidos, eu e Raul Barbosa, para a corajosa missão de solicitar na residência pessoal do professor, a desejada providência. Fomos naturalmente temerosos, mas recebeu-nos amavelmente na conhecida Vila Atlântica em que residia na Avenida Antônio Gouveia, enquanto paralelamente advertia a José Calmon Reis que ali estava a rever os estudos. Assíduo e pontual no exercício da função docente, se era exigente conosco excedia-se no rigor para com os sobrinhos, para nos dar a impressão objetiva da sua isenção profissional e docente. A nós, outros meninos, que já conhecíamos alguma coisa de literatura, que líamos as Beautês de Chateaubriand, o Teatro Clássico Francês, sob o rigor de Agnelo Barbosa, que já sabíamos da existência de Cícero e das suas orações, progredindo no Latim, na placidez e bondade do monsenhor Manoel Ribeiro Vieira, apavorados com as dificuldades matemáticas das lições de Guedes de Miranda, como encantados com as aulas de História Universal de Santos Ferraz, Demócrito com o seu perfil de homenzarrão, o estridor da sua voz e a exaltação dos seus gestos, nos pareciam uma figura exponencial pairando sobre os valores que enriqueciam o velho Liceu. E naqueles idos da vida cultural das Alagoas, dos advogados famosos, dos poetas excelentes, dos médicos respeitáveis, dos políticos considerados e poderosos, convivendo com o melhor tribunal de Justiça do País, Demócrito, no entendimento dos jovens era admirado como expoente a despertar ambições.



CAPÍTULO XXXI Demócrito Gracindo



Domínio da oratória



Cortejo do dia 23 de dezembro de 1926, em desagravo ao governador Costa Rego, com Demócrito Gracindo, o mais alto, à frente de cartola preta.

No ato de entrega, em 1927, do Prêmio Adolpho Aschoff a Jaques Azevedo, que se afigurava modesto ritual escolar, Demócrito imperativo levanta-se e dirige-se a Guedes de Miranda: “Faça um discurso, o ato é solene e merece o maior apreço”. E uma oração magnífica se ouviu. Era a sua autoridade estudante se exercendo no seio dos seus colegas de congregação.

Seu domínio da oratória era famoso, predominando as orações de improviso que esgotavam nos ouvintes todos os adjetivos possíveis de elogio e admiração. Apenas escreveu um trabalho sobre Anchieta, que a memória das Alagoas não arquivou. Chegaram até nós as informações dos ouvintes que tiveram a felicidade de ouvi-lo.



Na famosa solenidade “Os 80 minutos de Demócrito”, Carlos de Gusmão destacou a atuação jurídica do homenageado

Solenidade famosa em Alagoas realizou-se no salão nobre do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas um ano após o falecimento de Demócrito Gracindo, por iniciativa da Academia Alagoana de Letras, que presidia e cuja vida social consolidou, denominada “Os oitenta minutos do Demócrito”. Guedes de Miranda, que assumira a Presidência falou sobre o Demócrito acadêmico; Carlos de Gusmão comentou com finura e inteligência a condição de advogado de Demócrito; Jorge de Lima analisou a trajetória política do homenageado; Costa Rego comentou o contexto orató-

rio do saudoso alagoano; Cipriano Jucá falou sobre o sonhador que emoldurava a sua personalidade; Jaime de Altavila discorreu sobre o professor de energia e dinamizador de entusiasmo; Aurino Maciel, filólogo eminente, leu uma encantadora página sobre a ação de Demócrito como professor; e Lima Júnior realizou uma profunda análise sociológica de Demócrito como homem de rua.

O falecimento de Demócrito despertou nas áreas social, cultural e política de Alagoas as maiores demonstrações de apreço. Os oradores foram buscar, nas páginas imortais da história, exemplos marcantes para compará-los com o alagoano eminente que se fora. Dele se disse que era um monumento que caracterizava uma cidade. Era a eloquência animadora das ruas, era um pedaço da alma de Maceió. Ao mesmo tempo que, com encantadora energia, consolidava e construía a Academia Alagoana de Letras, conduzia o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, dirigia grandes empresas, defendia no foro as mais profundas questões jurídicas, era a grande referência do povo que associava a sua figura exponencial de avantajado físico e volumosa expressão vocal a uma condição intrínseca de fortaleza moral e coragem cívica que a todos impressionava. Dizia o povo que era como uma estaca de Maria Preta (Maria Preta ou Braúna, madeira de lei especial para obras ou fundações. Nome latino: schinopsis brasiliensis. Família botânica das anacardiáceas), madeira de lei então existente que dividia propriedades seculares, assegurava fundações centenárias, tornando-se a expressão um sinônimo de força, resistência e energia. A sua tez morena, como se fora um açoriano, dava o coroamento de popularidade ao vulto eminente que enriquecia as ruas de Maceió, e era um canal de segurança e liberdade.



CAPÍTULO XXXI Demócrito Gracindo



Consolidador da Academia

Ao ingressar na Academia Alagoana de Letras em 1984 referi-me a Demócrito com a inalterada admiração que, desde menino, lhe tributava:

“Não conheci Moreira e Silva, prematuramente falecido no esplendor da vida e no fastígio das atividades pública e política, mas fui distinguido por Demócrito, me deram notáveis e inesquecíveis lições. Demócrito, consolidador da Academia, Guedes e Jaime, que no Velho Liceu Alagoano, foi tudo o que dele disseram os seus conterrâneos nas páginas sentidas com que, após o seu desaparecimento, homenagearam a sua memória. Homem de letras, orador, jurista, político, advogado, professor, administrador e, principalmente, figura humana excepcional, foi uma síntese das qualidades positivas dos alagoanos. Relembra-lo para o conhecimento das novas gerações é obra de civismo e educação. Não esqueci nunca a finura do speech de Jorge de Lima pronunciado no Instituto Histórico de Alagoas na homenagem de saudade que foi ‘Os Oitenta Minutos de Demócrito’ realizada um ano após seu falecimento pelas figuras exponenciais de nossa vida pública, literária, cada um dissertando dez minutos sobre um aspecto da vida do homenageado. E Jorge, o poeta que o Brasil consagrou, analisa a vida pública de Demócrito e termina na documentação sutil, qual ironia de Bernard Shaw, da antropofagia da província, que para mal nosso ainda perdura, com este paradoxal conceito: ‘Demócrito, tu que fostes tudo nesta terra, Deputado Federal, Intendente Municipal, Deputado Estadual, Conselheiro Municipal, por estares descendo na hierarquia dos postos fizestes bem em morrer, porque se permanecesses entre nós terminaria soldado de polícia...’. A poeira dos tempos já lançou no olvido momentos culminantes da eloquência de Demócrito, sintonia amorável da palavra e do pensamento criador. Talvez ninguém mais recorde a oração admirável pronuncia-

da no Teatro Deodoro em homenagem ao conselheiro Seabra, quando o orador iniciou o seu discurso elogiando a Floriano que exilara o político visitante nos confins de Cucuí, a mais ingrata das perseguições, criando um mal-estar crescente pela contradição aparente do orador. Ouvintes e homenageados se entreolhavam em suspense progressivo quando Demócrito ante gozando o efeito fulminante do tropo oratório levanta o teatro na mais calorosa das ovações, concluindo: ‘Para se antepor a Floriano somente um Seabra com as suas virtudes e seu gênio político’.

(...)

Costa Rego, ao fazer-lhe o elogio nesta academia concluiu o seu discurso: “O patrimônio que dele nos fica deve ser guardado nesta casa como um título de idoneidade para nós. Seus exemplos devem ser imitados, sua memória deve ser cultuada porque ela há de viver sempre em nós como todos vivíamos nele ao acompanhá-lo, estrepitosamente, em suas cavalgadas para o ideal. Relativamente a ele, podemos repetir o que disse Eduardo Herriot ao falar no Pantheon dos escritores vítimas da Guerra: o verdadeiro túmulo dos mortos é o coração dos vivos. Abramos o nosso coração a fim de receber esse morto, mas que não seja o coração, um túmulo. Abramo-lo como se, com um instrumento agrícola, fendêssemos a terra para tirar-lhe uma semente pura e forte”. E que Guedes no alcandorado do seu estilo completava: ‘Demócrito foi, sob todos os aspectos, uma energia Carlyliana que se expandiu em forças criadoras’.

Assisti à aposição do retrato de Costa Rego ao terminar o mandato na sala de sessões do Tribunal de Justiça e ouvi o governador declarar que ali se encontrava um homem a quem injusticara mas que tivera a coragem cívica de reparar o erro. Os alagoanos da época sabiam que fora Demócrito quem levava o governador à honorável correção.”

Prédio-sede da Academia Alagoana de Letras nos anos 1930, quando ainda abrigava a Escola D. Pedro II





CAPÍTULO XXXI Demócrito Gracindo



Coragem cívica

Lima Júnior, traçando o perfil de Demócrito diz que o discurso por ele pronunciado no sepultamento de Moreira e Silva foi a maior oração por ele ouvida em todos os tempos. Menino, assisti bem perto do orador à oração exponencial por ele proferida na escadaria do palácio do Governo após o teclém solene comemorativo da incolumidade do governador Costa Rego ante um atentado que sofrera. Todos os cronistas da época ao analisarem a figura do grande alagoano demoram-se no seu domínio da oratória e na sua coragem cívica que o tornavam uma referência permanente na vida alagoana, e até o folclore o homenageava com finura, como por exemplo a quadra escrita por Jorge de Lima no guardanapo de um banquete a ele oferecido:

*“Quem chega a Maceió
Quatro coisas avista
A Catedral, o Farol,
A cabeça do Demócrito
E o Bela Vista.”*

E O Bacurau, semanário que animava, folcloricamente, as tardes dos alagoanos, endossava a quadra excelente com a sua versão de que a Cidade era identificada pelos que vinham pelo mar, pela torre do farol, o nariz do Dr. Antônio Machado e a cabeça do Demócrito.

A Demócrito, pelo seu poder verbal, pode se atribuir aqueles conceitos que anotei a respeito de Medeiros Neto como orador, ao receber-me na Academia Alagoana de Letras:

“Vosso tribuno excelso derramou, a mancheias, as efusões sem par de sua alma, emoldurada das melhores virtudes, servidas por aquele poder verbal avassalador que leva o pensamento às alturas do etéreo e do divino e sublima, em períodos cantantes, as ideias que brotam da inteligência cintilante, librando-nos da planície dos simples para os altiplanos dos eleitos. Ouvindo-o, transfigura-se o nosso espírito ante o cascadear ensolarado da frase, vestindo o transparente das ideias, a que a gesticulação, qual moldura doirada, na sincronia dos movimentos, ora confere energia às apóstrofes, ora enleva-nos, como violinos em surdina, realçando a doçura das imagens, como se fossem mãos predestinadas de artista; braços e mãos que, como dissera eminente mestre, completam o pensamento como a tela magnífica que retrata as mãos seráficas de São Matheus traçando as sagradas partituras da Bíblia, ditadas pela voz dulcíssima de anjos, ou se alongando para o alto como a indicar infinitas paisagens espiritualizadas na extensão de uma prece e parecendo que murmuram uma oração.”

Homem plural esquecido pelas novas gerações

O homem plural que foi Demócrito deixou-nos essa imagem inteiriça que os que conheceram e os que folheiam os fatos históricos conhecem, mas a poeira dos tempos parece que tudo levou. Ninguém se recorda de que foi o primeiro alagoano na Câmara Federal a clamar pela Cachoeira de Paulo Afonso; o edifício que construiu para a então Intendência municipal, depois Prefeitura municipal, tem apenas o nome da empresa que fundiu o portão principal. O Grupo Escolar Diégues Júnior, após as sucessivas reformas realizadas no tempo, não registra o seu nome, requerendo das gerações modernas a humilde reverência de inscrição do nome eminente. No bairro da Ponta Grossa há uma antiga rua denominada Demócrito Gracindo. Pesquisa efetuada revela que, mais de noventa por cento dos residentes, ignoram quem foi o patrono ilustre, e apenas um ou dois se referem vagamente ao artista prestigiado que foi o seu filho. Eis um exemplo para os órgãos educacionais no Estado, impelindo-os para informação às novas gerações dos nomes dos alagoanos que construíram esta terra e nos consolidaram como entidade política, acabando com a pecha dolorosa de um povo sem memória.

Que essa iniciativa auspiciosa de rememoração dos homens que construíram essa terra se desenvolva em profícua messe de informações educativas que muito contribuirão para a formação educacional social e política dos alagoanos.



IB GATTO FALCÃO

Médico, escritor e professor. Integrou a Academia Alagoana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e a Sociedade de Medicina.

Fontes Bibliográficas

GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grotta**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1970.

LIMA JÚNIOR, Alfredo de Barros. **Alguns homens do meu tempo**. Maceió: [s.n.], 1976.

LIMA, Raul. Artigo publicado na imprensa alagoana. Discurso de posse do autor na Academia Alagoana de Letras.





Rubens Canuto

Líder do MDB da Resistência

Douglas Apratto Tenório

O período pós-64 é lembrado como uma fase de fechamento onde houve um menor índice de participação do povo na vida política representada, entre outras coisas, pela limitação da organização partidária e pelas restrições ao debate político, em função do controle policial das manifestações públicas e da censura à imprensa e aos demais meios de Comunicação.

A situação provocava temor na população. A formação de quadros políticos foi contida, a discordância à ordem estabelecida era golpeada sem contemplação e, poucos, se atreviam a militar na oposição desde que o Ato Institucional nº 2 extinguiu os partidos e instituiu o bipartidarismo criando a ARENA e o MDB.

No Brasil inteiro a tutela se abateu, de forma vigorosa, sobre a vida política. Em Alagoas, a situação se tornou ainda mais dramática, após a eleição de outubro de 1965, quando as forças progressistas ganharam e não levaram a última eleição majoritária. A resposta do poder discricionário não deixava dúvidas sobre a primazia da força sobre o direito. Muniz Falcão vencera Rui Palmeira, Arnon de Mello, Geraldo Sampaio e João Uchôa, todos candidatos situacionistas, com uma vantagem de 15.704 votos sobre o segundo colocado. A Assembleia Legislativa em votação secreta, por 21 contra 11 votos, desconheceu os resultados das urnas e negou a posse do candidato vencedor. Em seguida, a morte do líder populista Muniz Falcão em junho de 1966 fragiliza, ainda mais, a oposição deixando tonto e desmotivado o bloco democrático.

Quem ousaria sustentar a bandeira da resistência na época do “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Pois exatamente entre o reduzido grupo que, heroicamente, manteve acesa a chama da resistência democrática em Alagoas estava o dentista e empresário Rubens Canuto, um munizista histórico que acompanhou o seu sogro, o usineiro José Otávio Moreira na grande epopeia do populismo alagoano. Junto com Cleto Marques Luz, Djalma Falcão, Mendes de Barros, Camucé, Alcides Falcão, Ary Pitombo e outros, defendeu o legado democrático, ocupando no MDB um lugar especial.

Prático, organizado, garantiu a existência do partido oposicionista em Alagoas, onde o peso hegemônico da ARENA era avassalador. Não foi fácil estruturar o MDB, sobretudo no Interior, criando o número mínimo de diretórios exigido. Mantteve, enquanto viveu, o Diário de Alagoas, jornal que não tinha nenhuma ajuda oficial nem empresarial pois ninguém desejava se comprometer. Cercado de respeito até por seus adversários transformou-se num grande quadro oposicionista que o levaria, sem dúvida, no futuro, a uma eleição majoritária.

Sua morte repentina em um acidente rodoviário em 29 de março de 1970 deixou o Estado em luto e a corrente democrática alagoana desagregada, permitindo um vazio político por causa do espaço importante que ocupava. Rubens de Mendonça Canuto representava um projeto de avanço político na vida alagoana, um nome moderado que uniria de lideranças empresariais a políticos de esquerda que a fatalidade abateu em pleno voo.



CAPÍTULO XXXII

Rubens Canuto



As sucessivas perdas da oposição

Não é possível analisar a história com variantes que não aconteceram. Mas é conveniente afirmar que as perspectivas imediatas do bloco oposicionista alagoano sofreram um abalo considerável com a morte de Rubens Canuto em meados de 70. Se já lutava com uma situação adversa no contexto do regime militar, as dificuldades de formar uma nova liderança para apresentá-la com viabilidade eleitoral seriam sentidas na próxima década, quando o Governo dos generais se desintegraria.

Rubens Canuto teria, em tese, pelo menos mais 20 anos de vida política. Tinha 51 anos de idade quando faleceu. Era, como já dissemos acima, um quadro de projeção que se consolidara após o desaparecimento da grande estrela do populismo alagoano, Muniz Falcão, em 1966, quando as condições eram rarefeitas. Já estava assumindo o papel de líder da oposição.

A função e o espaço político que ocupava se devia, não só às suas qualidades, relações e ao seu peso partidário mas, também, à própria existência histórica de um eleitorado populista que se formara a partir de 30 e se adubara com o getulismo. Observemos que, em pleno fragor da preeminência militar e arenista, mesmo com a recente perda de suas maiores expressões no curto espaço de quatro anos, a oposição nas eleições de 1970, para o Senado Federal, enfrentando toda sorte de casuísmos e pressões e o vácuo de lideranças ainda venceu em Maceió com os



Rubens Canuto: Líder da Minoria numa fase de resistência democrática.

candidatos Mendes de Barros e Aurélio Viana batendo Luiz Cavalcanti e Arnon de Mello. Registre-se que Aurélio foi trazido do Rio de Janeiro, onde estava estabelecido, de última hora, para substituir Rubens Canuto. E, em 1974, Pedro Muniz Falcão, o Camucé, surpreendia Teotônio Vilela também na capital com 12.635 votos de diferença. Novamente o Interior e o artifício da sublegenda garantiria a ARENA em 1978 contra Moura Rocha.

As perspectivas imediatas do MDB, já fragilizado de nascimento pelas próprias condições do quadro político que atravessava o País, parecem ter se obscurecido depois do 29 de março de 1970, deixando-o sem perspectivas de poder que só vai mudar em 1979 com o ingresso de Teotônio Vilela no partido.

Cícero Péricles de Carvalho em seu trabalho Alagoas: a esquerda em crise fala de enormes barreiras e entaves que as forças de esquerda e, por extensão, as forças democráticas em geral, encontraram em Alagoas que "obstacularizaram o seu projeto de afirmação", mesmo nos estertores do regime militar. Aqueles que "optaram por uma estratégia democrática", contrapondo-se à modernização conservadora viram um crescimento mirrado. É muito provável que as sucessivas perdas de liderança que iam se formando naquele momento, Muniz Falcão, Rubens Canuto e Teotônio Vilela num período tão curto tenham contribuído para essa fragilidade do bloco oposicionista.



CAPÍTULO XXXII

Rubens Canuto



Dos ares serranos às bancas do Liceu

O ano de 1919 foi assinalado por um acontecimento importante no panorama internacional: a Conferência de Versailhes que delineou as regras do após-guerra. No Brasil, greves pipocaram em muitos Estados, intervenção em outros, fomos campeão, pela primeira vez, de futebol sul-americano mas, a notícia que causou maior impacto foi a morte do presidente eleito, ainda não empossado, Rodrigues Alves, vitimado pela febre amarela e a nova eleição vencida por Epitácio Pessoa. Alagoas permanecia no auge do ciclo Fernandes Lima e a seca devorava a economia, a tranquilidade e muitas vidas do sertão nordestino.

Lá no Interior alagoano, seus habitantes, portanto, enfrentavam sérios problemas com os rigores da natureza. Em Mata Grande, apesar das dificuldades reinantes, entretanto, o lar de Odilon Canuto e Laura Mendonça estava feliz. O nascimento de Rubens, no dia 6 de maio ensejara não só a realização pessoal dos pais, mas também, muitas visitas afetuosas dos amigos demonstrando a simpatia que desfrutavam na comunidade.

A cidade que estava ligada à comarca de Água Branca e já tivera, outrora, a denominação de Paulo Afonso, ansiava pela volta de sua autonomia. Mesmo edificada junto à formação serrana do mesmo nome e que é coberta de uma vasta e verdejante mata, sofria os rigores do secular suplício que exauria sua pecuária e agricultura. A criançada, contudo,



Vista panorâmica de Mata Grande, meados do século XX.

não tinha a dimensão da tragédia climática e aproveitava as benesses da infância; em seu pequeno mundo rodeado por elevações que tem, na serra Lagoa de Santa Cruz, o ponto culminante do Estado. Rubens iniciou o curso primário na Cidade, mas as dificuldades dos negócios de seu Odilon e a vontade sertaneja de melhorar sua condição, fez o chefe da família tomar a decisão de emigrar para Maceió, onde as condições seriam mais favoráveis.

Estabeleceu-se na Rua do Macena onde, mais tarde, se tornou proprietário da Padaria Leão Branco, na esquina com a Rua Moreira Lima. Junto com seus dois irmãos Ruth e Renato, Rubens Canuto prosseguiu nos estudos, aproveitando as oportunidades da capital, e sob a orientação de seus pais, que não esqueciam a dura disciplina da formação sertaneja. Ingressou ele no Liceu Alagoano onde cursou o ginasial e o científico com aplicação. O Liceu era, nessa época, o estabelecimento modelo onde ensinavam os grandes nomes da cultura alagoana, os famosos catedráticos. Ali concluiu sua formação básica enquanto ajudava seus pais no trabalho, nas horas em que não frequentava o colégio. No Liceu, também fez um bom círculo de amizades com figuras que viriam a ter, no futuro, projeção política e social, mesmo em campos partidários opostos como Lincoln Cavalcanti, ardoroso udenista e antipopulista.

Sonho da formatura e casamento

A ideia de ter seus filhos formados, ostentando o anel de doutor, era o sonho de toda família. Rubens Canuto esposou o sonho de seus genitores, deslocando-se para o Rio de Janeiro em 1938. O Estado Novo estava no seu apogeu. Getúlio Vargas era o grande astro da política nacional. O clima de simpatia do regime para com os trabalhadores deve ter despertado no jovem alagoano a sua sensibilidade, no futuro, para com as causas sociais. O clima de efervescência política da capital federal contagiava aos que nela se abrigavam. Mas a sobrevivência não era fácil. Para sustentar o sonho de formar-se conseguiu um emprego na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro enquanto estudava Odontologia, a carreira que abraçou. Conseguiu, finalmente, o tão ambicionado diploma superior com direito a anel de formatura em 1942. Trabalhou como dentista durante três anos na capital da República. Conheceu os agradáveis recantos da metrópole carioca mas a saudade martelava, sem cessar, o jovem odontólogo. O fim da II Grande Guerra, a alegria e as esperanças que se abriam no coração de todos, fizeram-no tomar



Dona Dilma e Rubens Canuto com seus filhos: José Rubens, Carlos Alberto, Angela, Arnaldo, Fátima e Renato.

a decisão de retornar à terra natal.

Dizia um de seus conhecidos que havia na pessoa do sertanejo matagrandense um casamento do dinamismo construtivo com análise racional. Teotônio Vilela que por ele



CAPÍTULO XXXII

Rubens Canuto



nutria grande admiração dizia ao mesmo tempo que planejava suas iniciativas ousadas, temperava-as com as condições de reserva de sua previdência, equilibrando o querer fazer com o que fazer. Estabeleceu consultório em Maceió, inicialmente Boa Vista, Edifício Maceió e depois no Edifício Breda. Caprichoso, montou o mais moderno consultório do Estado e sua competência lhe proporcionou uma enorme e seleta clientela. Era um virtuoso na profissão. Sonhador, idealista, integrou-se a um grupo que pensava na melhoria da

terra e foi um dos fundadores da Faculdade de Odontologia que, posteriormente, passaria a ser uma das unidades da Universidade Federal de Alagoas.

A condição de dentista do Colégio Santíssimo Sacramento o fez conhecer o grande amor de sua vida: Dona Dilma Moreira, com quem se casara em 1948. O casal teve seis filhos: José Rubens, Carlos Alberto, Angela, Arnaldo, Fátima e Renato. Era uma família bem constituída onde se destacavam os sólidos laços de afeto e respeito entre os seus membros.

A sagração na política partidária

O matrimônio conduziu o jovem odontólogo para a política. É que o pai de D. Dilma era o coronel José Octávio Moreira, proprietário da Usina João de Deus, em Capela, onde era prefeito e líder daquela região. Não se deve esquecer que a atividade política embora não tendo sido objeto de atenção durante a vida de Rubens Canuto até aquele momento, não era desconhecida pelo filho de Odilon Canuto. Seu pai foi político militante, tendo sido eleito vereador por várias vezes, prefeito



Coronel José Otávio Moreira, sogro e incentivador de Rubens Canuto na política, cumprimentando Jucelino Kubitschek.

de Mata Grande e ativo simpatizante da Revolução de 30, que derrubou os carcomidos alicerces da República Velha.

A aproximação com o sogro, um empresário que seguia a corrente política populista no panorama político alagoano e as ideias sociais trabalhistas de Vargas despertadas por ocasião de sua passagem pelo Rio de Janeiro, fizeram-no pouco a pouco adentrar-se na política, ligando o seu nome ao projeto político do coronel José Octávio Moreira. Foi abandonando paulatinamente, a atividade de dentista dedicando-se à política e assumindo a direção da Usina Terra Nova, no Pilar, também propriedade da família Moreira. Em 1958 foi eleito deputado estadual pela legenda munizista do Partido Social Progressista e, no ano seguinte, presidia a Assembleia Legislativa, no período pós-impeachment.

A década de 50 é uma época de grandes transformações em Alagoas refletindo as mudanças que estão surgindo no quadro econômico e social em todo o País e que só vão ser percebidas, com maior intensidade, nos anos 60. Uma sociedade rural que se torna urbana e que se insere no esforço de industrialização que marca o período do após guerra. Os reflexos

dessas mudanças são assistidas por Rubens Canuto que faz, numa época de grande turbulência política, a sua opção. Duas correntes despontam: o udenismo liberal e ferrenhamente antigetulista e, de outro lado, o populismo embasado no nacionalismo e estatismo aís ligado às ideias de Vargas. As antigas lideranças estão desaparecendo. A campanha política de 50 foi um verdadeiro terremoto em Alagoas. Arnon de Mello emerge como figura hegemônica da primeira vertente Muniz Falcão o antigo delegado do trabalho, desponta como a grande liderança da segunda corrente. Rubens Canuto e seu sogro que acompanharam a monumental derrota de seu campo na eleição de 1950, permanecem fiéis a suas ideias e a seus compromissos partidários. Cinco anos depois o populismo alagoano vive o seu grande momento com a vitória de Muniz Falcão sobre Afrânio Lages.

O incoformismo com a vitória munizista gerou uma situação, politicamente, insustentável, um fosso entre as principais correntes partidárias locais, redundando na tragédia do dia 13 de setembro de 1957 no episódio do impeachment do governador Muniz Falcão. A maioria dos usineiros alagoanos, incomodados com a orientação do líder populista e pela taxaço do açúcar - a famosa Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, alinham-se contra o Governo populista. O coronel José Octávio e seu genro permaneciam fiéis a sua facção. Rubens Canuto a florava com uma voz ponderada mas firme. Mantinha o diálogo com os adversários políticos e companheiros de atividade econômica. Era uma ponte sólida entre as duas margens. Alguns, como Teotônio, sublinhavam o idealismo do companheiro de canaviais e de meditações ao pé da chaminé da usina, “embora ele numa margem e eu na outra, mas ambos



Dep. Robson Mendes, gov. Muniz Falcão e dep. Rubens Canuto.



CAPÍTULO XXXII

Rubens Canuto



Napoleão Barbosa mostra o andamento das obras do Trapichão à Comissão de Parlamentares. Rubens Canuto presente com seus colegas Alcides Falcão, Higino Vital e Roberto Mendes

de olhar limpo, e vigilância debruçada sobre as águas turvas do Rio da Liberdade". O professor, o dentista, transformava-se, cada vez mais, numa sólida liderança política e empresarial. Segundo depoimentos de outros "um líder nato cuidando da terra, da cana, da política, da família; tinha um gosto especial de arrumar a casa nas atividades em que se envolvia. Naquela fase de turbulência, firme nas suas posições, leal aos seus companheiros, procurando sempre não acirrar os ânimos, e sim estabelecer condições de diálogo entre as partes em conflito.

Encerrado o episódio do impeachment após a decisão do Tribunal Misto que julgou o caso, Muniz Falcão reassumiu o mandato a 24 de janeiro de 1958. Nas eleições de 3 de outubro

daquele mesmo ano reafirmou o seu poderio eleitoral elegendo Silvestre Pércles para o Senado contra Arnon de Mello e a maioria dos deputados na Assembleia Legislativa. Rubens Canuto, naquela ocasião, teve expressiva votação e estava entre os deputados da bancada munizista. Por sua liderança dentro de suas hostes e fora dela, respeitado pelos adversários, foi eleito presidente da Assembleia naquele momento delicado de cicatrização de feridas do tecido social alagoano.

A divisão do grupo populista em 60 com as candidaturas de Abrahão Moura e Silvestre Pércles somada, ainda, a de Ary Pitombo, todos galhos do mesmo tronco, levou a vitória do Major Luiz Cavalcanti ao Governo do Estado. Reeleito, Rubens Canuto, em 1962, continua deputado pela legenda do PSP e fiel ao

grupo munizista. É o líder da oposição.

Em 1964 a crise institucional atinge o seu clímax com a derrubada do presidente João Goulart. Época de embaralhamento do quadro político. Os militares assumem o controle da situação e os políticos passam, em sua quase maioria, a apoiar a nova situação. No ano seguinte, com o Ato Institucional n.2 que dissolve os partidos políticos, funda o MDB em Alagoas, o partido da resistência, da oposição. São poucos os companheiros que ousam se colocar na outra margem, Alcides, Djalma, Camucé Falcão, Adernar Medeiros, Moacir Andrade, Mendes de Barros, Ary Pitombo e até surpresas como o ex-Senador Ezequias da Rocha. Rubens, ao lado do líder Muniz Falcão. O Diário de Alagoas é man-



Rubens Canuto, em solenidade com a presença do governador Luiz Cavalcante e do vice-governador Teotônio Vilela.



Participando de celebração religiosa no povoado de Canafístula.



Rubens Canuto integrou a comissão de observadores oficiais da construção de Brasília.



CAPÍTULO XXXII

Rubens Canuto



tido com sua ajuda financeira como portavoz da combatida oposição.

Avizinando-se à nova eleição que escolherá o substituto do governador Luiz Cavalcanti vem para Maceió na qualidade de secretário de Segurança o general Alberto Bittencourt, que é considerado o representante do sistema. Muniz Falcão é o candidato natural dos oposicionistas. Numa eleição tensa, marcada pelo fragor do ciclo revolucionário, Muniz sagra-se o candidato mais votado entre os cinco concorrentes. A Assembleia Legislativa, porém, pressionada, e sob voto secreto, com a ostensiva presença de militares em suas dependências, nega referendão ao nome vencedor. Só 10 parlamentares votaram a favor da homologação do nome de Muniz Falcão, Rubens Canuto foi um deles. O TRE sofre as mesmas pressões militares e valida a decisão do



Velório de Rubens Canuto. Em meio à multidão, Teotônio Vilela, José Tavares, Mendes de Barros e Vinicius Cansanção.

Legislativo. As regras eleitorais são modificadas para atender os donos do poder. A pendência ainda continua no ano seguinte quando assume o interventor General João José Batista Tubino no dia 31 de janeiro. A 14 de junho, vítima de pertinaz moléstia, falece em Recife o líder populista Muniz Falcão. A oposição fica abalada. Poucos permanecem na linha de frente. É temeroso. Mas uma nova liderança que vinha despontando naturalmente com equilíbrio e firmeza vai se consolidando: Rubens de Mendonça Canuto. É reeleito como deputado estadual na banca da do MDB. Não permite o fechamento do Diário de Alagoas, mantendo a chama da resistência.

O seu inesperado desaparecimento retira de cena o quadro mais promissor do MDB da resistência. Mais um duro golpe no campo da oposição.

Depoimentos

“Toda revolução tem por objetivo moralizar uma situação anterior, mas ela acaba, quase sempre, gerando um mal maior, porque se utiliza da força e da prepotência. Com a Revolução de 1964 não foi diferente. Politicamente o Brasil sofreu um atraso, uma estagnação por causa do autoritarismo. O maior erro do regime foi a prepotência, que acabou por deformar as mentalidades. O autoritarismo é o inimigo número um do respeito às leis e dignidade humana. Então regredimos nesse período.”

General Peri Bevilacqua

“Ao longo da minha vida tive oportunidade de conhecer muitas figuras da minha terra. Destaco o nome de Rubens Canuto no universo político de Alagoas, apesar de ter saído de cena de forma tão prematura. Sem dispor de grandes dotes oratórios sobressaía-se, no entanto, por predicados que enobrecem qualquer homem público. Capacidade de liderança, moderação, alto sentido de honestidade, consistência na prática política. Primeiro de sua turma nos estudos foi, na sua época, um dos primeiros entre os vultos da política, apesar de militar na oposição numa época de grande dificuldade para isso.”

José Franklin Casado de Lima

“Conheci-o desde a década de quarenta. Era um dentista muito conceituado. Ingressou na política através do coronel José Octávio e foi um dos grandes correligionários de Muniz Falcão. Homem de primeira linha, era um dos expoentes do munizismo. Tinha em Pilar e Capela seus principais redutos eleitorais. Jamais falhou na defesa dos princípios éticos e partidários. Era um empresário democrata e muito ligado aos problemas da população. Junto com Cleto Marques, Djalma Falcão, Alcides Falcão e outros procurou manter viva a oposição representada pelo MDB.”

Camucé Falcão

“Era um cavalheiro. Tinha seus ímpetos como político-partidário, mas nunca perdia a fidalguia. Era um idealista e um líder zeloso com suas hostes, carinhoso com todos que o procuravam. Um indivíduo sem empáfias que soube estreitar em torno de si um enorme vínculo de admiradores e amigos. Buscou sempre seguir os ensinamentos de seu pai, Sr. Odilon Canuto, de parilha com a orientação de seu sogro, o coronel José Otávio Moreira.”

Genésio Carvalho

“Os homens se definem sempre pelas suas atitudes. Rubens Canuto foi um homem de atitudes. Um exemplo de trabalho, de ordem, de organização, de inteligência, de coração sempre voltado para o bem comum. Difícilmente a oposição alagoana encontrará alguém para substituí-lo, neste momento. Suas qualidades de lealdade, cavalheirismo e retidão justificam o alto apreço de amigos e adversários.”

Teotônio Vilela

“Rubens Canuto foi um político brilhante pela sua inteligência e operosidade. Um homem que tinha muito o que dar em prol das boas causas do nosso Estado. Nós, políticos de todas as tendências partidárias, estamos atravessando um momento de grande emoção. Perdeu Alagoas um homem empreendedor.”

Antonio Gomes de Barros



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO XXXII

Rubens Canuto



Fontes Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre a História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1989**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

BARROS, Luiz Nogueira de. **A Solidão dos espaços políticos**. Maceió: Sergasa, 1989.

CAJU, Sandoval. **O Conversador: memórias**. Maceió: Sergasa, 1991.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.

_____. **Alagoas: a esquerda em crise**. Maceió: Lúmen/ Engenho/Edufal, 1993.

CARVALHO, Genésio. A Morte do Parlamentar. **Gazeta de Alagoas**. Maceió: 31 mar.1970.

CAVALCANTE, Joaldo. **A Última Reportagem**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Brasil: sociedade democrática**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1985.

JAGUARIBE, Hélio. A Ordem Política e a Estrutura Econômica -Social Brasileira. In: **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. **A Mitologia Estudantil uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano**. Maceió: Sergasa, 1994.

OLIVEIRA, Nilton de. **Eu Fui Testemunha: 20 anos de política**. Maceió: Editora Universitária. Maceió: 1979.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: memória da guerrilha perdida**. São Paulo: Global, 1980.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal, 1995.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, Histórias**. Maceió: Edufal, 1996.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILELA, Theotonio. Deputado Rubens Canuto. **Jornal de Alagoas**. Maceió: 31 mar. 1970.





Rodrigues de Melo

Negro triunfante num mundo de hegemonia branca

Douglas Apratto Tenório

Conforme assinalou Miguel Rojas, em nossa sociedade excludente se proíbe a cultura negra a porta principal, oferece-se a ela sempre a porta de serviço. Tardiamente, a historiografia remodelou seus conceitos. Tardiamente, começou o resgate da identidade negra com o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional. Apenas na era contemporânea a odisseia heroica dos Palmares deixou de ser "abrigo de negros fugitivos que safam em bandos para saquear e incendiar fazendas, causando enormes prejuízos aos proprietários e a agricultura", como nos diziam os velhos compêndios escolares.

O movimento negro estrutura-se a partir dos anos 70 e a muito custo vai conseguindo as primeiras vitórias para construção da altiva informação da negritude brasileira. Alagoas, um bastião avançado do legado escravagista, onde a maioria da população traz o sangue negro nas veias, no caso particular da história, o branqueamento é absoluto. Cultua-se Sinimbu, Tavares Bastos, o Barão de Penedo, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Ladislau Netto, Costa Rego, Thomaz Espindola, etc. Até o exterminador do passado, o paulista Domingos Jorge Velho mereceu, não se sabe por que, homenagem de certas cidades alagoanas. No máximo, quando alguém com a pele levemente escura se projeta, damos logo um qualificativo para não confundi-lo com a raça negra, como o Caboclo Indômito.

Mencionada na religião, na linguagem, na música, no folclore, a presença negra, contudo, apresenta-se na cultura alagoana de forma vaga, diluída. Não há rostos, vultos definidos,

com exceção de Zumbi, suprema concessão. Não conhecemos guerreiros negros na Guerra dos Cabanos, nenhum soldado negro que lutou na transferência da Capital, na Guerra do Paraguai ou na II Grande Guerra, nenhuma referência aos grandes artistas, músicos, escultores, mestres do folclore, um Rosalvo Ribeiro, por exemplo, de pele escura.

Há um vasto campo aberto para pesquisadores e historiadores que não se contentam com estereótipos seculares que se consolidaram em nossa sociedade e em nossa historiografia e cintilam na capa diáfana e falsa da chamada "democracia racial".

A identidade negra, portanto, se forma entre nós com muita luta, muito sacrifício, enfrentando o fardo da opressão, do preconceito e da discriminação. Vieira diz que a omissão é o pior dos pecados, é por isso que tratamos neste capítulo da grande figura de um intelectual e político alagoano pouco lembrado em nossa história, o negro Rodrigues de Melo. Um lutador, que sentia orgulho de sua raça, que alcançou destaque à custa de sua inteligência e obstinação e que lutou pelas causas do povo.

Apesar da Declaração dos Direitos do Homem e dos nossos preceitos constitucionais, sabemos que ainda é forte a barreira do racismo. O negro ainda é renegado. Raramente é visto na linha de frente do comércio, da indústria, na justiça, nos postos governamentais. Quando algum deles conseguiu se sobressair, superando difíceis barreiras, é porque ele realmente é, ou era, excepcional na atividade que abraçou. Rodrigues de Melo merece estar na galeria dos homens excepcionais.



CAPÍTULO XXXIII Rodrigues de Melo



Justiça para um lutador: a vida de um guerreiro

Entre alguns observadores perdura a discussão sobre qual o maior dos oradores alagoanos do século XX: Guedes de Miranda, Demócrito Gracindo, Freitas Cavalcanti, Aurélio Viana, Rodrigues de Melo. Se Arnaldo Jambo e Antônio Aleixo atribuem ao "Velho Guedes" a primazia, para Ib Gato Falcão a láurea é de Demócrito Gracindo. Já Sílvio de Macedo, Mário Lima, Padre Júlio de Albuquerque indicam Rodrigues de Melo como o orador que mais eletrizava o público numa tribuna. Com quem quer que esteja a razão, a verdade é que esses homens formam o primeiro time da oratória caeté. A verdade: o que, para Guedes ou Demócrito - hipérboles, citações greco-latinas, aforismas, menção a exemplos da literatura universal -, era considerada prova incontestável de erudição, para



Rodrigues de Melo: um dos maiores oradores alagoanos do último século.

Rodrigues de Melo era tido, preconceituosamente, como "pedantismo do negro". Apesar de tudo, como afirmou a Gazeta de Alagoas em edição de 07 de julho de 1946, "nunca foi possível obscurecer-lhe o mérito, mesmo nas mais ásperas campanhas". Impetuoso na luta, possuidor de um coração boníssimo, sempre pautou sua vida na luta contra as injustiças, pelejando em favor dos postulados democráticos, progressistas e das causas sociais.

Manoel Rodrigues de Melo, um homem que se fez à força de enfrentar o próprio destino, nasceu em Maceió, a 27 de junho de 1876, tendo vivido praticamente toda a sua existência em Alagoas. Eram seus pais Manoel Rodrigues e Florinda Joaquina Rodrigues de Melo; ela, ex-escrava, vendedora de tapioca nas calçadas. Possuía sete irmãos. Nasceu pobre e morreu pobre, também em avançada idade. Orgulhoso de sua cor, Manoel demonstrou, desde cedo, vocação para os estudos. À custa de ingentes sacrifícios fez o curso de Humanidades no antigo Liceu Alagoano e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, na Faculdade de Direito de Recife deixando, na capital pernambucana, como o fez na sua terra natal, demonstrações de seu valor.

Era casado com dona Cecília Pires Rodrigues de Melo, de cujo consórcio nasceram os filhos Hermano, Aderbal, Hercília e Guiomar (que faleceram cedo) e Gilberto, Cordélia,

Hermengarda e Desdêmona. Ao regressar de Recife, possuindo vocação para as letras e uma personalidade de valor foi aproveitado na administração de Euclides Malta, que lhe devotava admiração. Foi curador-geral dos órfãos, delegado-geral da Polícia da Capital, secretário do governador, passando depois a ocupar a 2ª. Promotoria Pública da Capital e, em seguida, a 1ª Promotoria. Mais tarde, foi para a vice-direção do Aprendizado Agrícola de Satuba.

No Governo Batista Acioli foi eleito deputado estadual, na legislatura de 1919, oportunidade em que defendeu como um leão os direitos dos humildes, notadamente os direitos da classe trabalhadora, quando a questão social ainda era considerada simples caso de polícia. Como promotor público teve várias remoções, sendo destacada

sua atuação na Promotoria da Capital. Tribuno dos mais eloquentes, poeta, polemista, conferencista, jornalista, dramaturgo, prosador, fundador e membro da Academia Alagoana de Letras, integrante do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, do Centro Cultural Emílio de Maya, fundador da Associação Alagoana de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil. Voltou ao Parlamento Estadual mais de uma vez.

Na alvorada da vida universitária alagoana, ao surgir a Faculdade de Direito, foi nomeado professor da Cadeira de Filosofia do Direito. Residiu, durante certo tempo, na praça da Catedral e, depois, passou para a rua do Sol, atual João Pessoa. Falava Francês, Espanhol e Inglês. Sua biblioteca era a sua principal riqueza, vasta e variada, que ia dos clássicos a livros sobre a cultura e as línguas africana e indígena.



Cecília Pires Rodrigues de Melo, esposa do poeta Manoel Rodrigues de Melo.



CAPÍTULO XXXIII Rodrigues de Melo



Dramaturgo, poeta, jornalista: um intelectual da praxis

Ativo, produtivo, Rodrigues foi um intelectual da “praxis”, que laborava, com esmero, várias vertentes do universo cultural. Parecia que precisava pagar com regularidade um elevado tributo à sua origem humilde, ao preconceito, à inveja ao seu talento. É notável que, numa sociedade elitista, racista como a de Alagoas nas primeiras décadas do século XX, um negro, filho de escravos, se equiparasse aos medallhões do seu tempo.

Segundo Sílvio de Macedo, era uma mente de enciclopedista, onde as especializações para que o “seu gênio disciplinado tivesse uma maior floração e voos mais arrojados.



Rodrigues de Melo assinava a seção “Às Quintas” no jornal Gutenberg.

E, com isso, sempre o artista superava o homem da ciência”. Era um estudioso do vernáculo e sua biblioteca tinha volumes raros sobre os temas de sua predileção.

Deixou grande número de poemas e sonetos, uns publicados na imprensa local, outros, e talvez os melhores, completamente inéditos. Não foi tão rica a sua produção poética quanto a sua pro-

dução em prosa, sobre temas filosóficos e sociológicos. Seus versos, segundo ainda Sílvio de Macedo, são magoados e tristes, clamando contra as injustiças do mundo, traduzindo emoções e as ideias de situações psicossociais conflitivas. Alguns conhecedores preferem os seus versos que cantam o amor e a vida, dentro da escola parnasiana que admirava. Tanto na poesia quanto na prosa, ele não esconde suas amarguras íntimas, seus malogros e dificuldades, que transformava em matéria-prima para a sua trajetória intelectual, transfigurando-as em arte e denúncia. Padre Júlio de Albuquerque resalta o soneto Maria, composto em homenagem a Nossa Senhora das Dores, quando de uma visita àquele sacerdote, seu grande amigo, “uma peça notável de graça, piedade e sentimento”.

Como dramaturgo também se destacou. Produziu dezenas de peças, entre as quais Conciliação, comédia em 3 atos, Seu Tibúrcio, igualmente comédia, Madalena, drama, Margarida, Dagmar, A Culpa, Tormenta, Maceió na Rua. A Tormenta foi levada ao Teatro Deodoro no dia 7 de outubro de 1916 pela Companhia

Maria de Castro com sucesso extraordinário. No dia 6 de novembro de 1919, foi levada à cena, o drama empolgante Uma Página da Vida”, pela famosa Companhia Itália Fausta.

Rodrigues, segundo os jornais da época, foi delirantemente aplaudido. Abelardo Duarte relaciona-o como um de nossos principais autores teatrais que “optou pelo drama social, desenvolvendo-se suas peças dentro de uma sociedade comprometida, falsa e desregrada”.

Jornalista vocacionado, abria polêmicas com assuntos de interesse da população, fazendo-o com coragem, sem receio de desagradar os poderosos. Na qualidade de acadêmico de Direito já despontava na revista literária A Cultura Acadêmica, fundada no Recife, em 1904. Apaixonado pelas redações, dava vazão ao seu espírito guerreiro na imprensa. Colaborou em quase todos os jornais do seu tempo, desde o Jornal de Debates, surgido no início do século onde manteve, com assiduidade, a seção Partidários da Pátria, ao lado de Carvalho de Brito, Sebastião de Abreu, Virgílio Antonio e Duarte Sobrinho. Redigiu, também, o Correio de Alagoas com Craveiro Costa e Angelo Neto. No Diário da Manhã trabalhou na redação com Pio Jardim e Guedes de Miranda. Em 1905, assinava a seção “Às Quintas” no Gutenberg, jornal que dirigiu algum tempo. Foi colaborador regular também, em outros momentos, de A Tribuna, Jornal de Alagoas, Jornal do Comércio, do qual foi também redator, Diário de Maceió, onde ocupava a coluna principal da Gazeta de Alagoas.

Amigo de Jorge de Lima, Pontes de Miranda, Mateus de Lima, Monteiro Lobato e Edson de Carvalho. Sua casa era visitada pelos intelectuais que respeitavam o ardoroso polemista. Ezequias da Rocha, Lily Lages, Lafaiete Belo e Júlio Auto, além do governador Euclides Malta, estavam entre os seus admiradores. Foi um dos fundadores da Academia Alagoana de Letras e sua presença era certa nos movimentos culturais.



Manoel Rodrigues de Melo, com o poeta e ex-prefeito de Maceió, Cipriano Jucá.



CAPÍTULO XXXIII Rodrigues de Melo



Na política, o nacionalismo e a defesa dos fracos

Fervoroso republicano em sua mocidade, regime que pregava o fim dos privilégios de nascimento, batia-se pela consolidação do novo regime, credenciando-se a defender os postulados da “res-publica” quando foi eleito deputado estadual. Novamente chegou à Casa de Tavares Bastos, como constituinte, em 1934, pelo Partido Republicano, sendo um dos mais votados. Elisabeth Mendonça fala de seu acentuado gosto pela leitura, saindo de casa sempre com um livro aberto, atravessando as ruas, absorto, “só o fechando quando chegava ao recinto da Assembleia, quando a sessão ia começar”.

Seu temperamento altaneiro e arrebatamento como parlamentar custaram-lhe duros períodos de ostracismo político. O senador Cônego Cícero de Vasconcelos dizia que “a eloquência com que arrebatava multidões na praça pública ou no júri, levava no parlamento a exaltar os grandes feitos da Pátria”, a deblaterar contra as injustiças, a defender o direito do que hoje se denomina “povão”, tornando-se uma “clava terrífica” a combater a prepotência, a desfaçatez, os vendilhões da Pátria, a defender a soberania nacional e a combater o crime e a violência que estão historicamente enquistados na cultura caeté.

Engajou-se na corrente populista contra a política de contemporização com os chamados “decaídos” na década de 30. Sílvio de Macedo salienta sua atuação na última Câmara Estadual, no período anterior ao Estado Novo, fazendo estremecer venerandas figuras no recinto do parlamento, refutando as tiradas insidiosas dos que lhe invejavam o talento.

Viam-no, todos, muitas vezes, nas crises políticas, enguer-se no meio da plebe injustiçada pelos fariseus da sua época, para verrumar os senhores potentados da política do erro e da injustiça social. Quando atacado, sacudia a cabeleira leônica da sua eloquência, e não havia quem não temesse as investidas de sua dialética férvida e causticante.

Como deputado teve destacada atuação contra a

exploração estrangeira de nossos recursos naturais e em defesa de nossa indústria. Bateu-se contra a concessão feita pelo Governo Central a Itabira Iron, para exploração do nosso ferro em Minas Gerais, contra a concessão de terras na Amazônia feitas ao grupo norte-americano de Henry Ford e a transferência da Fábrica de Linha de Pedra pelos herdeiros de Delmiro Gouveia a um truste estrangeiro que competia com o “Mauá do Sertão” quando ele estava vivo.

Chamava a isso “um arretalhamento do País”. Na Assembleia e fora dela foi considerado pelo próprio Edson Carvalho como o maior baluarte que teve o petróleo em Alagoas. Em pleno regime varguista erguia sua voz “contra a falta de patriotismo” das concessões de nossas riquezas e da retirada da sonda de petróleo de Riacho Doce. Conclama à defesa do nosso solo e da nossa soberania.

Denunciava, da tribuna parlamentar, as demandas da Polícia e do Governo contra a população pobre sertaneja no combate ao cangaceirismo, a “ponto de o povo preferir a aproximação de Lampião à polícia lampionizada que vive a extorquir víveres, animais e muitas outras coisas do mísero sertanejo”. Liderou campanha para a construção de um novo mercado público e, em 1936, foi designado junto com Freitas Cavalcanti e Lima Júnior para elaborar o Projeto do Estatuto dos Funcionários Públicos Estaduais.



Poço São João, em Riacho Doce. Rodrigues Melo foi contrário à retirada das sondas de petróleo.

Orador arrebatador e promotor que soltou os presos

Era o orador escolhido para as ocasiões importantes. Adversário do nazifascismo, foi incansável na campanha contra o criminoso torpedeamento do Eixo aos nossos indefesos navios de passageiros. No comício-monstro realizado na Praça Deodoro em 18 de outubro de 1942, ele foi o orador mais aplaudido. Presidente da Comissão Permanente Pró-Petróleo em Alagoas, tinha pela causa verdadeira paixão, arastando com os seus discursos o apoio dos estudantes. Outra atuação marcante, quando levantava as multidões com os seus discursos, foi na campanha para a construção do nosso Cais do Porto. O polemista ardoroso das grandes causas não carregava, entretanto, melindres. Em 1933, quando esteve aqui Getúlio Vargas, fez a saudação ao estadista gaúcho a convite do interventor Afonso de Carvalho que, apesar de seu adversário político, o escolheu para a tarefa por não lhe

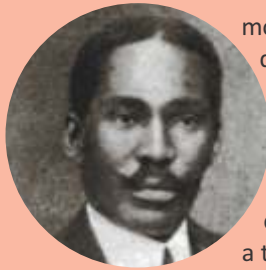
desconhecer as qualidades oratórias.

Como promotor público marcou época com sua atuação. Era implacável na função. Os debates no júri com Guedes de Miranda e outros luminares do Direito se tornaram antológicos. Segundo Alfredo Gaspar de Mendonça, era tal o brilho de sua atuação que o tribunal lotava logo cedo quando se anunciava uma sessão com a sua presença. Não arrefecia contra os poderosos e em favor das vítimas humildes. Passava horas na tribuna sustentando suas teses. O povo comparecia em massa, os estudantes fugiam do Liceu, deixando as salas de aula vazias para ver as réplicas e tréplicas. Muitos ficavam nas calçadas pois o salão do júri ficava repleto.

Provocou grande celeuma quando, num gesto insólito e absolutamente impactante na época, como 1º Pro-



CAPÍTULO XXXIII Rodrigues de Melo



motor da Capital, abriu as portas da cadeia para os detentos que estavam presos ilegalmente. O caso foi muito comentado. Como uma autoridade abria as portas da prisão, se a sua função era fechá-las, prejudicando a tarefa do chefe de Polícia? Respondendo as censuras sobre o seu ato, ele evoca na imprensa a Constituição Federal que, afirma que ninguém será preso, senão nos casos expressos em lei. Isso quer dizer que ninguém poderá estar, sem culpa formada, preso por mais tempo do que a lei permite. Sabemos que aos menos afortunados, aos pobres, essa regra da Lei Magna muitas vezes é esquecida. Na sua resposta ao chefe de Polícia encontramos uma síntese de seus sentimentos:

“Não concordo em que estejam numa prisão infecta, homens completamente nus e em promiscuidade com menores, esses infelizes dormem no piso do cimento imundo, sem um lençol, sem um travesseiro, sem qualquer coisa que os amparem e protejam-nos contra a umidade mortificante. Pelo fato de serem indivíduos policiados não se conclui que devem merecer o completo abandono das autoridades e dos homens. As cenas que testemunhei, os quadros que vi na Penitenciária Estadual, são inéditos na vida dos deserdados da fortuna. Homens deformados pela miséria física, ali se acham há 5, 6, e 8 meses, sem processo nem culpa formada e, conseqüentemente, sem um motivo legal que justifique sua prisão. Muitos já teriam cumprido a pena se fossem condenados, pois são ladrões de galinha uns, outros furtaram uma lata de banha, um pedaço de carne ou um objeto sem valor. Portanto, eu não pus em liberdade os desordeiros de pior quilate, nem os ladrões mais perigosos. Soltei cinco menores que não podiam estar presos em face da lei e onze que foram escolhidos entre os mais antigos da prisão, alguns presos pela primeira vez por vagabundagem ou desordem. Se por um lado, é um mal pôr em liberdade indivíduos que furtam por não achar trabalho e vivem morrendo de fome pelas ruas da Cidade, por outro lado, é uma desumanidade e uma injustiça sem par, consentir na morte lenta de indivíduos que podem se regenerar. Conservá-los metidos numa prisão meses e anos seguidos, sem higiene, sem alimentação e sem trabalho, é um crime talvez bem maior que todos os delitos que praticaram.”

Preocupação com os menores e humildes

Não nasceram em nossa época os menores abandonados, os chamados trombadinhas ou os meninos de rua. A questão social é a antiga, apenas agravou-se nos últimos anos sob a complacência e a omissão das autoridades e da sociedade. Rodrigues era uma pessoa solidária com os menos afortunados. Segundo a sua biógrafa, Elisabeth Mendonça, à sua casa acorriam, diariamente, dezenas de pessoas pobres, gente humilde procurando o Dr. Rodrigues para pedir-lhe auxílio e interferência em casos de alçada estatal. A todos atendia com solicitude e não se recusava a interceder junto a amigos, em favor de postulantes desconhecidos. Sua condição de membro do Ministério Público, de político negro, parece que atraía a gente humilde, cada um, com um problema para solucionar. Bateu-se durante anos pela criação de uma Escola Correcional que abrigasse infratores com educação para o trabalho. Os menores, por sua vez, eram uma de suas metas constantes, uma verdadeira cruzada obsessiva.

As injustiças e o folclore

O político que participou de grandes campanhas - como a da construção do Cais do Porto, que fez, da tribuna, uma trincheira de luta contra o totalitarismo nazi-fascista, pela soberania do nosso País, pela dignidade de sua terra e de sua raça, que sempre combateu os poderosos e defendeu os fracos, que participou intensamente dos grandes movimentos culturais de Alagoas neste século - sempre enfrentou a barreira da discriminação. Nas sessões de júri, advogados perdidos em seu arrazoado, evocavam a sua pele negra para provocá-lo. A tática funcionava, pois Rodrigues, saía de sua explanação e, irado, ia fazer a apologia da sua raça, enfatizando seu orgulho em ser negro, filho de negros e falava, a partir daí, de quantos devemos à nossa herança africana. Existem vários casos pitorescos relatados sobre o assunto. Num deles, contado por Elisabeth Mendonça, numa questão no júri com o Dr. Ciridiano Durval, esse falou que, nem um milagre de São Benedito fazia o promotor arrancar provas e ele, acicatado, falou sobre a figura do santo negro e dos seus milagres por mais de uma hora, prendendo a atenção do auditório de maneira espetacular.

É uma pena que um vulto tão destacado em sua época seja tão pouco conhecido hoje. É verdade que existe um Grupo Escolar com o seu nome, mas o que se destaca realmente na memória da terra é o folclore em torno de um negro que conseguiu romper a barreira da exclusão num mundo de hegemonia branca. Um intelectual ativo, combatente das causas populares, um promotor público defensor da sociedade, advogado dos desprotegidos, tenor, poeta, orador vibrante, conhecedor de filosofia, jornalista, músico, um erudito que é apenas lembrado pelos nomes incomuns de suas filhas, Hermengarda e Desdêmona, tirados da literatura clássica. A voz da História, entretanto, lhe fará justiça sempre que se mencionar os alagoanos ilustres.



CAPÍTULO XXXIII Rodrigues de Melo



Depoimentos

“Manoel Rodrigues de Melo foi um dos maiores tribunos de Alagoas. Sempre acatado e respeitado pelos seus princípios de respeito à democracia e ao progresso do nosso Estado. Foi uma das figuras mais populares de Alagoas pela sua cultura, sua luta nunca abalada, pelo aprimoramento dos nossos princípios políticos.”

General Mário Lima

“O livro dos séculos vem sendo escrito, através dos anos, com a coragem dos desbravadores, a paciência dos cientistas, o civismo dos patriotas, a pena dos prosadores, a inspiração e o romantismo dos poetas, o idealismo dos jornalistas, a alma dos compositores, a inteligência e a perspicácia dos que retalham artística e geometricamente o globo que nos abriga. Rodrigues de Melo é um desses construtores da História a serviço de sua gente e de sua pátria.”

Elisabeth de Oliveira Mendonça

“Graças a vastos recursos intelectuais de que dispunha nele a Justiça Pública encontrou sempre o acusador eficiente, o tribuno persuasivo, o defensor ardoroso. Era tal o brilho que emprestava nos debates do Júri, que muito antes da hora marcada para as sessões, o tribunal popular já regurgitava de gente quando se anunciava que falaria o Rodrigues de Melo. Só os que exerceram funções do Ministério Público sabem o que custa ao promotor a missão de acusar, principalmente quando essa se exerce contra pessoas de posição e de fortuna e em favor de vítimas anônimas, modestas e esquecidas.”

Alfredo Gaspar de Mendonça

“Gostava de ouvir o bom tenor que era, cantando à meia voz trechos de grandes mestres como Schubert, Verdi, Carlos Gomes. Discutíamos filosofia e discordávamos, pois era adepto de Spencer, Freud, Biné-Sanglé, Comte, Renan, Rousseau. Eu lhe admirava a eloquência, gabava-lhe a cultura, exaltava-lhe a facúndia, temeroso por nossas discordâncias filosóficas, que nada viesse talar o céu de nossa larga amizade ou desatar o laço de nosso velho afeto.”

Padre Júlio de Albuquerque

“Inteligência superior. Espírito combativo e lutador, com uma atuação brilhante, especialmente como promotor público. Grande orador, benquisto por todo mundo, Rodrigues de Melo tinha ressonância na massa. Político excepcional, firmava-se pela cultura e valor, mostrando aí sua superioridade.”

Afrânio Lages

“Conscientes de suas raízes, os negros brasileiros vão, a cada dia, buscando encontrar seus espaços, numa sociedade de mestiços que negam suas raízes.”

Zezito Araújo

“Rodrigues de Melo era uma mente de enciclopedista, onde as especializações foram sacrificadas para que o seu gênio disciplinado tivesse uma maior floração e vôos mais arrojados. Ninguém foi mais belo na inteligência e tão eloquentemente persistente na sua vocação superior de iluminado quando essa águia negra cuja alma era vestida de alvuras.”

Silvio de Macedo

“Um homem de talento. Um batalhador. Voz anasalada, competia na oratória com Guedes de Miranda. Filho de escravos, lutou para vencer as pesadas barreiras do preconceito. Uma pena que só tenha ficado o folclore em torno de sua pessoa.”

José Franklin Casado de Lima

“Grande jornalista que escolhe para trabalhar temas de interesse da sociedade. Possui a franqueza de dizer sem rebuscos o que lhe parece.”

Goulart de Andrade

“Como autor de teatro Rodrigues de Melo optou pelo drama social. Suas peças dramáticas conhecidas desenvolvem-se dentro dos temas de uma sociedade comprometida, falsa, desregrada, de que o seu melhor drama, A Tormenta, reproduz ou focaliza, em cores vivas e fortes, um dos ângulos.”

Abelardo Duarte

“Manoel Rodrigues de Melo foi um homem muito inteligente e de muita combatividade. Petróleo e Cia. do Porto o empolgaram. Destacou-se no parlamento estadual. Brilhou de maneira empolgante em suas apresentações. Grande poeta. Mereceu destaque como deputado. Foi um dos políticos mais combativos que já vi. Grande jornalista, demonstrando sempre muito interesse pelos problemas de ordem social.”

Mello Motta

“Rodrigues de Melo foi o maior baluarte que teve a campanha do petróleo em Alagoas, foi uma das colunas mestras que sustentou as pesquisas petrolíferas aqui. Sem o seu auxílio, era bem provável que o petróleo não fosse descoberto. A oposição era grande e eu próprio cheguei a pensar em desistir, ele não.”

Edson de Carvalho

“Na tribuna judiciária foi o maior.”

Guedes de Miranda



DOUGLAS APRATTO TENÓRIO

Professor aposentado da Universidade Federal de Alagoas, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco e autor de vários livros sobre a História de Alagoas.



CAPÍTULO XXXIII Rodrigues de Melo



Fontes Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Padre Júlio de. Rodrigues de Melo, grande intelectual alagoano. **Gazeta de Alagoas**. Maceió: 07 ago. 1946.

BITTENCOURT, Ednor. **Corrupio – memórias**. Maceió: Sergasa/Ediculte, 1992.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.

GAZETA DE ALAGOAS. Dr. Rodrigues de Melo. Maceió: 07 jul, 1946.

IVO JÚNIOR, Floriano. **Crônicas e depoimentos**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco, 1992.

LIMA JÚNIOR, Felix. **Maceió de outrora**. Maceió: APA, 1976.

LEITE JÚNIOR, Bráulio. Depoimento. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

MACEDO, Sílvio de. **Uma visão sobre a personalidade de Rodrigues de Melo**. Nossas figuras pouco lembradas. Maceió: FUNTED, 1980. Mimeografado.

MENDONÇA JÚNIOR, A. S. Depoimento. In: **Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos**. Maceió: UFAL, 1979.

MENDONÇA, Elisabeth de Oliveira. Elogio do Dr. Manoel Rodrigues de Melo. **Rev. IHGA**. Maceió: Sergasa, 1978.

MIRANDA, Guedes de. **Eu e o Tempo**. Maceió: Imprensa Oficial, 1967.

RODRIGUES, Clódio. **O Sorriso do Tempo**. Maceió: Casa Ramalho, 1960.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: EDUFAL, 1995.

VASCONCELOS, Sen. Cônego Cícero Teixeira de. Rodrigues de Melo. **Discurso na Assembleia Nacional Constituinte**. Sessão de 11 de julho de 1946. Rio de Janeiro: 1946.





Theobaldo Barbosa

A ética nos difíceis caminhos da política

Dalton Dória

Theobaldo Barbosa nasceu em São José da Lage, no ano de 1929, no dia 31 de março. Filho do tabelião público Antônio Barbosa da Costa e de dona Ana Vasconcelos Barbosa, transferiu-se com seus pais e mais três irmãos para a pequenina Tanque D'Arca, então distrito de Anadia, onde iniciou seus estudos.

Como diz Proust é melhor sonhar a vida, o menino que, da mãe forte, herdara a coragem tímida, antevia os recantos todos e a glória da Capital, que era preciso conquistar o centro do seu grande mundo. O curso primário já o concluiu em Maceió, no velho e querido Colégio Guido de Fontgalland, lá onde fez, também, o ginásio e o científico. Dele, guarda o aconchego amigo que as mãos do padre Teófanos souberam imprimir; mãos de Deus. Ali, aprendeu e trabalhou para custear os estudos. A renda familiar era pouca e o adolescente vinha de gente pobre.

Aluno laureado, o espírito de liderança já se antevia.

Dono de uma coragem cautelosa foi, aos poucos, tateando os caminhos e, dentro deles, fez-se fundador e presidente do Grêmio Literário José de Alencar. Na complicada linguagem filosófica era a “essência” buscando realizar-se. Ali, germinava o político e o tempo era do Dutra e do Brigadeiro.

Do Colégio Guido foi para a Faculdade de Direito, através de concurso vestibular. Como a força atrai a força, lembremos, neste momento, Nietzsche, Theobaldo encontrou como diretor a grandeza do professor e poeta Jaime de Altavila.

Fez-se político acompanhando, rigorosamente, os caminhos da ética e da honestidade. Liberal humanista, enfrentou os descaminhos da violência política como quem cumpre uma missão quase sagrada. Não sei se as coisas têm um sentido original, mas em se tratando de Theobaldo, o exemplo não deve ser apenas um símbolo.



CAPÍTULO XXXIV Theobaldo Barbosa



A Família e o estudante

Seu pai foi tabelião público na bucólica cidadezinha de Tanque D'Arca, na época, ainda município de Anadia. Homem de gestos e pensamentos tímidos buscava na esposa, dona Ana Vasconcelos Barbosa, o complemento de que precisava. Mulher forte, decidida, era o gesto de que precisava. Estudou no Colégio Santíssimo Sacramento e era, na cidadezinha, a escritã dos grandes: redigia os discursos que saudavam as autoridades da Capital. Foi dela a iniciativa da mudança para Maceió. Do pai, Theobaldo herdou a timidez honrada e, da mãe, a ousadia cautelosa.

Aos 13 anos de Theobaldo, a família chegou para residir em Maceió. Era dona Ana buscando dar ao sonho a fisionomia da vitória e, Theobaldo, era como que a sua intuição. O destino e a ação trabalhando juntos. Buscando no padre Teófanos de Barros, fundador e diretor do Colégio Guido de Fontgalland, primo de seu pai, a proteção de que precisava, dele, recebeu a certeza de que Theobaldo ali trabalharia para financiar os estudos.

O Brasil vivia um momento de grande ebulição política, a consciência nacional inquieta, buscava uma saída constitucional para o País. O ciclo Getúlio Vargas chegara ao fim. Realizam-se as eleições para a Presidência, Congresso e alguns governos estaduais, estávamos em 2 de dezembro de 1945. A União Democrática Nacional (UDN) apoiava o brigadeiro Eduardo Gomes e o Partido Social Democrático (PSD), o marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio, substituído por um dos poucos líderes que o

Exército brasileiro já teve, o alagoano general-de-exército, Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Foi dentro desse clima que o ginasiano fundou o Grêmio Literário José de Alencar e a UESA, da qual foi o primeiro presidente. Nele, a juventude da época discutia literatura e política. Era o prenúncio, quase inconsciente, de uma vida pública que o adolescente nunca imaginara, e o sonho grande demais de que falou Humberto de Campos.

Concluído o curso científico no Colégio Guido, fez vestibular para a Faculdade de Direito de Alagoas, sendo aprovado. Nela, continuou a fazer política universitária, inclusive em nível nacional, como que a exercitar o seu destino. A sua vontade era forte e tinha muita disciplina de espírito. Concluindo a

Faculdade, fez-se bacharel em Direito tendo exercido, por algum tempo, a profissão que acabara de conquistar.

Como no mundo cada um tem a sua ventura, certo dia dona Leda Collor de Mello, esposa do então governador Arnon de Mello, entendeu que precisava de um professor para ensinar Português a seu filho Leopoldo.

E lá se vai Theobaldo preparar o menino e o futuro. Da convivência com a família saiu o convite para exercer o cargo de oficial de Gabinete e, depois, chefe do Gabinete do governador. Com o cargo, os favores, a aparição na mídia, os conhecimentos, os amigos e o despertar do desejo. Começo de tudo, que era preciso para ser político. Ali, a coincidência do momento com o talento.



Teotônio Vilela, Arnon de Mello e Theobaldo Barbosa.



Theobaldo Barbosa recepciona, no Palácio do Governo, o presidente da República, general João Batista Figueiredo.



Theobaldo Barbosa e uma comitiva de parlamentares brasileiros, em visita ao Congresso Americano.



CAPÍTULO XXXIV Theobaldo Barbosa



Theobaldo mostra que política combina com honestidade

Em 1954, empurrando a cautela e a timidez, fez o sonho. Foi candidato a vereador por Maceió elegendo-se com muitos votos, para a cobiçada posição de o 2º mais votado da Capital: "Entrei na política pela ousadia", diz. A União Democrática Nacional (UDN), era o seu partido e Locke, o pai fundador do liberalismo, o seu mestre. Em 1958 foi reeleito. Casa-se com dona Maria Tereza Barreiros Barbosa, com quem teve cinco filhos. Com a ascensão do prestígio e da preferência, dentro de um mandato exercido com ética e honradez, foi eleito deputado estadual em 1962 e reeleito em 1966.

Em 1970 exerceu, pela terceira vez, o mandato de deputado estadual. O Brasil vivia o momento mais duro do regime militar que se implantara em 1964, após derrubar o Governo de João Goulart. Governava Alagoas o professor Afrânio Salgado Lages. Respeitado e estimado pelos colegas parlamentares, Theobaldo foi eleito secretário e, posteriormente, presidente da Assembleia Legislativa Estadual. Foi dele a iniciativa de reformar o prédio daquele Poder, desde que se preservando o estilo original pelas mãos talentosas do arquiteto Pierre Chaila.

Em 1974, elege-se deputado federal, o mais votado da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo militar. A oposição ao regime falava através do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A Nação achava-se dividida, a repressão impunha a sua ordem, a censura alargava o proibir e Caetano Veloso respondia cantando: "É proibido proibir". Tempo de Vandré no "pra não dizer que não falei de flores...". Lirismo e protesto. No coração e na alma dos acontecimentos, o deputado e o homem buscavam o equilíbrio. Humanista por determinação natural, embora realista, sofria o doloroso conflito de quem vive entre o desejado e o possível.

Na Câmara Federal foi escolhido pelos seus pares para ser o 1º relator da Reforma da Magistratura. Foi, também,



Recebendo os cumprimentos de Francelino Pereira, presidente da ARENA.

membro da Comissão do Código Civil Brasileiro presidida pelo então deputado Tancredo Neves, que, mais tarde, viria a ser eleito, indiretamente, presidente do Brasil. Não tendo sido empossado em virtude de uma grave doença que o vitimou às vésperas da posse. Foi também vice-presidente da Comissão de Justiça, assumindo a presidência na ausência do presidente.

Em 15 de março de 1979, durante o Governo do presidente João Batista Figueiredo, assume o cargo de vice-governador de Alagoas, sendo governador Guilherme Gracindo Soares Palmeira, filho do ex-senador Ruy Soares Palmeira, que se afasta um ano antes do término do mandato para disputar o cargo de senador da República. Theobaldo assume em



Em palácio, Theobaldo Barbosa recebe a diretoria do Sindicato dos Jornalistas.

15 de março de 1982 e governa até 15 de março de 1983.

Prosseguindo as obras do antecessor, constrói conjuntos residenciais, estradas e postos de Saúde, imprimindo fisicamente a marca do seu Governo.

Em 1982, no mês de junho das lembranças todas do agora, Alagoas é brutalmente agredida, uma dor quase física ocupava todos os cantos da mente alagoana. É assassinado o jornalista Tobias Granja, ex-chefe de Reportagem da mais importante revista nacional da época, O Cruzeiro, de propriedade de Assis Chateaubriand. Voltara para Maceió movido pelos sonhos. Mãos desperdiçadas resolvem testar o governador. Indignado, Theobaldo convoca a cúpula responsável pela segurança do Estado. Sem cumplicidade com o crime, determina uma apuração rigorosa. Em pouco tempo, os responsáveis são presos e condenados. Era a resposta ao desvario, a força do exemplo de quem é sadio no fundamento.

Concluído o período de Governo, distante dos fatos, que a consciência só vem depois, resolve contá-los de maneira descontraída. Escreve o livro Além do Sério, uma quase memória para usar uma expressão do Cony. São histórias do cotidiano e fatos pitorescos da vida alagoana.

Agora é a hora do retorno ao aconchego da família dos amigos, para a solidão da planície e do silêncio, onde acontecem as grandes elevações da alma.



CAPÍTULO XXXIV Theobaldo Barbosa



Cronologia

- 1929** - Nascimento em 31 de março, em São José da Lage, Alagoas.
- 1946** - Funda a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA) sendo seu primeiro presidente.
- 1951** - Torna-se oficial de gabinete e, em seguida, chefe do Gabinete do governador Arnon de Mello.
- 1954** - Eleito vereador de Maceió pela UDN.
- 1956** - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Alagoas.
- 1958** - Reeito vereador por Maceió
- 1963** - Eleito deputado estadual, sendo reeleito em 1968.
- 1972** - Presidente da Assembleia Legislativa.
- 1974** - Deputado federal pela ARENA. Vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, presidente. Relator do Projeto de Lei da Magistratura.
- 1979** - Escolhido vice-governador de Alagoas em chapa de encabeçada por Guilherme Palmeira
- 1982** - No dia 15 de março, após a renúncia de Guilherme Palmeira, assume o governo do Estado, permanecendo no cargo até o dia 15 de março de 1983.
- 1999** - Falece em Maceió no dia 22 de março, aos 69 anos.



Solenidade de posse do governador Guilherme Palmeira e do vice Theobaldo Barbosa, presidida pelo deputado José Tavares.

Depoimentos

"Theobaldo Barbosa. Eis um homem público honrado: Theobaldo Barbosa. Também um fidalgo no trato com as pessoas; gestos mansos, impecavelmente correto em tudo que faz Theobaldo merecia viver duas vidas. As suas atitudes límpidas são repetidas dia a dia, como quem reza de cor uma velha oração que é sempre nova nos lábios fervorosos. No seu fecundo curriculum público, a sua principal preocupação foi o bem-estar do seu povo, sonhando com um caminho rico de virtudes construtivas. Theobaldo é uma lição e, ao mesmo tempo, um exemplo. E o seu segredo existencial vem do saber cumprir o dever com prazer. Ele é uma honra da condição humana; um cavaleiro andante sem medo e sem mácula. Sua vida serve para contar às crianças, como histórias de fadas: era uma vez um homem sério."

Noaldo Dantas

"Como vereador, deputado estadual e deputado federal, Theobaldo Barbosa foi um parlamentar impecável. Na minha ótica, entretanto, foi como executivo que as suas virtudes mais se evidenciaram. Foi-me dado sentir o seu pendor pelo social, quando determinou prioridade para o Programa de Regularização Fundiária, que culminou em transformar milhares de pequenos agricultores em autênticos proprietários de pequenas glebas. Por convicções próprias, Theobaldo Barbosa afastou-se da vida pública, o que é uma pena. A sociedade alagoana sente demais a sua falta."

Claudio Davino

"Sriedade e serenidade eis a dualidade síntese que melhor se aplica a Theobaldo Barbosa. Experimentado conhecedor da atividade política buscou, sempre, no exercício dos cargos públicos o casamento da eficiência técnica com o real. Perfeitamente aparelhado para as funções mais altas e os encargos mais difíceis, provou isso em muitas ocasiões. Theobaldo é, paradoxalmente, um político conservador, mas de mentalidade renovada e aberta para as mudanças sociais. Dotado de muito espírito de observação, instrução clássica e absoluta sobriedade, por isso suas decisões destacam-se pela simplicidade, clareza e lógica."

Douglas Apratto Tenório

"No momento em que, na sociedade brasileira, se discute a ética como um compromisso com a verdade, que é uma posição da filosofia aristotélico-tomista, em contraposição com a ética de resultados, que seria a ética de compromissos políticos, a figura de Theobaldo Barbosa, legislador por vários períodos em níveis municipal, estadual e federal e vice governador e governador do Estado, se sobressai por ter, ao longo de sua vida, buscado resultados político e administrativo para o povo de Alagoas, sem faltar com a verdade."

José de Melo Gomes

"Theobaldo Barbosa é uma referência em Alagoas. Num tempo como o nosso, de esperanças quase perdidas nas virtudes dos homens públicos, ele é, também, uma referência para o Brasil. São poucos os que, como Theobaldo Barbosa, conseguem dar dignidade ao exercício dessa coisa fundamental e, ao mesmo tempo, tão abastardada que é a política. Estamos diante de um caso raro no País, o de um homem que trilhou os caminhos do Poder e atingiu as alturas sem perder o passo firme e reto de quem anda na planície, ou seja, nos caminhos do povo. Parafraseando Voltaire, digo: não concordei com as ideias (políticas) de Theobaldo Barbosa, mas, além do direito de tê-las, ele foi capaz de defendê-las com decência."

Audálio Dantas



DALTON DÓRIA
Procurador de Estado.



CAPÍTULO XXXIV Theobaldo Barbosa



Fontes Bibliográficas

- 14 anos com Theobaldo - Humberto Cavalcanti
- Patrimônio de Alagoas - Da Silva Cardoso, O Diário (outubro 1994)
- Amigos Sinceros - José Arnaldo Martins, O Repórter (setembro 1996)
- Theobaldo: Um homem de bem - Gouveia Filho
- O trabalho de um governador - Paulo de Castro Silveira
- Theobaldo Barbosa - Divaldo Suruagy
- Theobaldo Barbosa - Valdi Júnior





Gustavo Paiva

Um administrador à frente do seu tempo

Andrea Cláudia Guilhermino da Silva

É público e notório que a finalidade de uma empresa é dar lucro e, para atingi-lo, apela-se para tudo - inclusive para o sacrifício do operário. Supreendentemente, já na primeira metade deste século, Alagoas teve o privilégio de acolher um homem de mentalidade bem diversa. Seu nome: Gustavo Paiva.

Verdadeiro exemplo para os empresários, foi um administrador sensível à dura sina do operário, revelando-se atento às suas necessidades. Notabilizou-se pelo programa social que empreendeu, em Rio Largo, à frente da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos; entretanto, teve também participação na política de seu tempo.

Vale ressaltar que dificilmente surgem empresários como Gustavo Paiva, preocupados com o bem-estar dos menos favorecidos. Em Alagoas, no entanto, podemos citar outro exemplo; Delmiro Gouveia, também realizador de um programa social em um parque industrial. A menção do programa social realizado em Rio Largo, para os menos atentos, é uma verdadeira surpresa, já que a cidade hoje é considerada dormitório, pálida sombra do que foi na época do industrial.

A mentalidade avançada talvez possa ser atribuída à sua educação. Gustavo Pinto Guedes de Paiva nasceu em Paraíba do Norte (hoje João Pessoa, Paraíba), no dia 15 de novembro de 1892. Cedo foi para Portugal, onde realizou a maior parte dos estudos, retornando ao Brasil em 1913, aos 21 anos.

Nessa época inicia sua carreira profissional no Rio de Janeiro, na Companhia Petropolitana, onde chega a gerente - geral por comprovada competência.

Em 1916, quando contava 24 anos, casa-se com Judite Basto, filha do comendador José Antônio Teixeira Basto, um dos incorporadores da Fábrica Progresso, estabelecendo-se em Rio Largo e, em 1919, após o falecimento do sogro, torna-se um dos diretores da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, permanecendo como tal durante de 25 anos.

Com o tempo, o casamento de Judite e Gustavo produziu quatro filhos: Gustavo, Humberto, Arnaldo e Zuleica. A esposa faleceu em 1939, tendo sido homenageada com o nome de uma escola, o Ginásio Municipal Judite Paiva.

Quatro anos depois, em 27 de outubro de 1943, em Maceió, morria o comendador. Neste ponto cabe dizer que os dados hoje disponíveis acerca da causa do seu falecimento são de difícil acesso. Com certeza sabe-se a hora (23h45min) e o local (Cruz das Almas, Maceió) do falecimento e que ele foi sepultado no cemitério de Nossa Senhora da Piedade.

Por ocasião do seu falecimento exercia diversas atividades: diretor-presidente do Banco Norte do Brasil, chefe da Guedes de Paiva e Cia., acionista da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil diretor-presidente da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.



CAPÍTULO XXXV Gustavo Paiva



O político Gustavo Paiva

A menção do comendador Gustavo Paiva como político surpreende muita gente. Para aumentar a confusão, um dos seus filhos, também chamado Gustavo (Humberto Gustavo Altamiro Guedes de Paiva), igualmente foi deputado e muitos têm como certo que ele é o deputado Gustavo Paiva e não o comendador. O testemunho de um dos seus descendentes, no entanto, dá conta que ele provavelmente atuou como deputado na década de 30, na qualidade de deputado classista.

É necessário esclarecer um pouco o panorama político da época. Com a Revolução de 30, os estados passaram a ser governados por interventores. Em 1933 aconteceu uma eleição para a Assembleia Constituinte. Junto com 214 deputados estaduais eleitos diretamente pelo povo, existiam 40 deputados classistas (eleitos por sindicatos).

No período em que Gustavo Paiva viveu o Brasil tinha



Antonio Pinto Guedes de Paiva e Rosalina Francisca da Silva Paiva, pais de Gustavo.

saído havia pouquíssimo tempo da época da escravidão e as leis trabalhistas começavam a aparecer, tudo isso tornando a sua figura ainda mais singular.

Se em relação a tempo eram fenômenos recentes, pode-se dizer que em termos de mentalidade empresarial eram ainda mais recentes. Portanto, o tratamento dispensado aos funcionários da Companhia Alagoana

de Fiação e Tecidos (CAFT) era notável na busca da valorização do operário.

Não é exagero dizer que o parque industrial da CAFT fez com que Rio Largo atingisse seu apogeu, chegando a superar Maceió em alguns aspectos. Especialmente quatro segmentos receberam atenção: saúde, educação, lazer e previdência. No que se refere à saúde, providenciou farmácia, hospital, posto de saúde. Na área da educação, o comendador fez com que fossem criadas escolas, com professores qualificados, creches e ainda a distribuição de uniforme e material escolar gratuitamente.

Atendendo os anseios de lazer e de cultura, manteve conjuntos musicais e bandas de música. Foram criados também: cassino, sala de jogos, piscina, o cine teatro Guarani (que serviu de palco para atores amadores, que eram funcionários da CAFT), uma tipografia, que produzia o Nosso Jornal (que na verdade era uma revista) e ainda um restaurante.

Em se tratando de assistência ao trabalhador, pode-se

dizer que o industrial estava à frente de seu tempo. Não podemos deixar de ressaltar que, numa época em que ainda não existiam leis trabalhistas consolidadas, na CAFT já existia uma seção de aposentadoria e auxílio a parturientes. Essa seção de aposentadoria só deixou de existir com a criação da Delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, em janeiro de 1938.



Gustavo Paiva segura seu filho Humberto ao lado da esposa Judite

Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos

O aparecimento de unidades industriais ligadas à tecelagem foi sintoma do crescimento da cultura algodoeira no fim do século passado.

A primeira indústria têxtil de Alagoas foi a Sociedade Anônima Companhia União Mercantil, de Fernão Velho. Embora constituída em 24 de outubro de 1888, a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos só começou a funcionar dois anos depois.

Em 30 de setembro de 1893 foi constituída a Fábrica Progresso Alagoana, próxima à Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos. Seus incorporadores foram o comendador José Antônio Teixeira Basto, dr. Propício Pedrozo Barreto e José Antônio de Almeida Guimarães. Segundo Geosélia da Silva Pinto, "em 1824, a Cia. Alagoana de Fiação de Tecidos, de Cachoeira, e a Progresso, de Rio Largo, fundiram-se sob a denominação da primeira."



Operários saindo da Fábrica Progresso Alagoana.



CAPÍTULO XXXV Gustavo Paiva



Pequena história de Rio Largo

Já se disse (com razão) que a história de Rio Largo é a história de Santa Luzia do Norte. De fato, a região que hoje constitui a cidade de Rio Largo só veio adquirir certa relevância com o advento das ferrovias, já que os trilhos correm através de sua região central.

Na ocasião em que a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos foi criada, a região ainda pertencia a Santa Luzia do Norte, pois só em 13 de julho de 1915 foi elevada à categoria de município. A freguesia de Santa Luzia do Norte foi criada no século XVII e as terras que a constituíam foram recebidas por Miguel Gonçalves Vieira das mãos de Jorge de Albuquerque Coelho, indo do rio Santo Antonio Mirim até a Pajuçara. No ano de 1654 estava constituído o povoado de Santa Luzia do Norte contando, inclusive, com engenho de açúcar e tornando-se foco de resistência na época da invasão holandesa. O posterior desenvolvimento da região foi impulsionado pela fabricação do açúcar.

Santa Luzia do Norte também era o destino de uma linha de navegação que saía de Maceió atravessando a Lagoa Mundaú. Em 1869 já era município, contando com 78 eleitores. No entanto, a ferrovia iria modificar o equilíbrio de forças da região. Antes, a área em volta das lagoas era o maior pólo de desenvolvimento, só que a estrada de ferro foi traçada de forma a cortar engenhos. E a região lagunar foi ficando de lado. E aí que ganham projeção a área central do atual município de Rio Largo, as localidades de Gustavo Paiva (também chamada Cachoeira) e Usina Utinga Leão.



Banda de música masculina da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, regida pelo maestro Agerico Lins, em 1927.



Cine Teatro Guarani.

Homenagens

Em reconhecimento ao seu trabalho, o comendador Gustavo Paiva foi homenageado de diversas formas: o Centro de Formação Profissional Comendador Gustavo Paiva (do Senai, cujo terreno fora doado pelo próprio industrial), a Semana Gustavo Paiva de Prevenção de Acidentes, Prêmio Gustavo Paiva de Poesia (oferecido pela Academia Alagoana de Letras) e a avenida Comendador Gustavo Paiva, em Maceió. Em Rio Largo, é nome de um bairro e de um grupo escolar.



Centro de Formação Profissional Gustavo Paiva, em Maceió.

Palavras do Comendador

"O amor ao próximo faz suportável a vida presente, e dá a garantia de uma felicidade eterna no mundo futuro."

"Caminhar, com segurança, pelos caminhos da elevação moral e do bem-estar social."

"Não me tenho também esquecido dos vossos lares... muito antiquados, já vão sendo substituídos por moradias modernas e dentro das regras de higiene."

(...) A literatura e a música formam o cultivo artístico do nosso meio, proporcionando-nos momentos deliciosos em que a alma se eleva para o belo, esquecendo-se da acidez dos dias monótonos de trabalho."



Comendador Gustavo Paiva.



CAPÍTULO XXXV Gustavo Paiva



Cronologia

1892 - Nascimento de Gustavo Paiva, em 15 de novembro, em Paraíba do Norte, Paraíba. O Marechal Floriano Peixoto governava o país.

1894 - Início da organização do Arraial de Canudos e do governo de Prudente de Moraes.

1897 - Destruição do Arraial de Canudos.

1898 - Início do governo do presidente Campos Sales.

1900 - Começa o Ciclo dos Malta.

1910 - Campanha Civilista e as "Salvações", com o objetivo de derrubar as oligarquias estaduais a nível nacional.

1913 - Retorno de Gustavo Paiva ao Brasil, de Portugal, onde tinha ido estudar.

1914 - Início da I Guerra Mundial.

1916 - Casamento de Gustavo Paiva com Judite Basto. Nessa época Alagoas é governada por João Batista Acioly.

1917 - Centenário da Emancipação Política de Alagoas.

1918 - Início do governo de Fernandes Lima e fim da I Guerra Mundial.

1919 - Gustavo Paiva fixa residência em Rio Largo.

1922 - Semana de Arte Moderna e Revolta do Forte de Copacabana.

1927 - Inauguração do serviço de telefonia de Maceió.

1928 - Álvaro Correia Paes é eleito governador.

1929 - Grave crise econômica abala o mundo ocidental.

1930 - Fim da República Velha e início da Era dos Interventores com Freitas Melro.

1932 - Revolução Constitucionalista.

1933 - Eleições para escolha dos membros da Assembleia Nacional Constituinte. Gustavo Paiva participa do Conselho Consultivo do Estado.

1934 - Segunda Constituição da República.

1935 - Intentona Comunista.

1937 - Início do Estado Novo.

1939 - Morte de Judite Paiva.

1934 - Falecimento de Gustavo Paiva, em 27 de outubro, em Cruz das Almas, Maceió.



Inauguração do Colégio Judite Paiva.



Casa de Gustavo Paiva em Cruz das Almas, Maceió.

Depoimentos

"O grande industrial, a quem a morte surpreendera na fase de esplendor de sua obra admirável, se destacava dentre os seus deveres humano e social, pela inteligência com que compreendia a verdadeira função do capital na vida do Estado moderno. Ele sentia, segundo os postulados da notável encíclica de Leão XIII, que o capitalista não se deve considerar o possuidor de uma fortuna, mas o depositário de uma fortuna, mas o depositário de um bem que Deus lhe concedeu para administrar e desenvolver no interesse da coletividade."

Messias de Gusmão

"(...) o seu grande trabalho, aquele que o imortalizou perante os seus compatriotas, foram suas realizações sociais, foi o seu desvelado interesse em servir às classes pobres, em ir ao encontro dos seus anseios, das suas aspirações, sempre em busca de dias melhores, à procura de um destino menos doloroso."

Cronista anônimo

"Não se sabe, entre nós, de uma visão mais límpida das questões sociais que, de dia para dia, mais inquietantes se nos apresentam. Quando assumiu o comando da sua indústria, lançou-se, de maneira surpreendente, à solução parcial do problema do operário (...). Ele, entretanto, atuava sem olhar para trás e até se pode dizer que cuidava mais da valorização do seu operário do que da extensão do seu patrimônio."

Alfredo de Barros Lima Junior

"(...) um dos grandes expoentes do desenvolvimento industrial e social do Estado de Alagoas, o comendador Gustavo Paiva."

Paulo Fernando Buarque Jucá



ANDREA CLÁUDIA GUILHERMINO DA SILVA
Professora de História, graduada na
Universidade Federal de Alagoas.



CAPÍTULO XXXV Gustavo Paiva



Fontes Bibliográficas

LIMA, José Roberto Santos. **Apostila do Curso Visão**. Maceió: Curso Visão, 1987.

LIMA JÚNIOR, Alfredo de Barros. **Alguns homens do meu tempo**. Maceió: [s.n.], 1976.

PINTO, Geosélia da Silva. **História de Alagoas**. Maceió: Editora da UFAL, 1979.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Efemérides Alagoanas**, v.2, Maceió: Instituto Arnon de Mello, 1992.





Antônio Gomes de Barros

O homem cordial e o político de atitudes

José Maria Tenório Rocha

Nas páginas dos jornais e documentos da época, perpassam os espinhaços da dor alagoana pela perda do seu filho Antônio Gomes de Barros. Setembro de 1976 assinala um mês de luto e perplexidade da gente caeté com o súbito falecimento do seu vice-governador, uma das lideranças mais expressivas do Estado. O impacto da notícia entristeceu a todos, governo e oposição local, chegando ao coração do país, em Brasília, no Congresso Nacional, onde diversos parlamentares reportam-se ao fato no parlatório das duas Casas legislativas. No panorama nacional o regime militar sofre os espasmos das exigências de mudanças feito pela sociedade, mas a resistência empedernida dos bolsões radicais castrenses é visível, dispostos a não aceitar passivamente a entrega do poder aos civis. Mesmo numa unidade federativa pequena como é Alagoas é importante contar com quadros políticos vocacionados para o diálogo, aparadores de aresta, desmontadores de intransigências que podem por em risco uma distensão a muito custo conseguida.

Por essa e por outras razões, no delicado momento em que se vivia, no fumegante caldeirão de vaidades e ambições da política alagoana emerge com nitidez a figura do falecido Dr. Antônio, como era carinhosamente conhecido. Líder de primeira hora do movimento de 64, em sua província, era uma legenda de gestos fraternos e uma disponibilidade permanente para todos os indivíduos, grupos e facções locais. Tem-se consciência agora do vazio deixado pelo homem que vindo do patriciado rural açucareiro, de um dos ramos mais vistosos dos clãs alagoanos, nunca fez do poder a polarização de sua personali-

de, acicatada pela ambição ou pela vaidade. Diferentemente, procurou humanizar o poder e exercitar a conciliação.

Os que desconheciam as coisas da terra perguntavam quem era aquele morto tão comentado que nos embates exacerbados de sua atividade se tornava o amaciador das posições em conflito. E naturalmente outras interrogações surgiam comentando o perfil do líder palmarino que na ternura de suas ações, contrastando os julgamentos delas, ressaltavam-lhe sempre o espírito público. Expressava bem aquela personalidade e os costumes da terra e de sua gente? Seria ele a vertente alagoana da confirmação da tese do homem cordial brasileiro defendido por Pedro Calmon e Gilberto Freyre, nascido das condições peculiares de nossa formação rural e colonial que vai hoje desaparecendo com a modernização, a urbanização e o cosmopolitismo?

Engenheiro agrônomo, proprietário rural, ecologista, prefeito da terra de Zumbi dos Palmares, primeiro secretário de Agricultura de Alagoas, dirigente da Fazenda Experimental de União, deputado estadual por várias vezes, presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, liberal por convicção, participante da luta pela redemocratização em 45, udenista atuante, antipopulista, opositor do silvestrismo e do munizismo, torcedor ardoroso do CRB, cursilista e cristão praticante, político de ideias firmes e posição moderadora, vice-governador do seu Estado onde finalizou sua brilhante trajetória. Antônio Gomes de Barros na finitude das coisas permanecerá a sua grande vontade, nítida até nas horas derradeiras, que era de não se ausentar da turbulência da vida.



CAPÍTULO XXXVI

Antônio Gomes de Barros



Forte tradição rural e política

Os dias da infância marcam a alma da gente. Nada melhor do que voltar à infância para descobrir os caminhos trilhados pelos adultos, o porquê de suas escolhas, as facetas de cada personalidade. O menino Antônio nascido no dia 03 de março de 1915 no engenho Amapá, filho do seu proprietário coronel Laurentino Gomes de Barros e de sua esposa dona Amália Gomes de Barros, foi um homem sempre ligado as suas raízes rurais, ao mundo simples e fascinante do campo. Não foi por acaso portanto a sua escolha profissional como agrônomo, os seus hábitos caseiros, o seu tipo intuitivo e puro, o seu amor à natureza, a vocação acolhedora para a conversa, a bondade, e o seu ingresso e ascensão na vida política. Suas origens de menino de engenho, suas origens familiares de forte tradição rural e política, marcaram para toda vida o homem de fala mansa e cordial que seguia o destino dos Gomes de Barros.

O engenho Amapá situava-se no município de Colônia Leopoldina englobando vários municípios novos da atualidade como Novo Lino e Joaquim Gomes. Provém a cidade da instalação de uma Colônia Militar instalada em 1852 para restringir a ação dos rebeldes Cabanas e recebeu em janeiro de 1860 a honrosa visita do Imperador Dom Pedro II. O território, fronteiro ao Estado de Pernambuco é uma vasta região agrícola situada no vale do rio Jacuípe. O patriarca Laurentino, herdeiro das tradições de ancestral família envolvia-se inteiramente aos afazeres de suas propriedades e criação de sua numerosa prole constituída dos filhos Mário, Carlos, Eraldo, Luís Alípio, Eraldo, Antonio, Paulo José, Jarbas, Orlando, Olívia, Maria Amália e Nelito.

No melhor estilo dos grandes clãs patriarcais nordestinos, as mulheres, prendas, dedicaram-se as atividades do lar. Os homens, divididos entre a administração das propriedades e as profissões liberais que escolheram, todos eles invariavelmente

ocuparam postos de relevo nas atividades que abraçaram, dentro ou fora do território alagoano e grande parte seguiu naturalmente a vocação política da família.

Luís Alípio, jornalista; Eraldo, promotor público no Estado de Goiás, Paulo, prefeito de Novo Lino em duas gestões; José Gomes, prefeito de Colônia Leopoldina, Jarbas, advogado, Presidente do Clube Fênix Alagoana, Orlando, fazendeiro e desportista, presidente da Federação Alagoana de Futebol, Nelito, médico que faleceu moço, de tifo em Murici, aos trinta e dois anos de idade. Mário e Carlos foram deputados estaduais e federais e próceres importantes da UDN.

Laurentino seguia a tradição da família na atividade

canaveira e na política local e esperava que alguns de seus meninos prosseguissem com a transmissão desses valores de gerações. Desenvolvendo seus negócios deslocou-se para a cidade de Branquinha onde em sociedade com o primo Manoel Maia Gomes fundou a Usina Campo Verde. Após certo tempo deixou a sociedade, comprou a Fazenda Riachão, retornando

a Joaquim Gomes, enervada na região de Colônia Leopoldina, onde ajudou a fundar a Usina Santa Amália, nome dado em homenagem a sua mulher.

Os filhos educados nos melhores colégios cresciam e era necessário pensar no futuro. Cada um, agora adulto, fazia a sua opção tanto no campo profissional como no lugar

onde morar. Antonio, após as primeiras letras em Colônia, foi estudar no Colégio Diocesano, em Macaí, posteriormente no Liceu Alagoano, escola pública famosa pela qualidade de ensino ministrada. Já ali, segundo o seu contemporâneo Josué Júnior, "sua personalidade marcante, irradiava simpatia, revelava qualidades de liderança, dirigindo entidades e à frente de promoções estudantis, todas elas impregnadas de muita simplicidade, dentro da época em que vivíamos".



Álbum de Família: Os Gomes de Barros.



Livro onde Humberto Gomes de Barros, neto do coronel Laurentino, conta a peleja de seu avô na construção da Usina Santa Amália.



CAPÍTULO XXXVI

Antônio Gomes de Barros



As amizades, o casamento e a opção pela UDN

As tarefas escolares do Liceu eram encaradas com muita seriedade tendo em vista a preparação para o vestibular futuro. Data desta época a convivência com outros moços que teriam, mais adiante, presença destacada na política alagoana. Um deles, foi Rui Palmeira que, junto com Carlos Gomes, estudantes de Direito que eram, resolveram dar aulas de Português e Matemática em União dos Palmares. E entre os seus alunos se viam Antônio e Jarbas, seu outro irmão. O miguelense Rui com Mário, Carlos e Antônio se irmanaram também nos ideais da filosofia liberal, abraçando a UDN, nos grandes movimentos de renovação que sacudiam o país.

Concluída a etapa dos estudos colegiais no velho Liceu, recebeu o diploma equivalente hoje ao 2º grau, preparando-se nas matérias exigidas e passou por uma outra importante prova. Conseguiu ingressar na Faculdade de Agronomia da Universidade Rural de Pernambuco, situada em Dois Irmãos, no Recife. Sua vitória foi festejada pelos familiares que sabiam ser esta exatamente o sonho e opção profissional do novo acadêmico. Após receber o diploma superior na capital pernambucana iniciou sua vida pública trabalhando no município de Murici como engenheiro agrônomo, contratado pelo Ministério da Agricultura depois alcança o cargo de diretor da Estação Experimental de União dos Palmares, a conhecida Sementeira.

A terra de Zumbi dos Palmares é a cidade onde fixa residência e elege como a sua Parságada. Na diáspora dos filhos do coronel Laurentino e de dona Amália, Colônia Leopoldina, Murici, Maceió, Novo Lino, Rio de Janeiro e até Goiás como foi o caso de Eraldo que lá exerceu a promotoria pública, Antônio decidiu radicar-se na histórica e aprazível urbe encravada nas proximidades da Serra da Barriga. Ali passou os momentos mais importantes de sua vida. Desenvolveu seu conhecimento de agronomia, constituiu as amizades mais duradouras, conheceu Dona Gerusa, eterna namorada e admiradora, casando-se em 1942, de cuja união nasceram os filhos Martha, Sílvia, Ester e Manoel. Era um casal feliz e integrado na sociedade. Finalmente ali tornou-se a mais forte liderança do município, seguindo a tradição dos Gomes de Barros, que já contavam com seus irmãos Mário e Carlos, os quais seriam deputados estaduais e federais, de Paulo que foi Prefeito de Novo Lino em duas gestões e José que foi, Prefeito de Colônia Leopoldina, além é claro do pater-família, presença vigorosa na política alagoana.

O vaticínio de uma brilhante carreira confirmou-se com a eleição a prefeito de União dos Palmares em 1951 quan-



Dona Gerusa, ao lado de seus filhos.

do desenvolveu inúmeros projetos sociais voltados para a população humilde e a continuação em 1954 do seu primeiro mandato para a Casa de Tavares Bastos. Foi reeleito deputado estadual em sucessivos pleitos, totalizando quatro legislaturas, começando na Terceira Legislatura, (1955-1958); no segundo biênio (1955-1956) foi escolhido primeiro secretário da casa legislativa estadual; Quarta Legislatura (1959-1962); Quinta Legislatura (1963-1966) e Sexta Legislatura (1967-1970), sendo no primeiro biênio desta eleito presidente da Assembleia Estadual, destacando-se na qualidade de presidente das comissões de Orçamento, de Assuntos Fazendários, de Comércio e Indústria, de Justiça e do Tribunal de Contas.

Os irmãos Gomes de Barros foram dos primeiros a optar pela legenda da União Democrática Nacional, formadas pelos setores políticos contrários ao Estado Novo e ao seu desdobraimento. Mário, o mais velho, foi constituinte federal da legenda em 1946 e junto com os demais membros da família manteve o espírito de contrastação ao sistema varguista.

O partido empolgava a juventude, os intelectuais, os chefes políticos mais lúcidos, pretendendo no ocaso do regime estado-novista encaminhar o processo no rumo de uma efetiva reconstrução política. Preocupava-se com o rodízio dos detentores do poder, com os novos ventos que sopravam no mundo ante o embate final com os regimes totalitários da Europa e, por extensão, em outros países como o Japão. Em Alagoas o embate entre o antigo regime simbolizado na oligarquia Góis Monteiro e as forças renovadoras representadas pelo liberalismo udenista galvanizava as atenções dos que optaram pela luta política. Tempos de mobilização, exacerbação e desdobramentos. Antônio a despeito de seu temperamento cordato, estava plenamente integrado às forças oposicionistas e encarnava com os seus irmãos o verdadeiro espírito udenista.



CAPÍTULO XXXVI Antônio Gomes de Barros



Tempos difíceis para os militantes oposicionistas

A luta pela reconstituição do país fortaleceu-se aceleradamente no final da década de 40. A administração de Ismar de Góis Monteiro assinalou em Alagoas o canto do cisne dos interventores. O regime suportou os efeitos da vitória da democracia na Europa. Finalmente foram anunciadas as eleições. Mas a máquina antiga mostrava ainda a sua força. Abertas as urnas, venceu as eleições o mais agitado dos Góis Monteiro, Silvestre Pércles. Antonio Gomes de Barros junto com seus irmãos, e mais Rui Palmeira, Mello Mota, Freitas Cavalcanti, Arnon de Mello, posicionaram-se firmes na oposição. Era um dos mais moços naquele elenco de homens corajosos que seguiam com firmeza e a defesa de suas ideias e pregando a mensagem renovadora.

Tempos difíceis, confrontos diários, uma escalada de violência sem precedentes. Posicionado ao lado de seus familiares em oposição a Silvestre, sentiu na própria pele os desmandos e sofrimentos impostos a quem não rezava pela cartilha governamental de então. Saía definitivamente da fase técnica-ruralista para aprofundar-se na política. Estava no sangue.

Trabalhou no Diário do Povo, órgão porta-voz udenista, participou da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, ajudava no planejamento do grupo a que pertencia, fazia a sua tarefa sem alarde como era de seu temperamento. Mário Gomes, mais exaltado, fazia artigos panfletários contra o general Góis, condestável das forças armadas, atraindo a ira do governo. Antônio sofria, como os demais, permanentemente sobressalto, recebendo ameaças e pressões de toda ordem. Certa feita teve que saltar do automóvel que o con-



Antônio Gomes toma posse como prefeito de União dos Palmares.

duzia de União dos Palmares para Maceió, antes do Posto Fiscal do Tabuleiro do Martins e apanhá-lo mais adiante para evitar a prisão arbitrária de policiais truculentos que queriam a todo custo detê-lo. A cruzada pela renovação democrática teria o seu dia magno nas eleições de 3 de outubro de 1950 com a vitória do candidato udenista, o jornalista Arnon de Melo. No ano seguinte, União dos Palmares consolidaria a mudança em nível local com o triunfo de um líder udenista que marcaria época em seus anais políticos.

O trabalho na chefia da Estação Experimental do Ministério da Agricultura o indicava como homem empreendedor. O prefeito Antonio Gomes de Barros se projetou pelos seus atos e pela sua capacidade de realização. A prefeitura palmarina seria o primeiro passo numa vitoriosa caminhada.

Novos desafios em 1957 e 1964

Terminada a sua gestão como chefe da edilidade foi eleito deputado estadual. A UDN que logrou grande triunfo com a eleição de Arnon de Mello perdeu a eleição em 1955, saindo vitorioso o líder populista Muniz Falcão. A deterioração do quadro político nacional com o suicídio de Getúlio Vargas em nada ajudou o já conturbado panorama alagoano, cujas facções continuavam radicalizando suas posições. O clima de discórdia chegou a níveis sem precedentes, terminando no episódio do impeachment do governador Muniz Falcão, ocasião



Carlos, irmão de Antônio, foi gravemente ferido no tiroteio de 1957.

em que houve um grande tiroteio no próprio recinto da Assembleia Legislativa entre os grupos oponentes. Antônio Gomes de Barros e seu irmão, Carlos Gomes de Barros, sempre fiéis à bandeira udenista que abraçaram desde os

primórdios da redemocratização, participaram ativamente da luta partidária que se desenrolava em tons radicalizantes. Como deputados estaduais que eram estiveram ambos presentes no plenário do parlamento estadual no fatídico dia 13 de setembro de 1957, ocasião em que Carlos foi gravemente ferido a tiros. Da Assembleia os deputados oposicionistas foram levados para a guarnição federal onde foram protegidos. Novamente os tempos difíceis voltaram, pois, a luta política adquiria sentido pessoal, movida por alto sentimento de honra pelos protagonistas. O desfecho trágico de 57 acarretou uma pequena trégua entre os litigantes, enquanto a disputa passava para a esfera judicial.

Mas as oposições em Alagoas estavam bem definidas entre o grupo udenista e o grupo populista. Em 1964 as tensões voltaram mais fortes. Novamente o quadro nacional influenciava o quadro local. O vice-Presidente João Goulart que fora empossado na presidência por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, sob a chancela do regime parlamentarista, conseguiu o retorno do presidencialismo e era acusado de querer implantar uma república sindicalista. A nação esta-



CAPÍTULO XXXVI

Antônio Gomes de Barros



va dividida. Era o auge da guerra fria no mundo e temia-se um golpe que levasse o país para a esfera comunista.

Antônio Gomes, líder do governo de Luís Cavalcanti e depois seu secretário da Agricultura, faz parte de um bloco que promete resistir ao rumo tomado pelo Presidente da República. Greves, passeatas, comícios, conspirações de parte a parte. As ligas Camponesas de Francisco Julião causam temor aos proprietários nordestinos. O governo de Miguel Arraes em Pernambuco apoia as esquerdas. Prenuncia-se uma grave crise institucional. A sorte está lançada. As forças rivais não cedem um milímetro em suas posições. Antônio juntamente com o Coronel João Mendes de Mendonça, Teotônio Vilela e o Major Luís Cavalcanti junto com os proprietários rurais e empresários do açúcar decidem participar da resistência. Toda a família Gomes de Barros o apoia na decisão. A residência de Antônio Gomes na Praça Sinimbu torna-se um verdadeiro QG dos conspiradores. O entra e sai de figuras importantes da política não para. Os adversários também se movimentam. Tinha que vasculhar a casa todos os dias pois temia-se um atentado iminente diante de telefonemas e notícias aterrorizadoras. Ameaçam jogar bombas em sua residência. Dona Gerusa e os filhos temem o que poderá acontecer. São protegidos, mas a decisão de resistir não arrefece. Ao contrário, o envolvimento é total. O clima é de guerra.

O comício do Central do Brasil no Rio de Janeiro é o sinal de que não haverá retrocesso entre as posições em conflito.



Ligas Camponesas de Francisco Julião: ameaça de invasão a Alagoas mobilizou a família Gomes de Barros.

to. Corre a notícia de que seria deflagrada uma revolução esquerdista e que tropas lideradas por Francisco Julião iriam entrar em Alagoas através de Novo Lino, município fronteiro de Pernambuco. Preparam-se para o pior. Planeja-se dinamitar a ponte que impediria o trem conduzindo os invasores. Antônio junto com seus irmãos organizam a resistência em União dos Palmares, no dia 28 de março. O trem não veio. O Governo de Alagoas através do Major Luís Cavalcanti e de seu Secretário de Segurança Coronel João Mendes, muito antes já definira sua posição contra o Governo Federal. No dia 31 de março os militares mineiros partem de Juiz de Fora e iniciam o processo de deposição de João Goulart. Inicia-se uma nova era com o advento das forças armadas no comando político do país.

Presidente da Arena e vice-governador

Tendo o movimento de 64 contado com a sua decisão da colaboração, nos momentos mais decisivos, ao contrário de muitos adesistas que prontamente aderiram a nova situação, é natural que a sua figura passasse a ser cada vez mais prestigiada. Ocupou vários cargos de preeminência, inclusive presidente da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, o partido da situação, foi lembrado como candidato ao Governo e ao Senado. Numa época de "caça às bruxas", de delação e infâmias, nunca alguém apontou um gesto menor de Antônio Gomes. Procurou sempre a conciliação, não acusar nem humilhar os adversários. Há muitos testemunhos da correção com que sempre se conduziu. Sua prática política e pessoal era franca, aberta. Cavalheirismo, bondade, fidalguia eram características



Antônio Gomes ao lado do ex-governador Lamenha Filho.

de sua personalidade. Nunca cedeu ao jogo da bajulação. Quando o governo militar investiu contra as casas legislativas do país e ele dirigia a Casa de Tavares Bastos ele com a força moral de que era detentor, evitou o recesso do parlamento estadual, permanecendo ele aberto e sem procedimentos inquisitoriais.

Em 1976 foi escolhido companheiro de chapa de Divaldo Suruagy que foi indicado Governador do Estado. Chegava ao ápice de sua carreira. Mas não foi um vice-governador decorativo. Participava de todas as decisões importantes do Governo presidia os conselhos de 13 fundações e sociedades de economia mista, substituiu o titular em suas viagens e impedimentos e o seu gabinete na Praça dos Martírios funcionava sem interrupção. Sóbrio, com uma grande capacidade de percepção voltado para a causa pública, a plenitude do poder não tirava de Antônio Gomes a simplicidade que caracterizava sua vida. Sua escala de valores não se detinha na condição social, no status ou na riqueza de ninguém. Afeiçoava-se às pessoas pelo que elas representavam de bom, de positivo.

Destacavam-se também aos observadores o exemplo que dava no exercício da função pública. Utilizava o carro oficial exclusivamente nos compromissos oficiais. Das verbas orçamentárias correspondente as atividades do gabinete do vice-governador, devolvia sempre a metade do valor atribuído. Controlava espartanamente os gastos e não permitia a aquisição de objetos de luxo ou supérfluos.



CAPÍTULO XXXVI

Antônio Gomes de Barros



Um homem bom que viveu dignamente

Carlyle dizia, com muita razão, que heroísmo não é morrer heroicamente, mas viver dignamente. Antônio Gomes de Barros viveu dignamente. Segundo Arnon de Melo “ele não tinha fraquezas e a fraqueza é um defeito imperdoável na vida pública. Era um forte, mas sabia compreender e perdoar, sem fazer ostentação de coragem nem perder o respeito dos seus concidadãos ou cair na vulgaridade dos que amam a condição de vítimas”. Foi um político cordato, um bom pai, bom esposo, bom irmão, tinha a simplicidade e a sabedoria do homem interiorano. Não gostava de incomodar ninguém.

No episódio de sua morte conversava com seus amigos sobre a pálida exibição do seu CRB no primeiro tempo contra o Botafogo de João Pessoa quando começou a sentir-se mal no intervalo do jogo. Havia médico próximos inclusive o seu sobrinho Osvaldo Gomes, poderia pedir o carro do governador Divaldo Suruagy que estava ali ou solicitar socorro a qualquer outra pessoa, mas preferiu, como era de seu feitio, sem fazer alarde, sair das cadeiras sozinho, e sem dizer nada a ninguém procurar um táxi embaixo e ir direto para casa onde logo morreu.

Alagoas sentiu a sua perda e demonstrou a sua dor por ocasião de seu sepultamento. O Estado inteiro parou para velá-lo no casarão da praça Sinimbu, no palácio Floriano Peixoto até o momento final no Cemitério Parque das Flores. Muitas recordações sobre a sua trajetória. Do homem da sociedade, do cavalheiro que se fazia sempre acompanhar de sua esposa e companheira de todas horas nos salões, nas festas, nas reuniões do Lions Clube e do Clube Fênix Alagoana. Da tradicional reunião dominical em Maceió onde amigos e parentes iam ouvi-lo e conversar sobre as novidades da época. Do convívio com a gente de União dos Palmares onde ia às sextas-feiras e reunia seus correligionários para ouvir-lhes as queixas e pedir-lhes calma mesmo quando os ânimos eleitorais estavam exacerbados. Da simpatia dos rurícolas na feira e na fazenda que sempre tinha algo a ensinar e aprender do doutor cordial.

Outros lembravam sua grande dedicação ao esporte, principalmente o futebol. O Zumbi, em União, e o CRB, em Maceió, eram paixões avassaladoras. Chegou até a apitar jogos. E era um juiz que ao invés de reprimir o entusiasmo dos atletas preferia conversar como se um pai estivesse a aconselhar os filhos, como registrou Nilton Oliveira que em sua mocidade narrou um jogo em que ele arbitrava. Não perdia um só jogo do Galo da Pajuçara, o CRB, de cuja diretoria e conselho participava intensamente. Causou-lhe particular contentamento o fato do seu filho Manoel, ingressar na adorada equipe alvirubra da capital. Sobre o seu infante, mais conhecido por Mano, chegou a declarar na última manifestação que participou na terra palmarina no dia 7 de setembro de 1976, ao lançá-lo candidato a prefeito do município: “Estou com meus dias contados. Quero que meu filho Mano me substitua na política”. O desejo premonitório se realizou, pois, seu filho seguiu a trajetória paterna, foi eleito prefeito, deputado estadual, secretário estadual de Agricultura, foi presidente da Assembleia Legislativa, vice-governador e finalmente gover-

nador do Estado, após séria crise institucional em 1997.

Dentre os inúmeros elos que forjou ao longo de sua existência um foi marcante: a amizade com Lamenha Filho. Curiosamente tinha origens partidárias antagônicas. Antonio era da extinta UDN, com toda carga de definições e de lutas em campo aberto, Lamenha provinha do PSD, onde a conversação, o plano de batalha, a estratégia, eram o forte. A rivalidade das duas legendas era histórica. Apesar disto, da formação política distinta de bonança ou de tormenta estavam sempre juntos. Um dia, a amizade sólida transformou-se em parentesco graças a união dos filhos Mano e Jane, pelo vínculo do matrimônio. Consolidaram os sogros ainda mais a velha e fraterna amizade.

Um outro dado interessante do biografado era o seu sentimento pacífico, o horror a armas e à violência e o seu zelo para com a natureza. Vivendo numa sociedade de forte tradição machista e onde a formação cultural sempre tolerou a violência, era uma exceção. Da mesma forma que, numa época em que a preservação do meio ambiente era considerada um inusitado gesto de excêntricos, Antonio sem o saber já estava na trincheira da ecologia. Dedicava atenção ao assunto em sua fazenda. Não permitia que se derrubasse uma árvore, matasse uma cobra, um passarinho, em sua propriedade. Numa antecipação do movimento ambientalista que não chegaria a ver anos depois, dava lições aos seus filhos e aos moradores sobre a importância de se proteger a natureza e os recursos naturais.

Finalmente um outro ponto a destacar em sua personalidade era a sua característica religiosa. Seria impossível conhecer o caráter de Antonio Gomes de Barros sem lembrar a sua condição de católico praticante. Mesmo com suas múltiplas atividades nunca foi bissexto na religião. Não apenas na forma, na ajuda às paróquias que fazia parte. Realista, conhecedor dos homens, integrado às coisas de sua terra, ator expressivo da estrutura de poder do seu Estado, possuía, contudo, um sentimento muito alto do eterno. Freqüentador da missa dominical, cursilista, pautava a sua vida pelos princípios dos Evangelhos, fazendo sempre o bem. Pode-se dizer que era um cristão verdadeiro, na acepção mais pura do vocábulo.



Antônio Gomes de Barros tinha a simplicidade e a sabedoria do homem interiorano.



JOSÉ MARIA TENÓRIO ROCHA

Professor e Pesquisador de História e Folclore, Mestre em Antropologia Cultural.



CAPÍTULO XXXVI Antônio Gomes de Barros



Fontes Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **Notas sobre a História de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1989.
- ALMEIDA, Japson. Até Logo. **O Semeador**. Ano LXIII, Maceió, n. 2, 19 a 26 set. 1976.
- AZEVEDO, João. Às quintas-Feiras. **Jornal da Produção**. Ano II, ri. 51. Maceió: 20 a 26 de set, 1976.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CAMPOS, Milton. UDN, justiça social e democracia. In: **Revista MAQUIS**. Rio de Janeiro, 1958.
- CARONE, Edgard. **A República Nova**. São Paulo: DIFEL, 1974.
- DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/PROED, 1986.
- FIGUEIREDO, Mário Poppe de. **A Revolução de 1964: um depoimento para a história**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- GAZETA DE ALAGOAS. Maceió: 12, 14, 16, 19, set. 1976.
- GONDIM, Arthur. SINAL. **Jornal de Alagoas**. Maceió: 14 set. 1976.
- GUSMÃO, Carlos de. **Boca da Grotta**. Maceió: Gráfica Gazeta de Alagoas, 1970.
- JORNAL DE ALAGOAS. Maceió: 12, 13, 14, 15, 16, set. 1976.
- JORNAL DE HOJE. Maceió, ed. 13 set. 1976.
- JORNAL DA PRODUÇÃO. Maceió, ano II, n. 51, 20 a 26 de set. 1976.
- JOSUÉ JÚNIOR. Um amigo, um irmão. **Jornal da Produção**, Maceió, n.51, 20 a 26 set.1976.
- LIMA JÚNIOR, Félix. **Memórias de minha rua**. Maceió: TELASA, 1981.
- LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu Apimentado**. Maceió: EDUFAL, 1979.
- MAYA PEDROSA, J.F. **A Grande Barreira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- MEDEIROS NETO, Luiz de. O coração de uma família. **Jornal de Alagoas**. Maceió: 15 set.1976.
- NOGUEIRA, Luís Nogueira de. **A Solidão dos espaços políticos**. Maceió: Sergasa, 1980.
- OLIVEIRA, Nilton de. O Juiz complacente. **Jornal da Produção**, Maceió, n. 51, Ano II, 20-26 set. 1976.
- SURUAGY, Divaldo. **Contemporâneos**. Maceió: IGASA, Maceió, 1981.
- AVELAR, Romeu de. **Figuras da Terra**. Maceió: SERGASA, 1983.
- TENORIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: EDUFAL, 1995.



